

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL MESTRADO**

**ROGÉRIO MACHADO DE CARVALHO**

**DE CIRURGIÃO A COMERCIANTE DE COUROS: A TRAJETÓRIA DO  
LICENCIADO SEBASTIÃO GOMES DE CARVALHO, O PRIMEIRO  
CIRURGIÃO DO CONTINENTE DE SÃO PEDRO (SÉCULO XVIII)**

**SÃO LEOPOLDO  
2021**

ROGÉRIO MACHADO DE CARVALHO

**DE CIRURGIÃO A COMERCIANTE DE COUROS: A TRAJETÓRIA DO  
LICENCIADO SEBASTIÃO GOMES DE CARVALHO, O PRIMEIRO  
CIRURGIÃO DO CONTINENTE DE SÃO PEDRO (SÉCULO XVIII)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos,  
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre  
em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Cristina Deckmann Fleck

São Leopoldo  
2021

C331c Carvalho, Rogério Machado de.

De cirurgião a comerciante de couros : a trajetória do licenciado Sebastião Gomes de Carvalho, o primeiro cirurgião do Continente de São Pedro (Século XVIII) / Rogério Machado de Carvalho. – 2021.  
244 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2021.  
“Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Cristina Deckmann Fleck.”

1. Carvalho, Sebastião Gomes de. 2. Trajetória. 3. Artes de curar. 4. Continente de São Pedro. 5. Século XVIII. I. Título.

CDU 981.65

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

## **Agradecimentos**

Ao concluir este trabalho, que me mobilizou durante dois anos, não posso dizer que estive sozinho durante sua realização. Diversas pessoas contribuíram para que ele tivesse êxito. Desde as entidades que acreditaram e apostaram na sua execução, até as pessoas que me encorajaram a prosseguir quando muitos duvidaram que chegaria a este momento. A todas elas, muito obrigado.

Mas há, também, as pessoas a quem gostaria de agradecer nominalmente. Aos meus pais, que me deram a vida e me ensinaram a importância do estudo. À minha mãe, que de tanta força que fez na vida para me fazer “gente”, não teve forças para ficar e viver este momento. Ao meu pai, que mostrou no trabalho as virtudes das conquistas. A eles, sempre o meu eterno agradecimento. Às minhas irmãs que, mesmo de longe, acompanhavam e torciam para que eu persistisse e não esmorecesse na caminhada.

Aos meus primeiros professores que me ensinaram, nos primeiros rabiscos, a ter compreensão de que o mundo poderia ser melhor. A todos os professores que vieram depois deles e sedimentaram o ler e o escrever, base desse texto. Sem eles, a compreensão de que um mundo sem educação, sem respeito ao conhecimento, à ciência e ao ser humano, poderia me tornar rico, famoso, mas jamais poderia me tornaria um homem.

À minha orientadora, Professora Doutora Eliane Cristina Deckmann Fleck, a quem foi dada a paciência e a abnegação, em dose tripla, para ajudar a transformar um monte de ideias, sugestões e até algumas maluquices, em uma dissertação de mestrado. Para quem o tempo era quase inexistente entre um pedido e a sua resposta. Professora, meu eterno agradecimento pelas orientações, de vida, de exemplo, de conhecimento, da Graduação até este momento.

Agradeço às Professoras Beatriz T. Weber, da UFSM, e Ana Paula Korndörfer, da UNISINOS, e ao Prof. Mauro Dillmann, da UFPEL, pelos

pertinentes comentários e indicações bibliográficas feitos por ocasião do exame de qualificação, que muito contribuíram para qualificar a dissertação.

Aos professores do Curso de Graduação em História e do PPGH da Unisinos, Marcos Witt, Maíra Vendrame, Marília Fetter, Marluza Harres, Paulo Moreira, Luís Fernando Rodrigues, Jairo Rogge, Ana Paula Korndörfer, Hernán Ramirez, Sirlei Gedoz, Maria Cristina B. Martins, Marcos Beber e aos “eternos” José Baldissera (que, mesmo já tendo partido, sempre está presente nas conversas sobre História da Arte) e Claudio P. Elmir (seu exemplo será sempre seguido). A todos eles, registro minha admiração, meu respeito e um muito obrigado.

Especial é a lembrança que quero deixar registrada a quem dedico este trabalho, aquela a quem chamávamos de “Diva”, e que, ao partir sem combinar antes, deixou-nos um vácuo de carinho, de personalidade, de conhecimento e de boa vontade. Àquela que nunca deixou um aluno sem um bate papo ou sem responder a uma pergunta, por mais simples que fosse, ocasião que se transformava em uma aula. Professora Doutora Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos, ou simplesmente, Capô, onde quer que esteja, minha saudade e meu eterno agradecimento.

Aos meus companheiros de curso, que, de colegas se tornaram amigos, e que, infelizmente, em função da pandemia, se tornaram virtuais, mas sempre presentes quando precisei. À minha sempre “Xarope”, Eduarda Troian, amiga que a Graduação me deu e que seguirá pela vida afora. Sempre parceira nas conversas sobre os textos. Ao Bernardo, sempre parceiro e pronto para uma discussão filosófica. Aos amigos Letícia e Eric, que, mesmo de longe, estão sempre presentes. Aos colegas de Iniciação Científica, que se renovam e continuam me ensinando muito.

Ao meu genro, Luiz Cachoeira e à sua família. Ao seu pai, Nando, a quem a vida não permitiu que estivesse aqui neste momento. Pessoas maravilhosas, que me apoiaram em todos os momentos, e a quem agradeço.

Dois anos, por incrível que possa parecer, passam rápido. E foram muitos os sentimentos que me acompanharam ao longo dessa trajetória. Às vezes, eu estava no “pique”, outras vezes, “prá baixo”. Em alguns momentos me revoltei, em outros, me regoziquei pelo “excelente” texto que havia produzido. Por muitas vezes, deixei de estar junto com minha família e amigos, para poder, no silêncio e na solidão de uma tela, produzir um ou dois parágrafos. Quantas vezes, durante estes anos, me afastei de todos para trabalhar na dissertação. Minha família, no entanto, nunca deixou de estar ao meu lado, me apoiando, dando o suporte que eu precisava, e compreendendo a importância que este trabalho tem para mim. À minha família, à minha companheira da vida, Cleusa e aos meus filhos, Julia e Maykol, o meu amor e a minha gratidão.

E, por fim, mas não menos importante, à Unisinos que me abriu as portas do conhecimento para que eu pudesse dele desfrutar, e à CAPES, que, mediante a concessão da bolsa, possibilitou que eu desenvolvesse o trabalho. A estas instituições, o meu agradecimento!

[...]

Verão, primavera, inverno  
Ali não faz diferença  
Para curar qualquer doença  
Cada gaúcho é um interno  
Quem vive naquele inferno  
Não se assusta nem se acanha  
Nas urgências de campanha  
É rápida a cirurgia  
E se estanca uma sangria  
Com terra e teia de aranha

O braço, a perna quebrada  
Todo e qualquer acidente  
Se atende imediatamente  
Sem anestesiá-la a indiana  
Faca sempre bem afiada  
E a segurança na cura  
Talho grande se costura  
Sem alteração nem teima  
E quando um cristão se queima  
Se mija na queimadura  
Remédios, não tem mistério

Na zona do pastoreio  
Aprendemos num rodeio  
A lidar com caso sério  
Naquele ambiente gaudério  
De horizonte e campo nu  
Qualquer domador xiru  
Da nossa velha planura  
É mestre numa sutura  
Com tentos de couro cru

[...]<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> BRAUN, Jayme Caetano. *Payada do Safenado. (Excerto)*. Disponível em <https://www.lettras.com/jayme-caetano-braun/802327/>.

## **RESUMO**

Esta dissertação trata da trajetória do licenciado Sebastião Gomes de Carvalho, primeiro cirurgião do Continente de São Pedro, denominação dada ao atual estado do Rio Grande do Sul no século XVIII. Para reconstituir sua trajetória, apresentamos informações sobre a formação e as funções que um cirurgião no Setecentos deveria desempenhar e sobre o ambiente, o contexto político e as condições de vida da população que vivia – ou que passou a viver após as iniciativas de povoamento oficial – na região para a qual ele foi designado em 1736, um ano antes da fundação do presídio Jesus Maria José. Considerando que o cirurgião se inseriu na elite local, através de sua atuação no comércio e na política, identificamos e discutimos as estratégias de ascensão social empregadas por Gomes de Carvalho, indivíduo que não era nobre e que exerceu – como ocupação inicial – um ofício que não tinha prestígio e era mal remunerado. Para tanto, analisamos documentos que se encontram nos Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, registros de batismo, correspondências e relatos de viajantes, cotejando-os com a bibliografia de referência sobre as temáticas contempladas na dissertação. A pesquisa se insere nos estudos de História social, em diálogo com a História da Medicina e da Saúde e das Doenças, na medida em que procuramos, através da atuação do cirurgião Gomes de Carvalho, também caracterizar as condições da saúde e as artes de curar praticadas na primeira metade do século XVIII no Continente de São Pedro.

### **Palavras-chave:**

Sebastião Gomes de Carvalho; trajetória; artes de curar; Continente de São Pedro; século XVIII.



## **ABSTRACT**

This dissertation deals with the trajectory of the graduate Sebastião Gomes de Carvalho, the first surgeon of Continente de São Pedro, a name given to the current state of Rio Grande do Sul in the 18th century. To reconstruct his trajectory, we present information about the training and functions that a surgeon in the 18th century should perform and about his environment, the political context and living conditions of the population who lived - or who began to live after the official settlement initiatives - in the region for which he was assigned in 1736, a year before the foundation of the Jesus Maria José fortress. Considering that the surgeon inserted himself in the local elite, through his work in commerce and politics, we identified and discussed, from the methodological frameworks of the topics covered, the social ascension strategies employed by Gomes de Carvalho, an individual who was not noble and who exercised – as an initial occupation – a trade that had no prestige and was poorly paid. Therefore, we analysed documents that are in the Proceedings of the Historical Archive of Rio Grande do Sul, baptismal records, correspondence and reports of travellers, comparing them with the reference bibliography on the themes contemplated in the dissertation. The research is part of the studies of Social History, in the dialogue with the Medicine, Health and Diseases History, to the extent that we seek, through the work of surgeon Gomes de Carvalho, to also characterise the health conditions and the arts of healing practised in the first half of the 18th century on the Continente de São Pedro.

### **Keywords:**

Sebastião Gomes de Carvalho; trajectory; healing arts; Continente de São Pedro; 18th century

## **LISTA DE ABREVIATÖES**

- AHPAMV – Anais do Arquivo Hist6rico de Porto Alegre Moys6s Velhinho
- AHRS – Anais do Arquivo Hist6rico do Rio Grande do Sul
- AHU – Arquivo Hist6rico Ultramarino
- APERS – Arquivo P6blico do Rio Grande do Sul
- COC – Casa Oswaldo Cruz
- CU – Conselho Ultramarino
- EPHIS – Encontro de Pesquisas Hist6ricas
- EM – Er6rio Mineral
- FIOCRUZ – Funda76o Oswaldo Cruz
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- PUCRS – Pontifícia Universidade Cat6lica do Rio Grande do Sul
- RAPM – Revista do Arquivo P6blico Mineiro
- RIHGRGS – Revista do Instituto Hist6rico e Geogr6fico do Rio Grande do Sul
- RS – Rio Grande do Sul
- UFP – Universidade Federal do Paran6
- UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
- 1LBV – Primeiro Livro de Batismos de Viam6o.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Fig. 1: Mapa de Localização dos Índios Minuano e Charrua .....</b>	<b>42</b>
<b>Fig. 2: Mapa de Localização de Laguna, Rio Grande e Colônia do Sacramento.....</b>	<b>48</b>
<b>Fig. 3: Mapa dos Biomas que dominam o RS .....</b>	<b>51</b>
<b>Fig. 4: Projeção Ambiental da Região de Rio Grande antes de 1737 .....</b>	<b>53</b>
<b>Fig. 5: Distribuição das Sesmarias nos Campos de Viamão - Séc. XVIII .....</b>	<b>60</b>
<b>Fig. 6: Rota de apoio a Colônia do Sacramento a partir de Laguna</b>	<b>69</b>
<b>Fig. 7: Tratados entre Portugal e Espanha .....</b>	<b>100</b>
<b>Fig. 8: Teoria dos Humores.....</b>	<b>124</b>
<b>Fig. 9: Relação de óbitos na Vila de Rio Grande entre 1738-1749.</b>	<b>137</b>
<b>Fig. 10: Procedimento para recolocação de ombro no lugar.....</b>	<b>143</b>
<b>Fig. 11 - Registro do Plano do Regimento que se há de formar em virtude das ordens de S.M. com a declaração das praças de que deve constar e dos soldos que hão de vencer. ....</b>	<b>175</b>
<b>Fig. 12: Projeção da Expansão Urbana do Rio Grande (1737-2017) .....</b>	<b>186</b>
<b>Fig. 13: Aquarela da Vila do Rio Grande de São Pedro – 1776 .....</b>	<b>188</b>
<b>Fig. 14: Evolução da ocupação do espaço a partir do Forte .....</b>	<b>213</b>
<b>Fig. 15: Carta de Sesmaria à Sebastião Gomes de Carvalho.....</b>	<b>219</b>

**Fig. 16: Atestado de óbito de Sebastião Gomes de Carvalho ..... 221**

**Fig. 17: Atestado de Óbito de Eufrásia Maria de Oliveira..... 221**

### **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1: Ordem cronológica dos principais fatos no período ..... 10**

**Quadro 2: Lista de espécies de Aves..... 54**

**Quadro 3: Lista de espécies de Mamíferos ..... 55**

**Quadro 4: Número de Batismos em Rio Grande 1738-1749..... 62**

**Quadro 5: Doenças mais comuns a bordo das embarcações ..... 150**

**Quadro 6: Relação dos Filhos De Gomes de Carvalho ..... 222**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	38
<b>1. O CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO E O PROJETO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO</b> .....	38
1.1 Entre a América Portuguesa e o Rio da Prata: Análise ambiental e situação geopolítica de uma fronteira em movimento.....	47
1.2 Da Colônia para uma “Terra dos Muitos” – Os primeiros soldados e colonos.....	71
1.3 Dos Açores a Rio Grande: Apontamentos sobre a imigração açoriana abaixo do Trópico de Capricórnio .....	78
1.3.1 As carências e as doenças em uma viagem transatlântica.....	84
1.3.2 Assistência para o sucesso do projeto de ocupação.....	90
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	104
<b>2. AS DOENÇAS MATAM MAIS QUE OS COMBATES</b> .....	104
2.1 Entre charlatães, licenciados e eruditos: a atuação médico-cirúrgica no Brasil Colônia.....	105
2.2 A formação cirúrgica do licenciado Sebastião Gomes de Carvalho.....	118
2.3 Na “Terra do muitos” as medicinas são diferentes, as cirurgias são iguais.....	130
2.3.1 Nas “boticas da natureza”, as soluções para cura. ....	153
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	161
<b>3. UM CIRURGIÃO NO EXTREMO SUL: ATUAÇÃO E PROJEÇÃO SOCIAL.</b> .....	161
3.1 O Cirurgião como homem de negócios: Relações mercantis na fronteira.....	162
3.1.2 Couro de boi deitado, couro de boi em pé: Entre o comércio e o contrabando, ascensão financeira fora da cirurgia .....	178
3.2 O matrimônio e o compadrio: possibilidades de inserção social.....	189
3.3 Cirurgião-político: Nas margens do poder.....	205
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	223
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	230

### Quadro 1: Ordem cronológica dos principais fatos no período

<b>1640</b> – Fim da União Ibérica.
<b>1680</b> – Fundação de Colônia do Sacramento.
<b>1684</b> – Fundação de Laguna.
<b>1705</b> – Provável data de nascimento do Cirurgião Sebastião Gomes de Carvalho.
<b>1715</b> – Tratado de Utrecht. Colônia do Sacramento, que havia sido tomada pelos espanhóis em 1705, é devolvida aos portugueses.
<b>1735</b> – O Brigadeiro Silva Paes chega ao Brasil para assumir como vice-governador do Rio de Janeiro. D. Miguel de Salcedo cerca a Colônia do Sacramento.
<b>1736</b> – Silva Paes lidera o socorro ao cerco de Sacramento. <b>Sebastião Gomes de Carvalho é nomeado cirurgião do Rio Grande de São Pedro.</b>
<b>1737</b> – Em fevereiro, ao retornar da missão em Colônia do Sacramento, Silva Paes encontra Cristóvão Pereira, que havia vindo de Laguna por terra, na barra sul do Rio Grande e funda o presídio Jesus Maria José. Este marco dá início oficial a colonização portuguesa no território.  Em dezembro, Silva Paes retorna para o Rio de Janeiro e André Coutinho assume como comandante da guarnição.
<b>1742</b> – Revolta dos Dragões. Levante militar, mas que foi apoiado pelos moradores, contra os maus tratos e as condições miseráveis em que se encontrava o presídio. A revolta teve fim, quando Silva Paes, então governador de Santa Catarina, veio à Rio Grande e terminou com o movimento.
<b>1747</b> – Lançado o Edital que autoriza a vinda de colonos açorianos para o Brasil.
<b>1748</b> – Chega a primeira leva de colonos açorianos em Santa Catarina.
<b>1749</b> – Silva Paes retorna a Portugal.
<b>1750</b> – É assinado o Tratado de Madri, entre Portugal e Espanha. Pelo documento, Portugal entregaria a Colônia do Sacramento aos espanhóis que, em troca, passariam para Portugal a região conhecida como Sete Povos, situada na margem leste do Rio Uruguai.
<b>1753</b> – Tem início a revolta indígena na região dos Sete Povos. Não contentes com a decisão do Tratado de Madri que lhes determinava deixarem a região e passarem para a margem oeste do Rio Uruguai, os indígenas, incentivados pelos jesuítas, se revoltaram contra os países ibéricos. Conhecida como Guerra Guaranítica, durou até 1756.
<b>1761</b> – É anulado o Tratado de Madri.
<b>1763</b> – A Espanha invade e toma Rio Grande. D. Pedro Cevallos, governador de Buenos Aires, declara guerra contra Portugal. Os espanhóis já tinham tomado Colônia do Sacramento no ano anterior e, nesse ano, tomam os fortes Santa Tereza e São Miguel. O Governador Elói Madureira abandona Rio Grande e transfere a administração para Viamão.
<b>1776</b> – Rio Grande é retomada.
<b>1777</b> – É assinado o Tratado de Santo Idelfonso. A paz é restabelecida e Sacramento devolvida aos espanhóis.
<b>1783</b> – Em 19 de junho, no Rio dos Sinos/RS, (hoje Capela de Santana), morre Sebastião Gomes de Carvalho.

## INTRODUÇÃO

Começar a história do Rio Grande do Sul com fatos que não envolvam o uso das armas é buscar compreender o estado a partir de um aspecto pouco explorado e, considerado por muitos, não condizente com essa história. No entanto, o estado construiu-se, historiograficamente, com um viés que buscava uma identidade lusitana e, em virtude disso, premiava as lutas contra os “inimigos” espanhóis. A partir daí, introduziu-se no estado uma identidade que tem nos feitos militares, “um fascínio quase irresistível”,<sup>2</sup> e, fundamentando-se na construção dos heróis, um alicerce de manutenção cultural.

Compreendemos que esse fascínio é parte de uma faceta da nossa condição humana que não vamos discutir nesse momento. Mas, integrando essa faceta belicosa que nos caracteriza, o instinto de sobrevivência não está dissociado da luta. A história das armas e seus heróis é contada pelos que sobreviveram. Para essa história fazer sentido, a saúde e os cuidados médicos, sejam aqueles prestados durante as batalhas ou das doenças decorrentes deles, dependem dos médicos e cirurgiões. Enquanto uns lutam para tirar, outros lutam para restituir. Em ambos os casos, para as armas ou a medicina, o objeto é a saúde do corpo.<sup>3</sup>

Assim como podemos afirmar que a evolução bélica está alinhada ao crescimento da medicina,<sup>4</sup> também os estudos na área da história da Medicina

---

<sup>2</sup> TILL, 1994, p. 19.

<sup>3</sup> J. M. Orlando destaca que as guerras são inevitáveis. Elas vão e, em algum momento, retornam. No entanto, a taxa de letalidade entre os feridos tem se reduzido com o passar das guerras. O autor afirma que na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a letalidade entre os soldados norte-americanos atingiu 30% dos feridos. Já na Guerra do Vietnã (1959-1975), baixou para 24%. Nas guerras do Iraque e do Afeganistão caiu para, aproximadamente, 10%. Isto nos mostra o “grau de efetividade do sistema médico-assistencial colocado à disposição dos soldados em combate, desde a linha de frente até a retaguarda (...) Melhores medidas de ressuscitação e técnicas cirúrgicas mais efetivas”, que contribuíram para redução dessa letalidade. (ORLANDO, 2016, p. 32-33).

<sup>4</sup> Tanto é verdade que, no século XVIII, em Portugal, creditava-se um suposto retrocesso na cirurgia em função de não haver guerras. O contrário do que se via, na opinião do renomado cirurgião Manoel Gomes de Lima, na França, onde a prática cirúrgica inventa “todos os dias novos remédios, operações, e instrumentos salvam inumeráveis vidas das mãos da morte”: “[...] porque na verdade a Cirurgia nunca se estima muito onde se cuida pouco em armas. Os Exércitos, e as Armadas são os verdadeiros, e próprios lugares dos Cirurgiões. Ali a necessidade os faz estimados, e os exercícios doutos. Amam os Homens muito a semelhança, e nenhuma

e da saúde e das doenças podem dialogar com a história militar. No entanto, apesar da importância dada à saúde em um contexto militarizado, como é o caso do RS, são poucos os estudos que buscam identificar a importância que os governantes<sup>5</sup> davam à saúde no período que marcou o início da ocupação portuguesa na América meridional. Ao contrário do que ocorre em relação ao restante das regiões do Brasil-colônia, sobre as quais existem muitos trabalhos, a partir de uma documentação mais abundante, o sul do Brasil não possui muitos registros acerca das condições de saúde e atendimento aos enfermos no período do Setecentos. Nesse sentido, o pouco que se tem deve ser relativizado, pois “tendo em vista que, na sua maior parte, são registros oficiais dos poderes instituídos, ou seja, produtos do exercício de poder das autoridades constituídas [...],”<sup>6</sup> que, conseqüentemente, devem ser analisados em função do seu objetivo.

Este trabalho se detém na trajetória de um cirurgião que atuou no Continente do Rio Grande,<sup>7</sup> no Setecentos. Uma região com inúmeras singularidades e sobre a qual existe uma vasta produção historiográfica, voltada tanto para destacar sua forte vinculação com os conflitos bélicos fronteiriços, quanto para o papel desempenhado pela imigração açoriana. Uma região na

---

arte a tem tão própria com a Cirurgia como a Milícia. Ambas necessitam de valor, de indústria, de sofrimento, de ferro, e de fogo.” (LIMA, 1756). Nesta passagem, o autor poderia estar se referindo a Ambroise Paré (1510-1590), cirurgião-barbeiro do exército francês, que, no século XVI, deu sucesso às ligaduras nos sangramentos das batalhas. (ORLANDO, 2016, p. 230).

<sup>5</sup> Em *Apontamentos para uma história da doença no Rio Grande do Sul – Séculos XVIII – XIX*, a professora Nikelen Witter destaca essa falta de interesse para estudos que contemplem o período compreendido entre os séculos 18 e 19. (WITTER, 2005).

No meu trabalho de conclusão do curso de História, intitulado *Regulamentação, caridade ou estratégia política? As preocupações de um Brigadeiro com a saúde dos colonos e de seus comandados (Séc. XVIII)*, refleti sobre a importância da saúde no projeto desenvolvido pelo Brigadeiro Silva Paes para a colonização da região. (CARVALHO, Rogério Machado de. *Regulamentação, caridade ou estratégia política? As preocupações de um Brigadeiro com a saúde dos colonos e de seus comandados (Séc. XVIII)*. – *Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação*. 122 p. – São Leopoldo: UNISINOS, 2019).

<sup>6</sup> GRAEBIN, 2014, p. 164 – 191.

<sup>7</sup> Denominação que se dava ao espaço territorial compreendido entre Laguna, Santa Catarina, até o Rio da Prata, mais precisamente a Colônia do Sacramento. Rachel dos Santos Marques destaca que o termo foi consagrado na literatura na obra de Erico Veríssimo, *o Tempo e o Vento*. A autora ainda cita Adriano Comissoli ao lembrar que “A expressão Continente é uma referência à formação geográfica da região, na qual predominam grandes planícies. Significa “vasta porção de terra contínua. Daí ter sido chamado Continente do Rio Grande. O termo, neste mesmo sentido, foi comumente usado pelos portugueses, com referência a outras regiões da América e da Ásia”. (MARQUES, 2011, p. 9).



qual espanhóis, portugueses e nativos distribuía-se pelo território e, por meio da miscigenação biológica e cultural, constituíram sua população.

A originalidade deste trabalho está em abordar a trajetória de um cirurgião que ascendeu socialmente no extremo no sul da América portuguesa, fugindo de um padrão que caracteriza as trajetórias de outros cirurgiões que atuaram do restante da colônia no Setecentos, pois, diferentemente de Sebastião Gomes de Carvalho, escreveram livros de medicina ou cirurgia. No levantamento que fizemos, constatamos que não existem estudos sobre o primeiro cirurgião do Continente de São Pedro, o que aponta para a originalidade do trabalho que realizamos. Entre os trabalhos já produzidos sobre cirurgiões que atuaram na América portuguesa no mesmo período estão os de Júnia Furtado, que reconstitui a trajetória de Luiz Gomes Ferreira,<sup>8</sup> que atuou em Minas Gerais. A mesma autora e Márcia Moisés Ribeiro realizaram estudos sobre José Antonio Mendes,<sup>9</sup> que exerceu seu ofício na Bahia e Minas Gerais. Já Isaac Facchini Badinelli se debruçou sobre a trajetória de João Cardoso Miranda,<sup>10</sup> destacando sua atuação também como comerciante na Bahia e Minas Gerais, que, nesse sentido, aproxima-se do cirurgião Sebastião Gomes Carvalho. Apesar de contemplar o século XIX, o trabalho de Raul Rois Schefer Cardoso nos oferece valiosas informações sobre Antônio José de Moraes,<sup>11</sup> médico, cirurgião e fazendeiro que atuou no sul do Brasil, e, também, sobre a evolução social de outros cirurgiões que atuaram no período colonial.<sup>12</sup>

---

<sup>8</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. Arte e segredo: o licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens. IN: FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*. Org.: Júnia Ferreira Furtado. – Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002.

<sup>9</sup> RIBEIRO, Márcia Moisés. Nem nobre, nem mecânico: A trajetória social de um cirurgião na América portuguesa do século XVIII. In: *Almanak Braziliense*. n. 2, nov/2005. p. 64-75. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11619> Acesso em: 18 de outubro de 2020.

<sup>10</sup> FACCHINI BADINELLI, Isaac. Medicina e comércio na dinâmica colonial: A trajetória social de João Cardoso de Miranda (Século XVIII). Dissertação de Mestrado. 150p. – Florianópolis: UFSC, 2018.

<sup>11</sup> CARDOSO, Raul Rois Schefer. Antônio José de Moraes: Notas sobre a trajetória de um cirurgião português no Brasil meridional no século XIX. In: *Oficina do Historiador*, Suplemento especial. – I EPHIS/PUCRS - 27 a 29 de maio de 2014. –Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p.1334-1349. Cabe ressaltar que este trabalho sobre Antônio José de Moraes foi o único que encontramos abordando a trajetória de um cirurgião no RS, mas já no século XIX.

<sup>12</sup> Esses cirurgiões são melhor apresentados no cap. 2.

No Brasil colônia, os cirurgiões desfrutavam de um reconhecimento maior em lugares afastados, nos quais, devido à carência de médicos, obtinham certa ascensão social, quer através da cirurgia, quer por seu envolvimento em negócios.<sup>13</sup> Se consideramos este aspecto, a trajetória do licenciado Sebastião Gomes de Carvalho no Continente de São Pedro não parece se afastar muito das trajetórias de outros cirurgiões que atuaram na América portuguesa.

Já o pesquisador Walter Piazza nos oferece um trabalho sobre o primeiro cirurgião a atuar em Santa Catarina. Segundo este autor, logo que chegou a Santa Catarina, em 1739, o Brigadeiro José da Silva Paes<sup>14</sup> constatou que a região necessitava ter um cirurgião, como se pode comprovar na passagem do documento que transcrevemos:

Como se achão n'esta Ilha (de Santa Catarina) mais de 900 pessoas e não ha medicos nem cirurgião, nem botica, nem na distancia de 60 legoas, peço a V.S. queira mandar para aqui o cirurgião mulatinho, e huma botica para se poder acudir a quaesquer incidentes precisos e sabe V.S. a menos número de gente se dá esta providencia, e eu a não trouxe quando vim por entender, que aqui havia hua, e outra couza que não há. Espero dever a V.S. queira mandar o dito Cirurgião porque sey tão bem entende de medicina".<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> Voltaremos a falar sobre a ascensão social de cirurgiões, apesar de seus modestos salários (soldos), a partir do cap. 2.

<sup>14</sup> José da Silva Paes (1679 – 1760). Alguns documentos, e a própria bibliografia, trazem as grafias José ou Joseph assim como Paes, Pais ou Pays. Neste trabalho optamos pela grafia José da Silva Paes. O Brigadeiro Silva Paes foi um engenheiro militar que veio para o Brasil em 1735, após se destacar na Europa, como vice-governador do Rio de Janeiro. Atuando como engenheiro, destacou-se por obras estruturais na cidade do Rio de Janeiro, e fortalezas, principalmente as construídas em Santa Catarina. Após retornar de uma missão de socorro à colônia do Sacramento fundou o presídio Jesus Maria José, hoje cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, sendo considerado o primeiro governador do Estado. Sobre a trajetória de Silva Paes ver PIAZZA, Walter F. *O Brigadeiro José da Silva Paes: Estruturador do Brasil Meridional*. - Florianópolis: Ed. da UFSC; Rio Grande: Ed. da Fundação Universidade do Rio Grande; Florianópolis: FCC Edições, 1988.; ARAUJO, Ana Cristina. Livros de uma vida: critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII. – *Revista História das Ideias*. v. 20 (1999). p. 149 – 185. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/41820>; VELHINHO, Moysés. Brigadeiro José da Silva Paes, fundador do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. – n. 7. – São Paulo: 1969. p.3-29.

<sup>15</sup> Apud PIAZZA, 1982, p. 69.

Como resposta à sua petição, em 1740, teria desembarcado na região o primeiro “Cirurgião-mor do Presídio da Ilha de Santa Catarina”, Paulo Lopes Falcão, que veio a falecer em 1796, com a idade de 93 anos.<sup>16</sup>

Com relação às fontes que serão analisadas na dissertação, destacamos os Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, sobretudo seu primeiro volume, as cartas do Brigadeiro José da Silva Paes a Martinho Mendonça de P. Pina – Governador de Minas Gerais (1735-1738), transcritas por Artur da Mota Alves; Ilha de Santa Catarina – Relatos de Viajantes Estrangeiros nos Séculos XVIII e XIX, e os Registros de Batismos e Óbitos de Viamão, transcritos e disponíveis no Projeto Resgate de Fontes Paroquiais.

O fato de Sebastião Gomes de Carvalho não ter deixado cartas, anotações ou outros documentos<sup>17</sup> restringe a pesquisa aos documentos oficiais. Nesse caso, os Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul<sup>18</sup> constituem o acervo de documentos sobre o cirurgião. Ressalta-se que estes documentos oficiais, por se tratar do “registro dos atos dos primeiros comandantes militares do presídio do Rio Grande de São Pedro”,<sup>19</sup> sempre estarão em conformidade com as orientações metropolitanas. Isto gera a necessidade de relativizar os juízos dados por esses comandantes. Nesse caso, pouco se constata a presença do cirurgião nas questões afetas ao tratamento de doentes ou aos procedimentos cirúrgicos. Ao longo do trabalho, vamos observar que as ordens oficiais atendiam a necessidade do projeto maior que era a ocupação do espaço continentino.

Nos Anais do AHRGS encontramos não apenas os primeiros indícios da atuação do cirurgião, como também informações sobre as condições de vida de soldados e colonos na época de sua nomeação e atuação. As regras relativas à assistência, discriminadas em editais e provisões, mostram tensões entre os

---

<sup>16</sup> PIAZZA, 1982.

<sup>17</sup> A esposa do cirurgião Sebastião Gomes de Carvalho, Eufrásia Maria, abriu seu inventário em 1783. Por não conseguirmos o documento transcrito, e não haver tempo hábil para sua transcrição, a discussão sobre seu conteúdo ficará para um futuro trabalho.

<sup>18</sup> Doravante AHRGS.

<sup>19</sup> DOMINGUES, 1977, p. 19.

colonos que vinham de outros pontos da colônia e aqueles que vinham do continente. Isto demonstra que elas eram interpretadas de acordo com o interesse da comandância e que havia um distanciamento entre o que desejava a metrópole e o que a colônia necessitava efetivamente.

Para complementar a documentação, localizamos, também, cartas de viajantes que descreveram o território no qual o cirurgião atuou, bem como os registros paroquiais de Viamão/RS. O primeiro investimento que fizemos – na busca de relatos de viagem – nos levou aos dois naufragos do navio *Wagner*, que estiveram em Rio Grande durante a Revolta do Dragões.<sup>20</sup> Do seu relato, recolhemos indícios que serão vistos no decorrer dos capítulos, tanto relacionados com o cirurgião, quanto com questões de saúde. Outros relatos que nos permitiram reconstituir o contexto no qual atuou o cirurgião estão em documentos produzidos sobre a ilha de Santa Catarina durante o XVIII. Por eles podemos deduzir como eram as condições de vida das populações colonizadoras nas primeiras décadas do século XVIII.

A partir da consulta aos registros paroquiais,<sup>21</sup> tivemos acesso às doenças que acometiam a população, sendo que, através dos registros batismais, identificamos as relações de apadrinhamento, podendo-se observar que a esposa do cirurgião foi mais requisitada do que ele. Isto parece apontar para uma situação distinta do usual, uma vez que cabia ao homem, normalmente bem situado na sociedade, estabelecer o alicerce da relação que estava se iniciando através do batismo. Acreditamos que Gomes de Carvalho não fosse requisitado em virtude de sua origem não estar vinculada à elite colonial,<sup>22</sup> enquanto que a

---

<sup>20</sup> No capítulo I, tratamos com mais detalhes dessa Revolta.

<sup>21</sup> RESGATE DE FONTES PAROQUIAIS - PORTO ALEGRE E VIAMÃO (SÉCULO XVIII). Ana Paula D. Schantz, Adriano Comissoli, Cristiane P. Bahy, Eduardo Neumann, Fábio Kühn (Departamento de História Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UFRGS). Disponível em <http://www.viamaoantigo.com.br/familias.htm> Acesso em 29 de julho de 2019.

<sup>22</sup> Elite, aqui, entendida como uma situação social que dá, ao indivíduo, pelo menos duas dessas condições: “riqueza, status e poder” Partindo da premissa de que a primeira é condicional para ascensão inicial (KÜHN, 2014, p. 121), as outras duas podem se alternar na ordem de alcance, na dependência das estratégias de ascensão social empregadas (negócios, política, casamentos, apadrinhamentos etc.). Jonas Moreira Vargas sugere que o limite de influência, no caso da elite política, deve superar o local. (VARGAS, 2011, p. 29).

esposa, por integrá-la desde as origens, fosse percebida como credenciada para amadrinhar.

Cabe esclarecer que, ao optarmos pela trajetória do cirurgião, não menosprezamos ou marginalizamos os outros agentes da cura que atuaram no Continente de São Pedro nesse período. É importante ressaltar que, por se tratar de uma ocupação, num primeiro momento, mais militar do que colonizadora, o território, assim como ocorreu com Santa Catarina, necessitava de um cirurgião.

Em 1736, o Brigadeiro José da Silva Paes, ainda em missão de socorro à Colônia do Sacramento, no Rio da Prata, emite uma provisão que nomeava Sebastião Gomes de Carvalho como cirurgião do então Continente de São Pedro. A medida, num primeiro momento, não seria diferente de outras tantas tomadas pelos governantes, militares ou não, no Brasil Colônia. A carência de médicos interessados em vir para a colônia brasileira era suprida pela nomeação de cirurgiões formados, principalmente, no Hospital de Todos os Santos.<sup>23</sup>

É preciso, no entanto, considerar que não havia, dentro do território continentino, uma povoação lusitana oficial. Dentro dos limites estipulados pelo Tratado de Tordesilhas (1494),<sup>24</sup> o último núcleo habitacional era Laguna e,

---

<sup>23</sup> Fundado entre 1492 e 1504, o Hospital Grande, ou Hospital Real de Todos-os-Santos começou a ser construído por D. Joao II e teve como modelo os melhores hospitais da época, principalmente o Santa Maria Nuova de Florença, porém sem contar com o que Priscila Aquino Silva chamou de racionalidade administrativa. Essa afirmação se dava pela administração ser carregada de cargos e funções. Prevendo um crescimento da população, o Hospital promove uma inovação e o rei funde todos os hospitais menores num único local de atendimento. O hospital foi construído para atender essa demanda. (SILVA, 2015, p.1335-1352). A partir do alvará de 26 de julho de 1559, o curso de cirurgia do Hospital durava dois anos, ao fim dos quais o candidato deveria fazer exame com o cirurgião-mor do reino. A partir de 1631, independente do hospital, o aluno prestaria exame perante um júri presidido pelo cirurgião-mor e deveria conhecer o latim. Maximiano Lemos Junior afirma que o “ensino no hospital começa a tomar um incremento notável é quando se separa o estudo da anatomia do da cirurgia propriamente dita, o que acontece em princípios do século XVIII [...]”. Lemos Junior acredita que havia uma separação entre a cadeira de Anatomia e de Cirurgia. E não há indícios de que eram obrigatórias. Em 1721, o professor de Anatomia passa a ser Mouravá e Roca. O hospital também se notabilizou por formar cirurgiões que posteriormente escreveram tratados. (LEMONS JUNIOR, 1881).

<sup>24</sup> Tratado assinado entre Portugal e Espanha que delimitava a possessão das terras encontradas no Novo Mundo. Uma linha imaginária de 370 léguas a partir das Ilhas de Cabo Verde indicava que as terras a Oeste eram espanholas e a leste portuguesas. Em 1750, com a delimitação de novos limites, o Tratado de Madrid substituiu o Tratado de Tordesilhas.

avançando, no extremo sul, opondo-se a Buenos Aires, a Nova Colônia do Sacramento. Ou seja, dentro da faixa entre Laguna, em direção aos Campos de Viamão, e Colônia do Sacramento, havia alguns poucos aventureiros que ocupavam-se do aprisionamento de nativos e da captura de gado.

De acordo com Pedrosa, citado por Walter F. Piazza, “(...) No [restante do] Brasil Colonial só existiam médicos oficiais pertencentes às milícias ou às câmaras. Os nomes que se registram de médicos dessa época são todos de profissionais com missão ligada à tropa ou ao mundo oficial”.<sup>25</sup> No caso do Continente, os aquartelamentos requeriam a presença de um cirurgião para o atendimento dos militares,<sup>26</sup> mas, considerando que o território era pouco ocupado, devido aos constantes litígios, o Brigadeiro Silva Paes determinou que este deveria atender também a população que vivia junto ao Presídio de Rio Grande.

Levando-se em conta que, para a pesquisadora Maria Luiza Bertulini Queiroz, a região era “um imenso vazio demográfico”,<sup>27</sup> esta condição já seria um argumento para justificar a não nomeação de um cirurgião. No entanto, na sua tese de doutorado, Rachel dos Santos Marques destaca que havia uma população itinerante no território. Para ela, “as motivações para o deslocamento incluíam a busca de terras, índios, rebanhos, e especialmente ouro [...]”.<sup>28</sup> Embora esses deslocamentos trouxessem um vasto conhecimento da região, não se configuravam em fixação à terra. Nesse caso, Marques se aproxima de Martha Daisson Hameister, que também defende que este não era um vazio em termos demográficos, na medida em que havia uma população circulante

---

<sup>25</sup> PEDROSA, 1950 apud PIAZZA, 1982, p. 68.

<sup>26</sup> Augusto Moutinho Borges destaca que durante a Guerra da Aclamação se deu uma maior atenção aos soldados. Para além da preocupação de fornecer fardamento e armamento, a assistência deveria se estender também à saúde. O autor ressalta que cabia ao cirurgião cuidar das fraturas e amputações. (BORGES, 2009, p. 32-33). O Coronel Médico Carlos Vieira Reis acrescenta que foi na Guerra da Restauração que surgiu uma organização militar, com a criação de um exército profissional e, com ele, a nomeação de cirurgiões profissionais. O Conselho de Guerra, criado em 22/11/1643, confirmava, ou não, as indicações dos cirurgiões por parte dos Mestres-de-Campo. (REIS, 2006).

<sup>27</sup> QUEIROZ, 1992, p. 1.

<sup>28</sup> MARQUES, 2016, p. 26.

composta de espanhóis, indígenas, missionários e portugueses, que ocupavam a terra e se deslocavam conforme seus interesses.

É preciso também considerar que, mesmo que o Brigadeiro tenha sido incumbido de fundar um núcleo de ocupação, a fundação do presídio Jesus Maria José ocorreu somente em 1737. Ou seja, o cirurgião foi nomeado muito antes da fundação do presídio. Isso parece sugerir que a saúde foi percebida pelas autoridades metropolitanas como fundamental para assegurar a fixação do colono à terra. Devemos levar em conta, como já mencionado, que todo aquartelamento necessitava de um cirurgião ou médico para atendimento dos soldados. Mas, nesse caso, o Brigadeiro já deveria contar com um junto às tropas que desembarcaram. Como a documentação não faz referência à existência desse cirurgião entre as tropas, parece-nos fazer sentido a nomeação de Sebastião Gomes de Carvalho.

Foi durante a experiência como bolsista de Iniciação Científica, atuando junto ao projeto *Circulação e apropriação de saberes em obras manuscritas e impressas de Cirurgia na América Meridional do Setecentos*, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Cristina Deckmann Fleck, que a figura do cirurgião Sebastião Gomes de Carvalho nos chamou a atenção, primeiramente, pelo fato de ser o primeiro cirurgião nomeado oficialmente para o Rio Grande do Sul. Em segundo lugar, porque acreditamos que através da atuação do cirurgião, considerando a trajetória de outros cirurgiões que a historiografia menciona,<sup>29</sup> poderíamos melhor compreender uma série de ações do Brigadeiro Silva Paes, chefe militar e governador do território, orientadas para a saúde dos soldados e colonos. As fontes a que tivemos acesso, contudo, pouco trazem sobre a saúde e as doenças com as quais ele se deparou ao exercer o ofício de cirurgião, e pouco apontam para seu protagonismo nas artes de curar. Pelo contrário, nas fontes oficiais ele é referido como comerciante de couro e vereador, não havendo menções à sua atuação como cirurgião. E em trabalhos sobre a elite colonial do Continente de

---

<sup>29</sup> Ao longo da dissertação, voltaremos a fazer referência a outros cirurgiões como João Cardoso de Miranda e Luiz Gomes Ferreira, que se destacaram na sociedade colonial da América portuguesa.

São Pedro, Gomes de Carvalho aparece também apadrinhando inúmeros filhos dessa elite colonial.

Esta constatação levou à reformulação do questionamento inicialmente proposto e à opção por analisar as estratégias que o cirurgião Gomes de Carvalho adotou para se inserir na elite riograndina. Sendo assim, pergunta passou a ser: Como um licenciado na arte de curar, subalterno na escala social, que não era nobre, ascende, social e politicamente, em uma sociedade, cujos integrantes descendiam de uma linhagem tradicional e elitista?<sup>30</sup> Entendemos que Sebastião Gomes de Carvalho não fez uso da cirurgia como sua atividade fim, mas como uma atividade que permitiu que alcançasse benesses sociais através do seu contato com a elite. Acreditamos também que a atividade mercantil foi aquela que primeiro lhe proporcionou ganhos, e que suas relações com essa elite lhe renderam oportunidades e a adoção de outras estratégias de ascensão social, como o matrimônio, o apadrinhamento e a atuação política. Nesse caso, “o interesse volta-se para a análise das diferenças, dos conflitos e das escolhas, situações em que a complexidade dos fenômenos históricos teria maior possibilidade de ser resgatada”.<sup>31</sup>

Além da inexistência de trabalhos sobre o primeiro cirurgião nomeado para o Continente de São Pedro, outro grande desafio para a investigação decorreu da constatação de que Gomes de Carvalho não escreveu qualquer tratado ou receituário. Para minimizar as dificuldades e fundamentar a investigação sobre a trajetória do cirurgião, buscamos estudos referenciais da micro-história e sobre trajetória, lembrando-nos das reflexões de Pierre Bourdieu, para quem é o nome “[...] que assegura a constância através do tempo, e a unidade através dos espaços sociais dos diferentes agentes sociais [...]”.<sup>32</sup> Este procedimento foi fundamental, uma vez que na documentação

---

<sup>30</sup> Para Fábio Kühn, a principal família que deu origem à Vila de Laguna foi a de Domingos Brito Peixoto, “membro de uma das melhores famílias da capitania de São Paulo”. (KÜHN, 2014, p. 24). Os Campos de Viamão são colonizados por famílias que vieram de Laguna e formaram a elite riograndense na qual se inseriu Gomes de Carvalho.

<sup>31</sup> OLIVEIRA, 2009, p. 8.

<sup>32</sup> BOURDIEU, 2006, p. 184.



administrativa, o nome do cirurgião aparece em diversas ordens e ações dos dirigentes da Vila, sendo que algumas delas trazem ações e pareceres assinados por ele.

Estamos cientes de que a proposição de reconstituir a trajetória de Gomes de Carvalho implica muitos cuidados, pois como nos alerta Benito Bisso Schmidt, as lacunas existentes na documentação não devem nos levar a exercícios de imaginação sem fundamentação em fatos históricos.<sup>33</sup> O autor cita Natalie Davis que, em *O Retorno de Martin Guerre*, não esconde a voz do passado na sua “invenção”.<sup>34</sup> Esses cuidados permearão nosso trabalho de forma a manter a necessária crítica e a relativização documental, fazendo uso das lacunas “para iluminar questões e/ou contextos mais amplos.”<sup>35</sup>

Nesse trabalho, entendemos que uma trajetória resulta das ações do sujeito frente às exigências de um contexto e que suas escolhas são geradas por uma tensão entre ele, o indivíduo, e as instituições presentes nesse contexto. No caso desta dissertação, entendemos que a elite, o contrabando, a política e o comércio de couro orientaram as escolhas de Sebastião Gomes de Carvalho. Segundo Pierre Bourdieu, não devemos pensar que essas escolhas são coerentes e orientadas, isto é, que são ações e intenções que devemos tratar como um projeto. Para o sociólogo francês, esse projeto deve ser percebido como fragmentado, não obedecendo a ordem cronológica do fato histórico. Assim, a trajetória, biografada ou autobiografada

[...] se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, [...].<sup>36</sup>

---

<sup>33</sup> SCHMIDT, 1997.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 14.

<sup>36</sup> BOURDIEU, 2006, p. 184.

É sob esta perspectiva teórica que propomos o preenchimento das lacunas que constatamos existir em relação à trajetória do cirurgião Sebastião Carvalho.

Levando em conta que o cirurgião é oriundo de uma classe inferior, poderíamos analisar sua trajetória pela lógica das classes e enaltecer sua ascensão junto à classe elitista e mandatária da Vila de Rio Grande. Mas não trataremos neste trabalho do peso opressor que possivelmente se dava sobre uma classe subalterna,<sup>37</sup> mesmo reconhecendo a força que era exercida pelas instituições de poder que determinavam as escolhas dos indivíduos e que são visíveis na documentação. Vale lembrar que a diferença social já vinha estabelecida de além-mar, havendo o transplante e as adequações dos rituais próprios do Antigo Regime na colônia. No entanto, para obter sucesso em suas escolhas, é plausível supor que ele deveria conhecer os meandros da vida da elite.

Para, portanto, conhecermos as origens do primeiro cirurgião do Continente de São Pedro, suas concepções, sua formação e atuação, devemos levar em conta as ponderações feitas por Giovanni Levi,

[São] pessoas que, observados com olhar analítico, em um âmbito circunscrito, recuperaram um peso e uma cor; não como exemplos, na falta de explicações melhores, mas como referência dos fatos à complexidade dos contextos nos quais os seres humanos agem.<sup>38</sup>

Para Alexandre Karsburg e Maíra Vendrame, autores de *Ensaio de micro-história: trajetória e imigração*, apesar de uma trajetória estar circunscrita a um espaço e um tempo determinado, diversos fatores interferem nas escolhas do personagem: “toda vida é marcada por indeterminismos resultantes de situações políticas, econômicas, religiosas, comunitárias, etc., que fogem ao

---

<sup>37</sup> GINZBURG, 2006.

<sup>38</sup> LEVI, 2016, p. 23.

controle pessoal, mas é com base nessas situações que se devem fazer as escolhas.”<sup>39</sup>

Considerando sua inserção em uma região instável politicamente, socialmente em formação, a reconstituição da trajetória do cirurgião vai além de uma simples redução de escalas. O uso da micro-história, nesse sentido, nos permite compreender quais as escolhas que fez e quais as estratégias utilizadas para assegurar sua ascensão. Tanto Sebastião Gomes de Carvalho, quanto os outros cirurgiões que vieram para a colônia, são produtos e articuladores de seu meio. Estando nas margens dessa sociedade, Sebastião Gomes de Carvalho fez uso do meio e das regras intrínsecas ao pensamento social da época para se inserir na elite. Nesse sentido, suas ações se justificam pelas suas escolhas, como nos assegura Giovanni Levi.

[...] toda ação social é vista como o resultado de constantes negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora, difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais.<sup>40</sup>

De fato, ao pensarmos a afirmação de Levi, devemos levar em conta que a trajetória do licenciado Gomes de Carvalho foi perpassada pelas pressões do ambiente no qual viveu e que foi nelas que buscou amparar suas escolhas. É para a compreensão dessas escolhas que nossa escala se reduz e busca identificar quais foram suas estratégias.<sup>41</sup> Como nos afirma Levi,

[..] a participação de cada um na história geral e na formação e modificação das estruturas essenciais da realidade social não pode ser avaliada somente com base nos resultados perceptíveis: durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política de vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais.<sup>42</sup>

---

<sup>39</sup> VENDRAME, KARSBURG, MOREIRA, 2016, p. 86-113.

<sup>40</sup> LEVI, 2011, p. 137.

<sup>41</sup> Giovanni Levi afirma que “o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados.” (LEVI, 2011, p. 141).

<sup>42</sup> LEVI, 2000, p. 45.

Acompanhar a trajetória do licenciado Sebastião Gomes de Carvalho se apresenta como uma excelente opção metodológica para entendermos como era a sociedade setecentista do Rio Grande do Sul, uma sociedade do Antigo Regime regida por uma elite conquistadora.<sup>43</sup> Nela, Gomes de Carvalho galgará posições, como já mencionado, não em função do exercício do ofício de cirurgião, mas de outras atividades econômico-produtivas e do acionamento de uma rede de relações.

Como dito anteriormente, entendemos que o Continente de Rio Grande se diferenciava das demais regiões da América portuguesa, não que isto significasse ser melhor ou pior para os indivíduos que nele viviam. Como alerta o professor Benito Bisso Schmidt, não procuramos destacar “o homem ou o contexto, o sujeito ou a estrutura, [...]”.<sup>44</sup> Assim, também, não procuramos enfatizar o indivíduo ou o contexto acima do que a análise nos permitiu. O contexto nos permite analisar as escolhas de Sebastião Gomes de Carvalho e de que forma ele pode ter influenciado essas escolhas.

É importante ressaltar que centralizamos nossa pesquisa na Vila de Rio Grande, abarcando, preferencialmente, o período entre a fundação do presídio Jesus Maria José (1737) e a fuga portuguesa, devido à invasão espanhola (1763). No entanto, informações sobre a atuação do cirurgião na Vila de Viamão nos levaram a considerar, mesmo que brevemente, o período que antecedeu sua morte em 1783. Em termos de contextualização, vale lembrar que as charqueadas, o comércio de gado, a invasão espanhola, em 1763, e os caminhos trilhados para o interior do continente, deram a Rio Grande o papel de protagonista na historiografia da formação do estado. Autores como Gen. Borges Fortes, Moysés Velinho, José Honório Rodrigues, Ten. Cel. De Paranhos Antunes e Aurélio Porto construíram uma vertente da historiografia riograndense, a partir de uma abordagem política e outra militar, que buscou estabelecer a

---

<sup>43</sup> No decorrer do trabalho, vamos ampliar alguns conceitos apresentados sobre uma sociedade do Antigo Regime, a partir dos trabalhos de João Luís Ribeiro Fragoso, Antônio Carlos Jucá de Sampaio, entre outros.

<sup>44</sup> SCHMIDT, 1997, p. 15.

unidade gaúcha desvinculada de uma matriz platina e voltada para uma origem portuguesa. O Gen. Borges Fortes destaca-se também pelo extenso – e intenso – trabalho sobre a chegada das famílias, tanto dos lagunistas, quanto dos casais de açorianos que compuseram a sociedade riograndense.<sup>45</sup> Sua obra destacou o legado açoriano,<sup>46</sup> se inserindo em uma historiografia que, no início do século XX, buscava uma identidade portuguesa para o estado. Para a professora Ieda Gutfreind, Borges Fortes foi importante na construção de uma matriz lusitana para o Rio Grande do Sul.

Borges Fortes, ao colaborar na construção histórica do surgimento do RS como resultado da colonização portuguesa oficial [...] cria condições para firmar ser o Rio Grande do Sul brasileiro porque português em sua origem, povoado e colonizado por lusitanos, sejam lagunistas ou açorianos. Confirma ser o estado o mais brasileiro de todos os demais, pois assegurou as fronteiras da nacionalidade da ambição de inimigos ibéricos irreconciliáveis.<sup>47</sup>

Embora o trabalho desses autores buscasse atender a uma pressão do período, que impunha a criação de uma nacionalidade para o brasileiro, que fugisse do discurso originalmente europeu e mostrasse o Brasil com a face da miscigenação à frente, ainda assim, para fugir da origem platina, eles justificaram a matriz riograndense pela origem das elites lusitanas, o que, sem dúvida, deve ser relativizado. Para não adentrarmos em uma discussão que foge do escopo desse trabalho, destacamos o caso de Rafael Pinto Bandeira (1740-1795), tido como um dos baluartes da manutenção do Continente de São Pedro como território português. No entanto, de seus três casamentos, dois foram com mulheres indígenas.<sup>48</sup> Ou seja, sua descendência é uma clara amostra de que o Rio Grande do Sul possui, sim, em sua origem uma matriz mestiça tão forte quanto o lusitanismo que é defendido por alguns autores.

---

<sup>45</sup> Duas obras do autor são citadas nesse trabalho: *Troncos Seculares – o povoamento do Rio Grande do Sul* (Martins Livreiro, 1998) e *Rio Grande de São Pedro – Povoamento e Conquista* (Martins Livreiro, 2001). Destaca-se também a obra *Casais Açorianos* (Martins Livreiro, 1999).

<sup>46</sup> Sobre a colonização açoriana sugere-se BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Org.) *Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia*. Porto Alegre: EST, 2002; PIAZZA, Walter F. *A epopeia Açórico-Madeirense 1747-1756*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. Lunardelli, 1992.

<sup>47</sup> GUTFREIND, 2004, p. 12.

<sup>48</sup> HAMEISTER, 2007, p. 281-283.

Se Borges Fortes buscou na elite setecentista as razões para construir um tronco de matriz lusitana e dar uma identidade portuguesa ao Rio Grande do Sul, em *Gente da Fronteira: Família e poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800)*,<sup>49</sup> o pesquisador e professor Fábio Kühn tratou da formação dessa elite desde sua origem em Laguna e sua instalação nos Campos de Viamão. Levando em conta as condições em que se deu a formação da sociedade riograndense, a partir de um contexto bélico quase que permanente, o professor explorou as estratégias que consolidaram o fortalecimento dessa elite colonial que se voltava não somente para seu patrimônio,<sup>50</sup> mas, principalmente, para uma rede de relações sólida. Fábio Kühn define como essenciais para fazer parte da elite atributos como “riqueza, status e poder”. No caso das famílias setecentistas, o poder, embora limitado, era visto como prioridade e formatava as configurações familiares. O exercício do poder se afirmava nas Câmaras, sendo que seu controle era buscado veementemente, pois sua condução dava acesso ao poder metropolitano e possibilitava o atendimento das necessidades. Para Martha Daisson Hameister e Tiago Gil, é preciso avaliar melhor essa afirmação, pois, para eles, o poder estava na posse de terras, escravos ou na carreira militar, o que, em uma zona conflituosa como a fronteira meridional se justifica, uma vez que o próprio governo metropolitano apoiava esses militares.<sup>51</sup>

Outra forma de manter esse poder dentro de uma família, ainda segundo Kühn, era através do dote, que não deve ser entendido apenas como uma “transferência patrimonial” e, sim, como uma aliança que unia “famílias e facções políticas”.<sup>52</sup> Descrevendo a trajetória de algumas famílias setecentistas, Kühn revela como se dava a manutenção do poder e como se construiu a elite

---

<sup>49</sup> KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: Família e poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800)*. – São Leopoldo: OIKOS, 2014.

<sup>50</sup> Exemplo disso é o fato de, diferentemente do restante da colônia, onde o número de escravos determinava o poder financeiro de uma elite, principalmente, a açucareira, no território sulino, isso não acontecia. A quantidade de escravos não determinava esse poder. O poder da elite se dava, principalmente, no campo político, o que implicava o fortalecimento das Câmaras que, por sua vez, possibilitavam benesses reais. Vale lembrar que os integrantes das Câmaras eram importantes comerciantes, criadores de gado e, principalmente, militares.

<sup>51</sup> HAMEISTER, GIL, 2007, p. 265-335

<sup>52</sup> KÜHN, 2014, p. 121- 168.

riograndense através dessa instituição que, no caso do Rio Grande, era determinada pela posse da terra. Além dos dotes, o pesquisador também discute o compadrio e o apadrinhamento<sup>53</sup> como forma dessa elite se manter no poder pelas relações construídas na pia batismal. Nesse sentido, no que tange às estratégias adotadas e à conseqüente ascensão de Sebastião Gomes de Carvalho, nosso trabalho dialoga constantemente com as informações trazidas e as discussões feitas pelo professor Fábio Kühn.

A despeito de toda sua formação como cirurgião, é a trajetória social que o notabilizou como membro da elite riograndina. Nesse sentido, é importante que conheçamos as estratégias utilizadas por Gomes de Carvalho. Nesse caso, partimos do pressuposto de que as redes são relacionamentos criados “a partir das ações e das relações vivenciadas entre diversos indivíduos com acesso a informações e recursos diferenciados entre si”,<sup>54</sup> observando-se que sua inserção se dá a partir dos negócios comuns à sua rede. Para isto, recorreremos a João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa, autores da obra *Na Trama das Redes* (2010), que foram fundamentais para percebermos distanciamentos e aproximações entre as características da sociedade de Rio Grande com as próprias de uma sociedade do Antigo Regime e o papel que as redes desempenharam. De acordo com Mafalda Soares, neste tipo de sociedade deve-se considerar relações oriundas de arranjos que atendiam aos interesses em jogo, tais como o casamento,<sup>55</sup> o que nos permitiu pensar o casamento de Gomes de Carvalho também como uma estratégia para solidificar suas relações.

Mas o entendimento das relações familiares riograndinas, a partir do conceito de família nuclear, não deve considerar a clássica estruturação familiar no Antigo Regime. As relações consolidadas a partir da pia batismal ou pelo sagrado sacramento do matrimônio solidificavam relações familiares que se davam muito além do nível consanguíneo em uma família composta por pai, mãe

---

<sup>53</sup> Fábio Kühn entende que o compadrio, via de regra, era escolhido de acordo com a posição social dos compadres e, portanto, condicionado ao parentesco, pois “servia para reforçar os vínculos de parentesco previamente existentes”. (KÜHN, 2014, p. 190).

<sup>54</sup> FRAGOSO, GOUVEA, 2010, p. 23.

<sup>55</sup> CUNHA, 2010, p. 120

e filhos. A pesquisadora Martha Daisson Hameister trabalha a constituição da família a partir dessas relações, a partir de fontes paroquiais, que revelaram que o elo criado entre os indivíduos “nessas famílias” se tornava forte o suficiente para criar redes clientelares ou estender o poder desta elite para outras áreas. É bem verdade que, segundo ela, essa extensão, algumas vezes, se manifestava também pelo medo. No trabalho em conjunto com Tiago Luís Gil, *Fazer-se elite no extremos-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII)*,<sup>56</sup> a pesquisadora mostra que essas estruturas familiares faziam uso, principalmente, das doações de terras ou do comércio para manter o poder dentro de uma família.<sup>57</sup>

Vale lembrar que, para António Manuel Hespanha, o apadrinhamento era “o equivalente a uma paternização espiritual, os afilhados aproximam-se da casa, ficando obrigados às fidelidades, deveres, mas também aos benefícios que essa inclusão comporta.”<sup>58</sup> E que também o padrinho se aproximava e passava a ter benesses em função dos cuidados dedicados ao afilhado. Se, por um lado, Gomes de Carvalho ampliou sua rede de relações através do apadrinhamento, por outro, como vereador, se inseriu no grupo de Pinto Bandeira, desfrutando, assim, “da graça e da gratidão, do serviço e da mercê” tanto na Câmara de Rio Grande, quanto, depois, na de Viamão. Hespanha afirma, ainda, que os grupos socializavam o poder não apenas nas câmaras, mas, também, nas misericórdias e, até, em igrejas ou conventos,<sup>59</sup> mostrando que buscavam o interesse local desde que fosse para obter benesses do poder central.

Em 1985, Maria Luiza Bertulini Queiroz defendeu sua dissertação de mestrado intitulada *A Vila de Rio Grande de São Pedro (1737-1822)*,<sup>60</sup> resultado de um extenso trabalho de pesquisa demográfica através da qual a pesquisadora

---

<sup>56</sup> HAMEISTER, GIL, 2007, p. 265-335

<sup>57</sup> Em sua dissertação de mestrado, Tiago Gil discute como o poder se mantinha dentro de uma relação parental ou criada a partir de negócios comuns, sendo que contrabando foi a mola mestra para a manutenção das redes de relacionamento. (GIL, 2002).

<sup>58</sup> HESPANHA, 2007, p.15.

<sup>59</sup> Idem, Ibidem.

<sup>60</sup> QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822). (Dissertação de Mestrado)* – Florianópolis: UFSC, 1985.



mostrou uma descrição completa da Vila de Rio Grande. Sem dúvida, um trabalho que hoje é referência para muitas pesquisas – esta, inclusive. A historiadora apresentou a história da Vila desde a sua fundação, discutiu, através de gráficos e tabelas, a situação de penúria em que viviam os primeiros soldados e colonos que habitaram o lugar, a evolução social, a formação econômica e a atuação das Câmaras. Em 1992, defendeu sua tese de Doutorado, cujo título já demonstra a continuidade da pesquisa sobre a Vila de Rio Grande.<sup>61</sup> Na tese, amplamente amparada em fontes paroquiais, Queiroz se detém em aspectos mais específicos, como a formação das famílias e a mobilidade dessas famílias.

Entre tantos trabalhos voltados para o período de fundação do presídio Jesus Maria José e de criação da Vila de Rio Grande, não podemos esquecer os de Francisco das Neves Alves, Luiz Henrique Torres e Tau Golin, que focam a constituição político-militar e o desenvolvimento econômico na Vila de Rio Grande, entre os séculos XVIII e XIX. No que se refere a esta questão, é extensa a bibliografia sobre a conjuntura geopolítica e que retrata o período fundamentada em outras fontes.<sup>62</sup>

Há, também, trabalhos que versam sobre as biografias de homens que construíram a história do Rio Grande do Sul.<sup>63</sup> Mas há temas que não foram ainda suficientemente explorados pela historiografia, dentro os quais se encontram as doenças e as condições da saúde no extremo sul da América portuguesa no século XVIII. A pesquisadora Nikelen Witter, em 2005, já apontava

---

<sup>61</sup> QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *Paróquia de São Pedro do Rio Grande: Estudo de História Demográfica (1737-1850)*. (Tese de doutorado). – Curitiba: UFP, 1992..

<sup>62</sup> Vale citar o livro de Guilhermino Cesar, *Os primeiros cronistas do Rio Grande do Sul – 1605-1801*, (EDURGS, 1981), que condensa os relatos de viajantes permitindo uma ampla visão do território e de algumas condições ambientais, necessárias para o trabalho. Outro importante trabalho para a dissertação é *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*, de Henrique Oscar Wiederspahn (EST/São Lourenço de Brindes; Instituto Cultural Português, 1979). Essa obra descreve com detalhes como foram as viagens dos imigrantes açorianos e como se deram as tratativas para que o projeto de ocupação motivasse os casais se deslocarem. Retrata as agruras do deslocamento, as condições a que eram submetidos e, ao chegar aqui, não encontravam o que lhes era prometido.

<sup>63</sup> Exemplo disso são os trabalhos que versam sobre o Brigadeiro José da Silva Paes (PIAZZA, 1988; FORTES, 1980); A tese de Augusto Silva, Rafael Pinto Bandeira: de bandoleiro a governador. *Relação entre os poderes privado e público em Rio Grande de São Pedro. Tese de Doutorado*. – Porto Alegre: UFRGS, 1999; entre outros.

para a carência de estudos referentes à saúde e às doenças no período da primeira metade do século XVIII,<sup>64</sup> uma vez que a maioria deles se debruça sobre o período após a reforma de Coimbra, que ocorreu em 1772. Vale lembrar que a partir dessa reforma, as ideias defendidas por Pombal passaram a ser implantadas, prevendo que um súdito saudável seria fundamental para os projetos de consolidação da Coroa.

Outro fator importante a ser considerado nas escolhas de Gomes de Carvalho está ligado à sua profissão, aspecto que é parte central das discussões feitas ao longo da dissertação. Para uma melhor compreensão de suas escolhas, optamos, primeiro, em pensar o seu lugar social, pois o cirurgião foi nomeado para dar atendimento médico-cirúrgico às populações militares e civis do Continente de São Pedro. Michel de Certeau, em sua *Operação Historiográfica*, nos convida a refletir sobre o “lugar de fala” e também sobre a autoridade que dele decorre,<sup>65</sup> que acredito ser de suma importância para entendermos a ascensão social do cirurgião. Por isso, a sua formação e sua atuação como cirurgião, somadas às condições que dispunha para desenvolver sua profissão, irão interferir nas escolhas que fez e nas estratégias que utilizou. Vale lembrar que sua formação se deu na Europa, em um momento em que se acentuaram as transformações do conhecimento médico-cirúrgico, e que seu ofício não desfrutava de distinção e prestígio pelas razões que já apontamos anteriormente.

Como já adiantamos, para melhor compreender as informações que conseguimos levantar sobre Gomes de Carvalho e para suprir as lacunas existentes, buscamos conhecer as trajetórias de outros cirurgiões que atuaram

---

<sup>64</sup> WITTER, 2005. A que se destacar que Sérgio da Costa Franco aborda, mas não aprofunda, a nomeação e uma muito rápida, atuação do Licenciado Sebastião Gomes de Carvalho. (FRANCO, 2003, p. 153-162). Já Walter Piazza, destaca a trajetória do primeiro cirurgião de Santa Catarina. (PIAZA, 1982, p. 68-76).

<sup>65</sup> CERTEAU, 2017, p. 45-111. Penso ser possível estabelecer uma aproximação entre este conceito – “lugar de fala” – com o de autoridade, na medida em que Gomes de Carvalho atuará como cirurgião nomeado pela Coroa portuguesa, desempenhando a função de administrador do hospital do presídio e sendo responsável pelas licenças e encaminhamentos de tratamento. Acredito que isto foi fundamental para que granjeasse prestígio e, conseqüentemente, acionasse mecanismos de ascensão social.

no Setecentos. Nessa busca, Júnia Ferreira Furtado nos apresentou a Luís Gomes Ferreira, cirurgião-barbeiro das Minas Gerais, que escreveu o *Erário Mineral* (1735). Gomes Ferreira, mesmo atraído pelas Minas de ouro que que afloravam nas Gerais, viu na falta de agentes da medicina e da cirurgia e, conseqüentemente, nos ganhos advindos do exercício deste ofício uma oportunidade para sua ascensão. Segundo a historiadora, o *Erário Mineral* foi a sistematização das práticas curativas adotadas por Luís Gomes Ferreira.

Ali escreveu apontamentos sobre as especificidades do clima, dos moradores, das doenças, dos tratamentos ministrados, aos quais incorporou diversas ervas locais. Advertiu que *as ervas, raízes, coisas minerais e de animais, que há nas partes do Brasil e seus sertões* serviam de muito préstimo à saúde pública e que as boticas locais deviam desenvolver medicamentos incorporando-as (EM<sup>66</sup>, v. 1, p. 266). (Grifo da autora)<sup>67</sup>

Júnia Ferreira Furtado observa que Luís Gomes Ferreira não se deteve apenas na arte da cirurgia, aventurando-se nos campos próprios dos médicos e boticários. Além de ter escrito um tratado médico, como nos mostra a nota acima, manipulava ervas e plantas, configurando o trabalho de um boticário. De acordo com a pesquisadora o fato de Luís Gomes ter escrito um tratado gerou tensão entre cirurgiões e médicos. Isto porque aos primeiros cabia a arte mecânica de curar, sendo que os segundos, que detinham o conhecimento acadêmico, dedicavam-se ao estudo das doenças. Já Luís Gomes Ferreira apontava que sua experiência dava a ele a autoridade da escrita, o que suscitava tensões.<sup>68</sup>

A pesquisadora ressalta que as informações sobre sua trajetória foram todas retiradas da obra que ele escreveu. Após sua formação como aprendiz no Hospital de Todos-os-Santos, atuou em navios, nos quais a presença de cirurgiões era muito requisitada devido à quantidade de doenças que se manifestavam. Após seu desembarque na Bahia, se dirigiu para Minas. Tentou a extração de minerais como forma de ganhar a vida, mas logo observou que os custos elevados drenavam os lucros dos mineiros. Percebeu que seu

---

<sup>66</sup> EM é a abreviatura de Erário Mineral.

<sup>67</sup> FURTADO, 2002, p. 6.

<sup>68</sup> Idem, Ibidem.

conhecimento sobre o tratamento mais adequado das doenças mais correntes na região das Gerais, através de recursos da farmacopeia local, possibilitaria sua ascensão social.

Nessa mesma obra, Júnia Ferreira Furtado menciona José Antonio Mendes e seu tratado *Governo de Mineiros...*,<sup>69</sup> outro cirurgião que também escreveu um tratado médico, alegando que sua experiência havia permitido que conhecesse diversos remédios que ajudavam no tratamento de certas doenças. A pesquisadora Márcia Moisés Ribeiro destaca que José Antonio Mendes desempenhou outras funções, que, a despeito de irem contra as regulamentações vigentes, não deixaram de proporcionar fama e sucesso ao cirurgião.<sup>70</sup> Sabe-se que, assim como Luís Gomes Ferreira, o licenciado José Antonio Mendes, além de cirurgião militar, atuou como médico e boticário na região das Minas Gerais.

Apesar do salto temporal é importante conhecer alguns aspectos da trajetória de Antônio José de Moraes. No *I Encontro de Pesquisas Históricas da PUCRS* (2014), o pesquisador e professor Raul Rois Schefer Cardoso apresentou algumas notas importantes sobre Antônio José de Moraes.<sup>71</sup> Esse cirurgião, formado em medicina e cirurgia, chegou ao Brasil em 1815, se destacando por estar inserido em um contexto marcado pelas transformações havidas na medicina e na cirurgia após as reformas pombalinas. Para o final do século XVIII, houve uma valorização do trabalho do cirurgião e a fusão entre as funções exercidas por médicos e cirurgiões. Sabe-se que o cirurgião Antônio José de Moraes solicitou o Hábito de Cristo e, que, segundo o professor Raul Cardoso, essa documentação é bastante “rica”, pois mostra como o cirurgião buscou se qualificar e mostrar-se digno da honraria. Embora tivesse negado o pedido, o licenciado foi voluntário em diversas ações de guerra no sul do Brasil

---

<sup>69</sup> José Antonio Mendes. *Governo de mineiros mui necessario aos que vivem distantes de professores, seis, oito, dez e mais legoas, padecendo por esta causa seus domesticos e escravos, queixas, que pela dilaçam dos remedios se fazem incuráveis, e a mais das vezes mortaes*. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1770.

<sup>70</sup> RIBEIRO, 2005, p. 64-75.

<sup>71</sup> CARDOSO, 2014, p.1334-1349.

e sempre buscou estar a serviço da saúde, tendo atuado, posteriormente, como médico da Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre.<sup>72</sup>

Em sua dissertação de mestrado, Isaac Facchini Badinelli mostra que um cirurgião também podia ter ligações com negócios, não reduzindo suas atividades à prática cirúrgica.<sup>73</sup> No caso tratado por Badinelli, o cirurgião João Cardoso de Miranda dedica-se a negócios com tabaco e escravos, alcançando ascensão social. Também ele usa o conhecimento adquirido através da experiência para justificar a escrita de um tratado médico.

Em uma sociedade do Antigo Regime, as pessoas eram valorizadas em função da sua imagem pública, portanto, era importante que fossem divulgadas suas habilidades e práticas de sucesso. Nesse caso, os cirurgiões citados acima buscavam, mesmo contrariando o pensamento do período,<sup>74</sup> divulgar e mostrar que seus conhecimentos cirúrgicos agregavam experiência suficiente para que pudesse ser divulgado. De fato, as áreas onde atuavam esses cirurgiões possuíam uma grande carência de médicos. Vale lembrar que Minas Gerais possuía uma numerosa população escrava, cuja saúde precisava ser cuidada para que os investimentos feitos na sua aquisição e nas lavras de ouro pudessem gerar lucros.

As trajetórias, as obras e o contexto social desses cirurgiões nos ajudam a pensar a trajetória de Sebastião Gomes de Carvalho, que, com a mesma formação que a dos demais, não se viu motivado a escrever. Parece-nos que o ponto em comum seja a aspiração que todos tinham de, na colônia, encontrar meios que lhes permitissem uma ascensão social. Em razão disso, o conhecimento das trajetórias destes outros cirurgiões nos possibilitou entender

---

<sup>72</sup> Idem, p.1345.

<sup>73</sup> FACCHINI BADINELLI, 2018.

<sup>74</sup> O pensamento da época separava médicos (conhecidos como físicos) dos cirurgiões. Aos médicos, donos do conhecimento erudito, cabia a escrita dos livros e tratados de medicina. O conhecimento da arte cirúrgica era um conhecimento prático, mecânico, desprezado e considerado subalterno. Dentro da medicina, inferior hierarquicamente ao médico, o cirurgião não pensava, só executava. Veremos mais sobre as artes de curar no cap. 2 da Dissertação.

quais foram as estratégias adotadas por aqueles que não viveram no extremo sul da América portuguesa.

Por possuírem uma estrutura social mais consolidada, há mais tempo estruturada, as regiões onde esses sujeitos passaram a atuar permitiam que, recém-chegados da metrópole, vários profissionais ascendessem socialmente. O ouro em forma de metal ou de açúcar promovia a difusão de valores que diferiam daqueles que vigiam em outras partes da colônia. Nesse sentido, poderíamos dizer que, ao ser nomeado para o Continente de São Pedro, o licenciado Sebastião Gomes de Carvalho se deparou com uma região que ainda não apresentava uma sociedade organizada como a Bahia e as Gerais, pois nela havia apenas um destacamento militar e, como tal, fundamentado na hierarquia e na disciplina. Pela sua formação profissional, o cirurgião era privilegiado culturalmente e, por certo, poderia escrever sobre sua experiência, adquirida nas refregas com os espanhóis ou no eventual contato com os saberes indígenas. Mas, até o momento, não encontramos nada que aponte para trabalhos de sua autoria.

Apesar de todo o conhecimento adquirido durante sua formação no Hospital de Todos os Santos, pode-se supor que Gomes de Carvalho não estivesse preparado para realizar seu trabalho em um ambiente tão adverso como o que encontrou no Continente de São Pedro. Isto parece explicar, por exemplo, porque ele não nos legou qualquer documento em que relata suas experiências como cirurgião ou quais as doenças, os medicamentos e procedimentos adotados para tratar soldados e colonos instalados na região.

Concomitantemente ao desvendamento da trajetória de Gomes de Carvalho, procuramos reconstituir as condições de saúde existentes no Continente de São Pedro nos primórdios do século XVIII. Para tanto, recorreremos aos documentos disponíveis nos Anais do AHRGS para identificar as medidas tomadas pelas autoridades metropolitanas com vistas a assegurar a saúde de soldados e colonos. Dentre estas medidas, estava a nomeação de cirurgiões, que deveriam atender essa população que havia se deslocado tanto de outras regiões da América portuguesa, quanto do além-mar. Nesse sentido, vamos

considerar a assistência dada aos colonos em forma de ferramentas, alimentação e, até mesmo dinheiro, como parte das ações de bem-estar dessa população.

Também consideramos relevante apresentar as condições ambientais do Continente de São Pedro para melhor entendermos onde e como passaram a viver os soldados e os colonos. E, nesse caso, não somente o ambiente físico, mas, também, o impacto que sobre elas causavam as decisões geopolíticas das nações ibéricas devido ao processo de afirmação das fronteiras. Essa instabilidade, devido aos conflitos bélicos constantes, interferia não apenas na rotina das pessoas, no comércio e no treinamento dos soldados, mas, também, nas condições de saúde e no atendimento dos enfermos. Nesse sentido, ressaltamos que, a despeito da importância dada à ocupação do espaço entre Laguna e Colônia do Sacramento para a preservação do território pela Coroa portuguesa, não encontramos, até o momento, documentos que confirmem que houve uma preocupação das autoridades metropolitanas com a saúde dos soldados e colonos.

Se, por um lado, o cenário se caracterizava por certo isolamento em relação ao centro da administração metropolitana e pelo desabastecimento, por outro, houve nele uma intensa circulação de saberes e conhecimentos que se dava através do contato com os espanhóis que aqui passavam e com os indígenas que fugiam das missões espanholas no noroeste do território. É nesse ambiente no qual proliferavam práticas médicas híbridas e constantes tensões, que se inserem os pedidos de afastamento encaminhados por soldados, nos quais eles pedem para serem tratados no Reino. Em razão disso, a identificação e a discussão das evidências dessa medicina híbrida orientaram a escrita de um dos capítulos da dissertação.

A dissertação encontra-se estruturada em três capítulos. O primeiro apresenta o contexto e o ambiente no qual se viu inserido Sebastião Gomes de Carvalho. O ambiente inóspito e o clima adverso contribuíam para a ocorrência de diferentes doenças, principalmente, de doenças vinculadas ao aparelho respiratório. Somavam-se a elas, os quadros que resultavam de intervenções

cirúrgicas em soldados e que protagonizam grande número de baixas nas tropas, exigindo constante recrutamento em outros locais da colônia. Para os colonos, havia a necessidade de adaptar-se a um ambiente que, além de desconhecido, testaria sua resistência também. A questão geopolítica e, em especial, os sucessivos conflitos bélicos também são tratados nesse capítulo, na medida em que demandavam esforços das autoridades para manter os soldados e colonos na região. Os conflitos entre Portugal e Espanha geravam uma tensão constante, dada a iminência da ocupação e das mortes em combate. Neste capítulo, tratamos também da assistência dada aos colonos que vinham de outras partes do império. Entendemos que os interesses por trás dessa assistência estão associados a dois aspectos: o primeiro, que ele reproduzia o sistema vigente em Portugal, e, o segundo, diz respeito ao interesse da autoridade metropolitana em atender a função assistencial estatal, o que se pode observar nas medidas tomadas para assegurar o atendimento de doentes e pobres.

No segundo capítulo, apresentamos, primeiramente, como se dava a formação dos cirurgiões em Portugal, destacando que o cirurgião, formado no Hospital Real de Todos-os-Santos, não teve, durante sua formação, aulas práticas de anatomia. Esse conhecimento, no entanto, logo se tornaria fundamental, pois viria a atuar como cirurgião em um presídio, sendo que os soldados se feriam tanto em treinamentos quanto em operações reais de combate, tornando imprescindível que o encarregado de atendê-los tivesse conhecimentos de anatomia. Também tratamos das doenças que grassavam na colônia e que chegavam ao Continente de São Pedro trazidas pelos soldados e colonos. Muitos deles vinham de outras regiões da América portuguesa, como o Nordeste, e traziam consigo saberes e práticas curativas que haviam aprendido no contato com indígenas, sendo que tiveram, necessariamente, que se adequar ao ambiente e ao clima continentino. Um conceito importante neste capítulo será o de medicina híbrida, que evidencia a conciliação entre a medicina acadêmica com os saberes locais, como se pode observar no uso de plantas, ervas e animais, e que aponta para uma circulação de conhecimentos na região em que o cirurgião Gomes Carvalho atuou. O conhecimento das virtudes medicinais de animais, plantas, raízes, ervas, enfim, da natureza americana, foi fundamental



para contornar o descaso da metrópole em relação às condições de vida dos colonos e soldados, à demora das remessas de remédios europeus e às longas distâncias que eram percorridas para o abastecimento.

No último capítulo, nos detemos na trajetória do cirurgião Sebastião Gomes de Carvalho e discutimos como se deu sua inserção na elite setecentista riograndina, apontando para os negócios bem-sucedidos que administrou, como o comércio de couro, e para o casamento com Eufrásia Maria de Oliveira, através do qual passou a integrar a família Pinto Bandeira,<sup>75</sup> um dos baluartes do poder local. Como procuramos demonstrar, o cirurgião Sebastião Gomes de Carvalho soube tecer uma rede de relações que será fundamental para sua ascensão social, como se pode constatar no apadrinhamento e na defesa dos interesses locais e familiares a partir da Câmara de Vereadores.

Reiteramos que a pesquisa que realizamos se filia à História social, em diálogo com a História da Medicina e da Saúde e das Doenças, na medida em que procuramos, através da atuação do cirurgião Gomes de Carvalho, também caracterizar as condições da saúde e as artes de curar praticadas na primeira metade do século XVIII no Continente de São Pedro. Esperamos ter conseguido alcançar os objetivos traçados e contribuído para a ampliação do conhecimento já produzido sobre os anos iniciais da colonização oficial do extremo sul da América portuguesa.

---

<sup>75</sup> Eufrásia Maria de Oliveira era irmã de Clara Maria de Oliveira, esposa de Francisco Pinto Bandeira, e madrinha do primogênito sobrinho.

## CAPÍTULO 1

### 1. O CONTINENTE DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO E O PROJETO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

“...de toda a parte afluem os povoadores para o Continente de São Pedro. Tropeiros e fazendeiros, chefes e soldados, comerciantes e aventureiros, sós ou com suas famílias, acorrem atraídos para a nova terra, exuberante de promessas. De Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de Santos e de São Paulo, da Laguna e da Colônia, até de Lisboa, aparecem os concorrentes para o povoamento das terras que o imortal José da Silva Paes vinha de incorporar à soberania de Portugal, completando a ação pacífica dos lagunistas.”<sup>76</sup>

Além de expressar uma abordagem historiográfica que buscava uma origem lusitana para a formação do Rio Grande do Sul e de sua população, a descrição do historiador Borges Fortes está em sintonia com o pensamento tradicional das primeiras décadas do século XX. No entanto, é preciso ter em conta que nem só de portugueses se formou essa população. Ao mencionar que “de toda a parte afluem os povoadores”, Borges Fortes está coberto de razão. Afinal, de toda a parte vinham espanhóis, franceses, ingleses e outras nacionalidades, não devendo-se negligenciar a intensa mobilidade de Minuanos, Charruas e Guaranis pelo território. Embora o protagonismo da matriz lusitana seja mais acentuado e mais bem descrito na historiografia, já não cabe considerar os portugueses como únicos formadores da cultura e do povo riograndense. Estes provinham, como observado pelo historiador, de diferentes regiões do império português, atraídos pelas vantagens que poderia ter ao povoar o Rio Grande de São Pedro.

Já em 1954, José Honório Rodrigues asseverava que a composição do Rio Grande não deveria se limitar a “lagunistas, de origem paulista, e aos açoristas.” E nessa linha segue o escritor afirmando que, cariocas – militares, recrutados compulsoriamente, e as “massuelas” (mulheres livres e desimpedidas) – mineiros, baianos, o “povo da Colônia do Sacramento”, todos,

---

<sup>76</sup> FORTES, 1941 apud COSTA e SILVA, 1968, p. 47.

cada um com sua cultura, contribuem para a formação do povo do Rio Grande.<sup>77</sup> Corroborando sua hipótese, principalmente sobre o predomínio carioca, o historiador levanta uma questão: “Não será por esta razão que Saint-Hilaire, um observador muito atilado, verá semelhança psicológica entre cariocas e gaúchos?”<sup>78</sup>

De fato, a partir do final do século XIX e início do XX, a historiografia buscou inserir o riograndense em uma condição que não seguia o padrão do restante do Brasil, aspecto que se observa na produção de muitos historiadores, para os quais a história do Rio Grande do Sul teria sido construída a partir da atuação de homens sem lei, acostumados à guerra, guerreiros livres sobre o lombo do cavalo que conquistaram o direito de serem brasileiros à ponta de lança. Rachel do Santos Marques, em sua dissertação de mestrado, chama essa imagem de a “conquista do oeste em sua versão meridional”, ideia que é perpetuada na historiografia do Rio Grande do Sul.<sup>79</sup>

Como bem apontado pela historiadora Ieda Gutfreind, existem duas linhas de interpretação da história do Rio Grande do Sul, que podem ser identificadas como matriz platina e matriz lusitana:

[À matriz platina] filiam-se historiadores que enfatizam algum tipo de relação ou de influência da região do Prata na formação histórica sul-riograndense e comumente defendem que a área das Missões Orientais, com os aldeamentos jesuíticos do século XVII, compoem a história do rio Grande do Sul. A outra, a matriz lusitana, minimiza as aproximações do Rio grande do Sul com a área platina e, conseqüentemente, defende a inquestionável supremacia da cultura lusitana na região.<sup>80</sup>

Para Gutfreind, a matriz platina buscou, ao ressaltar as especificidades sulinas, reforçar um discurso que procurava demonstrar que o Rio Grande do Sul era “capaz de sobreviver, sem o concurso nacional, graças às suas

---

<sup>77</sup> RODRIGUES, 1954, p. 35 – 36.

<sup>78</sup> José Honório Rodrigues, fazendo o uso de documentos que indicam o envio de pessoas de várias regiões da colônia, contrapõe-se a Aurélio Porto, que sugere um predomínio baiano. (RODRIGUES, 1954, p. 37).

<sup>79</sup> MARQUES, 2011, p. 9-10.

<sup>80</sup> GUTFREIND, 1992, p. 11.

potencialidades, a interesses econômico-financeiros específicos e à diversidade das demais Províncias.” Nesse sentido, com uma abordagem matizada por ideais republicanos, autores como “Alcides Lima, Assis Brasil e Alfredo Varela redefiniram as relações da Província com o Centro.”<sup>81</sup>

Vale lembrar que estas obras estão sendo produzidas em um período que antecede a Proclamação da República (1889), retratando um sentimento republicano – embora instável – que já era sentido nos países vizinhos. A instabilidade política no poder brasileiro remetia ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), uma necessidade de exaltar os vizinhos como exemplos a serem seguidos. Ser contrário ao *status quo* e exaltar as lutas e os heróis riograndenses eram uma forma de resistência vinda de uma província que possuía tradição militar nas lutas de conquista do território. Alcides Lima, representante da matriz platina, retrata esse sentimento de liberdade, que

No meio de campanhas dilatadas, cobertas de animais cuja carne começava a ser a fonte de riqueza de toda a capitania, *rodeados de companheiros de todas as nacionalidades [...]* os estancieiros foram os primeiros a sentirem a necessidade de *instituições livres [...]*.<sup>82</sup>

Com a Revolução de 1930, um riograndense assume o poder do Estado Brasileiro e inicia-se uma aproximação do Rio Grande do Sul com o centro do país.<sup>83</sup> Neste sentido, vale destacar o papel desempenhado pelos defensores da matriz lusitana, que se anunciava como aquela que se propunha a inserir o Rio Grande do Sul no Brasil, tendo à frente autores como Moysés Velhinho, Emílio Fernandes de Souza Docca e Othelo Rodrigues Rosa, que passaram a destacar a brasilidade do riograndense. De acordo com Dilse Piccin Corteze, a partir da “Revolução de 1930, aprofundaram-se, em forma natural e forçada, os laços unitários e identitários do Rio Grande do Sul com o resto do país, com forte reflexo na produção historiográfica.”<sup>84</sup> Corteze, citando Ieda Gutfreind, lembra

---

<sup>81</sup> GUTFREIND, 1992, p. 17.

<sup>82</sup> Apud GUTFREIND, 1992, p. 17. (Grifos nossos)

<sup>83</sup> Em 1930, Getúlio Dorneles Vargas, líder da chamada Revolução de 1930, assume o governo brasileiro, destituindo o presidente Washington Luís e impedindo a posse de Júlio Prestes.

<sup>84</sup> CORTEZE, 2008.

que esta polarização historiográfica, era “uma disputa de poder entre grupos de classes dominantes”<sup>85</sup> que, num alinhamento regionalista, acabou alijando os negros, índios, caboclos, italianos e alemães da história do estado.

Nesta dissertação, dada a sua temática, recorre-se a obras que, devido ao seu contexto de produção, monumentalizaram a colonização lusa, não sem estarmos conscientes das intenções de seus autores e de sua inserção em uma ou outra das duas matrizes que se menciona. Independentemente das distintas interpretações que a historiografia sobre o Rio Grande do Sul oferece, entende-se que os portugueses que para cá vieram estavam buscando a realização de um sonho, que, no entanto, custou os sonhos daqueles que aqui já estavam, como os indígenas.

A importância do indígena na composição sociocultural do riograndense é posta em evidência principalmente nos trabalhos da professora Ítala Irene Basile Becker, que destaca a grandiosidade e a importância desses povos para formação riograndense, ao mesmo tempo em que não esconde a forma como foram dizimados.

Dos três grupos que dominavam o Rio Grande do Sul, pelas semelhanças culturais entre os povos e sua relevância para o contexto que se aborda, atem-se aos grupos Minuano e Charrua.<sup>86</sup> Inimigos entre si, os Minuano dominavam a parte leste, junto das grandes lagoas e o oceano, e os Charrua a parte oeste, mais próxima do Rio Uruguai. (Ver Mapa 1). O rio, aliás, fazia a fronteira entre eles, se bem que isso não impedia de encontrar os grupos em ambas as margens. Os primeiros foram importantes aliados dos portugueses e os segundos estiveram integrados às políticas espanholas. O fato de terem culturas muito parecidas e por terem se aproximado devido à expansão da ocupação

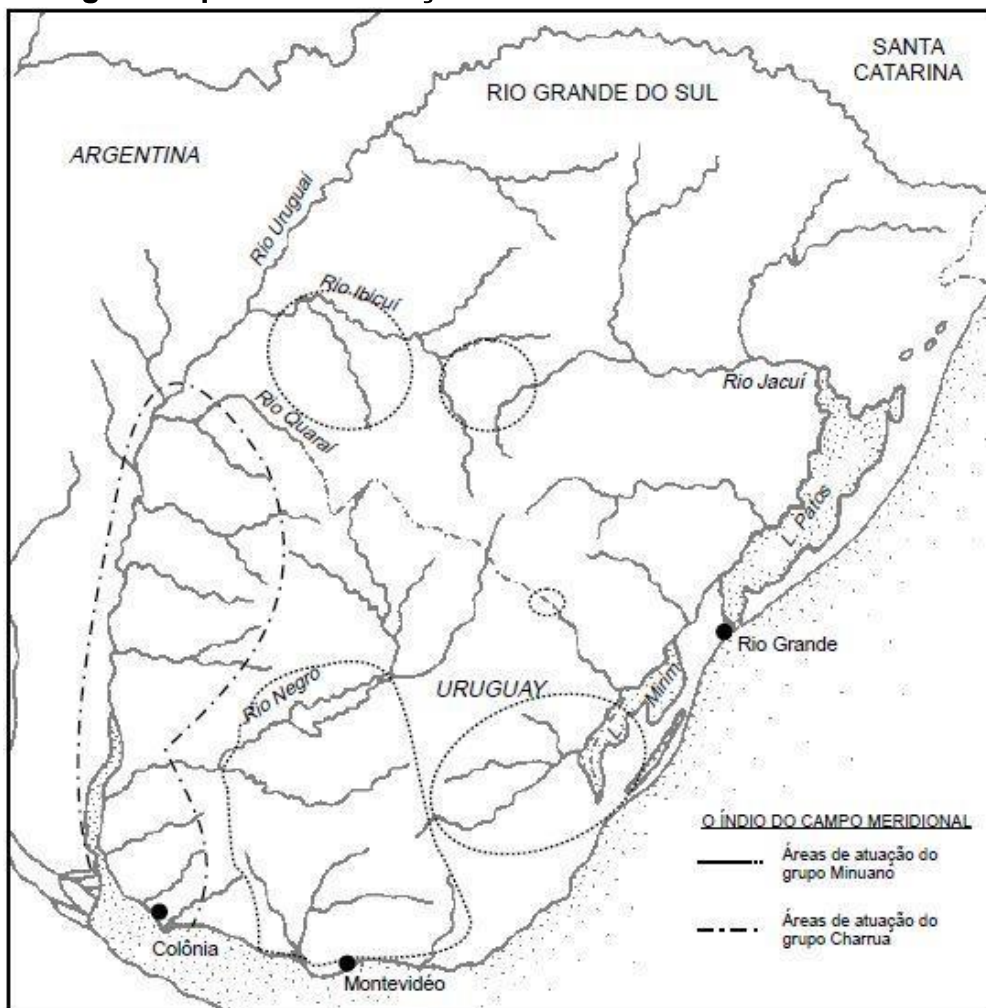
---

<sup>85</sup> GUTFREIND, 1998 apud CORTEZE, 2008.

<sup>86</sup> Os Pampianos, do qual faziam parte os Minuano e Charrua, situavam-se mais ao sul, indo para a banda do Uruguai. Já os guaranis, viviam na região conhecida pelos portugueses como Tape e na região nordeste do Estado, onde foram fundadas as missões jesuíticas, até o oceano. O terceiro grupo são os Kaingangues que viviam na região norte do RS, e concentravam-se mais no planalto.

ibérica permitiu que “a sociedade colonial criasse tal generalização entre esses dois grupos como se fossem um único povo.”<sup>87</sup>

**Fig. 1: Mapa de Localização dos Índios Minuano e Charrua**



Fonte: BECKER, 2006, p. 147

O geógrafo Anderson Marques Garcia, recorrendo a um texto de Diego Bracco, afirma que as disputas e sequestros faziam parte da cultura desses nativos.

La mas nombrada Nación, y parcialidad, es la de los Yarós [Charrua], enemigos mortales de los Guanoás [Minuano], por andar tan vezinos, que solo media entre unos, y otros el dicho rio Uruguay, el cual pasan los Yarós, quando sus excesivas y

<sup>87</sup> GARCIA, 2011.

rapidas creciente lo permiten, nadando, en que son muy excercitados desde niños, y matan, ó cautivan á los Guanoás.<sup>88</sup>

Os Pampianos, grupo a que pertenciam os Minuano e os Charrua, diferentemente dos Guaranis e Kaingangues, não se submeteram ao assentamento em aldeamentos adotado pelos colonizadores.<sup>89</sup> Sobreviventes das tentativas de inserção colonizadora iniciada pelos primeiros religiosos, esses grupos continuaram exímios caçadores e, posteriormente, se dedicaram à criação de gado, atividade que introduziu mudanças no seu modo de vida. O couro foi introduzido nas suas vestimentas e moradias, para protegê-los dos rigores do inverno, e, também, mudou a alimentação, já que a carne antes obtida da caça deu lugar àquela obtida através do abate do gado.

Com o avanço europeu, tanto pelo oeste, quanto pelo leste, estes nativos foram perdendo espaço e se tornaram dependentes dos produtos coloniais, sendo incorporados “sem grande estabilidade à economia colonial”.<sup>90</sup> Essa dependência gerou conflitos entre eles, primeiro pela forma como os colonizadores capturavam o gado, de forma intensiva e expansiva, aprisionando o gado nas estâncias, buscando o lucrativo comércio de couro. Em segundo, pelo crescimento demográfico da população branca, que empurrava o indígena cada vez mais para o interior. O gado passou a ser uma *propriedade* do branco, sendo que a opção do indígena era o trabalho na estância, se sujeitando ao sistema colonizador.<sup>91</sup> Ao não aceitar, a situação levava-o atacar as fazendas e ao roubo de gado. Nestes ataques eram empregadas as boleadeiras, antes

---

<sup>88</sup> BRACCO, 1999 apud GARCIA, 2011, p. 66.

<sup>89</sup> De acordo com a pesquisadora Ítala Irene Basile Becker, os Guaranis se submeteram ao aldeamento proposto pelos espanhóis, enquanto os Kaingangues enfrentaram a colonização espanhola e, posteriormente, a germânica, de uma forma diferente. (BECKER, 2006, p. 137).

<sup>90</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>91</sup> Em 1737, conforme portaria do Brigadeiro Silva Paes, os indígenas que chegarem ao presídio deverão ser assentados e receberem uma paga de quatro mil réis – descontando dois mil para os mantimentos que receberia – a todos eles. Aqueles com ofício teriam um valor maior. Descontava-se, além da alimentação, os dias parados no hospital, bem como os “sábados de tarde e os dias santos” em que ficavam livres para cuidarem de suas plantações. (AHRGS, 1977, p. 53). Nessas condições, os indígenas recebiam assistência dos colonizadores, como mostra uma portaria do Coronel Diogo Osório, governador em 1750, que determina que um grupo de Minuanos passasse a ocupar a fazenda do Bojuru com direito à farinha e carne, como uma mercê real aos novos povoadores. (AHRGS, 1977, p. 258).

usadas na caça ao avestruz e, também, nas guerras,<sup>92</sup> além das lanças, que logo passariam a ser utilizadas junto com as armas empregadas pelos colonos.<sup>93</sup> Tanto os Minuano como os Charrua possuíam um modo de vida indômito, livre, mas, apesar de não se sujeitarem ao modo de vida introduzido pelos europeus, não deixavam de negociar e interagir com eles.

Em consonância com este pensamento, este capítulo procura mostrar que a população riograndense resultou da miscigenação entre espanhóis, indígenas, portugueses, e outras nacionalidades que, no período abarcado por essa dissertação, aportaram aqui não só em busca do sonho de fazer riqueza na colônia, mas, também, para fugir das dores da pobreza e de uma condição social que não era favorável em seus territórios de origem. A região para a qual se dirigiram, no entanto, se caracterizava pelos constantes confrontos entre as duas coroas ibéricas e pelas fugas ou abandonos da povoação, devido aos ataques feitos ao povoado desde sua fundação.

Borges Fortes, ao descrever a terra como “exuberante de promessas”,<sup>94</sup> minimizou ou desconsiderou que ela não oferecia condições ideais de sobrevivência aos recém-chegados, especialmente durante os rigorosos invernos que traziam consigo a fome e a pobreza. Nesse caso, a sobrevivência de colonos e soldados parecia, muitas vezes, assentar-se nas promessas de assistência por parte da metrópole. Havia, ainda, a necessária convivência com as tensões geradas pelas seguidas escaramuças entre os portugueses e espanhóis lhes deixavam constantemente em alerta e possuíam forte impacto psicológico.

Sendo assim, os colonos, provenientes, em sua maioria, de regiões de clima tropical do além-mar ou da própria América portuguesa, passaram a viver em uma região acossada pelo espanhol, pelos ventos, pela areia, pelo inverno e

---

<sup>92</sup> De acordo com Ítala Becker, eles “usavam as bolas de boleadeiras e o laço, instrumentos comuns, e necessários aos campeiros que nestes campos vagueiam (...) [e] com estes apanham no campo várias éguas e potros bravos. (BECKER, 1982 apud VIDAL, COLVERO, SILVA, 2016, p. 25).

<sup>93</sup> BECKER, 2006, p. 141.

<sup>94</sup> FORTES, 1941 apud COSTA e SILVA, 1968, p. 47.



por toda sorte de inimigos naturais ou não. A sobrevivência na região não estava, portanto, vinculada somente à disciplina e aos feitos militares nos conflitos bélicos, mas à persistência e à capacidade de adaptação. Já a Coroa via nesta população a possibilidade de assegurar a defesa do território e de obtenção de lucros provenientes da exploração da “exuberante terra”.

É nessa perspectiva que após se encontrar com Silva Paes em Santa Catarina, Cristóvão Pereira de Abreu<sup>95</sup> avança para o canal do Rio Grande com uma tropa de lagunistas e santistas<sup>96</sup> para aguardar o Brigadeiro. O Coronel estava investido da missão de juntar gado para alimentar o grupo de desembarque e de evitar que os espanhóis ocupassem a região. Enquanto isso, Silva Paes deslocava-se por mar para atender a missão no Prata,<sup>97</sup> sendo que no seu retorno encontraria o coronel.

No dia 19 de fevereiro de 1737, Silva Paes desembarcou na margem sul da Barra do Rio Grande. Apoiado por Cristóvão de Abreu, começou a estruturar a defesa do que seria o forte. Reforçou as guardas definidas pelo coronel, definiu novos postos e aos civis ordenou que limpassem as áreas onde seriam construídas novas fortificações. Luiz Henrique Torres destaca, a partir das palavras de Simão Pereira de Sá, intelectual português e autor do livro *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento* (Porto Alegre: Arcano 17, 1993), o empenho do Brigadeiro em, rapidamente, conhecer a região e sua admiração pela “variedade de caças silvestre e volátil, que nunca perseguida e acoçada dos destros e importunos caçadores, parece que amavam o racional pelo instinto, sem fugirem de outro gênero mais nobre que a sua espécie.”<sup>98</sup>

---

<sup>95</sup> Coronel de ordenanças, que, pelo seu grande conhecimento do território se tornaria um especialista no apresamento de gado e próspero comerciante de couros com a Europa.

<sup>96</sup> Maria Luiza Bertulini Queiroz destaca que eram excelentes cavaleiros que vinham para Rio Grande em busca de “prêmios e recompensas que pudessem levar para seus sítios de origem.” (QUEIROZ, 1985, 46).

<sup>97</sup> A missão consistia em socorrer a Colônia do Sacramento, cercada pelos espanhóis, e a retomada de Montevideú.

<sup>98</sup> SÁ, 1993 apud TORRES, 2004, p. 193, nota de rodapé.

O presídio Jesus-Maria-José<sup>99</sup> fazia parte de um conjunto de guarnições criadas pelo Brigadeiro Silva Paes no sentido de garantir a proteção total contra quem viesse pelo mar e quisesse entrar na barra, quanto quem tentasse alguma hostilidade vindo por terra. Durante o primeiro ano seu empenho foi no sentido de garantir e dar estrutura a essa segurança. Dentre essas guarnições, havia ainda, o forte de São Miguel, o do Estreito, tido como a mais extensa e melhor armada fortificação. O sistema ainda possuía as guardas do Taim, Chuí, Albardão e Passo da Mangueira. Por ser considerado a mais estratégica, em 1738, toda a tropa e os serviços administrativos foram transferidos do presídio Jesus-Maria-José para o Estreito. No presídio, ficaram apenas alguns guardas para cuidar da “casa da pólvora”, armazém e depósito de outros materiais.<sup>100</sup>

Levando-se em conta que a chegada de Silva Paes ocorreu em fevereiro, iniciando-se imediatamente a construção da fortificação, ela, muito provavelmente, adentrou os meses do outono e o início do período do inverno que, no Rio Grande do Sul, costuma ser bem intenso. Vale lembrar que durante o inverno, a navegação na barra ficava impraticável, o que não permitiu que os navios com abastecimento chegassem aos recém-instalados no forte. Maria Luiza Bertulini Queiroz transcreve parte de uma carta de Silva Paes ao governador Gomes Freire, na qual podemos observar a penúria em que vivia a guarnição. Diz Silva Paes,

Permita Deus seja logo nos princípios e não nos façam esperar mais com tanto detrimento que aqui se experimentam com falta de farinha, azeites, vinagres e roupas, de que tanto se necessita e só de carne é que se mantém toda esta guarnição com grande pesar meu; há mais de três meses e incômodos dos mesmos soldados que sem farinha e vestidos em tempos ásperos como

---

<sup>99</sup> A respeito da escolha do nome da guarnição, Luiz Henrique Torres reproduz uma carta de Silva Paes, na qual ele ressalta sua devoção a um painel de Jesus Maria José que se encontrava em seu oratório, sendo que fazia questão de levar uma cópia dele em suas missões. E, na sua imensa fé, creditava a intercessão de Jesus-Maria-José junto a Deus toda a proteção que sempre tivera nos trabalhos aos quais era destinado por sua majestade. (TORRES, 2004, p. 195).

Em 2 de março de 1737, é rezada a primeira missa pelo padre Jerônimo Ribeiro, invocando Jesus Maria José, padroeiro do estabelecimento militar. (FORTES, 1980, p.17).

<sup>100</sup> QUEIROZ, 1985, p. 65-66.

é aqui o inverno passam mal; a esperança que será breve o seu remédio é que os acalenta.<sup>101</sup>

A fome, o frio e a miséria a que foram submetidos nos primeiros tempos, com certeza, fizeram aflorar o seu descontentamento, provocando a deserção, furtos e, até mesmo, revoltas. Acredita-se que maiores informações sobre o clima, a vegetação e a fauna encontrada na região podem ajudar na reconstituição das condições encontradas e aquelas em que viveram os soldados e os primeiros colonos. Entende-se que a situação geopolítica da região também ajudará a melhor compreender o ambiente de tensão gerado pela proximidade do espanhol e pela iminência do confronto.

### **1.1 Entre a América Portuguesa e o Rio da Prata: Análise ambiental e situação geopolítica de uma fronteira em movimento.**

Para além do definido pelo Tratado de Tordesilhas, tendo a Vila de Laguna (Figura 2) como ponto mais extremo da fronteira portuguesa, abria-se um descampado habitado por indígenas e sem nenhum interesse econômico para Portugal. Conhecido como Rio Grande de São Pedro<sup>102</sup>, o espaço territorial era visitado por bandeirantes em busca de gado e indígenas para escravizar. Moysés Velinho, na primeira página de sua obra *Fronteira*, já descreve o local, visto das muradas dos navios que circundavam a costa, como “desolador”, “tudo ermo e vazio”. Para ele, a melancolia deve ter tomado conta dos marinheiros, que “deviam sofrer uma enorme sensação de vazio, pois tudo lhes fugia da vista para distâncias sem fundo.”<sup>103</sup>

Em estudo de 2003, a professora e pesquisadora Maria da Graça Barros Sartori destaca que o Rio Grande do Sul se encontra em uma região de transição, com massas e frentes polares e massas tropicais (Sistemas Atmosféricos Extratropicais) e massas tropicais (Intertropicais), sendo que o primeiro controla o tempo em 90% dos dias do ano. Isso determina que “os

---

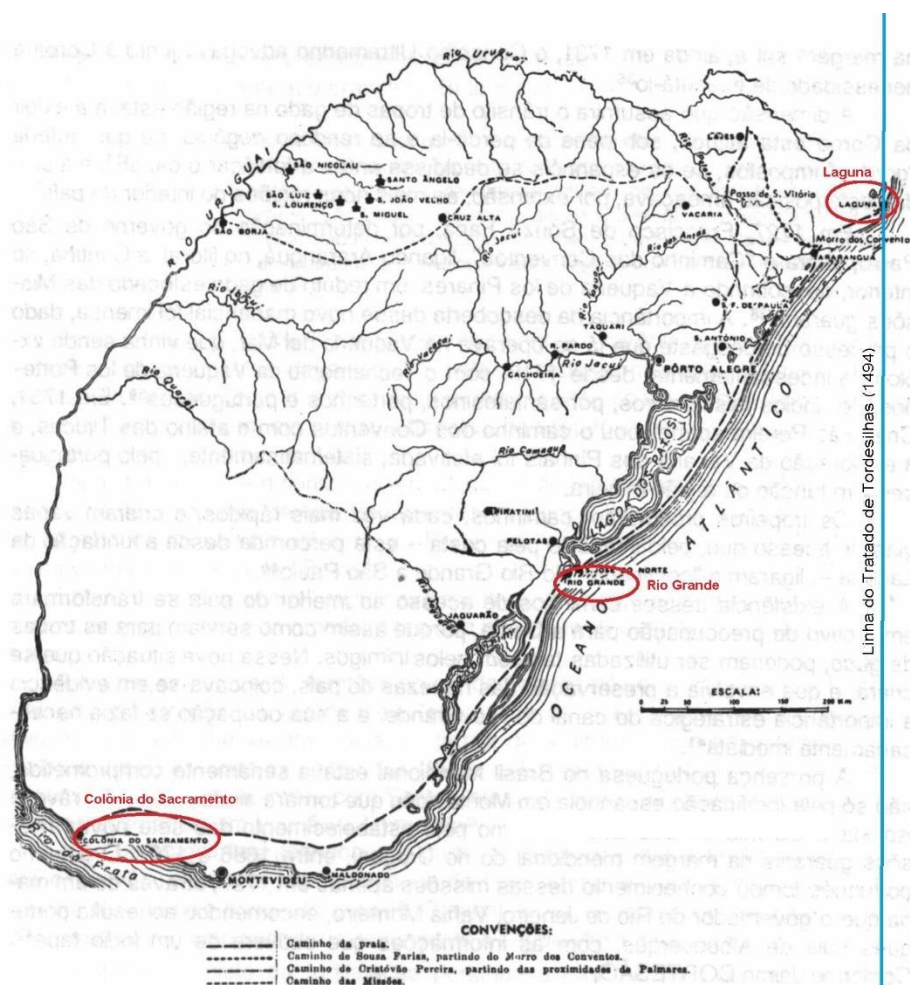
<sup>101</sup> Carta de José Silva Paes a Gomes Freire. FORTES, 1933 apud QUEIROZ, 1985, p. 58.

<sup>102</sup> Nome empregado na documentação a partir de 1738. Para saber mais ver: QUEIROZ, 1985, p. 48-51.

<sup>103</sup> VELHINHO, 1975, p. 1.

fatores geográficos regionais (altitude, relevo, continentalidade e vegetação) são responsáveis apenas por variações dos valores dos elementos climáticos”.<sup>104</sup> As variações de tempo são, segundo ela, decorrentes do ambiente atmosférico do Rio Grande do Sul, interferindo nas precipitações e estiagens, longas ou curtas, que não mantêm uma periodicidade anual. Na atualidade, as “alterações na habitualidade da circulação atmosférica nas escalas regional e zonal [são] em parte provocadas pelos, hoje conhecidos, fenômenos de ‘El Niño’ e ‘La Niña’”.<sup>105</sup>

**Fig. 2: Mapa de Localização de Laguna, Rio Grande e Colônia do Sacramento**



FONTE: Adaptado de FERREIRA FILHO, 1958

<sup>104</sup> SARTORI, 2003.

<sup>105</sup> SARTORI, 2003, p. 28. Fabiane Pereira Britto explica que “*El Niño*” é um enfraquecimento dos ventos alísios e caracterizado pelo aquecimento da água superficial do Pacífico Tropical onde as pressões atmosféricas diminuem em relação à normal”. Nesse período, o índice pluviométrico é maior. Já “*La Niña*” é o contrário, “caracteriza-se pelo resfriamento das águas superficiais do Pacífico Tropical e aumento na intensidade dos alísios, os quais atingem velocidades acima da média.” Esse fenômeno gera uma quantidade menor de chuvas. (BRITTO, 2004, p. 24).

A Figura 2 aponta para as localizações da Colônia do Sacramento, Rio Grande e Laguna, que sugerem que se encontravam em regiões com relevo e solo distintos, mas também com flora e fauna diferenciados, favorecendo a criação de Biomas também diversos.<sup>106</sup> Fabiane Pereira Britto, em sua dissertação de mestrado, destaca que a interferência da massa polar determina uma estação térmica fria dentro de um sistema de transição entre tropical e temperado, criando uma faixa subtropical, enquanto que as outras regiões são de clima equatorial e tropical. O RS não possui uma estação de chuvas bem definida, isto porque no sul do estado há maior quantidade de chuva no inverno do que no norte, onde o maior índice é no verão.<sup>107</sup>

De acordo com Britto, a forte influência da Massa Polar Atlântica, oriunda do sul, possui três direções específicas: Na direção da depressão do Chaco,<sup>108</sup> avançando para a Amazônia, onde ocorre o fenômeno da friagem; a Central, que atinge a Campanha Gaúcha, provocando chuvas e baixa na temperatura. Nela, durante o inverno ocorre o fenômeno do “minuano”,<sup>109</sup> sendo que o “relevo suave da Campanha Gaúcha favorece a velocidade acentuada do vento”; e, por último a Oriental, que se debruça sobre o litoral em direção ao oceano. É no encontro dessas massas, “com densidades e temperaturas diferentes”, conhecido como sistema frontal, que se dão as chuvas de inverno em praticamente todo o estado.<sup>110</sup> Segundo Britto, com maior velocidade de deslocamento, sem dar tempo para que o “ar quente e úmido se[ja] renovado durante um curto intervalo de tempo”, provoca nebulosidade, que se nota acentuada no litoral.<sup>111</sup> Tanto no outono, quanto na primavera podem ocorrer

---

<sup>106</sup> Segundo o IBGE, bioma é “um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria.” Fonte: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/biomas> Acesso em 28 de fev. de 2021.

<sup>107</sup> BRITTO, 2004, p. 16.

<sup>108</sup> Região compreendida entre Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil distinta por comportar vários ecossistemas e climas.

<sup>109</sup> Vento, frio e seco, que no inverno recebe reforços da massa polar que se extravasa por sobre os Andes Meridionais. É responsável por ondas de frio e sensações térmicas muito geladas. (SARTORI, 2003, p. 40).

<sup>110</sup> BRITTO, 2004, p. 20

<sup>111</sup> Idem, p. 43.

mudanças repentinas de tempo, com dias frios e quentes. No outono, ocorre um fenômeno conhecido como “veranico de maio”, que dá uma amostra da transição, pois os primeiros dias com baixa de temperatura já são notados desde março. No entanto, em maio, mais próximo do final do outono, ocorrem leves estiagens, temperaturas em gradativa ascensão após baixas temperaturas. Ventos fracos, com alguma calma, névoa e uma estabilidade do ar, também caracterizam esse período.<sup>112</sup>

Essa variação climatológica divide o RS em dois Biomas. O Bioma da Mata Atlântica,<sup>113</sup> que ocupa mais a região norte do estado, região do Planalto Meridional, numa continuação do restante do país. Já na parte sul do estado, o Bioma Pampa se distribui por 176.496 Km<sup>2</sup>, adentrando o Uruguai e Argentina. De acordo com Samuel Cristiano Welter, no Brasil, o Bioma Pampa está presente apenas no RS, representando para o território nacional, apenas 2%, mas, para o estado, 63% do espaço riograndense.<sup>114</sup> (Ver Mapa 3). O Bioma do Pampa é definido como uma região fitogeográfica<sup>115</sup> chamada Estepe, que se espalha por 2/3 do estado. Welter ainda especifica que esta vegetação é própria de um ambiente seco, criando, muitas vezes, espinhos como cobertura foliar e outras adaptações para sobreviver em períodos de longas estiagens. Welter afirma que este tipo de vegetação pode ser encontrado no Pampa, devido a um “Um processo denominado seca fisiológica”.<sup>116</sup>

---

<sup>112</sup> SARTORI, 2003, p. 41.

<sup>113</sup> Segundo Samuel Cristiano Welter, “O bioma Mata Atlântica ocupa uma área de 1.110.182 Km<sup>2</sup>, corresponde 13,04% do território nacional, abrangendo dezessete Estados, sendo constituído, principalmente, por mata ao longo da costa litorânea que vai do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, porém nos Estados da Região Sul do país, ele avança para o interior dos territórios. A Mata Atlântica apresenta uma variedade de formações, engloba um diversificado conjunto de ecossistemas florestais com estrutura e composições florísticas bastante diferenciadas, acompanhando as características climáticas da região onde ocorre.” (WELTER, 2012, p. 493).

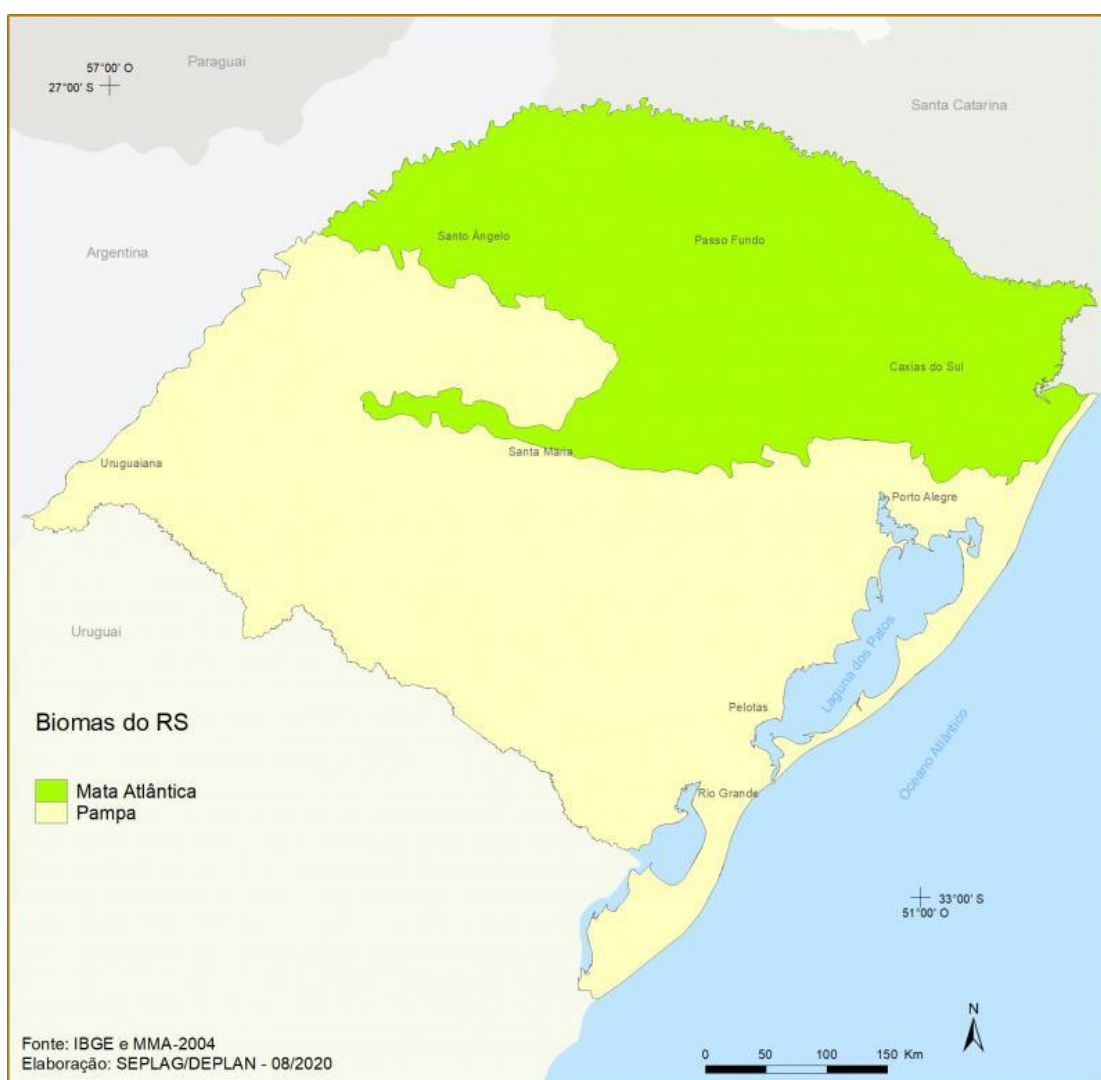
<sup>114</sup> Idem, Ibidem.

<sup>115</sup> Welter define uma região fitogeográfica como “uma unidade de vegetação que possui características próprias, regidas pelos fatores ambientais locais, podendo ser distinguidas tanto pelas suas características fisionômicas, quanto pela composição de espécies.” (WELTER, 2012, p. 491).

<sup>116</sup> Idem, p. 496.

Indo mais para o centro do estado do RS, área das “florestas de galerias” – matas ciliares, vegetação ribeirinha – encontramos um tipo de vegetação que se cria nas margens dos rios, ribeirinhos e corpos de água. Recebe o nome de mata ciliar porque protege o rio como os cílios protegem nossos olhos. A presença dessa vegetação, junto aos campos, caracteriza a “Estepe Gramíneo-Lenhosa”, também conhecida como Campanha. Essa vegetação lenhosa se distribui pelo espaço protegendo-se do vento, constituindo-se em ambientes mais férteis. São conhecidas como capões, pelo aspecto de mata fechada que apresentam, e por não possuírem uma vegetação secundária.<sup>117</sup>

**Fig. 3: Mapa dos Biomas que dominam o RS**



Fonte: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/biomas> Acesso em 28 de fev. de 2021.

<sup>117</sup> WELTER, 2012, p. 496-497.

Os primeiros soldados e colonos foram instalados em uma região litorânea, com uma vegetação denominada de pioneira pelos biólogos.<sup>118</sup> Para Leite e Klein, existem três grupos de formações pioneiras: “as de influência marinha, as de influência fluviomarinhas e as de influência fluvial.”<sup>119</sup> No Rio Grande do Sul são encontradas apenas as primeiras. Na área onde as vegetações de restinga se destacam como matas, encontramos palmeiras (*Euterpe edulis*), conhecidas como juçara ou içara, o jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), guariacana (*Geonoma gamiova*), entre outros arbustos. Quando o solo começa a possuir melhor qualidade, contendo mais húmus (matéria orgânica que funciona como adubo natural), encontramos bromeliáceas, cactáceas, aráceas e orquidáceas.<sup>120</sup>

Na praia, propriamente dita, onde a instabilidade e a salinidade são maiores, encontramos uma vegetação mais rasteira como a espartina (*Spartina colliata*), brejo-da-praia (*Philoxerum portulacoides*), macega-gaúcha (*Senecio crassiflorus*), grama-rasteira-da-praia (*Paspalum distichum*), pinheirinho-da-praia (*Remirea maritima*), salsa-da-praia (*Ipomea pescaprae*) entre outras. Nas dunas, principalmente as fixas, o solo ainda não possui uma consistência, mas já possui uma variedade mais rica de espécies, como a aroeira-vermelha (*Schinus terebinthifolius*), guamirim-miúdo (*Eugenia ramboi*), guamirim-da-folha-miúda (*Myrcia pubipetala*), pau-de-bugre (*Lythraea brasiliensis*), a capororoca-da-praia (*Myrsine sp.*), maria-mole (*Guapira opposita*) e outras. À medida que nos distanciamos da praia, a qualidade do solo melhora e se nota a existência de uma vegetação Gramíneo-lenhosa, destacando-se juncos (*Juncus spp.*), grama-branca (*Panicum reptans*), taboa (*Typha domingensis*) e rainha-dos lagos (*Pontederia lanceolata*). Já nos banhados, encontramos vacunzeiro (*Allophylus edulis*), canela (*Ocotea pulchella*), tapiá-guaçu (*Alchornea triplinervia*), combuí

---

<sup>118</sup> Denomina-se vegetação pioneira as espécies que antecedem a chegada de outras. Uma forma de preparação para próxima espécie quando há uma subtração natural de um ecossistema. Preparam o meio para a chegada de novas espécies não tão adaptadas. As constantes transformações dos mangues são exemplos disso. Assim como os campos de várzeas que rapidamente se transformam após várias inundações. (BRENA, s/d)..

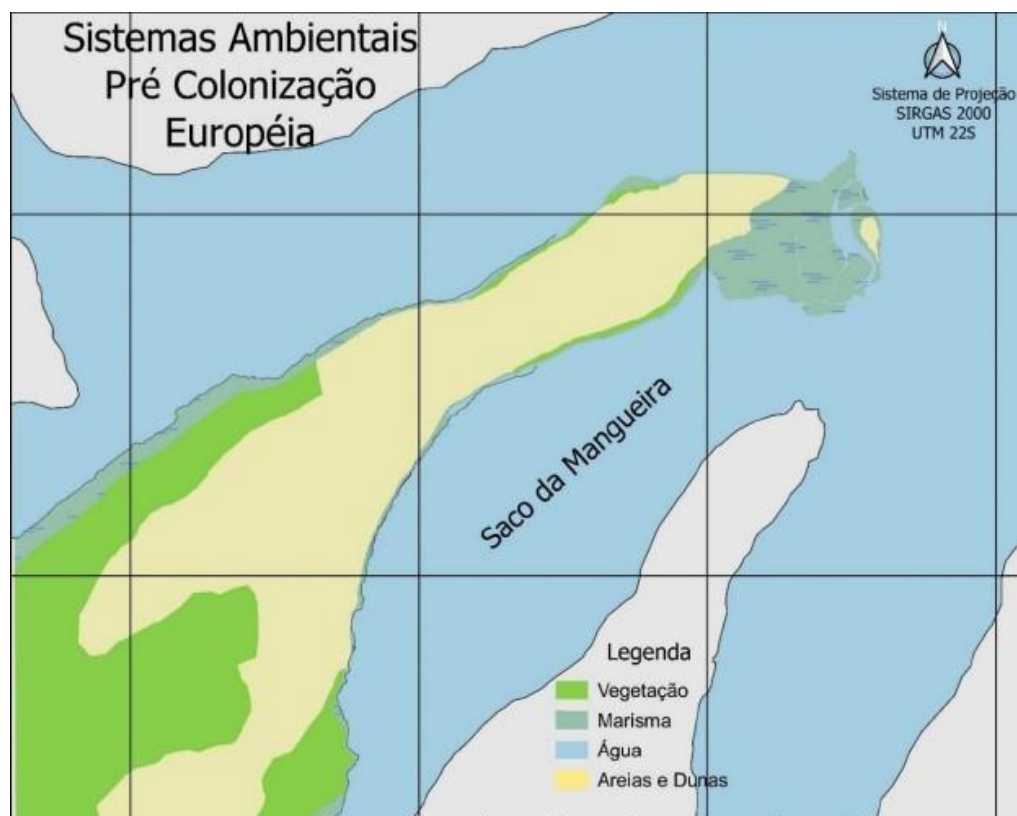
<sup>119</sup> LEITE & KLEIN, 1990 apud BRENA, s/d.

<sup>120</sup> BRENA, s/d, s/p.



(*Myrcia multiflora*).<sup>121</sup> Muitas destas plantas possuem propriedades medicinais, e, com certeza, devem ter sido utilizadas em procedimentos terapêuticos nos primeiros tempos de instalação de soldados e colonos na região do Forte Jesus Maria José.<sup>122</sup> Em sua dissertação de mestrado, a geógrafa Maria Cristina Chaves Pires traz um mapa representando o sistema ambiental que antecedia a chegada do europeu e dominava a região na área onde estaria situado o forte e a vila de Rio Grande.<sup>123</sup> Na projeção da pesquisadora é possível se observar o predomínio das dunas e que as grandes áreas verdes, indicando uma vegetação mais densa, é bastante afastada da região onde se estabeleceu a população. (Figura 4).

**Fig. 4: Projeção Ambiental da Região de Rio Grande antes de 1737**



Fonte: PIRES, Maria Cristina Chaves, 2016, p. 86.

<sup>121</sup> BRENA, s/d.

<sup>122</sup> Nesse caso podemos citar, a título de exemplo, a *Ipomoea pescaprae* (salsa-da-praia). Suas folhas são cicatrizantes, usadas no tratamento de picadas e feridas. Suas raízes usadas no tratamento da Gota, processos dolorosos, cólicas, entre outros. (SANTOS, Jacinthia Beatriz Xavier dos. Avaliação da atividade anti-inflamatória de géis a base de extratos vegetais de plantas do nordeste brasileiro: *Jatropha gossypifolia* E *Ipomoea pes-caprae*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas. Natal, RN, 2019.).

<sup>123</sup> PIRES, 2019, p. 86.

Apresentar e caracterizar a fauna em todo o bioma Pampa extrapolariam o objetivo desse trabalho, devido à extensão do bioma e à diversidade de espécies encontradas. Porém, recorrendo ao *Relatório Final do Inventário Florestal Contínuo do Rio Grande do Sul*, elencamos, nas tabelas abaixo, alguns grupos de animais que podem ser encontrados na região litorânea, no qual houve o assentamento inicial. Relacionamos as Aves<sup>124</sup> no Quadro 2 e os Mamíferos<sup>125</sup> no Quadro 3.

**Quadro 2: Lista de espécies de Aves**

<b>NOME CIENTÍFICO</b>	<b>NOME POPULAR</b>	<b>Habitat</b>
<i>Jacana jacan</i> Jacanidae	Jaçanã	Banhados e lagos com vegetação aquática.
<i>Vanellus chilensis</i> Charadriidae	Quero-Quero	Campos, bordas de açudes e banhados
<i>Nothura maculosa</i>	Perdiz	Campos
<i>Casmeroius albus</i> . Tinamidae	Garça-branca-grande	Áreas baixas, água disponível em forma de açude.
<i>Egretta thula</i> Ardeidae	Garça-branca-pequena	Áreas baixas, água disponível em forma de açude.
<i>Dendrocygna viaduada</i> Anatidae	Marreca-piadeira	Beira de açude e banhado, nas regiões centrais e sulinas do Estado.
<i>Tringa flavipes</i> Scolopacidae	Maçarico-perna-amarela.	Regiões úmidas do Estado, tanto litoral quanto interior
<i>Columbina picuí</i> Columbidae	Rolinha-picuí	Em todas as partes do Estado
<i>Ceryle torquata</i> Acedinidae	Martin-pescador	Abundantes nas partes sul e central.
<i>Colaptes campestris</i> Picidae	Pica-pau-do-campo	Campos abertos e matas
<i>Furnarius rufus</i> Furnariidae	João-de-barro	Encontrado em todas as partes do Estado.
<i>Xolmis irupero</i> Tyrannidae	Noivinha	Porções sul e oeste do Estado
<i>Muscivora tyrannus</i> Tyrannidae	Tesourinha	Em todo o estado

<sup>124</sup> DUNNING & BELTON, 1993 apud BRENA, s/d.

<sup>125</sup> Copesul - Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 1999 apud BRENA, s/d.

<i>Pitangus sulphuratus</i> Tyrannidae	Bem-te-vi	Margens de banhados
<i>Troglodytes aedon</i> Troglodyidae	Corruíra	Capoeiras, brejos e beiras de matas
<i>Parula pitiayumi</i> Parulidae	Mariquita	Em matas, capões e jardins
<i>Rhea americana</i> Rheidae	Ema	Tradicional e típica dos campos gaúchos
<i>Embernagra platensis</i> Fringillidae	Sabiá-do-banhado	Campos abertos, áreas baixas com macegas altas que crescem em solo úmido.

### Quadro 3: Lista de espécies de Mamíferos

NOME CIENTÍFICO	NOME POPULAR	Habitat
<i>Dasypus hybridus</i> Dasypodidae	Tatu-mulita	Nos campos e lugares abertos
<i>Eupharactus sexcinctus</i> Dasypodidae	Tatu-peludo	Locais arbustivos, campos e cerrados
<i>Lutra longicudis</i> Mustelidae	Lontra	Rios e lagos
<i>Chrysocyon brachyurus</i> Canidae	Lobo-guará	Vegetação natural, campos com capoeirões, matas arbustivas
<i>Dusicyon thous</i> Canidae	Graxaim-do-mato	Vegetação natural, campos com capoeirões, matas arbustivas
<i>Conepatus chinga</i> Mustelidae	Zorrilho	Campos gaúchos
<i>Felis concolor</i> Felidae	Puma	Vive em diversos ambientes
<i>Ozotocerus bezoarticus</i> Cervidae	Veado-campeiro	Campos abertos
<i>Cavia aperea</i> Caviidae	Preá	Vivem em qualquer tipo de vegetação baixa e fechada
<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i> Hydrochaeridae	Capivara	Nas margens de rios
<i>Agouti paca</i> Dasyproctidae	Paca	Locais com vegetação alta, matas, capoeirões, sempre a margem de mananciais hídricos.
<i>Dasyprocta azarae</i> Dasyproctidae	Cutia	Matas ou capoeirões
<i>Myocastor coypus</i> Capromyidae	Ratão-do-banhado	Banhados, lagoas, rios

Na atualidade, muitas dessas espécies estão extintas ou em processo de extinção, sendo que, dentre elas, segundo, Paulo Afonso Zarth e Marcos Gerhardt, se encontram o veado-campeiro e o lobo-guará.<sup>126</sup>

A atual cidade de Rio Grande insere-se no Bioma Pampa. O fato de estar em uma zona litorânea não a impede de apresentar algumas características do Bioma, bem como de manter algumas singularidades em decorrência do escoamento hidrográfico causado pela Lagoa dos Patos.<sup>127</sup> Aliás, esse deslocamento das águas da lagoa, através do Canal de São Gonçalo, para a Lagoa Mirim, juntando-se a outros cursos d'água, deixava a região extremamente alagada em todas as épocas do ano.

Um último ponto a destacar a respeito do clima e sobre a forma como ele influencia o Bioma deve ser voltado para o esclarecimento da diferença entre clima e tempo. Enquanto o tempo pode ser entendido como uma variação climática em um espaço de tempo curto, o clima é uma padronização dos panoramas de tempo dentro de espaço mais longo de tempo. Uma frente fria que se aproxima no verão é um exemplo de um tempo frio dentro do clima quente que caracteriza o verão. Nesse sentido, a temperatura é afetada pelas condições climáticas (tempo) que está no momento. Aliado a isso, temos a sensação térmica, também chamada de “índice de conforto térmico”. Para o mestre em engenharia Mauricio Sanches Duarte Silva, do Núcleo de Climatologia Aplicada ao Meio Ambiente, vinculado à Universidade de São Paulo, de forma objetiva, a sensação térmica pode ser medida pela temperatura, umidade do ar e velocidade do vento. Subjetivamente, temos que levar em conta que as percepções de calor e frio variam entre os indivíduos. No verão, a sensação é medida através da temperatura e a umidade altas. Nesse caso, “o ar saturado de água é mais difícil acontecer a sudação, [processo] responsável por “esfriar”

---

<sup>126</sup> ZARTH, 2009.

<sup>127</sup> No Mapa 2, podemos observar que os rios que desaguam no Lago Guaíba (Sinô, Jacuí, Caí, Gravataí) culminam suas águas na Lagoa dos Patos. Esses rios, por sua vez, recebem a maioria das águas do nordeste gaúcho, ou seja, águas projetadas sobre parte do Planalto Meridional (Bioma da Mata Atlântica) que possui um índice pluviométrico anual maior que o restante do estado. (BRITTO, 2004).

o nosso corpo.” No inverno, os ventos acrescidos da baixa temperatura, juntamente com a alta umidade do ar, são responsáveis pela baixa sensação térmica. Nesse caso, a velocidade do vento remove, continuamente, a proteção de calor gerada pelo nosso corpo e que nos protege do frio. A retirada desse isolante nos faz perder calor para o ambiente gerando os famosos tremores que sentimos.<sup>128</sup>

Acreditamos que com estas informações sobre o clima, a flora e a fauna da região em que se instalaram os primeiros colonos e os soldados no então Rio Grande de São Pedro, é possível relativizar alguns discursos que descrevem a região como um lugar agradável, com campos, matas e caça abundantes, ao invés dos terrenos alagados, do frio e dos ventos implacáveis. Para os comandados de Silva Paes, as condições ambientais trouxeram muitas privações, que culminavam com as deserções.

Deve-se levar em consideração que o litoral, desprovido de uma vegetação mais abundante e contando uma extensa faixa arenosa (ver Figura 4), além de não proporcionar proteção em relação aos ventos, não possibilitava a coleta de frutos ou a caça de animais. A carne de gado que consumiam era suprida pelos animais que haviam trazido e por aqueles encontrados em uma faixa mais afastada do acampamento. Porém, os soldados não tinham autorização para se evadir do espaço da guarnição sob pena de serem castigados, o que reduzia a chance de obter uma carne diferente. A farinha, alimento que complementava sua dieta e que dependia de vir do Rio de Janeiro, era racionada. Um segundo fator que atormentava os soldados nesse primeiro inverno, sem dúvida, deve ter sido o clima do Rio Grande de São Pedro. Com a massa polar que se deslocava sobre a região, a temperatura caía consideravelmente. Juntava-se a ela, a umidade do ar. Essa combinação deveria enregelar os soldados que, durante suas rotinas, ainda eram obrigados a andar pelas áreas pantanosas e úmidas. Considerando que, na sua maioria, não

---

<sup>128</sup> SANCHES, 2019.

possuíam roupas para se trocar e um ambiente adequado e aquecido, é plausível supor que tenham contraído as primeiras doenças em decorrência do frio.

De acordo com o pesquisador Francisco das Neves Alves, os soldados e os primeiros colonos envolvidos na construção do presídio conviveram com

Um clima inóspito, com verões escaldantes, úmidos e abafados e um inverno rigorosíssimo, com frio inclemente e chuvas constantes; um acesso marítimo dos mais dificultosos, que levaria o lugar a receber a pecha de barra diabólica; um horizonte estéril, que ficaria por muito tempo conhecido pelos constantes areais soltos, esvoaçantes e prontos a engolir o que tivesse pela frente; um sítio urbano muito rudimentar, cheio de precariedades e habitações as mais rústicas; [...] os perigos iminentes num território em litígio, no qual o inimigo se avizinhava e poderia ser sentido quase que epidermicamente, gerando um dos originais medos coletivos dos primitivos sul-riograndenses.<sup>129</sup>

De acordo com o pesquisador, a urgência na construção de uma fortificação fez com que as casas fossem de madeira. É preciso considerar, ainda, que o terreno arenoso não oferecia uma base firme que permitisse uma construção com pedras. Para o historiador Moysés Velinho, o governador Gomes Freire de Andrada (1733 – 1763)<sup>130</sup> não acreditava no sucesso da empreitada por não se poder construir em um terreno “frouxo e fugidio”. O temor do governador era que em um ano, nada mais estaria de pé e o trabalho das tropas estaria perdido.<sup>131</sup> A história mostra que Gomes Freire estava enganado.

A construção dessas obras acarretava um trabalho com muitos contratempos, requerendo um esforço imenso dos militares e dos poucos civis

---

<sup>129</sup> ALVES, 2010, p. 33-52.

<sup>130</sup> Gomes Freire de Andrada foi um dos mais longevos governadores do Rio de Janeiro. Caracterizou-se por governar negociando com as elites coloniais ao mesmo tempo em que administrava respeitando as ordens reais. Victor Hugo Abril, em sua dissertação *Governança no Ultramar: Conflitos e descaminhos no Rio De Janeiro (1725-1743)*, o descreve como o Governador “mais articulador” entre os governantes do período. (ABRIL, 2010). Foi responsável por grandes obras, como o Aqueduto da Carioca, e governou num momento em que as fronteiras meridionais estavam em convulsão ocasionada pelas invasões espanholas. Foi o representante da Coroa no estabelecimento das novas linhas de fronteira ao cumprir as ordens do Tratado de Madrid (1750). Quando se ausentava do governo, seu substituto era o Brigadeiro Silva Paes. Os principais acontecimentos do início de formação do Rio Grande do Sul se deram sob seu comando.

<sup>131</sup> VELHINHO, 1975, p. 40

que faziam parte do contingente de Silva Paes. André Ribeiro Coutinho<sup>132</sup> deixou registrado que as construções foram feitas de pau-a-pique e barro, exceto as casas dos oficiais que eram “assoalhadas e forradas com couro”.<sup>133</sup> Maria Luiza Bertulini Queiroz ainda acrescenta que junto com o pau-a-pique e a lama, fazia parte da massa de construção o excremento de gado e cobertas de capim. A rusticidade e a precariedade dessas construções não permitiam que houvesse conforto.<sup>134</sup>

A inexistência de madeira no local também obrigou soldados e colonos a irem mais longe para consegui-la. André Coutinho, por exemplo, mandou construir um barco que pudesse buscar madeira na Ilha dos Marinheiros, local mais afastado do litoral. Já o material de melhor qualidade, vindo do Rio de Janeiro, foi guardado para ser utilizado nas dependências mais relevantes.<sup>135</sup>

Queiroz acrescenta que “Até mesmo a capela e o palácio do governador eram cobertos de palha”<sup>136</sup> e que o aspecto era de uma miserabilidade total. Em 1781, o coronel Francisco João Roscio descreveria as casas como “pobres cabanas, sem cômodos nem agasalho. Em muitas delas serve de porta um couro cru de boi, pendurado como cortina.”<sup>137</sup> Essas construções não resistiam à areia

---

<sup>132</sup> Mestre-de-Campo André Ribeiro Coutinho (? – 1751), substituto do Brigadeiro José da Silva Paes no comando do presídio. Eventualmente, encontramos este cargo também descrito sob o título de Governador. Administrativamente, foi o comandante que organizou o povoado. É autor do livro *“O capitão de infantaria português, com a teórica e prática das suas funções, exercitadas assim nas armadas terrestres e navais, como nas Praças e Corte, em que se compreendem a jurisdição, política e consciência do Capitão: a economia da Companhia, as evoluções e marchas da infantaria; as funções e guardas da Corte, armadas, campanhas e praças; as recrutas dos soldados e oficiais; e a arquitetura militar de infantaria, com a delineação e prática de todas as obras de faxina e terra.: Governando a Capitania do Rio de Janeiro e das Minas Gerais o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Gomes Freire de Andrade, dedicado ao leitor universal, por André Ribeiro Coutinho, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Coronel de um dos regimentos de infantaria da Praça do Rio de Janeiro.* Lisboa, Portugal: Régia Tipografia Silviana, Lisboa, Portugal: Oficina da Academia Real das Ciências, 1751

<sup>133</sup> Apud QUEIROZ, 1985, p. 91

<sup>134</sup> QUEIROZ, 1992, p. 12

<sup>135</sup> Idem, p. 91.

<sup>136</sup> Idem, p. 92.

<sup>137</sup> ROSCIO, 1781 apud CESAR, 1981, p. 160.

deslocada pelo vento, que invadia as casas, fazendo, inclusive, que o povoado do Estreito fosse abandonado pelos seus moradores.<sup>138</sup>

Já no noroeste do território do Rio Grande de São Pedro (Figura 2), as missões construídas pelos jesuítas espanhóis eram uma amostra de um espaço organizado à moda europeia e tido como civilizado. A nordeste, mais próximo de Laguna, nos Campos de Viamão, algumas estâncias davam ares de ocupação lusitana. (Figura 5).<sup>139</sup> Mas, a partir de Laguna, não havia oficialmente terras portuguesas. No entanto, algumas empreitadas privadas, que investiam comercialmente na apreensão de bovinos, deram início à ocupação da faixa entre o litoral e o Rio Grande (hoje Lagoa dos Patos), desde o Guaíba até o lado norte da Barra de Rio Grande, hoje São José do Norte. Também o investimento português no controle do Rio da Prata motivaria a mudança dessas fronteiras.

**Fig. 5: Distribuição das Sesmarias nos Campos de Viamão - Séc. XVIII**



FONTE: MARTINS, 2018

<sup>138</sup> Em 1752, Gomes Freire transfere toda a povoação do Estreito para o Porto. QUEIROZ, 1985, p. 93.

<sup>139</sup> Mapa das Sesmarias nos Campos de Viamão, Século XVIII. In: MARTINS, Jefferson Teles. Tupy Caldas e os debates intelectuais no final dos anos 1930 sobre a fundação de Porto Alegre. RIHGRGS. – n. 155. – dez. 2018. p. 219-227.



Dentro desse conjunto de variáveis que compõem a formação do RS, a ocupação desse espaço no século XVIII é extremamente importante, conforme os motivos já elencados. Nesse sentido, não seria apenas uma guarnição militar que atenderia o sonho português. Rio Grande era composto, em 1740, de 666 homens, entre Dragões, Infantes e Artilheiros, o que corresponderia a cinquenta por cento da população. Os dados trazidos pela pesquisadora Maria Luiza Bertulini Queiroz dão conta de que a população se reduziu sensivelmente, “mantendo-se inexpressiva até o final desta década de 40.<sup>140</sup> A presença de 162 casais legítimos e onze em regime de concubinato, entre 1737 e 1749, demonstra a baixa densidade demográfica da povoação. A pesquisadora chama a atenção para o inexpressivo número de escravos na região nesse período.<sup>141</sup>

O Quadro 4 mostra o número de batismos entre os anos de 1738 e 1749. Nela, chama a atenção os dados do ano de 1743,<sup>142</sup> na medida que sugerem o crescimento substancial no número de batismos. O ano e o crescimento do número de batismos parecem confirmar as informações dadas por Silva Paes que, em carta enviada ao Prior Duarte Pereira Chaves, na qual assegura que as mulheres que ele havia enviado do Rio de Janeiro para Rio Grande, “as mais corridas, e Galicadas, sem cura melhoraram, e pariram quase todas”.<sup>143</sup> Somente em 1749 chegaria o primeiro contingente de indígenas, composto de 53 homens e 23 mulheres.<sup>144</sup>

A população indígena, por sua vez, se espalhava pelo território. Nas missões jesuítas os Guarani se encontravam regidos pelas leis da Igreja e da Espanha, enquanto os Minuano e os Charrua, embora mantivessem contato, não se encontravam sob a alçada portuguesa e espanhola respectivamente.

---

<sup>140</sup> QUEIROZ, 1985, p. 96.

<sup>141</sup> Idem, p. 97.

<sup>142</sup> Reprodução da Tabela nº 2. QUEIROZ, 1985, p. 98.

<sup>143</sup> SILVA PAES, 1742 apud CESAR, 1981, p. 128.

<sup>144</sup> Idem, p. 98-99.

**Quadro 4: Número de Batismos em Rio Grande 1738-1749**

Data	População Livre				Escravos				
	Filhos Legítimos	Filhos Naturais	Expostos	Total	Nascidos no Brasil	Nascidos na África	Total		
1738	7			7	1	1	2		
1739	15	10		25	3	2	5		
1740	19	16	1	36	7	3	10		
1741	18	24		42	5	3	8		
1742	21	25		46	3		3		
1743	31	36	1	68	12	1	13		
1744	19	16		35	8		8		
1745	31	8		39	8		8		
1746	18	11		29	5		5		
1747	46	9		55	14		1		
1748	28	12		40	12		12		
1749	36	63		99*	9	3	12		

\* Neste ano ocorre a entrada do primeiro grupo minuano: são batizados 53 homens e 23 mulheres.

FONTE: Queiroz, 1985, p. 99 (Grifos nossos)

No restante do território, as doações de terra, feitas indiscriminadamente, demarcavam as estâncias com muita terra e pouca gente. Esta alta concentração fundiária gerava pouca produção agrícola, mas exigia muita terra para a atividade pastoril. Isto fez com que Francisco João Roscio assim descrevesse a região:

As terras fechadas, ou terminadas entre as Raias declaradas nesta Relação, todas estão povoadas, mas todas desertas. Cada morador não se contenta com poucas léguas de terra, entendendo que todas lhe será precisas, ainda que só se servem de uma insignificante parte junto à sua cabana. E, por isso, ainda que toda a Campanha está deserta, todos os campos estão dados e têm senhorio.<sup>145</sup>

Podemos observar que a população que se encontrava fixada à terra era pouca, embora a demarcação da terra tivesse seus limites definidos para cada proprietário. Rachel do Santos Marques alerta que, dentro desse suposto

<sup>145</sup> ROSCIO, 1781 apud CESAR, 1981, p. 160

deserto, havia uma população circulante. Segundo ela, circulavam indígenas, jesuítas, espanhóis, portugueses, bandeirantes paulistas, entre outros.<sup>146</sup> O fato é que estas populações não se fixavam – exceto aquelas mantidas pelos jesuítas espanhóis na região noroeste do estado –, mas isso não significa que não fizessem parte de um conjunto de variáveis que viriam a condicionar as decisões espanholas ou portuguesas, sobretudo, em relação à ocupação do território do extremo sul e às atividades comerciais na região.

Vale lembrar que após o fim da União Ibérica,<sup>147</sup> Portugal via na prata boliviana, que circulava pelo Rio da Prata, um aporte financeiro que poderia se configurar em um caminho para sua recuperação financeira. A queda do preço do açúcar no mercado<sup>148</sup> mundial exigia de Portugal a busca de sua recuperação através de suas colônias. Nesse sentido, a fundação da Colônia do Sacramento,<sup>149</sup> permitia a Portugal ter acesso ao fluxo comercial que escoava pelo estuário do Prata, seja ele lícito ou através do contrabando.<sup>150</sup> Para o pesquisador João Borges Fortes, esse comércio “era um dos melhores negócios da época redundando em grandes proventos para Portugal”.<sup>151</sup> A movimentação financeira gerada pelo fluxo comercial era de grande interesse para os comerciantes do Rio de Janeiro, que, paulatinamente, foram controlando o

---

<sup>146</sup> MARQUES, 2016, p. 26.

<sup>147</sup> Período em que Portugal esteve governado pelo rei espanhol, Felipe II. De 1580, após a morte de D. Sebastião, rei de Portugal que morreu sem deixar herdeiros diretos, até 1640, quando foi travada a Guerra da Restauração, Portugal ficou sob o comando real da Espanha. As colônias portuguesas se mantiveram com uma administração portuguesa nesse período.

<sup>148</sup> MENZ, 2013.

<sup>149</sup> Vindo ao encontro da necessidade portuguesa, em 1676, através das Bulas *Romani Pontificis Pastoralis Sollicitudo e Ad Sacram Beati Petri*, o Papa Inocêncio XI criou o Bispado do Rio de Janeiro, com jurisdição até o Rio da Prata. Motivados por essa autorização papal, em 1680, no governo de Manuel Lobo no Rio de Janeiro, os portugueses fundaram a Colônia do Santíssimo Sacramento na margem oposta a Buenos Aires, poucos anos depois. Marcada por constantes disputas entre as metrópoles ibéricas, ora pertencendo a Portugal, ora a Espanha, a fortaleza nunca se constituiu uma vila. Foi no governo de Antonio Pedro Vasconcelos (1722-1749) que a cidadela conheceu seu apogeu comercial e econômico. Dentro das disputas já citadas, em 1735, D. Miguel de Salcedo, governador de Buenos Aires, cerca a fortaleza motivando a vinda de um socorro a partir do Rio de Janeiro. (KÜHN, COMISSOLI, 2013). No comando desse socorro estava o vice-governador, Brigadeiro José da Silva Paes. Ao retornar dessa missão, em 1737, ele funda o presídio Jesus Maria José. A Colônia do Sacramento pode ser considerada um ícone das disputas de fronteira da América Meridional motivado pela intensa disputa entre Portugal e Espanha.

<sup>150</sup> KÜHN, COMISSOLI, 2013, p. 53-81

<sup>151</sup> FORTES, 2001, p. 23.

comércio da região. Era através do rio que se dava o contato com as minas bolivianas, possibilitando a circulação do tão desejado metal. Para além da prata, o rio também oportunizava o comércio negreiro, em sua maioria, ilícito, e a venda de couro, que viria a se configurar na principal mercadoria nos primeiros tempos do povoado lusitano.<sup>152</sup>

Portugal, devido aos altos gastos que havia tido com a Restauração, não queria perder o controle do povoado, pois, além de marcar a presença portuguesa nas margens do rio, ele assegurava as vantajosas atividades comerciais. Afinal, como destaca Fabrício Pereira Prado, “a vida social, econômica e política do núcleo populacional luso-americano estava articulada em função do comércio, marítimo e terrestre, no espaço platino.”<sup>153</sup> Assim, a fortaleza dava a Portugal uma ponta de lança dentro do território espanhol e retratava o sonho português de estender suas fronteiras até Rio da Prata. (Veja posição de Colônia na Figura 2). Obviamente isso não seria bem aceito pelos castelhanos, que passaram a acossar militarmente o povoado em busca da recuperação de sua autoridade na região. De fato, as disputas entre Portugal e Espanha por territórios na América meridional sempre foram marcadas pela posse do povoado, ora por um lado, ora pelo outro.

O pesquisador Paulo Possamai destaca que o fluxo comercial na região, durante a União Ibérica, era aceito pelos espanhóis, na medida que o comércio negreiro na África era dominado por Portugal. Mas isso também serviu para que os lusitanos inserissem, de forma ilegal, seus produtos na região platina. Vale lembrar que esses movimentos, lícitos e ilícitos, fomentavam o comércio no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.<sup>154</sup>

---

<sup>152</sup> KÜHN, 2012.

<sup>153</sup> PRADO, 2002, p. 20.

<sup>154</sup> Destaca-se que o contrabando não se iniciou com a fundação da Colônia do Sacramento. Paulo Cesar Possamai destaca que Buenos Aires sempre foi o centro contrabandista da rota pelo Rio da Prata. E essa rede era tão forte que mesmo ordens vindas da corte espanhola esbarravam nas autoridades portenhas. Quando não havia governadores que, no momento de sua chegada, já tinham contratado os operadores necessários para o negócio. Outro detalhe importante é que os portugueses em Buenos Aires representavam “um quarto da população da cidade”, sendo em grande parte cristãos-novos. Com o final da União Ibérica, o receio de uma

Após a emancipação portuguesa, contínuos desentendimentos diplomáticos entre os países, acabaram gerando reflexos no extremo sul da América. Inúmeros tratados são assinados visando à busca de um entendimento entre as metrópoles que, no entanto, eram contra os interesses coloniais.<sup>155</sup> E, nesse sentido, a Colônia do Sacramento se configura em uma marca portuguesa que estende suas fronteiras para o Rio Prata e, também, em um receio de avanço português sobre territórios da coroa espanhola. Ou seja, ao mesmo tempo que o povoado acenava para a prosperidade e o domínio da região, também passaria a sofrer a concorrência econômica com Buenos Aires, que redundaria em disputas diplomáticas e tratados por mais de um século. Mas o comércio – e o contrabando – no povoado nunca parou, mesmo em tempos de guerra.

Entre Laguna e a Colônia do Sacramento, o Rio Grande e a Banda Oriental – aqui tratada como dois espaços distintos apenas como uma forma didática de localização dentro do espaço geográfico – se abriam num território que não era tão desconhecido assim. Embora Riograndino da Costa e Silva credite as informações de 1721 do Sargento-mor da Praça de Santos, Manuel Gonçalves de Aguiar, como o marco de um conhecimento mais aprofundado sobre Rio Grande,<sup>156</sup> muito antes disso já encontramos descrições do Rio Grande.<sup>157</sup> Neste sentido, a informação que nos trazem os oficiais da Câmara de Laguna, em 1715, é deveras interessante:

---

rebelião e da perda de Buenos Aires para Portugal levou a Espanha adotar medidas que preservassem sua segurança e freasse o comércio português. Isso, contudo, não levou ao fim do contrabando. (POSSAMAI, 2006, p. 46-47).

<sup>155</sup> O Tratado de Aliança (1701), assinado entre Portugal, França e Espanha, é exemplo disto. Na negociação, Portugal reassume a Colônia do Sacramento. D. Pedro II manda fortificar o povoado e, por extensão, Montevideú. No entanto, o entendimento das autoridades portenhas contradiz a interpretação portuguesa. Os espanhóis afirmavam que a autoridade portuguesa se estendia apenas nas adjacências do povoado. Ver mais em POSSAMAI, Paulo César. *A vida quotidiana na colônia do Sacramento. Um bastião português em terras do futuro Uruguai*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

<sup>156</sup> COSTA E SILVA, 1968, p. 33-34.

<sup>157</sup> Entre 1605 e 1607, o padre Jerônimo Rodrigues teve o primeiro contato com os indígenas do litoral do Rio Grande do Sul. A precisão com que é feita a descrição dos indígenas é ressaltada por Guilhermino Cesar, que reforça a inserção do padre como um dos primeiros cronistas da região. (CESAR, 1981, p. 21).

No tocante ao Rio Grande, nos consta por vários moradores desta povoação, como pelo povoador dela [...] ser o dito Rio Grande a melhor terra de toda a América do Brasil para se povoar, onde se pode acomodar todo o Brasil [...] com os mesmos climas [de Portugal] e pelas muitas minas de prata e ouro que distam poucas léguas do dito Rio Grande [...].<sup>158</sup>

O historiador Fábio Kühn complementa que “no tocante aos mantimentos do Brasil e da Europa dizem que muito melhor se dão aí que nenhuma outra parte; de madeiras e pescado de toda a casta se podiam carregar frotas”.<sup>159</sup>

Cabe, aqui, retomar as primeiras descrições feitas sobre a região e que dão conta de um lugar extremamente agradável, com clima semelhante ao território português e com a possibilidade de acesso a “muitas minas de prata e ouro”, o que, por si só, já serviria para aguçar os ambiciosos representantes do governo português. Essa aspiração, no entanto, não se traduziu imediatamente em ocupação pelas razões que expusemos anteriormente e que estão vinculadas, sobretudo, ao clima e as condições do solo da região. Ainda que a ameaça espanhola fosse sempre sentida, os metais preciosos, uma possibilidade relatada, o gado, um gerador de riquezas, não havia interesse em povoar a região.

Mas, diferentemente do que ocorria com a Colônia do Sacramento, onde as possibilidades comerciais já eram uma realidade, o restante do território ainda era uma aventura, não gerando interesse governamental. A incredulidade de Gomes Freire quanto ao sucesso da fundação do presídio Jesus Maria José é um exemplo desse descrédito em relação à região, na medida em que preferia investir na tomada de Montevideu e Maldonado à uma empreitada no Rio Grande. Nos faltam, contudo, subsídios para afirmar se essa era uma decisão fundamentada nos interesses locais ou, baseada nas ordens recebidas da metrópole. Apesar das diferenças entre os dois homens fortes do governo colonial, Gomes Freire e Silva Paes,<sup>160</sup> acreditamos que ambos estavam

---

<sup>158</sup> Idem, p. 73.

<sup>159</sup> O historiador destaca que o “imenso rebanho de gado alçado [era] na prática, a única fonte real de riqueza nesses anos iniciais de ocupação”. (KÜHN, 2014, p. 25).

<sup>160</sup> Em sua obra *O Brigadeiro José da Silva Paes e a Fundação do Rio Grande* (ERUS, 1980) o historiador Borges Fortes destaca o que ele chama de “agastamento” entre Silva Paes e Gomes

empenhados em mostrar os melhores serviços (e os sucessos obtidos) ao rei do que em investir no levantamento de informações sobre as potencialidades do território a serem enviadas à metrópole.

Nesse sentido, podemos elencar que as motivações que levaram à fundação do presídio Jesus Maria José e à ocupação do leste do território pelos portugueses, senão estiveram diretamente ligadas ao comércio, com certeza, ofereceram apoio e segurança para o fluxo comercial que se desenvolvia no Prata. O Rio Grande de São Pedro possuía uma grande extensão territorial, mas as riquezas, interesse maior da metrópole, eram somente indícios que se encontravam nos registros de viajantes. As inúmeras bandeiras, que buscavam aprisionar indígenas, também não informavam terem encontrado as riquezas (ouro e prata) que algumas cartas indiciavam. Não era, portanto, pela posse dos metais que os países ibéricos se interessariam pela região.

Para os espanhóis, esse território pertencia a El-rei Católico e estava na jurisdição do governador de Buenos Aires, o que já desconstrói a ideia de que este território era uma "*Terra de Ninguém*".<sup>161</sup> Já os portugueses a consideravam como uma justificativa para suas investidas sobre o gado e os indígenas, bem como uma forma de estender seus domínios até o Prata. Com o fim da União Ibérica, Portugal buscava uma forma de seguir dominando o fluxo de comércio que circulava pela região. Para os portugueses, com interesse ou sem interesse, a autorização já considerava o território como seu. De acordo com Maria Fernanda Bicalho, a despeito do bloqueio intercolonial durante a União Ibérica, o tráfico negreiro no Rio da Prata era muito lucrativo para os comerciantes

---

Freire. Borges Fortes atribui o fato por serem homens de decisão, de personalidades fortes. Características destacadas como parte da formação militar que ambos tinham.

<sup>161</sup> SANTOS; SANTOS, 1990. p. 19. Maria Luiza Bertulini Queiroz, sem usar a expressão "*Terra de Ninguém*", também segue por esse caminho, ao afirmar que se tratava de "um imenso vazio demográfico". (QUEIROZ, 1992, p. 1). No capítulo 1 de sua tese de doutorado, a pesquisadora Martha Daisson Hameister desconstrói o vazio demográfico, ao destacar que não havia uma população fixa, mas uma enorme população itinerante que circulava pela região. (HAMEISTER, 2006, p. 52-77).

cariocas.<sup>162</sup> E, com a emancipação portuguesa, o objetivo era manter um fluxo contínuo no tripé estabelecido entre Luanda – Rio de Janeiro – Buenos Aires.<sup>163</sup>

Um outro ponto a ser considerado na fundação do núcleo português no Continente de São Pedro é a necessidade de garantir a segurança diante das potenciais ameaças. Nesse sentido, em 1735, quando Sacramento é cercada pelas forças espanholas, o Brigadeiro Silva Paes prontamente se oferece para comandar as tropas que iriam prestar socorro. Para ele, urgia a fundação de um local no qual os navios de apoio pudessem aportar e, que, ao mesmo tempo, protegesse a retaguarda dos portugueses. Sem contar que a ocupação se estenderia do litoral para o interior, um modelo que os portugueses já adotavam há mais de duzentos anos. Desta forma, estaria garantido um cordão de proteção que começava em Laguna e terminava em Sacramento. (Ver Figura 6).

“A cadeia com tais extremos se consolidaria com mais um reforço intermediário e constituiria gradativamente de Laguna, Viamão, S. Pedro, S. Miguel, Maldonado e Montevideu para atingir o outro extremo – a Colônia de Sacramento.”<sup>164</sup>

Portanto, para Borges Fortes, a fundação de um aquartelamento na ponta sul da Barra do Rio Grande de São Pedro seria fundamental para as pretensões portuguesas de extensão de seus domínios até o Prata, na medida em que protegeria um ponto estratégico na extremidade da América meridional. A decisão, posteriormente, viria a ser tomada por Portugal com base nas diversas informações produzidas sobre a região.<sup>165</sup>

---

<sup>162</sup> BICALHO, 2013.

<sup>163</sup> ALENCASTRO, 2000 apud BICALHO, 2013.

<sup>164</sup> FORTES, 1980, p. 42.

<sup>165</sup> A carta do Sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar, respondendo às questões formuladas pelo Governador das Capitânicas do Sul Antônio Brito de Menezes, em 1721, sobre o território do Rio Grande, é exemplo disto. (CESAR, 1981, p. 75-85)



**Fig. 6: Rota de apoio a Colônia do Sacramento a partir de Laguna**



FONTE: CARVALHO, 2017, p. 964

A intensa circulação de espanhóis pela região não passava despercebida do governo colonial português.<sup>166</sup> Assim, devido à vastidão do imenso território, ocupado apenas por nativos, alguns deles aliados dos espanhóis ou mantidos nas reduções jesuíticas, se colocava como necessário um projeto de ocupação que permitisse a proteção do ouro mineiro.

Para além da simples ocupação com interesses comerciais produzidos na região, da agregação de novas terras ao governo português, ou até mesmo da

<sup>166</sup> Carta de Francisco de Brito Peixoto, comandante de Laguna, à Rodrigo Cesar de Menezes, governador de São Paulo. (apud FORTES, 2001, p. 25-30).

garantia de segurança, Borges Fortes também ressalta o quão lucrativa era para os portugueses a manutenção do comércio que se dava na Colônia do Sacramento.

A introdução de mercadorias trazidas pela marinha mercante lusitana no porto da Colônia, daí passando às províncias espanholas cisandinas, era um dos melhores negócios da época redundando em grandes proventos para Portugal.<sup>167</sup>

A partir desta passagem, podemos deduzir porque os comerciantes cariocas, vendo a possibilidade de perda nos negócios com uma ocupação espanhola da região, pressionavam o governo metropolitano a tomar uma decisão que beneficiasse seus interesses. A fundação de uma fortificação militar garantiria a segurança de seus negócios, quer através do contrabando de escravos ou da venda de mercadorias que adentravam a região platina.

Esse interesse da elite comercial carioca nos negócios de Sacramento pode ter contribuído para que o governador Gomes Freire aceitasse a proposta do Brigadeiro Silva Paes de dar prioridade à fundação do presídio.<sup>168</sup> A segurança do transporte de gado, do contrabando, do comércio de couros e o tráfico de escravos eram fontes de riqueza que mantinham essa elite interessada na proteção de Sacramento.

Cabe ressaltar que, a despeito de todas as condições geopolíticas desfavoráveis, a fundação do Presídio fazia parte dos projetos do governo metropolitano para a ocupação do Continente do Rio Grande. Os interesses na região, tanto econômicos, quanto geopolíticos, parecem, contudo, ter acelerado a tomada de decisão, pois era importante para as elites cariocas terem a segurança necessária para a manutenção de seus negócios, mesmo que isso acarretasse um controle fiscal maior, através das guardas postas nos caminhos.

---

<sup>167</sup> FORTES, 2001, p. 22-23

<sup>168</sup> Em sua dissertação de mestrado, Victor Hugo Abril discute a administração dos governadores do Rio de Janeiro, Luís Vahia Monteiro, Gomes Freire de Andrada e Manoel de Freitas da Fonseca, nesse período. Destaca que Gomes Freire foi quem melhor defendeu os interesses da elite colonial sem deixar de atender os projetos do governo português. Para Abril, o governador era um hábil articulador e contemporizava os interesses envolvidos, o que talvez explique sua longevidade na função. (ABRIL, 2010).

Portanto, o núcleo militar trazia para a coroa portuguesa uma garantia da posse territorial, ao mesmo tempo que assegurava à elite comercial carioca a manutenção dos seus negócios na Colônia do Sacramento.

Evidentemente, os interesses envolvidos motivam as ações do Brigadeiro Silva Paes, que se empenha para que o projeto tenha sucesso. E, nesse sentido, ele não mede esforços para que sua empreitada atenda aos interesses metropolitanos. Por mais que fosse uma região inóspita e com condições climáticas adversas, que dificultavam a ambientação dos soldados, ela oferecia à Coroa a agregação de novas terras ao seu império ultramarino e atendia aos interesses da elite comercial carioca. Ao não poupar esforços nas ações voltadas para a ocupação, Silva Paes demonstrou que sua prioridade era garantir o sucesso do projeto, chegando a custear, às suas expensas, gastos com a manutenção da tropa.<sup>169</sup>

De fato, a preocupação com a manutenção da Colônia do Sacramento por parte de Portugal se tornaria um marco nas questões de fronteira entre as coroas ibéricas no século XVIII. Por outro lado, a fundação de um povoado no território do Rio Grande de São Pedro era imprescindível para a economia colonial, sendo que “A Coroa alinhava, dessa forma, as intenções da monarquia portuguesa aos interesses de seus vassallos americanos.”<sup>170</sup>

## **1.2 Da Colônia para uma “Terra dos Muitos” – Os primeiros soldados e colonos.**

Descrito como a “melhor terra da América e do Brasil”, o Continente de São Pedro tinha, no discurso propagandístico de sua ocupação, não informadas as suas particularidades climáticas e geográficas. André Coutinho, em 1737,

---

<sup>169</sup> Em 1738, o Conselho Ultramarino recebeu solicitação de restituição dos valores que o Brigadeiro havia gastado com “pagamento das tropas, mantimentos, hospitais, faxinas, jornais, e para tudo que carece a esquadra”. (COLECÇÃO de documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes existentes nos arquivos portugueses fielmente copiados por ordem da Biblioteca Riograndense por Dr. Artur da Motta Alves em 1937. Rio Grande: Biblioteca Riograndense, 1937. p. 118).

<sup>170</sup> IZECKSOHN, 2010, p. 6

mais em consonância com a realidade do território, a descreveria como a “terra dos muitos”, como se pode constatar nos trechos de uma carta na qual descreve o Rio Grande a um amigo:

A este país, meu senhor, tenho chamado a terra dos muitos e ouça V M. a razão como toda verdade, porque aqui há muita carne, muito peixe, muito pato, muita marreca, muito maçarico real, muita perdiz, muito jacum, muito laticínio, muito ananás, muita courama, muita madeira, muito barro, muito bálsamo, muita serra, muito lago e muito pântano, no verão muita calma, muita mosca, muito mutuca, muito mosquito, muita polilha [traça], muita pulga, no inverno, muita chuva, muito vento, muito frio, muito trovão e com todo o tempo muito trabalho, muita faxina, muito excelente ar, muito boa água, muita esperança, muita saúde para servir a V. M., pode produzir como já experimentamos muita balancia [melancia], muita abóbora, muito legume, muita hortaliça e porque com uma palavra diga o que mais importa a V. M. também há muita falta de tudo o mais para a vida e para o luxo; e como o que veio de baetas, tabaco, facas e chapéus e outras drogas por conta de El-Rei se tem feito um grosso avanço, seis frascos de aguardente se vendem por onze mil réis, bebe o comprador dois e vende os outros por onze mil réis.<sup>171</sup>

O comandante do presídio afirma que, a despeito da quantidade de areia, uma cana de milho media 22 palmos e um linguado pesava 19 libras,<sup>172</sup> e a terra era “salutífera, fecunda e forte”. Levando-se em conta que a carta foi escrita em setembro de 1737, ou seja, quando já havia passado o período mais rigoroso do inverno, o comandante, com a experiência de ter comandado Montevidéu, parecia conhecer muito bem a região a qual administrava.

Imbuído de sua identificação com a matriz lusitana, o historiador Borges Fortes exalta que o Rio Grande, dotado de “regiões tão risonhas e futuras” era dado como uma “nova terra de promessa”,<sup>173</sup> o que, em certa medida, contrasta

---

<sup>171</sup> FORTES, 1980, p. 71.

<sup>172</sup> Idem, *Ibidem*.

Corresponde, aproximadamente, 8,6kg.

<sup>173</sup> FORTES, 2001, p. 42. O termo “terra de promessa”, segundo o professor Fábio Kühn, foi cunhado para justificar o afastamento do Rio Grande do Sul de uma possível origem platina, na medida em que com isto buscava-se provar o êxodo de Laguna para o Continente. (KÜHN, 2014, p. 27). Rachel dos Santos Marques também desconstrói o termo a partir do modelo de ocupação adotado no território, que privilegiaria a metrópole no tocante a gastos com proteção militar do espaço. Para ela, os moradores trariam algumas marcas do Antigo Regime, como as Mercês. Em troca das benesses reais como postos militares, políticos ou no recebimento de terras, o

com a descrição de André Coutinho. De qualquer forma, ao elogiar a terra, sua produção de alimentos e a pesca, e, porque não o comércio, ao ressaltar o lucro obtido com a aguardente, Coutinho demonstra que está também comprometido com o projeto de ocupação, na medida em que suas descrições poderiam incentivar colonos e comerciantes a se instalarem na região.

Mas e os soldados que não exploravam a terra, não sofriam maus-tratos por parte de seus superiores? Nesse sentido, Paulo Possamai salienta que o recrutamento, numa sociedade do Antigo Regime, se dava de forma compulsória e protegia os privilegiados e protegidos das comunidades, principalmente os que faziam parte da camada produtiva. Nesse caso, apenas vagabundos, desocupados ou, ainda, aqueles que nada tinham para garantir sua sobrevivência eram recrutados.<sup>174</sup> O pesquisador ressalta que, constantemente, havia reclamações sobre a qualidade do soldado que ia para as fronteiras, que estava atrelada à condição social do recrutado e não à sua origem. Á época, o recrutamento era visto como uma forma de harmonização social,<sup>175</sup> pois, ao dotar o indesejável, o vagabundo ou os presos, de uma função, as autoridades promoviam uma faxina social que era muito bem vista perante a sociedade. E, além disso, poupava o recrutamento de outros que poderiam atender as necessidades econômicas do local.<sup>176</sup> Christiane Figueiredo Pagano Mello completa, afirmando que o recrutamento era visto como uma interferência externa “que desarticulava e mesmo arruinava sua estrutura interna.”<sup>177</sup> Já Paulo Possamai lembra que, excetuando os privilegiados, a conscrição se dava entre

---

recebedor ficava incumbido da proteção das possessões do rei. Portanto, a “terra da promessa” não se apresentava como uma promessa divina de oportunidades, mas como uma troca de favores. (MARQUES, 2011).

<sup>174</sup> POSSAMAI, 2004.

<sup>175</sup> Christiane Figueiredo Pagano de Mello caracteriza o recrutamento como uma “enorme convulsão social”, pois quando se iniciava o recrutamento, muitos fugiam para não serem inseridos nas fileiras. (MELLO, 2006). Paulo Cesar Possamai lembra que a prática foi adotada na Inglaterra, em 1704, como “medida de polícia contra vagabundos e mendigos”, tendo sido regulamentada em 1709. (POSSAMAI, 2011, p. 6)

<sup>176</sup> “A câmara da cidade [do Rio de Janeiro] não deixou de protestar ao rei contra o procedimento do governador, pois, a fim de evitar o serviço militar, muitos agricultores e operários fugiram para as matas, abandonando os engenhos, prejudicando desse modo a economia local”. (POSSAMAI, 2004, p. 155).

<sup>177</sup> MELLO, 2006, p. 272.

os 17 e 30 anos de idade,<sup>178</sup> ou seja, período em que o indivíduo se organizava socialmente e, muitas vezes, era quem provia o sustento familiar.

A tensão gerada a cada recrutamento não se reduzia a este momento, se estendendo por todo o período em que o militar estava no serviço ativo. Christiane Pagano destaca os excessos a que eram submetidos estes indivíduos, destacando:

a violência e vexação com que se recrutavam os combatentes, a falta de assistência pontual do soldo e pão prometidos, o mau tratamento recebido de seus governantes, o apego ao espaço original de socialização, isto é, a saudade da terra e dos parentes, bem como, e não menos relevante, o medo da guerra.<sup>179</sup>

A autora, ao sintetizar as motivações que levavam os indivíduos a fugirem da vida militar, poderia ter acrescentado que, durante os deslocamentos, mesmo que dentro da colônia, eram suscetíveis a inúmeras doenças, aspecto sobre o qual nos determos na dissertação.

Outro fator a ser levado em conta é a deserção, situação muito comum, considerando o recrutamento forçado, lembrando que, no caso de ser recapturado, o desertor era submetido a duras penalidades. No caso da fronteira do Brasil Meridional, a deserção era situação que atormentava os comandantes, devido à falta de substitutos e à precária condição econômica do presídio. Aos desertores eram, em razão disso, aplicados castigos físicos – normalmente um grilhão amarrado no tornozelo – que não lhes impedia de executarem suas tarefas –, eventualmente a *polé*,<sup>180</sup> mas, sempre, a exclusão do soldo por um

---

<sup>178</sup> POSSAMAI, 2011.

<sup>179</sup> MELLO, 2006, p. 271.

<sup>180</sup> Instrumento de tortura muito usado pelo Tribunal da Inquisição, a *polé* consistia em suspender o apenado por cordas, normalmente pelos pulsos, com uns pesos de ferro amarrados a seus pés. Após suspenso, era solto de modo brusco. Além das dores, esse castigo podia deslocar braços e pernas, causar luxações e comprometer as articulações. Raphael Bluteau o descreve como “erguer ao alto dela os criminosos atados à corda, e deixá-los cair a terra, o que se diz dar tratos de *polé*.” (Verbetes *Polé*: BLUTEAU, 1789, p. 212).

longo período.<sup>181</sup>

Acostumados a um clima tropical, com longos verões e temperaturas altas, os soldados e colonos encontraram no Rio Grande um clima totalmente distinto, como já ressaltamos em outro momento deste capítulo. Embora Portugal tivesse um clima próximo ao do Brasil subtropical, os duzentos anos de colonização haviam feito com que os colonos se adaptassem ao clima tropical. É bem verdade que as primeiras descrições elogiosas sobre a *Terra Brasilis*, formuladas à época do Achamento, já haviam desaparecido,<sup>182</sup> e o território oferecia uma série de dificuldades aos recém-chegados. O ambiente inóspito fazia com que o indivíduo se mantivesse em constante vigília contra o frio e a umidade.<sup>183</sup>

O conhecimento adquirido ao longo desses duzentos anos vivendo em regiões tropicais fez com que os indivíduos desenvolvessem estratégias de adaptação com vistas à sobrevivência. Este conhecimento, no entanto, muitas vezes se esvaía nas dunas que se movimentavam e nos ventos que cortavam, e era afetado pela melancolia decorrente da solidão a que estavam sujeitos na imensidão da pampa. Também o conhecimento adquirido junto aos nativos, em especial aqueles relativos a procedimentos curativos de doenças próprias do ambiente tropical, se deparava com uma realidade totalmente diferente daquela a que estavam habituados baianos, cariocas e paulistas que foram deslocados para o Continente de São Pedro.

Nesse sentido, tanto os soldados quanto os colonos, vindos de áreas tropicais, também se depararam com a necessidade de adaptação, que era agravada pelas constantes escaramuças com os espanhóis. Talvez o primeiro

---

<sup>181</sup> Portaria do Brigadeiro Silva Paes, de 04/07/1737, condenando o soldado Francisco da Costa. Após absolvido da pena capital foi condenado a usar um grilhão no pé esquerdo e sem soldo por 5 anos. Já os soldados Manuel Maciel, Salvador Pereira Dias, Antônio da Costa e Antônio dos Santos, (Portaria de 01/08/1737), pelo mesmo crime, foram condenados a dois anos sem soldo e grilhão no pé direito. Todos a título de exemplo para os demais. (AHRGS, 1977, p. 42-43).

<sup>182</sup> SANTOS FILHO, 1947, p. 29.

<sup>183</sup> Para Lycurgo Santos, seriam necessários dois anos para o aclimatamento do europeu a uma zona tropical. Já Sigaud, citado por Lycurgo, reitera que “o aclimatamento é uma das principais condições para o prolongamento da vida. (Apud SANTOS FILHO, 1947, p. 30).

inverno tenha causado mais sofrimento do que os posteriores. À falta de aclimação se somava a falta de mantimentos e de habitações adequadas, situações que os deixava mais suscetíveis a diversas doenças, muitas delas decorrentes das condições ambientais e do envolvimento nos conflitos bélicos. Tau Golin destaca que as condições da tropa já eram desfavoráveis desde o cerco de Montevideú,<sup>184</sup> ou seja, ao chegarem a Rio Grande os soldados já estavam debilitados pelo frio e pelas doenças. O pesquisador reproduz uma missiva do Brigadeiro Silva Paes, na qual ele destaca que as constantes chuvas, o terreno alagado e a falta de material adequado dificultavam as ações dos soldados, além de deixá-los mais expostos a todo o tipo de doenças. O Brigadeiro comenta que “os soldados, os fiz montar em osso [sem arreios], e chegavam sempre tão molhados, sem terem com que remudar, que me causava grande lástima”,<sup>185</sup> descrição que nos dá, também, uma boa ideia das condições nas quais se encontravam.

É preciso lembrar que havia os soldados que se deslocavam montados e aqueles que faziam isto a pé, e, ainda, que percorrer um território - vasto como o do Continente de São Pedro - montado em um cavalo fazia com que os percursos fossem percorridos de forma mais rápida, a montaria era tradicionalmente destinada às altas patentes militares, sendo tida como um símbolo de poder e liderança. A soldadesca não estava acostumada com os animais, fazendo com que o treinamento provocasse inúmeros acidentes, pois estes, em sua maioria, chegavam redomões (sem doma). Pela inabilidade de seus usuários, podemos supor que luxações, fraturas, deslocamentos, entre outros ferimentos, eram constantes entre os soldados.<sup>186</sup> Não se deve desconsiderar a falta de arreios, que era agravada pelas péssimas condições dos já existentes que se faziam em pedaços.<sup>187</sup>

---

<sup>184</sup> GOLIN, 2015, p. 27.

<sup>185</sup> SILVA PAES apud GOLIN, 2015, p. 42.

<sup>186</sup> O Brigadeiro Silva Paes reconhece a dificuldade da adaptação à montaria: “Muito mais para os nossos soldados, que não são costumados a montar, por cuja razão estão caindo sempre que o fazem.” (PAES Apud GOLIN, 2015, p. 36).

<sup>187</sup> FORTES, 1980, p. 92.



Se pensarmos nas distâncias e no combate pela campanha, Silva Paes estava correto em introduzir a montaria entre os soldados, decisão que fica bastante evidente em carta dirigida a Gomes Freire, na qual afirma que:

“O ponto é criar gente de cavalo que saiba **fazer o serviço como cá se costuma**...quero ver se pode ajuntar alguma eguada para que, pela produção destes gados, se sustente a guarnição, e sobeje e haja cavalaria para todo serviço: eu procuro que todos saibam andar a cavalo, que é muito preciso... e fazer **as 2 companhias de dragões na forma que avisei a V. Exa.**”<sup>188</sup>

Duas questões nos chamam a atenção na passagem acima. A primeira diz respeito ao uso corriqueiro do cavalo na região, havendo a necessidade de os soldados se adaptarem ao “costume”, a fim de poder melhor dar conta das funções. A segunda é a menção feita por Gomes Freire à criação de um Regimento de Dragões, como havia indicado e sugerido ao governador. Esse Regimento se tornará efetivo em 1738, sob as ordens, primeiro, do Sargento-Mor Barros Guedes, e, posteriormente, do Coronel Diogo Osório Cardoso,<sup>189</sup> que, mais tarde, será comandante do presídio. Vale lembrar que o Regimento de Dragões do Rio Grande foi protagonista da primeira revolta militar do Rio Grande do Sul.<sup>190</sup>

O pesquisador Tau Golin considera que o manejo da montaria estava dentro da lógica do “soldado-trabalhador-povoador”, que, segundo ele,

---

<sup>188</sup> Carta de Silva Paes para o Governador Gomes Freire, em 12/04/1737. (Apud FORTES, 1980, p. 91). (Grifos nossos).

<sup>189</sup> FORTES, 1980, p. 94.

<sup>190</sup> Em 1742, descontentes pelo tratamento que estavam recebendo, com carências e maus tratos, os soldados, apoiados pela população levantaram-se contra as autoridades e tomaram o controle da cidade. De forma pacífica, sem um tiro sequer, os soldados prenderam alguns oficiais e sem deixarem de realizar suas tarefas, informaram ao seu coronel, Diogo Osório Cardoso, suas agruras. A falta de fardamento, pão de munição, os rigorosos castigos, o fato de não poderem ter cavalos e arreios e não poderem sair, a alimentação de uma espiga de milho e abóbora por dia, pagamentos, os doentes que não tinham alimentação decente porque era desviada para outros fins, doentes que necessitavam de remédios que a povoação não tinha, estavam entre as carências citadas pelos soldados. Por outro sim, exigiam o retorno do Brigadeiro Silva Paes para com eles negociarem. Silva Paes ao chegar exige o restabelecimento da hierarquia e promete o pagamento dos soldos em atraso. Gomes Freire, governador do Rio de Janeiro, já havia concedido o perdão a todos eles. Apaziguado os ânimos, Silva Paes sugeriu ao governador a transferência do coronel e de alguns soldados para outros regimentos. Esta revolta é conhecida como a primeira revolta do RS. Ver mais em ALVES, 2010, p. 33-52.; PIAZZA, 1988, p. 145-154.

assegurava, ao mesmo tempo, o povoamento e a defesa, ao fixar o soldado-colono à terra. Completa o pesquisador,

[...] associado a todas as atividades, Silva Paes estimulou que todos se adestrassem no uso do cavalo, fazendo daquelas gentes marinheiro-cavaleiro, infante-cavaleiro, artilheiro-cavaleiro, marceneiro-cavaleiro, agricultor-cavaleiro etc. Ao mesmo tempo, o ambiente convertia a todos em pescadores e nadadores.<sup>191</sup>

Os treinamentos com cavalo devem ter, com certeza, causado muitos acidentes entre os soldados, sendo também plausível supor que os indígenas da região, acostumados ao uso do animal, tenham, em algum momento, auxiliado os soldados no manuseio do cavalo para os combates. No caso dos colonos, possivelmente, este manejo foi apreendido junto com o trato com o gado.

Como procuramos demonstrar, tanto a adaptação dos soldados ao ambiente, quanto os treinamentos necessários para o desempenho de seu ofício em uma área conflituada, exigiram muito dos recém-chegados. A perda de homens nos conflitos, os acidentes durante os treinos e as péssimas condições em que estes soldados se encontravam, parecem explicar a retórica das “lástimas” pelos comandantes nas fontes que consultamos.

### **1.3 Dos Açores a Rio Grande: Apontamentos sobre a imigração açoriana abaixo do Trópico de Capricórnio**

Originários de diversas partes da colônia e mesmo do Império colonial português, os colonos recém-chegados haviam atendido ao chamado de colonização com objetivos diferentes daqueles dos soldados deslocados para a região de litígio entre Portugal e Espanha. Para os colonos, as oportunidades de ganhar sua própria terra, entre outras vantagens, era maior que as adversidades que pudessem vir a enfrentar. Em 20 de maio de 1736, o Conde de Zarzedas assim prometia

“outrossim toda a pessoa que quiser com a sua família ou por si povoar o Rio Grande de S. Pedro da mesma campanha dessa

---

<sup>191</sup> GOLIN, 2015, p. 36

parte lhe darei as sesmarias que pedir para se situarem e haverá as graças, liberdades, privilégios e isenções que são permitidas aos povoadores, no que tudo conseguirão grandes conveniências pelo muito que aquelas terras prometem, fazendo também o serviço a Sua Majestade”.<sup>192</sup>

Não que a ambientação fosse mais fácil ou mais rápida para eles, mas a permanência tinha outras motivações. Até porque, alguns moradores,<sup>193</sup> vindos de Sacramento ou de Laguna, já estavam mais acostumados com o frio. Para os que vinham das regiões tropicais a situação era, contudo, bastante distinta, e, nesse caso, a assistência por parte da Coroa era sua única forma de sobrevivência no Continente. Assistência que passava por questões de ordem estrutural, como a entrada de barcos na Barra do Rio Grande, principalmente durante o inverno, e a manutenção da saúde.

De qualquer forma, a povoação e ocupação do Continente de São Pedro, com vistas à sua inserção no Império português, já datava de muito antes da fundação do presídio. Em 1698, Manuel Jordão da Silva já afirmava que poderia ser construído “um reino no Rio Grande”.<sup>194</sup> A posse da terra pelo governo português e a necessidade de se ocupar o espaço pela colonização eram do conhecimento de Silva Paes. É, em razão disso, que ele toma providências para que não só os já residentes na América portuguesa venham para o Rio Grande, mas também colonos vindos de Portugal. Para ele, possivelmente, era bem-vinda a chegada de colonos homens em virtude da necessidade de recomposição da tropa, que sofria com baixas, devido aos combates e às doenças provocadas pelas condições climáticas.<sup>195</sup> Em 1748, Silva Paes ainda se encontrava na América portuguesa quando o primeiro grupo de colonos chegou ao Continente de São Pedro, provenientes dos Açores.

---

<sup>192</sup> Apud FORTES, 1980, p. 47.

<sup>193</sup> Os colonistas é o termo usado pelo historiador Borges Fortes para designar os colonos que vieram num segundo momento, na esteira da fundação do presídio, atendendo ao chamado de ocupação. O historiador destaca que muitos militares receberam terras e gado, a fim de que permanecessem na região. Posteriormente, muitos venderam essas terras. (FORTES, 1998, p.18, 35-39).

<sup>194</sup> Apud CESAR, 1981, p. 51, 63, 66.

<sup>195</sup> WIEDERSPAHN, 1979, p. 14.

A emigração açoriana é amplamente debatida por autores que se farão sentir no decorrer desse texto. Autores como Avelino Freitas de Menezes que, a partir da perspectiva de considerar colonização e emigração como conceitos diferentes, discute a saída de açorianos das ilhas. Para o autor, no recrutamento de homens e casais que atendiam o interesse do rei, seja na formação de grupamentos militares que atuavam nas fronteiras ou nos centros do império, ou ainda, os colonos que atendiam o projeto expansionista português, estaríamos falando de colonização. Já Carlos Cordeiro e Artur Boavida Madeira destacam que em torno de 5% da população insular foi convocada para a colônia, durante um curto período de 8 anos, entre os últimos anos do século XVI e a primeira metade do XVII.<sup>196</sup> Esse expressivo traslado de insulares, que continua ainda pelo Seiscentos, segundo Avelino de Freitas de Menezes, “amparam a construção de um império, firmado no controle da Coroa.”<sup>197</sup>

Nesse sentido, o processo difere do ocorrido no século XVIII e a vinda de ilhéus para o Brasil Meridional. Avelino de F. de Menezes sugere que os interesses, apesar de, ainda, regidos pela Coroa, atendiam também os interesses dos açorianos. Nesse caso, as motivações geradas pelo encontro de metais preciosos e a possibilidade de possuírem terras, de prosperarem,<sup>198</sup> são individuais, que ultrapassa o projeto régio. “Os colonos portugueses transportam para o além-mar uma expectativa de fortuna, que eventualmente excede a consciência do cumprimento de um arbítrio superior.”<sup>199</sup> De fato, o interesse vem dos insulares, como sugere o edital de 1747, que, em suas primeiras palavras, mostra que o envio de casais para o sul do Brasil foi um pedido dos ilhéus.<sup>200</sup> O

---

<sup>196</sup> Os autores levaram em conta uma população de 100.000 habitantes e concluíram que um casal era composto de 5 pessoas. Em algumas partes do arquipélago (Santa Maria e São Miguel) esse número foi de 7 indivíduos por casal. (CORDEIRO & MADEIRA, 2003, p. 104).

<sup>197</sup> MENESES, 2014, p.60.

<sup>198</sup> Foi o caso de Bartolomeu Lemos, no Maranhão. Natural da Ilha de S. Jorge, no seu testamento de 29 de julho de 1676, declarou uma fortuna composta de terras, escravos, engenhos de açúcar, casas, gado e dinheiro. Advindos das transações comerciais realizadas, principalmente com a Ilha Terceira, para onde enviava açúcar. (CORDEIRO & MADEIRA, 2003, p. 106).

<sup>199</sup> MENESES, 2014, p. 60-61.

<sup>200</sup> AHRGS, 1977, p. 262. Miguel Frederico do Espírito Santo também reforça essa petição como sendo do interesse dos açorianos, através de uma mercê real, uma emigração para o Brasil. Nesse caso, os argumentos foram o “excesso de população e escassez de alimentos nas ilhas”. (ESPÍRITO SANTO, 2002, p. 181).

que, de alguma maneira, justifica o argumento. Mas o autor alerta que algumas condições do transporte ultramar do XVIII, estão “muito próximas de um processo de colonização”.<sup>201</sup>

Artur Boavida Madeira e Carlos Cordeiro destacaram, em seu trabalho *A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820): uma leitura em torno de interesses e vontades*, que a vinda dos insulares se dava muito pela vontade e o interesse real. Nesse sentido, somente os contingentes militares formados por moradores ocorreu de forma exponencial entre o período abordado. Quando não era voluntariamente aceito, o rei encaminhava ordem aos Governadores e Juizes de Fora dessas ilhas para que, em cada lugar ocorresse o recrutamento de alguns. Esse recrutamento era tão periódico que no início do século XIX as autoridades das ilhas alertaram que o sistema econômico das ilhas estaria em dificuldades pela falta de mão-de-obra nos trabalhos agrícolas.<sup>202</sup>

Mais recentemente, o estabelecimento destes casais no Rio Grande foi discutido por Fábio Kühn, Cleusa Graebin e Adriano Comissoli. Nesse rol de autores, ainda podemos acrescentar Walter Piazza, João Borges Fortes, Henrique Oscar Wiederspahn e Maria Luiza Bertulini Queiroz, que também serão consultados para a reconstituição que faremos dos primeiros anos da colonização açoriana no Continente de São Pedro.

Como já destacado, o Presídio Jesus-Maria-José, na Barra Sul do Rio Grande, possuía enorme relevância estratégica para a Coroa na medida em que assegurava a defesa do império português no extremo sul da América. Além disso, vale lembrar que a expansão até o Rio da Prata era um sonho alimentado pelas autoridades portuguesas desde o fim da União Ibérica. E a vinda de colonos portugueses também fazia parte dessa estratégia e, não à toa, as autoridades metropolitanas a incentivaram.

---

<sup>201</sup> MENESES, 2014, p. 61.

<sup>202</sup> CORDEIRO & MADEIRA, 2003.

Foi a partir do Edital de 1747, que, atendendo às solicitações dos povos insulares e compreendendo a necessidade de se povoar o Continente de São Pedro, o governo metropolitano definiu as regras que regeriam o traslado dessas pessoas. Este edital definia, ainda, como se daria a viagem, a ajuda de custo que cada colono receberia, bem como as vantagens que teriam ao se instalarem na nova terra. Deixa claro, também, que o governo atenderia as necessidades dessa gente até seu assentamento e asseguraria sua sobrevivência até ser possível seu sustento. Convém destacar que não havia uma legislação, fora do edital, que abarcasse essa assistência.

Como já observamos, o Edital deixa claro que a solicitação de colonos para o Brasil partiu de uma representação dos moradores,<sup>203</sup> salientando que a ação “resultará as ditas ilhas grande alívio em não ver padecer os seus moradores e reduzidos aos males que traz consigo a indigência em que vivem.”<sup>204</sup> Considerando que a solicitação partiu dos moradores, poderia se pensar que a viagem e a instalação prescindissem de recursos da Coroa. No entanto, o documento descreve os auxílios e os benefícios concedidos aos que se aventurassem na empreitada, o que nos mostra que, por mais que a iniciativa tenha partido dos moradores, as concessões evidenciam o interesse do governo na migração desses colonos para a América. Para um melhor entendimento deste interesse, transcrevo excertos do Edital de 1747, os quais considero importantes:

El-Rei Nosso Senhor, atendendo às representações dos moradores das Ilhas dos Açores, que lhes têm pedido mande tirar delas o número de casais que for servido e transportá-los à América, [...].

[...] de lhes facilitar o transporte e estabelecimento, mandando-os transportar à custa de sua Real Fazenda, não só por mar mas

---

<sup>203</sup> Segundo Miguel Frederico do Espírito Santo (2002, p. 181), em julho de 1746, chegou à mesa de deliberações do CU uma “representação de moradores dos Açores na qual pediam a mercê real para emigrarem para o Brasil, sob o argumento de excesso de população e escassez de alimentos nas ilhas.” Com base nessa consulta, o rei D. João V resolve “fazer mercê aos casais das ditas ilhas que se quiserem ir estabelecer no Brasil, de lhes facilitar o transporte e estabelecimento.” Posteriormente, a concessão foi estendida aos madeirenses.

<sup>204</sup> AHRGS, 1977, p. 262.

também por terra, até os sítios que se lhes destinarem para as suas habitações [...].

[.] se darão dois mil e quatrocentos réis de ajuda de custo e aos casais que levarem filhos se lhes darão para ajuda de os vestirem mil réis por cada filho. [...] se dará a cada casal uma espingarda, duas enxadas, um machado, uma enxó, um martelo, um facão, duas facas, duas tesouras, duas verrumas, uma serra com sua lima e travadoura, dois alqueires de sementes, duas vacas e uma égua, e no primeiro ano se lhes dará a farinha que se entende basta para o sustento, que são três quartas de alqueire da terra por mês para cada pessoa, assim dos homens como das mulheres;

[...] os homens que passarem por conta de S. M. ficarão isentos de o servir nas tropas pagas, no caso de se estabelecerem no termo de dois anos nos sítios que se lhes destinarem [...].<sup>205</sup>

O Edital permite, inclusive, que vassallos de outros reinos, desde que seus soberanos não possuíssem terras na América, se estabelecessem na colônia, contando também com auxílios e benefícios. Desta forma, famílias e indivíduos, motivados pelas dificuldades que enfrentavam em suas terras de origem e atraídos pelas promessas, realizaram a travessia do Atlântico rumo ao extremo sul da América.

Entre outras coisas pré-estabelecidas pelo Edital, a alimentação é destacada, assim como a dieta para os doentes, sendo que o transportador deveria prever o suficiente para um eventual atendimento médico. A dieta constava de galinhas, doces de ameixas, lentilhas, açúcar, farinha e biscoito branco “escolhido”. Para o restante da população, deveriam ser previstos legumes, carnes e cereais. Assim ditava o Edital:

Com condição que as rações na viagem serão pela maneira seguinte: ao jantar, legumes em cada dia diversos, como feijões fradinhos ou brancos, ervilhas, favas, etc., as rações de um alqueire<sup>206</sup> por cada quarenta pessoas. As ceias dos domingos, terças e quintas-feiras, para cada pessoa três quartas<sup>207</sup> de

---

<sup>205</sup> O Edital, com o detalhamento das condições para o transporte dos migrantes e das orientações que deveriam ser observadas após a chegada, estão descritas nos Anais do AHRGS, 1977, p. 261-273.

<sup>206</sup> Um alqueire equivale a 36 litros. (CHERNOVIZ, 1890, v. 2, p. 705).

<sup>207</sup> Uma quarta equivale a 10 litros. Idem, Ibidem.

carne, a saber, meio arrátel<sup>208</sup> de vaca e uma quarta de toucinho e poderá este toucinho cozer-se com legumes do jantar dando para a ceia o azeite e vinagre que havia servir com os legumes para com eles se temperar o salgado da vaca. As ceias das segundas e sextas-feiras meio arrátel de arroz por pessoa. As ceias das quartas-feiras e sábados, meio arrátel de bacalhau a cada pessoa. Para tempero do legume, bacalhau e arroz, pimenta ou alhos ou cebolas e uma canada<sup>209</sup> de azeite para cada sessenta pessoas e de vinagre o que baste conforme a sua força; um arrátel de bom biscoito novo e sem corrupção alguma para cada pessoa por dia [...].<sup>210</sup>

O Edital segue orientando sobre as quantidades, especificando que as que constam na passagem acima estavam destinadas a pessoas acima de sete anos completos. Para os que tinham entre sete e três anos, ela deveria ser dividida pela metade. Já para as crianças abaixo de três anos nada se daria. A água, embora racionada, era para todos. Previa-se que estas provisões deveriam atender as necessidades por um período de três meses.<sup>211</sup> Chama a atenção o cuidado com o equilíbrio entre grãos, legumes e carne, o que presume uma alimentação, se não adequada, que procurava evitar os males gerados pela sua falta. As longas viagens, vale lembrar, eram marcadas pela falta de higiene e pela rápida deterioração dos alimentos e da água, que geravam muitas doenças, que, inevitavelmente, devem ter provocado a morte de muitos dos embarcados.

### **1.3.1 As carências e as doenças em uma viagem transatlântica**

Feliciano Velho Oldenberg, um já conhecido transportador de produtos entre a metrópole e a colônia, ficou responsável pelo traslado dos primeiros colonos que se instalaram no Continente de São Pedro. Aqui, convém destacar que Feliciano V. Oldenberg, mesmo antes do Edital, já havia transportado, sob outras condições, alguns casais para a colônia.<sup>212</sup> No entanto, a precariedade com que o transporte era feito provocava inúmeras perdas e muitos não

---

<sup>208</sup> Um arrátel equivale a 459 gramas. Idem, p. 700.

<sup>209</sup> Uma canada igual a 1,4125 litros. Idem, p. 699.

<sup>210</sup> AHRGS, 1977, p. 264-265.

<sup>211</sup> Idem, idem.

<sup>212</sup> MACEDO, 2002.



chegavam com vida ao Brasil. Francisco Riopardense de Macedo afirma que o transporte de insulares era autorizado pelo rei, mas às expensas dos emigrantes. O que gerava um descontentamento do transportador, pelo prejuízo que, segundo ele, tinha com as mortes, razão pela qual sugeria receber o valor da viagem em mercadorias, as quais venderia no Brasil. Um bom negócio para a Coroa que exigiu apenas que a cada cem toneladas um casal deveria ser enviado. De qualquer forma, não havia uma obrigação maior por parte do transportador, o que deixava os casais relegados à própria sorte, acarretando muitas mortes entre os casais embarcados.<sup>213</sup> Com o Edital de 1747, a ideia era, primeiro, suprir a demanda de casais que atenderam ao chamamento, e, em segundo lugar, dar um padrão mínimo de condições durante a viagem para que não se perdessem tantos ilhéus.

No entanto, o contratador Oldenberg, buscou compensar a perda imediata com uma quantidade maior de casais em cada viagem. A miserabilidade com que chegavam os casais era desesperadora. Tinham vendido tudo em função da viagem e, ao chegarem, não tinham o mínimo com que viverem. Francisco Riopardense de Macedo cita, inclusive, duas representações de moradores da Ilha de São Jorge, na qual reclamam das condições da viagem e o receio que padecem mães e filhas em relação às atrocidades a que estavam sujeitas, bem como dos furtos que ocorriam durante a travessia, para que pudessem se nutrir.<sup>214</sup>

Henrique Oscar Wiederspahn, ao descrever a viagem dos imigrantes açorianos para o Brasil, a compara com o transporte de africanos escravizados. Para ele, as viagens do tráfico negreiro se realizavam até em condições melhores do que se dava o traslado dos açorianos.<sup>215</sup> Em sua obra *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul* (1979), o autor busca descrever, a partir de

---

<sup>213</sup> Em determinada viagem, embarcaram 15 casais, somente um chegou ao Brasil. Em sua defesa, o contratador sempre alegava que era responsável pelos casais que chegassem vivos, pelos quais receberia o valor combinado. (Idem, p. 195-196).

<sup>214</sup> MACEDO, 2002, p. 200.

<sup>215</sup> O autor compara a situação das mulheres àquela vivenciada nos navios negreiros, sendo que as condições eram semelhantes ao transporte de “contingentes militares”. (WIEDERSPAHN, 1979, p. 22-23).

Oswaldo Rodrigues Cabral, como eram as viagens e o quanto as condições restritivas da viagem, principalmente às mulheres, eram nocivas à saúde dos insulares:

[...] poucos dias depois da partida, a água apodrecia e sendo a alimentação exclusivamente composta de gêneros em conserva, pobre de víveres frescos, começassem já os viajantes a sofrer as consequências, com o aparecimento das mais variadas afecções. Na promiscuidade dos alojamentos, as afecções iam passando de uns para os outros. Surgia a parasitose. Surgia as disenterias. [...] O mal de Luanda, que misteriosamente ia atingindo a fracos e fortes, homes e mulheres, poupando as crianças de peito, e que ia aos doentes alquebrando as forças, tirando-lhes a resistência física e moral.<sup>216</sup>

As doenças que acometiam os colonos durante a travessia demonstram o quanto as condições eram precárias durante a viagem. As condições sanitárias e de higiene eram relegadas a um segundo plano e não eram pautadas nas normas estabelecidas pelo Conselho Ultramarino. As péssimas condições de higiene começavam pela proibição do banho, determinado pela pouca água a bordo. Sem banho, sem trocar as roupas, o cheiro deveria ser terrível. Os dormitórios, eram lavados constantemente.<sup>217</sup> Porém, sem o tempo necessário para que secassem e, possivelmente, sem janelas para circular o ar, com superlotação, além de se tornarem pestilentos, a umidade do ar transformava o espaço em um ambiente fétido e pútrido. Mas, segundo Oswaldo Rodrigues Cabral, “os melhores cômodos eram para as pessoas de qualidade e para os capelães.” Ou seja, existia uma diferenciação hierárquica que segregava os colonos mais pobres a se espremerem em “alojamentos mal arejados e superlotados.”<sup>218</sup>

Henrique Oscar Wiederspahn ressalta que as mulheres, a fim de serem preservadas, viajavam confinadas, sendo que lhes era permitido um contato direto apenas com o capelão e o cirurgião. As conversas entre elas, o marido e os filhos eram extremamente restritas, sendo que até mesmo a saída dos

---

<sup>216</sup> CABRAL, 1937 apud WIEDERSPAHN, 1979, p. 22.

<sup>217</sup> TORRES, 2004, p.185.

<sup>218</sup> CABRAL, 1951 apud WIEDERSPAHN, 1979, p. 21.

alojamentos para irem à missa era feita sob a escolta de guardas armados. Aqueles que ousassem se aproximar delas eram severamente castigados, podendo ser submetido a ferros. Apesar da boa intenção do Conselho Ultramarino, o confinamento era desastroso para a saúde, sendo elevada a mortandade entre as mulheres.<sup>219</sup>

As doenças proliferavam nos alojamentos. Considerando a licenciosidade desses ambientes, embora não tenhamos encontrado autores que façam referência a ela, é plausível supor que a sífilis – conhecida, na época como Morbo Gálico, gálico, mal venéreo – fosse uma das doenças que acometiam os colonos.

Às doenças resultantes do confinamento, somavam-se aquelas decorrentes do excesso de passageiros, da má “qualidade dos mantimentos” e da “escassez de água potável, que foram determinantes para que os insulares chegassem em terra firme com várias doenças e sequelas que demandariam um longo tempo de recuperação. Mas a reclamação que Silva Paes fez das condições em que encontrou os colonos – citada anteriormente – não o impediu que enviasse, quase que imediatamente, algumas famílias para Rio Grande. É plausível supor que aqueles que haviam contraído o escorbuto, sífilis ou se encontravam acossados pelas disenterias causadas por uma alimentação inadequada, exigiam uma atenção do cirurgião da Ilha, pois em 1750, chegaram 10 adultos e 16 crianças mortos. Alguns morreram ao desembarcar e, cento e trinta se recolheram aos hospitais com “correição escorbútica”. A eles foram administrados os sacramentos, pois era grave seu estado, e 10 deles faleceram em seguida. Essa situação fez o governador de Santa Catarina solicitar mais um cirurgião e um médico.<sup>220</sup>

As dificuldades enfrentadas durante a viagem não se encerravam com a chegada a Santa Catarina. Adriano Comissoli ressalta o despreparo do governo colonial brasileiro no atendimento a esses emigrantes. Segundo ele, tanto Silva

---

<sup>219</sup> WIEDERSPAHN, 1979, p. 21-23.

<sup>220</sup> MACEDO, 2002, p. 201-202. FORTES, 1978 apud TORRES, 2004, p. 186.

Paes, o primeiro governador, quanto seu sucessor, Manoel Escudeiro Ferreira de Souza, não possuíam recursos, nem financeiros e muito menos estruturais, para suprir as necessidades dos insulares que chegavam. Nem mesmo a posse da terra estava assegurada, pois quando o destino previsto era a região das missões, as Guerras Guaraníticas,<sup>221</sup> que ocorreram como reação à assinatura do Tratado de Madri, acabaram impossibilitando sua ida para o noroeste do território. A solução era ir para Rio Grande onde também não havia a estrutura necessária para atender a todos.<sup>222</sup> Em certa medida, essa situação talvez permita compreender as razões para que cada petição dos casais fosse atendida individualmente, conforme a necessidade do pedinte e no julgamento do administrador. Comissoli observa que essa inaptidão dos governantes se mostrou também na chegada dos emigrantes aos Campos de Viamão. A região nesse período já estava distribuída e os emigrantes não puderam ser assentados. O pesquisador conclui que

a migração açoriana e o não cumprimento das promessas do edital de 1747 lançaram aos Campos de Viamão um grande contingente de indivíduos pobres e desprovidos da propriedade fundiária. Essa quantidade excessiva de pessoas não foi facilmente assimilada pela sociedade sul riograndense, nem em Viamão nem nas outras freguesias.<sup>223</sup>

Como se pode constatar, uma gama imensa de emigrantes, pobres e miseráveis, acabou não tendo para onde ir em função de situações conjunturais do Rio Grande de São Pedro. Cabe, no entanto, ressaltar que as mercês reais diziam respeito somente aos colonos insulares que estivessem sob a égide do Edital de 1747. Os colonos vindos de outros lugares da colônia, mesmo que açorianos, não desfrutavam dessas vantagens. Na petição de João da Silva Sousa, podemos ver claramente que o Comissário da Expedição avisa o

---

<sup>221</sup> As Guerras Guaraníticas ocorreram devido à não aceitação das condições do Tratado de Madri pelos Jesuítas e indígenas que ocupavam a margem leste do rio Uruguai. O documento previa que os jesuítas e os indígenas deixariam a região e ocupariam a margem oposta do rio. A revolta dos indígenas acabou por unir portugueses e espanhóis na luta contra eles.

<sup>222</sup> COMISSOLI, 2009.

<sup>223</sup> Idem, p. 81.

Comandante que as vantagens não se destinavam aos que vinham de outros lugares:

[...] Diz João da Silva Sousa, casal do número desta povoação, que ele Suplicante lhe é necessário que V. S<sup>a</sup>. lhe mande dar os dois alqueires de sal com que municionaram todos os mais casais de número e outrossim ajuda de custo que se deu aos mais casais que vieram da Cidade do Rio de Janeiro à custas de S. M. e o Suplicante veio a sua custa. [...].<sup>224</sup>

Na mesma petição, alerta Antonio de Noronha Câmara, Comissário da Expedição:

[...] Aos casais que vieram do Rio de Janeiro trazem à margem de seu assento que se lhe deu, a alguns, doze mil réis de ajuda de custo, e a todos, a dois alqueires de sal, porém aos que aqui se tem matriculado a nenhum se tem dado por não haver ordem do Brigadeiro que governava no tempo em que se matricularam e sim que não se lhes daria ajuda de custo em razão de virem de povoações perto. [...].<sup>225</sup>

Nesse caso, André Coutinho atende a petição justificando que o “suplicante” é um “pobre miserável” e que, justamente, por ter viajado às suas custas, sem onerar a Fazenda Real, ele teria direito à ajuda de custo que Sua Majestade mandava fazer a todos os moradores sem restrições, não importando que tivessem vindo por terra ou por água. A petição tem data de 14 de março de 1738.

Embora eu não tenha encontrado na documentação analisada indícios de tensão entre os colonos, é bastante plausível que ela tenha ocorrido, na medida em que todos receberam terra, mas nem todos receberam os recursos para nela produzir. Outro ponto que merece ser destacado é que os colonos vindos das ilhas, amparados no Edital – leia-se os homens – não estavam sujeitos ao recrutamento militar tão imprescindível naquele momento de disputas na América meridional.

---

<sup>224</sup> AHRGS, 1977, p. 60-61.

<sup>225</sup> Idem, ibidem.

É preciso considerar, também, que os colonos amparados pelo edital, chegaram ao Brasil em 1748. Entretanto, antes disso, muitos outros colonos se dirigiram, voluntariamente, à região. E, como visto nas palavras do Brigadeiro Silva Paes, eram braços que no momento certo seriam recrutados para compor as forças de defesa. Pode-se supor que os colonos que antecederam aos que vieram amparados pelo Edital, possivelmente, viviam com o medo constante desse recrutamento forçado.

As vantagens acenadas para os colonos que se estabelecessem no Continente do Rio Grande faziam parte de um projeto que objetivava a ocupação do espaço e a fixação do homem à terra, não podendo-se vinculá-la a um assistencialismo ou à prática da caridade. Entendemos, no entanto, que a compreensão dos conceitos de assistencialismo e de caridade permite-nos refletir em que medida as petições dos colonos eram motivadas pela tradição assistencialista vigente em Portugal, e o quanto os colonos a acionavam para seu proveito, a fim de angariar vantagens junto ao governo local.

### **1.3.2 Assistência para o sucesso do projeto de ocupação.**

Para além das estratégias de sobrevivência que adotaram e as clivagens sociais que caracterizavam os emigrantes, o fato é que alguns ilhéus, com as posses que trouxeram, conseguiram adquirir sua terra e, por meio dela, asseguraram sua ascensão.<sup>226</sup> Entretanto, a grande maioria deles passou os primeiros anos após sua chegada ao Brasil em grande miséria e dependentes, para sua sobrevivência, de apoio governamental. De uma maneira geral, Adriano Comissoli define os imigrantes açorianos como “um grande contingente de pessoas pobres, sem terras, sem ferramentas, sem o auxílio das autoridades e sem possibilidade imediata de acomodação.”<sup>227</sup>

---

<sup>226</sup> Através da Relação de Moradores de 1784, Adriano Comissoli comprova que muitos ilhéus, que possuíam alguma riqueza, trazida ou conquistada, já eram proprietários de terras. (COMISSOLI, 2009, p. 82).

<sup>227</sup> COMISSOLI, 2009, p. 81.

Já a assistência dada em Rio Grande, nos primeiros tempos do presídio, esteve vinculada a uma necessidade de dar ao pobre emigrante a estrutura e as ferramentas necessárias para o desenvolvimento de seu trabalho na terra. Vale lembrar que esse apoio não tinha caráter oficial e dependeu das autoridades locais. Acreditamos, por isso, ser pertinente perguntar: O que levava as autoridades locais a cederem, mesmo contra ordens superiores, às solicitações dos moradores? Quais eram esses interesses? E os insulares se fundamentavam em que costumes ou conceitos para solicitarem essa ajuda?

Na transição do Medieval para a Época Moderna, Portugal, assim como o restante da Europa, viu crescer as quantidades de pobres que perambulavam pelas ruas e hospitais do reino. Para além da questão social, nesse primeiro momento, a miserabilidade era usada para obter vantagens e, num período em que o trabalho não era bem visto, não se sujeitar ao trabalho como forma de sobreviver. Algumas pessoas saudáveis “se fingiam de doentes, machucavam-se para provocar compaixão, utilizavam-se de crianças para pedir esmolas.”<sup>228</sup> Mas também havia aqueles que viviam como pobres, pois, mesmo tendo trabalho, não conseguiam se sustentar adequadamente, constituindo o que Renato Franco chama de pobreza laboriosa.<sup>229</sup> E, nesse sentido, as Misericórdias<sup>230</sup> são a evidência de “uma espécie de sensibilidade portuguesa voltada para a caridade, uma marca nacional que teria se espalhado para os quatro cantos do império.”<sup>231</sup>

---

<sup>228</sup> FRANCO, 2017, p.9.

<sup>229</sup> FRANCO, 2017, p. 10.

<sup>230</sup> Surgidas num momento em que a Contrarreforma assumia o controle e a busca por uma nova conduta, bem como uma preocupação corrigir os comportamentos que se desviavam da retidão estabelecida por um catolicismo mais severo, as Misericórdias se tornaram referências de um Estado interessado em mudar e homogeneizar as formas de tratar a pobreza. Fundada em 1498, por D. Leonor, As Casas de Misericórdia rapidamente se espalharam pelo mundo como uma forma de dar assistência aos pobres. Para saber mais ver em: SÁ, Isabel dos Guimarães. *As Misericórdias portuguesas*, séculos XVI a XVIII. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

<sup>231</sup> Idem, p. 12.

Para Laurinda de Abreu, o pobre<sup>232</sup> se classificaria em duas situações individualizadoras. O primeiro seria o pobre merecedor,<sup>233</sup> cuja pobreza é consequência de uma circunstância, momentânea ou não, que o deixou nessa situação. Este seria o “pobre envergonhado” que Laurinda Abreu define como aqueles que já foram “honrados e caíram em míngua e pobreza.” Para esses, a esmola poderia ser considerado um meio de sobrevivência. Havia, ainda, o pobre falso, o sujeito vagabundo e que não se colocava em nenhum posto de trabalho, vivendo da mendicância, e que poderia sofrer punições físicas em virtude da sua condição.<sup>234</sup>

Maria Antónia Lopes, em um extenso trabalho sobre a vinculação entre pobreza e a adoção de medidas de controle e estabilização social, estabelece, primeiro, que pobreza é uma condição “de privação resultante da falta de recursos”, e, em segundo lugar, que não era pobre aquele que era proprietário de terras, de casas, de capital, de rendas, não importando a origem.

é pobre na época moderna todo aquele que sofre privações pelo menos numa das seguintes necessidades básicas: alimentação, vestuário e alojamento. Ora, ser ou não proprietário, ter ou não remuneração laboral compatível com as necessidades e ainda trabalhar ou não trabalhar são os factores fundamentais para escapar ou cair na pobreza numa sociedade de antigo regime.<sup>235</sup>

Para a autora, pobre era aquele que não tinha nada de seu, razão pela qual os proprietários escapavam do “mundo dos pauperizáveis”. Fazendo uso de uma terminologia empregada pelo historiador espanhol Pedro Carasa Soto,<sup>236</sup>

---

<sup>232</sup> Para Rafael Bluteau, o pobre é aquele que não tem riqueza e a “quem falta o necessário para a vida.” (BLUTEAU, 1789, p. 201).

<sup>233</sup> Renato Franco, concordando com Laurinda Abreu, também faz uma referência a esses pobres merecedores. Para ele, “eram os casos dos cegos, aleijados, órfãos menores, viúvas e os pobres envergonhados.” (FRANCO, 2017, p. 10).

<sup>234</sup> ABREU, 2014, p. 20

<sup>235</sup> LOPES, 2000, p. 16

<sup>236</sup> O historiador usa os termos pauperizáveis, pobres ou pauperizados e assistidos para, segundo Maria Antónia Lopes, ter uma melhor compreensão do “fenômeno social da pobreza”. Embora questione se os termos são corretos, pois, os dois primeiros, “revelam-se de restrita aplicação prática”, levando-se em conta que a passagem do primeiro para o segundo era recorrente, ela concorda que o primeiro remete para extração da pobreza, o segundo para sua classificação e o terceiro para a institucionalização da condição de pobre. Ela questiona onde



Lopes afirma que os que usam o trabalho para sobreviver e “vivem em permanente risco de pobreza, são, portanto, pauperizáveis, mas também podem ser pobres”; e, por fim, os que não trabalham são os pobres.<sup>237</sup> O termo “assistidos”, de acordo com Soto, institucionaliza a pobreza.

Foi a partir do século XV que as instituições se tornaram, não só fontes irradiadoras de caridade, como excelentes separadoras do pobre merecedor e do pobre falso. Esse conhecimento foi utilizado pelo Estado no sentido de desenvolver ações coletivas que, a partir dos hospitais, melhorassem as condições de trabalho, saúde e bem-estar. Podendo suportar uma melhor condição social, a força do Estado passou a ser usada para identificar e punir os falsos pobres, tanto a partir de uma perspectiva legal, com castigos físicos e deportações, quanto moral, condenando os vadios, vagabundos, preguiçosos e inúteis.<sup>238</sup>

Referindo-se à situação do século XVIII, Gisele Sanglard afirma que o assistencialismo atendeu a uma demanda social e se propôs a “resolver os problemas de mendigos e vagabundos que perambulavam pelas cidades”,<sup>239</sup> atacando, desta forma, mediante a caridade e a filantropia. A primeira atenuaria a ira divina em relação ao descaso individual para com a pobreza, enquanto a filantropia envolve o amparo ao pobre num sentido coletivo.<sup>240</sup> Para Sanglard, esta última buscava desvincular a função caritativa, reforçando sua utilidade social, com o propósito de suavizar a miséria e não propriamente de eliminá-la.<sup>241</sup> Pode-se, portanto, compreender a assistência como ação de amparo a pessoas vitimadas por um desequilíbrio social.<sup>242</sup>

---

estaria a fronteira entre os termos, haja visto que ora se vive uma condição, ora outra. (LOPES, 2000, p. 14-15).

<sup>237</sup> Idem, p. 17.

<sup>238</sup> FRANCO, 2017, p. 11.

<sup>239</sup> SANGLARD, 2017, p. 20.

<sup>240</sup> DUPRAT, 1996 apud SANGLARD, 2017, p. 22.

<sup>241</sup> SANGLARD, 2005.

<sup>242</sup> Não fazemos menção ao “desclassificado social” de Laura de Mello e Souza. A autora considera que, “é o homem livre, pobre – frequentemente miserável –, o que numa sociedade escravista, não chega a apresentar grandes vantagens com relação ao escravo.” (SOUZA, 2004 apud FREITAS; SILVA, 2019, p. 191)

Nesse sentido, em especial, a elite buscava – até como forma de reatar o vínculo com o divino – formas variadas de contribuir para amenizar a pobreza. Num primeiro momento, os doentes se beneficiavam, uma vez que os hospitais eram os grandes favorecidos por essa assistência. Mas, pode-se dizer que tanto pobres, quanto ricos se beneficiavam dela, pois quem ajudava se aproximava de Deus, e, desta forma, fazia da caridade um ato de fé. Já os que eram alvo da caridade sentiam a graça de Deus na bondade que os ricos dispensavam a eles. Assim,

Se para os pobres estava em jogo a sobrevivência, para os grupos dominantes, além da recompensa espiritual, a face moral e religiosa da ação, a prática da caridade tinha fins práticos, como a busca de prestígio social, legitimação de estatuto social para fins políticos e a estabilização da ordem social e pública por meio do controle social da população empobrecida.<sup>243</sup>

Para os menos favorecidos restava a aceitação da sua pobreza e a graça divina da caridade, sendo que “esses ajustes e práticas sociais são acatados e aceitos pelos diferentes grupos que compõem a sociedade portuguesa, os quais, ao atravessarem o Atlântico, em busca de uma nova vida, mantêm a mesma forma de pensar”.<sup>244</sup>

Para Laurinda Abreu, a assistência e a saúde pública são dependentes das “dinâmicas do poder – independentemente da natureza do centro irradiador desse poder, devendo, portanto, ser enquadradas enquanto ações políticas.”<sup>245</sup> Mas podemos também pensar a partir da hipótese de que toda a assistência prestada, tanto para os soldados, quanto para os colonos enviados para o Continente de São Pedro, estivesse voltada para o objetivo maior da ocupação do continente, uma vez que manter o homem vinculado à terra era essencial. Nesse caso, o próprio discurso sobre as condições da terra na qual os colonos deveriam se instalar acenava para uma *Terra da Promissão*, uma concessão do rei, autorizada por Deus. Assim, a ideia de uma assistência, concedida como

---

<sup>243</sup> SILVA, 2019.

<sup>244</sup> CARVALHO, 2020.

<sup>245</sup> ABREU, 2010. p.351.

uma graça real, é intrínseca ao discurso. E nela se inseria, também, assegurar uma boa saúde através do contato com os bons ares da América.

A promessa de boa saúde, aspecto presente no discurso sobre a nova terra, e fundamental para o êxito do projeto de ocupação, pode ser constatada na carta que o Brigadeiro Silva Paes endereçou ao Prior de Chaves e na qual ele ressalta que até as moças com sífilis haviam se curado e tido filhos, graças às qualidades da terra.

Dei todas as mais providências que me pareceram precisas para a subsistência daquele presídio que ia acabar podendo segurar é o melhor clima que tem a América, pois ainda ali se não experimentou, nem houve *sezões*<sup>246</sup>, nem febres malignas, e mulheres que eu tinha mandado do Rio, as mais corridas, e *Galicadas*,<sup>247</sup> sem cura melhoraram, e pariram quase todas.<sup>248</sup>

Já em outra situação, Inácia da Silva Amaral, 24 anos, sobrevivente de um naufrágio, no qual pereceu toda sua família, perdeu todos seus pertences, restando-lhe apenas uma escrava.<sup>249</sup> Como povoadora do Rio Grande, havia recebido uma ajuda de custo no Rio de Janeiro, de onde partira. Inácia Amaral encaminha, então, petição na qual reclama que “se acha sem amparo algum, exausta de todo com que possa cobrir suas carnes e passar a vida, [...] sem ter quem a socorra com o necessário [...]” e solicita ajuda de custo para viver dignamente. Na opinião do Comissário da Expedição, pelo fato de Inácia já ter recebido ajuda de custos, ela não teria mais direito a receber qualquer recurso. O comandante André Ribeiro Coutinho, no entanto, determina que se verificasse o que a moradora alegava ter perdido e que a quantia fosse paga a ela. É plausível que pelo fato de ser mulher, jovem e com uma escrava, Inácia não poderia ser enquadrada na condição de pobre falso. Para o sucessor de Silva Paes no comando do presídio, o pedido da suplicante deveria ser atendido dessa vez em virtude de sua tragédia. Coutinho pondera que “ajuda a Fazenda Real e com a Suplicante concorrem circunstâncias muito atendíveis para se não

---

<sup>246</sup> Tipo de febre.

<sup>247</sup> *Galicadas* vem do galico, mal Francez, ou venéreo. (BLUTEAU, 1789. p. 564). O dicionário Chernoviz já traz Morbo Gálico, o mesmo que sífilis (CHERNOVIZ, 1890. p. 7).

<sup>248</sup> SILVA PAES, 1742 apud CESAR, 1981, p. 128.

<sup>249</sup> AHRGS, 1977, p. 58-59.

desamparar.”<sup>250</sup> Entendemos que nesta situação pode-se observar a mão assistencial do Estado. O presídio não contava com número significativo de mulheres e a permanência da viúva Inácia da Silva Amaral poderia resultar em casamento e na constituição de uma nova família, assegurando-se, desta forma, a ocupação pretendida pela metrópole.

Em outra petição, João de Sousa da Costa,<sup>251</sup> informa que, durante um naufrágio, conseguiu salvar apenas a família, razão pela qual solicitava que lhe fosse fornecido o material para seu trabalho – que El-Rei já lhe tinha mandado dar no Rio de Janeiro – e concedido algum dinheiro, pois não tinha nem roupas para ir à missa. O comandante, empenhado em assegurar o sucesso do projeto de ocupação, entendeu que o atendimento desta petição possibilitaria o abastecimento de alimentos aos soldados, e, por isso, determina que ele recebesse todas as ferramentas necessárias, bem como uma ajuda de custo.

Um terceiro exemplo irá deixar ainda mais claro que a assistência no Brasil Meridional tinha o objetivo de incentivar a vinda de colonos e de promover sua fixação na região. Na petição que João da Silva Sousa<sup>252</sup> encaminhou ele solicita que lhe fosse dado, primeiro “os dois alqueires de sal com que municionaram todos os mais casais de número”. Em segundo, solicita “a ajuda de custo que se deu aos mais casais que vieram da cidade do Rio de Janeiro à custa de S. M. e o suplicante veio à sua custa.” O Comissário da Expedição responde que aqueles que haviam se deslocado de região próxima não receberiam ajuda de custo, respeitando o que havia sido cumprido durante a administração do Brigadeiro. André Coutinho, no entanto, afirma que outros casais haviam migrado às custas da Fazenda Real (com pagamento da passagem e de mantimentos) e recebido ajuda de custo e dois alqueires de sal, enquanto o suplicante havia vindo sem nenhum custo à Fazenda, razão pela qual deveria ser dado o que ele pedia:

---

<sup>250</sup> AHRGS, 1977, p. 58-59.

<sup>251</sup> Idem, p. 59-60.

<sup>252</sup> AHRGS, 1977, p. 60-61.

Como a graça que S. M. manda fazer aos novos povoadores deste porto não tem restrição alguma dos que vierem para ele por mar ou por terra e os que vêm por estas tenham maior descômodo e despesa, e o mesmo Senhor dê, aos que vêm por água, ajuda de custo além do seu transporte, se deve dar ao suplicante a mesma graça.<sup>253</sup>

Coutinho ainda faz uma referência à miserabilidade do pedinte, situação que remete a um “pobre envergonhado” que solicita assistência para poder produzir. O atendimento da solicitação parece estar também imbuído de outra motivação: a de evitar uma possível tensão entre os casais que haviam recebido as benesses reais e aqueles que não haviam sido contemplados e assegurar uma estabilidade social no presídio.

Mas esse assistencialismo não se dirigia apenas aos indivíduos, podendo ser observado também em relação à infraestrutura necessária para assegurar a boa saúde:

O Tesoureiro da Expedição assistirá com tudo o que for preciso para a assistência do hospital que se fará por bilhetes do Comissário, para depois por ele se lhe levar em conta; e se entregará, por inventário, ao cirurgião do mesmo hospital e enfermeiros dele, as boticas, camas e todas as suas pertencas para darem conta delas, e requererem consumo naquela parte em que o houver para a sua despesa corrente.<sup>254</sup>

Como se pode observar na passagem acima, o Tesoureiro da Expedição estava encarregado de não deixar faltar nada ao hospital. O que se observou, no entanto, foi que as dificuldades em manter funcionando o hospital fizeram com que Silva Paes destinasse recursos próprios para o atendimento adequado daquela guarnição.<sup>255</sup>

Devido às dificuldades de abastecimento da botica e do hospital, muitos soldados buscavam novos ares para o restabelecimento de sua saúde, o que

---

<sup>253</sup> Idem, p. 61.

<sup>254</sup> Portaria de Silva Paes. (AHRGS, 1977, p. 51).

<sup>255</sup> Em 1738, o Conselho Ultramarino é informado de que Silva Paes enviou “dinheiro para subsistência daquele Presídio [de Rio Grande] por se achar extinto o que ele tinha levado [...] para o pagamento das tropas, mantimentos, hospitais, faxinas, jornais e para tudo o mais que carece a esquadra.” (COLEÇÃO DE DOCUMENTOS...1937, p. 118).

pode ser percebido nas petições, que abordaremos no segundo capítulo. Nelas, fica evidenciada não só a busca de assistência por parte do governo, mas a garantia de direitos que lhes deveriam ser assegurados. Nesse caso, a assistência, além de ser vista como uma obrigação do Estado, é também acionada como uma forma de resistência diante das carências de toda ordem e como uma estratégia na busca de vantagens.

Em relação aos direitos, vale lembrar que, como já informado, os insulares estavam isentos do serviço militar compulsório, o que era negado ao restante da população. O Edital de 1747 deixava claro que “os homens que passassem por conta de S. M. ficarão isentos de o servir nas tropas pagas, no caso de se estabelecerem no termo de dois anos nos sítios que lhe destinarem.” Esta distinção e privilegiamento dos insulares suscitou, com certeza, contrariedades e tensões, que também transparecem nas petições que eram feitas pelos colonos.<sup>256</sup>

Para além do assistencialismo e das práticas caritativas adotadas em Portugal e transplantadas e adaptadas à realidade da América meridional, outro aspecto importante para entendermos as estratégias adotadas por soldados e colonos instalados no Continente de São Pedro é sua condição de região de fronteira. E, nesse sentido, suscetível – como já mostrado – a uma série de variáveis que interferiram no modo de vida desses moradores, bem como nas estratégias de sobrevivência que adotaram.

De acordo com Fábio Kühn, “fronteira não deve ser confundida com o limite político, definido pelos tratados internacionais”,<sup>257</sup> uma vez que, como definido por Tau Golin limite é uma linha de influência e de poder governamental.<sup>258</sup> De acordo com Kühn, não havia na fronteira do Brasil meridional um marco regulatório que definisse o poder estatal de um ou outro

---

<sup>256</sup> Oscar Wiederspahn considera que somente o grupo de casais que chegou em 1748, com os esforços de Silva Paes, ainda se beneficiou das promessas feitas no Edital de 1747, apesar da carência de braços para as guarnições. (WIEDERSPAHN, 1979, p. 24.)

<sup>257</sup> KÜHN, 2014, p. 16.

<sup>258</sup> GOLIN, 2002, p. 17.

país ibérico, e todo o espaço do Continente de São Pedro era chamado de Fronteira.

Não havendo uma presença estatal, mediante a instalação de instituições administrativas que indicavam a presença espanhola ou portuguesa,<sup>259</sup> e nem um limite geográfico que servisse de marco e que fosse respeitado pelos governos, a presença militar é que definia os limites. Isso nos permite refletir a fronteira sem uma linha definida, pois quando um exército avança, sua linha demarcatória passa a ser o novo limite de suas possessões. Agregado a isso, no caso do Rio Grande, as constantes negociações das quais resultavam acordos diplomáticos, também estimulavam uma insegurança na definição os limites. Sem uma efetiva presença política, o controle social ficava comprometido e a clivagem dos grupos em contato se dava biológica e culturalmente, dada a dinâmica própria das regiões de fronteira.

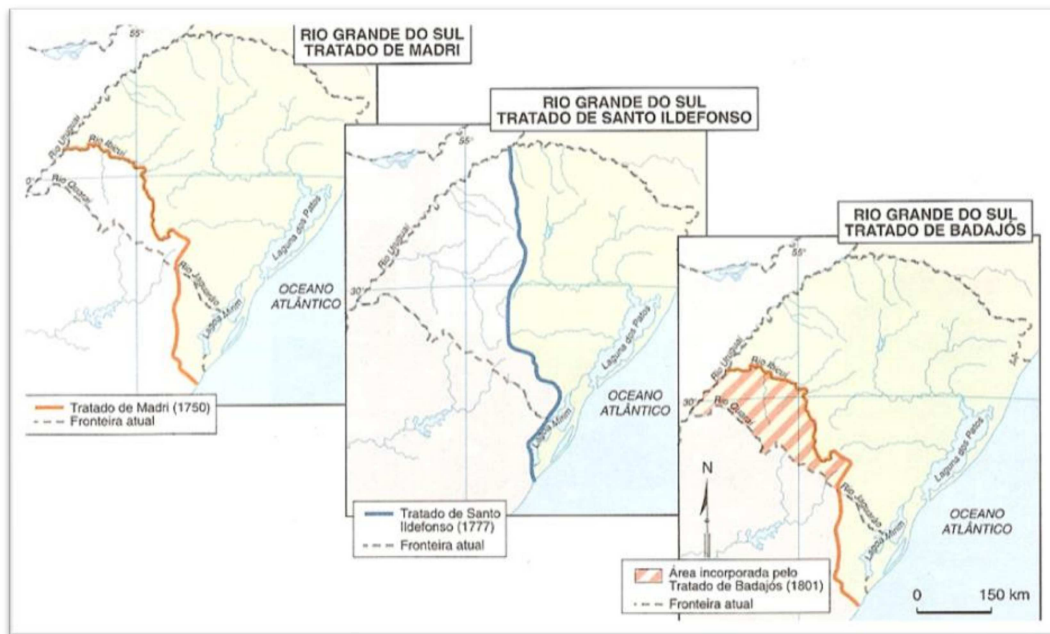
Vale lembrar que a instabilidade nesta fronteira se devia ao expansionismo português em direção ao Prata. Laguna, na extrema fronteira estipulada pelo Tratado de Tordesilhas, fundada em 1676, era, até então, o apoio mais próximo ao povoado do Prata. A Espanha, por sua vez, não admitia a presença portuguesa nas margens do Rio da Prata que considerava estar sob sua jurisdição. Se, por um lado, a diplomacia recomendava que nada fosse feito para quebrar a paz entre os países, no âmbito prático, empenhavam-se em ocupar e tomar lugares tidos como estratégicos. A Colônia do Sacramento tornou-se alvo destes constantes avanços por parte de Portugal e da Espanha. Por vezes, Portugal adentrava o território, deslocando guarnições e erguendo fortes, em outras épocas, os espanhóis avançavam pelo Continente de São Pedro, retomando o que julgava ser seu. Pode-se dizer que nunca um espaço

---

<sup>259</sup> Para Fábio Kühn, "No caso da fronteira do Continente do Rio Grande, a presença do Estado português (e da onipresente Igreja Católica) ou de seus agentes diretos era extremamente reduzida [...]. A presença do Estado português era ainda incipiente, certamente em função da incerteza reinante." (KÜHN, 2014, pp. 16-17).

da América meridional vivenciou uma movimentação de tropas tão grande quanto a que se deu após a invasão espanhola a Vila de Rio Grande.<sup>260</sup>

**Fig. 7: Tratados entre Portugal e Espanha**



FORNE: MAGNOLI, OLIVEIRA e MENEGOTTO, 2001.

Até a consolidação das fronteiras atuais, inúmeros tratados marcaram e remarcaram esses espaços. Na Figura 7 podemos observar o quão volátil se tornara a fronteira do sul da América portuguesa entre os séculos XVIII e XIX, fazendo com que o Continente de São Pedro fosse uma fronteira invariavelmente sujeita a conflitos e, por isso, fortemente militarizada.

Neste capítulo, procuramos apresentar o cenário no qual passaram a viver os soldados encarregados da defesa e os primeiros colonos destinados à ocupação do extremo sul da América portuguesa e no qual viria a atuar o cirurgião Sebastião Gomes de Carvalho, cuja trajetória nos propusemos a reconstituir.

<sup>260</sup> GOLIN, 2015. Tau Golin, em sua obra *A Fronteira* (Méritos, 2015), descreve como foram os preparativos e as forças envolvidos na retomada de Rio Grande.



Ao descrevermos este cenário, destacamos as condições ambientais e climáticas do Continente de São Pedro com o objetivo de estabelecer possíveis vinculações com as doenças que podem ter acometido soldados e colonos, demandando o atendimento por um cirurgião. Devido aos invernos rigorosos e aos fortes ventos, pode-se inferir as dificuldades a que estiveram sujeitos os primeiros povoadores, dentre elas, a fome e algumas doenças bronco-pulmonares. A elas, com certeza, se somaram, os ferimentos ocasionados pelos combates e as doenças que deles decorriam.

O solo, no qual foram erguidas as primeiras construções, era arenoso, não permitindo construções adequadas, firmes, que os abrigassem dos tempos frios e chuvosos. A essa exposição às variações climáticas e à condição do solo, se somava a baixa qualidade da alimentação, já que a carne e a farinha eram limitadas. Procuramos mostrar que depois da faixa arenosa e, praticamente estéril, havia outra pantanosa, com muitos banhados, à qual se seguiam campos e capões, que se mostravam ricos em lenha, madeiras para construções e animais de caça, além de rebanhos de gado, o que parece justificar as descrições de abundância da terra.

Estes campos, no entanto, não eram um imenso vazio demográfico. Nele viviam e circulavam indígenas Pampianos, Minuano e Charrua, que dividiam o espaço com espanhóis, jesuítas, caçadores de gado e bandeirantes portugueses que vinham apresar gado e indígenas para o trabalho em outras regiões. Vários estudos têm procurado demonstrar que além de terem resistido, os indígenas também interagiram com os colonizadores. Essa interação se dava tanto no âmbito das trocas comerciais quanto da troca de conhecimentos sobre o manejo da flora e da fauna e sobre práticas curativas.

Também apresentamos a ocupação do território pelos primeiros colonos com destaque para os açorianos. Vindos do arquipélago português, eles traziam um pensamento alicerçado ainda nas práticas próprias do Antigo Regime. Nesse sentido, podemos observar que a assistência atuou, tanto como uma forma de motivar a vinda de colonos, quanto como uma forma de estruturar minimamente o cotidiano destas famílias e de mantê-las vinculadas à terra.

Vale lembrar que se, para um colono ou soldado que vinha de uma região tropical, a ambientação se constituiu em desafio a ser vencido, para os colonos transatlânticos os problemas já começavam no momento de sua partida. Nesse sentido, consideramos importante abordar as inúmeras dificuldades próprias dessas viagens, bem como toda a assistência que era dada aos colonos. Os ilhéus traziam consigo a ideia de que tudo deveria ser como nas ilhas. Vale lembrar que havia colonos vindos de outras regiões da colônia, do que se deduz que, nos primeiros anos, tenha havido certa tensão entre esses colonos. Essa tensão, de certa maneira, era temporizada pela decisão salomônica das autoridades que estavam mais preocupadas com o sucesso do projeto de ocupação.

Os discursos das autoridades portuguesas muito contribuíram para que fosse criada e difundida uma imagem da Terra da Promissão aos colonos que buscavam fugir da miséria. Mas os colonos chegavam com carências de toda ordem (prévias ou decorrentes da longa travessia) e com necessidades que a Metrópole procurou suprir em nome de um projeto que visava à sua permanência na terra e ocupação do espaço. Essas necessidades, muitas vezes relacionadas com a manutenção de uma boa saúde, e fundamentadas em costumes e tradições seculares de assistência, eram usadas como uma forma de obter vantagens junto às autoridades e podem ser interpretadas como apego – estratégico ou não – a estas tradições. Várias situações que encontramos na documentação consultada serviram para que entendêssemos como os colonos percebiam as obrigações do Estado, tanto em relação à manutenção, através de condições adequadas de trabalho, quanto em relação à saúde dos moradores do presídio.

Em relação aos soldados, é preciso considerar que realizavam constantes deslocamentos, durante os quais viviam em precárias acomodações, estavam sujeitos a ferimentos durante os combates e a enfermidades decorrentes deles, da má alimentação ou das condições climáticas, podendo ser percebidos como transmissores de doenças em função da circulação pelo território do Rio Grande de São Pedro. Mas, no caso do presídio e da Vila de Rio Grande, podemos ver

que as doenças que proliferavam entre eles também poderiam vir de fora, como as doenças venéreas. Em relação a estas doenças, vale lembrar que o Brigadeiro Silva Paes solicitou que o envio de mulheres, mesmo *galicadas*, do Rio de Janeiro para o Continente de São Pedro. Entendemos ser plausível supor que estas mulheres tenham se relacionado com alguns integrantes das tropas, disseminando, desta forma, o morbo gálico entre eles.

No próximo capítulo, vamos apresentar o ensino médico e cirúrgico ministrado em Portugal no século XVIII e a formação que teve o cirurgião Sebastião Gomes de Carvalho. Apresentar e discutir como as teorias de medicina vigentes na Europa, com ênfase em Portugal, foram (ou puderam ser) aplicadas na América portuguesa e, especialmente, no Continente de São Pedro será um de nossos objetivos. Vale lembrar que a população, desprovida de atendimento médico, adotava seus próprios procedimentos de cura e recorria a curandeiros, o que possibilitou o desenvolvimento de uma medicina particular, própria da região, com uso de plantas locais ou advindas de regiões próximas. Esse raciocínio nos possibilita pensar a questão da circulação do conhecimento sobre as artes de curar trazido pelos colonos de outras regiões da colônia. Para a identificação das doenças que acometiam colonos e soldados instalados no Continente de São Pedro, recorreremos às descrições do ambiente e das condições em que estes viviam que fizemos no primeiro capítulo, comparando-as com as que foram feitas de outras regiões da América portuguesa e com estudos sobre as enfermidades nelas mais recorrentes, bem como à documentação disponível no volume 1 dos Anais do AHRGS, no qual encontramos menções a doenças e a tratamentos dispensados aos doentes, bem como a *COLECÇÃO de documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes existentes nos arquivos portugueses*; relatos de viajantes; os *Registros de Batismos e Óbitos de Viamão, transcritos e disponíveis no Projeto Resgate de Fontes Paroquiais* e à bibliografia de referência.

## CAPÍTULO 2

### 2. AS DOENÇAS MATAM MAIS QUE OS COMBATES

Sempre que buscamos associar ciências – ou conhecimento científico – e o século XVIII, temos em mente que este foi um século de muitas mudanças e de muitas buscas visando ao conhecimento das potencialidades econômicas das colônias, que se daria efetivamente no século seguinte. No caso de Portugal, a busca se dava tanto no sentido de renovar o ensino das ciências em geral, quanto de aprofundar o conhecimento sobre os domínios coloniais.<sup>261</sup>

O início do século XVIII, no entanto, ainda é marcado por uma quase estagnação, devido à consagração de um conhecimento ainda preso às tradições e costumes. Somente a partir da segunda metade do século, com as viagens científicas à América, observa-se um alargamento dos conhecimentos das ciências naturais, a partir de um investimento estatal,<sup>262</sup> que pode ser constatado também na geografia física e na cartografia da América. Pode-se, ainda, afirmar que a busca deste conhecimento se associava à ideia da supremacia europeia sobre as novas partes do mundo que vieram a ser desvendadas através destas expedições científicas.

No caso específico da Medicina, até a metade do século XVIII, mantinham-se teorias ainda fortemente vinculadas aos pressupostos hipocrático-galênicos, aos quais, gradativamente, se somariam novas teorias, como a iatroquímica (Ver p.129) e a iatrofísica – derivadas das reflexões de homens como Descartes e de suas ideias sobre a mecânica que comandava o universo – que passaram a ser ensinadas nas universidades.

É a partir da reconstituição das condições do ensino de Medicina em Portugal e da forma como eram pensadas a saúde e a doença pelos médicos e professores no século XVIII, que, neste capítulo, abordamos a saúde e as doenças no Continente de São Pedro, na época da fundação do presídio Jesus

---

<sup>261</sup> CONCEIÇÃO, 2019, p. 818-841.

<sup>262</sup> DOMINGUES, 2001, p. 823-838.

Maria José. Recorremos, também, a documentos assinados pelo cirurgião Sebastião Gomes de Carvalho, dos quais procuramos extrair as recomendações quanto aos tratamentos das doenças que acometiam a população que vivia no presídio nesse período. Procuramos, ainda, cotejar os dados levantados sobre o Continente de São Pedro com aqueles disponíveis na produção historiográfica acerca das artes de curar praticadas no restante da América portuguesa e sobre os saberes nativos que, com certeza, devem ter sido acionados em uma região de intenso contato como o extremo sul da América.

## **2.1 Entre charlatães, licenciados e eruditos: a atuação médico-cirúrgica no Brasil Colônia**

A historiografia, de maneira geral, acostumou-se a difundir a ideia de que, na América portuguesa, por não haver ou serem poucos os médicos (físicos),<sup>263</sup> houve a facilitação para que outros profissionais, não qualificados, atuassem nas artes de curar. É preciso, contudo, considerar que, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, o conhecimento e a prática médica sofreram inegáveis influências dos saberes locais, especialmente, nativos, observáveis em uma série de obras de botânica médica, por exemplo, que circularam pela Europa. Além disso, desde o século XVI, há registros da presença de médicos judeus e cristãos-novos,<sup>264</sup> que se dedicaram às artes de curar na América portuguesa.<sup>265</sup>

Se, por um lado, não se pode pensar a medicina praticada na América portuguesa da mesma forma que aquela que era praticada em Portugal, uma vez que não havia ensino universitário, por outro, ambas se caracterizavam pela larga utilização de saberes e procedimentos mágico-religiosos nos tratamentos de doenças, havendo, por isso, evidentes aproximações. Neste sentido, acompanhamos Jean Abreu, que discorda de Lycurgo Santos Filho, para quem a rudeza da sociedade colonial e a “inferioridade” dos povos que a compunham

---

<sup>263</sup> ABREU, 2018; SANTOS FILHO, 1947; SOARES, 2001; WISSENBACH, 2004, entre outros.

<sup>264</sup> Lycurgo Santos Filho afirma que os “humildes” profissionais que vieram para a colônia foram judeus, cristãos-novos, que migraram para fugir da inquisição. (SANTOS FILHO, 1947, p. 47).

<sup>265</sup> Laurinda Abreu afirma que nos seiscentos vinham boticários com cartas de cirurgião e cirurgiões com licenças para atuarem como médicos. (ABREU, 2018, p. 496-497).

eram responsáveis pela inexistência de “homens cultos e de saber”, confundindo “precariedade da assistência médica com atraso intelectual.”<sup>266</sup> Não deve-se desconhecer, ainda, que muitos dos físicos enviados para a América portuguesa tiveram que adaptar os conhecimentos que haviam aprendido nas universidades à realidade colonial, uma vez que lidavam com doenças e doentes em um cenário bastante distinto das cidades europeias. A estes físicos, devem ser acrescentados os missionários jesuítas, que muito contribuíram para o conhecimento das plantas nativas americanas, produzindo receituários que circularam entre as várias regiões em que a Companhia de Jesus atuou e, também, instalando boticas, que forneciam medicamentos, e enfermarias, nas quais atendiam doentes.<sup>267</sup> Cabe, ainda, ressaltar que a falta dos médicos formados nas universidades europeias no território colonial não deve ser entendida como sinônimo de ausência de agentes de cura, pois a população recorria a curandeiros e à medicina doméstica corrente na Europa para tratar suas enfermidades.<sup>268</sup>

Mas, se a América portuguesa contava com poucos médicos, a partir do século XVIII, houve um aumento considerável de cirurgiões que passaram a atuar em várias regiões.<sup>269</sup> É preciso, no entanto, lembrar que foi por ocasião da formação de um exército para combater os holandeses que, pela primeira vez, se registrou a presença de um cirurgião junto aos corpos militares. Juntamente com armamentos e toda sorte de material indispensável para os combates, este primeiro cirurgião desembarcaria no final o século XVII, vinculado ao exército, onde a presença de cirurgiões era imprescindível, até mais que a de um médico.<sup>270</sup> De acordo com Monique Palma, não se pode considerar que o exército demandava apenas conhecimentos de cirurgia, mas os ferimentos

---

<sup>266</sup> ABREU, 2006, p. 14.

<sup>267</sup> Sobre as artes de curar e o conhecimento médico da Companhia de Jesus na colônia, ver as obras de Eliane Cristina Deckmann Fleck (2014; 2015).

<sup>268</sup> Em alguns lugares, mais afastados, o curandeirismo se difundia em uma população distante e descrente da medicina europeia, que recorria a práticas nativas ou, então, a uma medicina doméstica largamente empregada na Europa. (RIBEIRO, 1997, p. 16).

<sup>269</sup> Um estudo de Laurinda Abreu aponta que uma pequena quantidade de médicos, cirurgiões e boticários vinham para a América portuguesa. (ABREU, 2018).

<sup>270</sup> ABREU, 2018.

decorrentes do envolvimento em batalhas requeriam mais o conhecimento mecânico do cirurgião do que os conhecimentos de um médico.<sup>271</sup> Seu vínculo ao exército fica ainda mais evidenciado quando se constata que o cirurgião-mor assumia a patente equivalente a tenente dentro da hierarquia militar, embora isto não se configurasse em uma boa situação para estes encarregados das artes de curar. Deve-se acrescentar que, no final do XVII, alguns cirurgiões eram recrutados à força e transformados em soldados.<sup>272</sup> À medida que se ampliavam as disputas territoriais e eram traçados projetos de expansão para o interior na virada do século XVII para o XVIII, mais ainda o trabalho do cirurgião se impunha. Também nas vilas que se formavam próximas aos presídios e aquartelamentos, a presença de cirurgiões, pagos que eram pelos concelhos para que cuidassem dos moradores, passou a ser requerida.<sup>273</sup>

Cabe, no entanto, nos questionarmos: o que efetivamente diferenciava esse profissional treinado em serrar e cortar ossos de soldados feridos em combate daquelas pessoas que se dedicavam a curar as pessoas nos lugares mais ermos do extremo sul da América portuguesa? Para Lycurgo Santos Filho, em lugares onde a justiça e a “Igreja despacharam os condenados a perpétuo degredo, não vieram exercer a medicina e a cirurgia os melhores profissionais europeus. Nem os bons.”<sup>274</sup> Sendo assim, as pessoas que viviam nesta região precisaram se adaptar à realidade em que viviam, recorrendo a conhecimentos próprios de uma medicina híbrida, constituída a partir de trocas culturais com os nativos e da reprodução de práticas curativas populares.<sup>275</sup> Na perspectiva de Santos Filho, no entanto, isto deveria ser visto como “abastardamento da Medicina”:<sup>276</sup>

Possuidores de elementos científico-culturais que iam sendo ultrapassados à medida que decorriam os tempos, vivendo em

---

<sup>271</sup> PALMA, 2018, p. 164.

<sup>272</sup> ABREU, 2018, p. 497.

<sup>273</sup> ABREU, 2018, p. 498.

<sup>274</sup> SANTOS FILHO, 1947, p. 47.

<sup>275</sup> CUETO, PALMER, 2016.

<sup>276</sup> “Estas conclusões de Santos Filho desqualificavam os conhecimentos empíricos e as concepções de cura oriundas das contribuições culturais dos povos que se encontravam no Brasil”. (COELHO, 2012, p. 17-18).

uma sociedade onde os maiores entraves tolham a desenvolvimento intelectual, os profissionais jazeram na mais completa ignorância das notáveis descobertas em que todos os campos científicos se processaram na Europa. E o resultado foi o abastardamento da Medicina, que se mesclou de abusões, superstições, de práticas absurdas, disparatadas, além de encaminhar-se para um empirismo inçado de credices populares. Se não podia ser classificada entre as melhores da época, a ciência médico-cirúrgica aqui deturpou-se ainda mais em decorrência do meio rude, das condições socioeconômicas adversas.<sup>277</sup>

Bethânia Gonçalves Figueiredo nos fala sobre esta separação que alguns autores fazem entre um “mundo popular” e um “mundo acadêmico”, reiterando não há como apenas apontar para suas “divergências e antagonismos”, pois “encontramos também aproximações e similaridades.”<sup>278</sup> Em seu trabalho sobre as Minas Gerais do século XIX, a pesquisadora alerta que

Não é possível identificar práticas da cultura popular, no que se refere à cura, que não tenham a presença do mundo acadêmico, assim como, de uma certa forma podemos identificar na prática do mundo acadêmico referências e absorção da prática de cura popular.<sup>279</sup>

Ela acrescenta, ainda, que o desconhecimento europeu sobre as causas das doenças tropicais, fez com que muitos médicos recorressem aos conhecimentos nativos para a administração das mezinhas.<sup>280</sup> Também Maria Cristina Wissenbach afirma que alguns autores optaram por “delinear fronteiras entre o popular e o erudito, entre a ciência e a magia,” compreendendo uma separada de outra,<sup>281</sup> desconhecendo a interpenetração dos saberes relativos às artes de curar na colônia.

As condições de trabalho dos cirurgiões não variavam muito de uma região para outra, quer no Reino, quer na América portuguesa. Vale ressaltar que as dificuldades de deslocamento, somadas às lamentáveis condições estruturais de trabalho não se restringiam somente aos cirurgiões. Obrigados,

---

<sup>277</sup> SANTOS FILHO, 1977 apud COELHO, 2012, p. 17

<sup>278</sup> FIGUEIREDO, 2008, p. 22.

<sup>279</sup> Idem, ibidem.

<sup>280</sup> Idem, p. 31.

<sup>281</sup> WISSENBACH apud ABREU, 2006, p. 14.



muitas vezes, a improvisar materiais para sua atuação, a qualidade do trabalho do cirurgião era marcada pela “frieza” e a “destreza” com que atuava. E, em um mundo onde a anestesia não era conhecida ainda, era um suplício ser atendido pelo cirurgião que não tivesse a prática necessária. De qualquer forma, “o campo de atuação do cirurgião [era] limitado pela dor suportável/insuportável do paciente”<sup>282</sup> que delimitava seu espaço de procedimento. Invariavelmente, no meio militar, um ferimento de batalha já estava com a dor instaurada. Ao cirurgião competia limitar a continuidade/intensidade do sofrimento e, talvez, evitar a morte eminente, sendo que “As cirurgias, nessas condições, quando bem-sucedidas, eram consideradas verdadeiros milagres.”<sup>283</sup>

De acordo com João José Cúcio Frada, durante os séculos em que o mar era a estrada para se deslocar de uma ponta a outra do império português, as armadas não dispunham muitas vezes de um cirurgião, quiçá um médico. Sem boticários, nem mesmo uma botica, os marinheiros se sujeitavam a um barbeiro-sangrador que, no meio do oceano, era o elo entre a continuação da vida no navio ou a eternidade no fundo do mar. Era comum, segundo ele, que os cirurgiões tivessem sua primeira experiência nas naus que cruzavam o Atlântico. A bordo, convivendo em precárias condições de viagem,<sup>284</sup> os marinheiros acabavam sendo vetores de doenças para diversos lugares, causando insucessos e tragédias em várias missões.<sup>285</sup> Isso levou os responsáveis pelas armadas a terem um cuidado maior com a saúde dos marinheiros.<sup>286</sup> Já no XVIII,

---

<sup>282</sup> FIGUEIREDO, 2008, p. 122.

<sup>283</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>284</sup> FRADA, J.J.C, 1989, p. 63-73. O autor ainda acentua que os marinheiros eram miseráveis, vindos de ambientes promíscuos, ladrões, vadio e mendigos, que embarcavam sem nenhum tipo inspeção.

<sup>285</sup> Rui Manoel Rodrigues de Abreu cita o caso da Armada luso-espanhola, composta por 41 navios, que saiu de Lisboa em 1638 com o objetivo de expulsar os holandeses do Recife. Em Cabo Verde, onde a armada se concentrou, uma epidemia ceifou a vida de 3000 homens, quase levando o encerramento da missão. (ABREU, 2006.)

<sup>286</sup> Felipe II, de Portugal, em 1605, manifestava sua preocupação com “suas gentes de mar e de guerra de sua Armada do Mar Oceano quando adoeciam.” Em virtude disso, o monarca determina que fosse construída uma enfermaria particular, junto ao Hospital de Todos-os-Santos, para que fossem cuidados os marinheiros. E, enquanto não estivesse pronta a dita enfermaria, o hospital tinha obrigação de dar todo o cuidado e acolhimento a gente do Mar Oceano. (ABREU, 2006.)

Baltasar Chaves, médico embarcado, elenca uma série de medidas com o objetivo de reduzir o número de mortos.

1. Lotação comportável e água em abundância.
  2. Exame médico passado antes do embarque.
  3. Mantimentos e dietas de boa qualidade e racionalmente escolhidos.
  4. Botica adequada e colchões em número suficiente.
  5. Escalas em número razoável, de modo a permitir a renovação da aguada e mantimentos.
- (António Marques Esparteiro, *A Higiene das Naus de Viagem em meados do séc. XVIII*).<sup>287</sup>

Como se pode constatar, o trabalho do cirurgião não se limitava à sua habilidade prática, cabendo a ele atuar também, no caso das embarcações, em outras áreas para além do que previam os manuais de cirurgia do XVIII.<sup>288</sup> Embarcar para os territórios coloniais poderia, para alguns, significar uma vida de dificuldades, que determinava, a curto prazo, o desejo de retorno para a metrópole. Para outros, no entanto, era uma oportunidade para se estabelecer e, através de bons serviços prestados à Coroa, retornar a Portugal em outras condições. Para muitos que se estabeleciam, permanecer na colônia poderia significar ascender na hierarquia social, algo que dificilmente seria alcançado no Reino.<sup>289</sup>

Os cirurgiões, de maneira geral, ao chegarem na América portuguesa, se deparavam com uma realidade na qual precisavam desempenhar funções usualmente atribuídas a médicos e boticários, recorrendo a toda a sorte de procedimentos para sobreviver profissionalmente entre crenças e práticas de cura arraigadas na população. A falta de fiscalização metropolitana<sup>290</sup> – que não era uma prerrogativa da colônia, pois em Portugal também existiam pessoas que curavam sem autorização<sup>291</sup> – contribuía para o aumento das intersecções entre

---

<sup>287</sup> Apud FRADA, 1989.

<sup>288</sup> Monsieur Le Clere, logo no início do seu *Cirurgia Anatomica por perguntas e respostas...*, que o cirurgião deveria ser ciente na teoria, para saber o que faz, ter prática, pois a agilidade no uso das mãos se dá com a experiência, e, por último, ser “dócil” no trato com seus pacientes, tratando-os com afeto. (LE CLERE, 1715, p. 2)

<sup>289</sup> FACCHINI BADINELLI, 2018, p. 43.

<sup>290</sup> COELHO, 2012, p. 31.

<sup>291</sup> WALKER, 2004 apud ALMEIDA, 2008, p. 22.

os ofícios, o que dificultava sua atuação como cirurgiões oficiais. A isto se somava a baixa remuneração que os cirurgiões nomeados recebiam,<sup>292</sup> o que fazia com que buscassem outras formas de inserção social e de ganhos financeiros. Nesse sentido é que Ricardo Ribeiro Coelho, em sua dissertação de mestrado, acredita que as artes de curar eram uma excelente opção para entrar em um espaço social “marcado por relações de dependência recíproca em torno de instituições e grupos privilegiados que passaram a conviver em centros urbanos típicos do Antigo Regime.”<sup>293</sup>

Entre aqueles que vinham se dirigiram para os territórios coloniais, estavam os que haviam aprendido seu ofício pela prática. Após serem inquiridos pelo cirurgião-mor (sobre teoria e prática) e comprovarem o aprendizado que haviam tido através de uma carta do mestre ou de testemunhos orais que atestavam a habilidade do interessado, recebiam a carta de exame e aprovação.<sup>294</sup> De posse dessa carta, podiam exercer a função para qual haviam sido aprovados em qualquer espaço do império português. Carla B. Starling de Almeida sugere que esses cirurgiões buscavam espaço na América portuguesa em locais mais distantes, suprindo a ausência de médicos. Isso dava a eles um contato muito maior com inúmeras opções de cura, fundamentadas no conhecimento nativo.<sup>295</sup> Nesse sentido, pode-se presumir que, diferentemente dos práticos, muitos dos cirurgiões formados nas universidades não se dirigiam aos territórios coloniais. Ou, se tal acontecesse, ficavam atuando nos centros próximos ao litoral onde os recursos eram maiores e melhores e onde atuavam vários outros agentes de cura. Vale lembrar que a formação acadêmica e o fato de virem da metrópole não impedia os agentes oficiais de competirem com curandeiros e sangradores que detinham o conhecimento prático e já vinham tratando da saúde da população antes de sua nomeação.<sup>296</sup> Por outro lado, os

---

<sup>292</sup> RIBEIRO, 1997, p. 33.

<sup>293</sup> COELHO, 2012, p. 15.

<sup>294</sup> Carla Starling ainda reitera que “brancos portugueses, brancos nascidos no Brasil, negros e mestiços biológicos se tornaram legalmente cirurgiões, boticários, sangradores, parteiras ou tiradentes, nas Minas setecentistas.” (ALMEIDA, 2008, p. 30).

<sup>295</sup> ALMEIDA, 2008, p. 32.

<sup>296</sup> VIOTTI, 2014, p. 6

cirurgiões práticos, por adicionar os saberes com os quais entravam em contato, acabavam adaptando e aprimorando seus conhecimentos e, em certa medida, atestam a constituição de uma medicina híbrida na América portuguesa.

Não deve-se, ainda, desconsiderar a circulação de livros médicos na colônia, que muito poderia qualificar a atuação de médicos, boticários e cirurgiões. Levando-se em conta que maioria da população era iletrada, é possível que muitos médicos e cirurgiões acadêmicos, além de sua posição de poder dada pelo ofício que exerciam, legitimavam essa condição pela posse de livros, pela leitura e, conseqüentemente, pelo conhecimento que obtinham através deles. Àqueles que desempenhavam o ofício, mas não dominavam a escrita e a leitura, restava estar atento às práticas adotadas pelos pares, a fim de poderem qualificar seus procedimentos. Mas, mais do que isto, precisavam estar atentos às percepções e às práticas tradicionais das populações junto às quais viriam a atuar, pois o sucesso do exercício de seu ofício dependia desta habilidade para apropriar e adaptar saberes e procedimentos.<sup>297</sup> Carla B. Starling Almeida aponta que uma das prerrogativas do cirurgião, sangradores e parteiras era, justamente, a apropriação do conhecimento nativo “sobre as plantas medicinais americanas e a mediação com os saberes africanos e indígenas”.<sup>298</sup>

Entre os cirurgiões que atuaram na América portuguesa, encontramos os que se notabilizaram pelas obras que escreveram,<sup>299</sup> tais como Luís Gomes Ferreira, João Cardoso de Miranda e José Antônio Mendes. Nelas, fica evidente seu interesse pelos saberes locais, a fim de assegurar a saúde da população. Isto pode ser observado em Gomes Ferreira, que, assumindo funções próprias

---

<sup>297</sup> François Hartog conceitua o homem-fronteira como um viajante O viajante que vai além do limite. Avança, percorre, identifica, vê e ouve outros. Ele provoca e sofre o movimento da história que vive. Possui uma realidade que, na medida que avança, é suscetível aos sentimentos que lhe “perturbam” ou “inflectem” a visão do outro. Sua narrativa é marcada pela densidade dos detalhes que marcam sua trajetória onde encontra e conhece o outro. São os detalhes que provarão a sua credibilidade, dando poder de instituir uma identidade cultural. (HARTOG, 2004). Veremos mais adiante que o nativo oficial de cura, não tem por costume falar muito sobre o seu ofício.

<sup>298</sup> ALMEIDA, 2008, p. 75.

<sup>299</sup> Júnia Ferreira Furtado destaca que, apesar do século XVIII ter sido rico na produção literária de cirurgiões, nos séculos anteriores a produção de obras de medicina foi feita por médicos. Em ambos os casos, eram relatos de experiências vividas na colônia. (FURTADO, 2005, p. 88-105).

de um médico,<sup>300</sup> a quem competia teorizar e propor procedimentos curativos, indicou terapêuticas para o escorbuto.<sup>301</sup> João Cardoso de Miranda e José Antônio Mendes também cruzaram a rígida linha hierárquica dos ofícios das artes de curar e legaram obras de medicina, contestando a posição de Lycurgo Santos Filho – citada anteriormente – de que não haveria produção de conhecimentos na colônia e uma evolução da Medicina. Mesmo que o objetivo destes cirurgiões fosse desfrutar de reconhecimento nas comunidades em que atuavam, suas obras ratificam a existência de uma reflexão sobre a prática a partir das experiências e receitas testadas na colônia e não, exclusivamente, a reprodução de procedimentos de cura adotados na Europa. Jean Luís Neves Abreu ressalta que houve a conformação de um singular conhecimento colonial:

Nesse sentido, a experiência teve um papel preponderante na transformação do saber médico luso-brasileiro. Apesar dos limites colocados em relação ao aprendizado da anatomia, o conhecimento obtido pela empiria tornou possível a elaboração de um saber específico, do qual gozaram principalmente os cirurgiões, sobretudo aqueles que exerceram o ofício nos trópicos.<sup>302</sup>

De fato, pode-se afirmar que, ao longo dos séculos, para além da descrição destas práticas e saberes em receituários e obras de medicina e cirurgia, houve uma apropriação desse conhecimento, pois “ainda hoje, diferentes versões dessas medicinas continuam vivas, embora sejam praticadas sob formas híbridas, marcadas por séculos de contato, principalmente com culturas europeias [...]”.<sup>303</sup>

Vale lembrar que era comum que militares, médicos e cirurgiões, entre alguns outros membros da elite, possuíssem bibliotecas particulares, voltadas a sua profissão. O próprio Brigadeiro Silva Paes possuía uma biblioteca que

---

<sup>300</sup> ALMEIDA, 2008, p. 57.

<sup>301</sup> ALMEIDA, 2008. FURTADO, 2002; 2005. FACCHINI BADINELLI, 2018.

<sup>302</sup> Jean Abreu refere-se ao ensino da anatomia como prática para um melhor exercício da cirurgia. Nesse caso, mostramos que, da mesma forma que a teoria e a técnica enriqueceram os saberes europeus, o conhecimento prático dos cirurgiões coloniais, ao mesmo tempo que trazia à tona toda uma preocupação com a saúde local, também contribuiu para que a estagnação do ensino português não se acentuasse. (ABREU, 2011, p. 29).

<sup>303</sup> CUETO, PALMER, 2016, p. 20.

contava com livros de medicina e cirurgia.<sup>304</sup> Já no testamento de André Machado Soares,<sup>305</sup> encontramos a informação de que ele possuía dezoito livros<sup>306</sup> da “Arte de Cirurgia e Medicina”.<sup>307</sup> Estes são importantes indícios de uma circulação e apropriação do conhecimento erudito nas povoações em formação no extremo sul da América portuguesa.<sup>308</sup> Assim como nas Minas, Luís Gomes Ferreira, José Antônio Mendes e José Cardoso de Miranda também possuíam livros de medicina europeia que utilizavam como referência para a escrita de suas obras. Júnia Ferreira Furtado comenta que “os livros de João Curvo Semedo (1635-1719), médico da família real portuguesa [...] faziam parte da biblioteca de Gomes Ferreira e de Mendes e Miranda, que ministravam a seus pacientes várias de suas receitas.”<sup>309</sup>

Mas, para além da circulação do conhecimento acadêmico e daquele que circulou em obras escritas por médicos e cirurgiões na colônia, devemos também considerar a circulação do conhecimento popular entre soldados e colonos, como se pode constatar em várias regiões da América portuguesa. Sérgio Buarque de Holanda, em *Caminhos e Fronteiras* (1956), comenta sobre o intenso uso da flora e da fauna nativas para confecção das mezinhas paulistas. No caso do Continente de São Pedro, parecem ser mais evidentes as trocas com os nativos, considerando a existência da experiência das reduções jesuíticas, do que com africanos escravizados, dado o número ainda pouco expressivo deles na região no período. Isso não significa, contudo, que saberes e procedimentos

---

<sup>304</sup> ARAUJO, 1999.

<sup>305</sup> Cirurgião nomeado por Gomes Freire para o Porto de Viamão em 24 de julho de 1754, André Machado Soares era fazendeiro e, assim como o cirurgião Gomes de Carvalho, também possuía uma cadeira na Câmara de Viamão. Em sua tese, Fábio Kühn o insere na elite da sociedade viamonense. (KÜHN, 2014, p. 203).

<sup>306</sup> Segundo Fábio Kühn, o testamento refere-se a dezoito obras, mas no inventário foram relacionadas apenas dez, sendo que quatro delas eram de cirurgia. (KÜHN, 2014, p. 117).

<sup>307</sup> Kühn, ao discutir a escrita e leitura na formação da sociedade continental do século XVIII, faz referência ao trabalho de Luiz Carlos Villalta, afirmando que “padres, advogados e cirurgiões possuíam, via de regra, as maiores bibliotecas. [...] Aqueles que se dedicavam a ofícios, na maioria das vezes, possuíam livros relacionados às suas carreiras” (VILLALTA, 1997 apud KÜHN, 2014, p. 116).

<sup>308</sup> Para conhecer mais sobre os hábitos de leitura do Brasil Colônia, sugiro o trabalho de ARAUJO, Jorge de Souza. *Perfil do Leitor Colonial. Tese de doutorado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

<sup>309</sup> FURTADO, 2005, p. 91-92.

próprias das artes de curar praticadas pelos africanos não tenham sido acionados face à necessidade de curar alguma enfermidade. Vale lembrar o caso da náufraga Inácia da Silva Amaral, que, segundo consta na documentação, ficou com apenas uma escrava, devido ao infortúnio. Isto nos leva a pensar que aqueles que possuíam escravizados, pudessem contar com seus conhecimentos nas artes de curar e que o contato intercultural se manifestasse em várias situações rotineiras.

Quanto aos conhecimentos nativos, é importante lembrar que, devido às condições do clima continentino e à fauna e à flora características da região, que se diferenciava do restante da América portuguesa, as incursões portuguesas pelo território dependeram deles para sua sobrevivência e, com certeza, dos saberes associados às artes de curar.<sup>310</sup> Deve-se, no entanto, também considerar o conhecimento trazido pelas bandeiras paulistas que traziam já uma prática híbrida, resultante do contato com os indígenas da costa brasileira.<sup>311</sup> No caso das reduções jesuíticas, houve nelas um predomínio (em termos demográficos) da etnia Guarani, razão pela qual temos um número maior de registros sobre suas práticas culturais do que sobre as dos Charrua e Minuano. Os Guarani (ou Tape), por sua vez, através de seus deslocamentos entre as missões jesuítas, ou, em alguns casos, devido às fugas das reduções, tiveram um contato mais direto com os Pampeanos.<sup>312</sup> É possível supor que os militares, feridos durante as escaramuças com o inimigo espanhol, por se encontrarem longe de seus quartelamentos e não contarem com um cirurgião, também tenham sido atendidos pelos nativos aliados que os acompanhavam.

---

<sup>310</sup> É preciso, no entanto, considerar a observação feita por Moisés Bertoni, para quem os indígenas não costumam repassar todas as informações sobre seus conhecimentos da arte de curar. Diz Bertoni: *“En cuanto a los verdaderos médicos indígenas – que los hay, y buenos – es ilusión el creer que un transeunte o viajero de ocasión le pueda sacar datos muy importantes o verdaderas revelaciones al respecto del arte de curar. Es cosa sabida que más el curioso insiste y más el indio se retrae; a no ser que, para librarse del fastidio, éste no opte al fin por largar alguna alguna mentira, caso no muy raro.”* (BERTONI, 2008, p. 8).

<sup>311</sup> ALMEIDA, 2008, p. 178.

<sup>312</sup> Serrano chama a atenção para as roupas femininas que usavam “una pampanilla que los primeros autores indican como de algodón. [...] adquirirían a trueque de los guaraníes.” (SERRANO, 1936, apud BECKER, 1984 p. 126).

Sabe-se, por exemplo, que as mulheres Pampeanas sabiam onde deveriam cortar seus artelhos em caso de luto, de forma a não gerar uma infecção ou inflação, tal qual ocorria também com os homens que feriam os próprios braços em sinal de comemoração pelos inimigos mortos em batalha, o que nos leva a pensar que deveriam conhecer remédios para a cicatrização dos ferimentos.<sup>313</sup>

Como já mencionado em outro momento, o cirurgião era, considerando-se a hierarquia militar, tenente, isto é, a primeira patente dentro do oficialato. A partir desse posto, seguia-se a cadeia de comando ao mais alto nível de hierarquia militar, o generalato. Logo, o posto de tenente era o primeiro passo para se inserir nessa elite. No entanto, é preciso lembrar que a cirurgia era um ofício mecânico e aqueles que o exerciam viviam segregados na sociedade setecentista, sendo também malvistas pelo contato com sangue. As elites, por sua vez, não consideravam os praticantes de atividades mecânicas dignos de ascender socialmente.<sup>314</sup> Diante disto, consideramos pertinente perguntar: Como, então, um cirurgião poderia ascender socialmente?<sup>315</sup> E ainda: um cirurgião seria sempre tenente?

Até o momento não encontramos qualquer menção a expressões como tenente-cirurgião ou cirurgião-tenente. Ou seja, não há na documentação indícios de que Sebastião Gomes de Carvalho tenha sido reconhecido como oficial.<sup>316</sup> De qualquer forma, para melhor ilustrar, vale ressaltar que o cirurgião de um aquartelamento podia adquirir bens que iam muito além do

---

<sup>313</sup> Catequese e aldeamento dos Minuano. (Autor anônimo, 1749-1751 apud CESAR, 1981, p. 140-145). “É costume destas mulheres, quando morre algum de seus parentes próximos, cortar o nó dos dedos das mãos. [...] Também os homens fazem as duas demonstrações, que é ferirem os próprios braços e espáduas com frechas, enxergando-se, depois, tanto nos braços como nas espáduas, os sinais das feridas.”

<sup>314</sup> Para Marcos Cueto e Steven Palmer também “as elites médicas nascidas na América Latina [que] não eram formadas por colonizados subalternos que trabalhavam à margem dos sistemas médicos coloniais destinados a proteger soldados, colonos e administradores” mantinham o distanciamento social necessário para protegê-los dessa mancha social. (CUETO, PALMER, 2016, p. 12)

<sup>315</sup> Para Fabrício Prado, diferentemente dos cirurgiões, “os médicos sempre gozaram de prestígio e tinham facilidades de enriquecimento.” (PRADO, 2002, p. 165).

<sup>316</sup> As questões salariais serão vistas no capítulo 3 desse trabalho, onde trataremos dos honorários recebidos pelos cirurgiões.



reconhecimento social da função. Em 1757, Jerônimo Rodrigues, ao saber que estava vaga a função de cirurgião de tropas, em São Paulo, representou junto às autoridades que atuaria na função gratuitamente, “sem que por isso Sua Majestade Fidelíssima lhe desse soldo algum”. Obviamente que a solicitação foi atendida pelo governador solicitando que “por tal o reconheçam, honrem e estimem, e que possa trazer a insígnia que lhe toca e gozará de todas as honras, privilégios e isenções, que lhe são concedidos em razão do seu ofício.” Oito anos depois, o dito cirurgião, então com 40 anos, casado e com uma filha, possuía bens avaliados em 1:600\$000,<sup>317</sup> o que sugere que, para os cirurgiões, desfrutar de prestígio social quase sempre vinha acompanhado de ganhos e patrimônio.

Caso semelhante ocorreu, agora no extremo sul da América portuguesa. Manoel Pereira do Lago, cirurgião, foi para Colônia do Sacramento em 1722. Alistou-se como soldado às suas expensas. Após um ano na Europa, e de ter realizado negócios com couro para metrópole, retornou em 1731, pleiteando o cargo de Almojarife e Tesoureiro da Alfândega com o respaldo do governador. Alcançou, assim, prestígio e poder, equiparando, desta forma, o valor intrínseco ao ofício que exercia na Colônia de Sacramento ao que era exercido no Rio de Janeiro. Ainda em 1731, foi nomeado Capitão de Ordenanças, o que foi determinante para seus negócios, que passaram a contar “com as isenções, franquezas e privilégios que as patentes outorgavam a seus portadores.” Apesar do sucesso que obteve em seus negócios, Pereira Lago continuou exercendo o ofício de cirurgião entre 1722 e 1730, a fim de melhorar sua condição social e financeira. Dedicou-se, mais tarde, ao transporte de mantimentos, fardamentos e munições, ocupando uma posição social de destaque enquanto homem de negócios e membro respeitado na hierarquia da elite colonial. Em 1752, atendendo a uma convocação de contribuição dos homens de negócios da Colônia de Sacramento, Manoel Pereira Lago doou 5:000\$000 de réis, o que

---

<sup>317</sup> SANTOS FILHO, 1947, p. 82.

demonstra sua boa condição financeira, concomitantemente ao exercício do ofício de cirurgião militar.<sup>318</sup>

Em alguma medida, é plausível supor que em capitanias bem sucedidas como Minas, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, os médicos e, principalmente os cirurgiões desfrutavam de prestígio e alcançavam uma confortável situação financeira através da prática da cirurgia, que lhes possibilitava um bom trânsito social. De acordo com Carla Berenice Starling de Almeida, “a trajetória desses médicos durante o século XVIII nas Gerais é marcada por intensa mobilidade física em busca de ascensão profissional e social através de sua arte.”<sup>319</sup> Mas fora dessas capitanias, como procuramos demonstrar nesta dissertação, a ascensão social parece ter prescindido da atuação nos ofícios das artes de curar, sendo que, no caso do cirurgião Sebastião de Carvalho, se deveu aos negócios com gado e seus derivados e a outras estratégias por ele adotadas.

## **2.2 A formação cirúrgica do licenciado Sebastião Gomes de Carvalho.**

A ferramenta mais essencial de um cirurgião são suas mãos. O manual de cirurgia de Monsieur Le Clere (1715) já afirmava, em sua dedicatória, que as mãos dos cirurgiões são “como quem tinha consigo a mão de Deus” para atuar na arte. No primeiro capítulo, o autor reforça que cirurgião era aquele que “sabe curar as doenças do corpo humano por uma aplicação de mão com método.”<sup>320</sup> Mas as mãos, sem o conhecimento adquirido dentro de um hospital, ou nas universidades, perdiam o caminho para a cura.

Embora não possamos afirmar a data de nascimento do licenciado Sebastião Gomes de Carvalho,<sup>321</sup> ele, possivelmente, concluiu seu

---

<sup>318</sup> Fabricio Pereira Prado descreve com mais detalhes as negociações e a trajetória de Manoel Pereira do Lago em sua dissertação de Mestrado. Ver mais em: PRADO, Fabrício Pereira. Colônia do Sacramento: Comércio e Sociedade na Fronteira Platina (1716-1753). *Dissertação de Mestrado*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

<sup>319</sup> ALMEIDA, 2008, p. 28.

<sup>320</sup> LE CLERE, Monsieur. *Cirurgia Anatomica por perguntas e respostas...* Trad. João Vigier. Lisboa: Na officina Real Deslandesiana, 1715.

<sup>321</sup> Há uma divergência nas datas de nascimento do cirurgião. Enquanto um site de genealogia sobre a família Gomes de Carvalho informa o ano de 1715, (<http://pufal.blogspot.com.br>), Martha Daisson Hameister, ao mostrar graficamente a família de Antônio de Souza Fernando, aponta,

licenciamento em cirurgia entre os anos de 1725 e 1735. Nesse tempo, o Hospital Real de Todos-os-Santos já havia separado o curso de anatomia do curso de cirurgia,<sup>322</sup> e os alunos podiam cursar o segundo sem ter cursado o primeiro. No entanto, a documentação leva a crer que o licenciado Gomes de Carvalho cursou cirurgia e anatomia, haja visto que, ao assinar documentos, referencia-se como “anatomista”. Vale lembrar que o curso era prático, apesar de não ser regular, contando com dissecações de cadáveres durante as aulas. Ao concluir o curso, o cirurgião tinha seus conhecimentos reconhecidos em uma sabatina conduzida pelo cirurgião-mor e por mais dois colegas deste.<sup>323</sup>

A despeito de a modalidade de aprovação dos recém-cirurgiões remontar ao século XVII, Maximiano Lemos Junior destaca que os grandes homens que dirigiram os estudos, considerando “a variedade de casos que os praticantes tinham de ver e um método rigoroso no ensino da Anatomia”, dignificaram a cirurgia e a anatomia, dando a ela um status e um reconhecimento maior ainda.<sup>324</sup> Em sua obra *A Medicina em Portugal – Até o fim do século XVIII*, o autor ressalta a importância de dois estrangeiros, Guevara<sup>325</sup> e Brissot<sup>326</sup>, para

---

sem maiores detalhes, que Gomes de Carvalho teria nascido em 1705. (HAMEISTER, 2006, p. 267; HAMEISTER, 2007, p. 281 Quadro 5.2). Conforme mostrado na introdução deste trabalho, mais precisamente o Quadro 1, optamos pela data definida pela pesquisadora: 1705.

<sup>322</sup> A partir de 1732, o aluno, ao se apresentar para o cirurgião-mor, deveria apresentar o atestado de seu professor de anatomia, mostrando que o aluno tinha conhecimento sobre o assunto. Embora não fosse obrigatória, nota-se que a frequência no curso de anatomia devia ser exigida. (LEMONS JUNIOR, 1881, p. 61-62).

<sup>323</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>324</sup> Carlos Alberto Cunha Miranda ressalta que a autorização dada pelo Papa Clemente VII, para que fossem ministradas aulas de anatomia em cadáveres humanos, o “preconceito” e a “repressão” tiveram como consequência o recrutamento de cirurgiões nas camadas populares. Com a união desses cirurgiões em guildas, foi possível alçar uma autorização real para o exercício da cirurgia. A partir daí, iniciou-se a luta pelo reconhecimento dos cirurgiões junto à comunidade médica. Para o autor, o crescimento do uso das armas de fogo foi um importante passo para que o ofício cirúrgico fosse reconhecido, pois os médicos não realizavam estas operações. (MIRANDA, 2004, cap. 9).

<sup>325</sup> Affonso Rodrigues de Guevara foi lente de anatomia na Universidade de Coimbra e, posteriormente, no Hospital Real de Todos-os-Santos, tendo sido apontado por Lemos Junior como o restaurador dos estudos anatômicos em Portugal. Guevara era natural de Granada, Espanha.

<sup>326</sup> Pedro Brissot foi lente em Coimbra, era francês e, em Portugal, escreveu várias obras. Tornou-se famoso por fazer uma sangria em D. Manuel, monarca português, do mesmo lado em que estava a doença, contrariando o físico-mor Dionysio. Este afirmava que, não tendo Brissot sangrado do lado contrário à doença, o rei morreria. O monarca curou-se da doença. Brissot foi um dos médicos apontados por Lemos Junior como precursor da nova medicina portuguesa.

a modernização da medicina portuguesa, ainda no século XVI. Para ele, a organização e as interpretações – e traduções – das obras de Hipócrates, juntamente com a fundação do Hospital Real de Todos-os-Santos, foram responsáveis por situarem a medicina e a cirurgia num patamar nunca visto até então. As obras de Antônio Luiz, Garcia Lopez e Thomaz da Veiga, tomando-os como exemplos, juntaram-se aos trabalhos de Guevara e Brissot e outros estrangeiros, garantindo que durante o reinado de D. João III, a medicina merecesse atenção e tivesse grande incremento.<sup>327</sup> Laurinda Abreu ainda destaca que tal afirmação se deve à “cultura humanista”, ao “cosmopolitismo de alunos e professores”, às “novas drogas e aos diferentes saberes propiciados pela expansão marítima”, e, por último, à “existência de um poder político atento à mudança e a inovação”.<sup>328</sup>

Nesse sentido, não foi somente a medicina local que se desenvolveu. Da Índia vieram os novos conhecimentos de plantas e ervas, principalmente através de Garcia da Orta<sup>329</sup> e Thomé Pires.<sup>330</sup> Plantas como o ruibarbo, a canafístula, a erva lombrigueira, a mirra e o bedelio, estão entre as inúmeras drogas que foram trazidas de todo o império português, enriquecendo a farmacopeia lusitana, além do guaiaco, que junto como mercúrio, era usado largamente no tratamento da

---

(LEMOS, Maximiano. *História da Medicina em Portugal – Doutrinas e Instituições*. – v. 1. – Lisboa: Manoel Gomes, Editor, 1899.)

<sup>327</sup> Teófilo Braga, em *História da Universidade de Coimbra (1895)*, afirmou que “Os estudos médicos tiveram em Portugal no século XVI um esplendor extraordinário”. (apud ABREU, 2010, p. 97).

<sup>328</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>329</sup> Segundo Teresa Nobre de Carvalho, Garcia de Orta era natural de Castelo de Vide. Formou-se médico em Salamanca e Alcalá de Henares, e, em 1534, foi para Goa onde tratou das elites políticas e religiosas, por mais de 30 anos. Colecionou rizomas, cascas, resinas, conchas. Possuía um amplo conhecimento do mundo natural asiático. É autor de *Colóquio dos Simples e Drogas da Índia* (Goa, 1563). Nascido por volta de 1500, veio a falecer em 1568. (CARVALHO, 2011).

<sup>330</sup> Farmacêutico, mandado à Índia em 1511. Conheceu inúmeros lugares da Índia, em cada um deles procurou conhecer as drogas medicinais do lugar. Por carta, informou a D. Manoel sobre seus conhecimentos. Maximiano Lemos Junior considera simples demais suas informações, pois em sua carta apenas enumera as plantas, sem discorrer sobre suas propriedades, diferentemente de Garcia de Orta que elencou as propriedades terapêuticas em seu *Colóquio dos Simples*. (LEMOS JUNIOR, 1881).

sífilis. Estas plantas se espalharam pelo mundo conhecido trazendo alívio para inúmeras doenças.<sup>331</sup>

O projeto de investir nas universidades a partir de um conhecimento estrangeiro, sem sombra de dúvida, trouxe para Portugal o que havia de melhor em saberes médicos. Nesse caso, a anatomia passou a ser essencial para a evolução das artes de curar no XVI. No entanto, a partir do século seguinte, as condições eram outras e algumas decisões acabaram por estagnar a medicina portuguesa. De acordo com J. Martins e Silva, isto se deveu a uma série de fatores:

A expulsão dos médicos judeus no século XVI, a proliferação de graduados pelas universidades espanholas com muito menos tempo de formação, a multiplicação dos autorizados a exercerem Medicina sem habilitações, a perda temporária da independência e, como pano de fundo, a crescente influência da Inquisição, não só puseram em causa os objectivos da reforma de D. João III para uma melhor qualidade de formação médica nacional, como vieram criar um clima de grande desinteresse pela aprendizagem de novos assuntos, a par com o desprestígio social da profissão médica, exactamente por se crer desempenhada por gente incompetente ou arrivista. Na verdade, a qualidade da formação médica pretendida era inviabilizada pela ignorância dos que se candidatavam ao curso.<sup>332</sup>

O retrocesso decorreu de ações inquisitoriais,<sup>333</sup> que provocaram a expulsão dos judeus, que tinham amplo conhecimento da medicina e podiam ser

---

<sup>331</sup> Quando a Igreja reassume uma ortodoxia inquisitorial como parte da Contrarreforma, há, o que Henrique Carneiro chama de “*medicalização do pecado*”, explorado pelo saber médico/botânico português. A Igreja busca, então, disciplinar a ordem social a fim de garantir o reavivamento espiritual anti-renascentista. Nesse sentido, a Igreja passa a condenar – aquilo que não podia adaptar – toda a cultura popular vinda do Oriente ou da América. Obras com a de Garcia de Orta, Rabelais, Clusius e Paracelso, entre outras, são escritas no Index Inquisitorial “*praticamente não havendo citações desses autores, o que manifesta o hiato aberto entre o pioneirismo renascentista dos primeiros portugueses nas Índias e o retrocesso imposto pela repressão contra-reformista.*” (CARNEIRO, 1994, p. 41).

<sup>332</sup> MARTINS E SILVA, 2002, p. 239.

<sup>333</sup> Uma das principais ferramentas para a censura das publicações literárias dentro do mundo controlado ideologicamente pela Igreja foi o *Index Auctorum damnatae memoriae, tu metiam librorum, qui uel simpliciter uel ad expurgationem usque prohibentur, ueldenique iam expurgati permittuntur, editus auctoritate Illmi Domini D. Fernandi Martins Mascaregnas, Algarbiorum Episcopi, regii status Consilarii ac Regnorum Lusitaniae Inquisitoris Generalis*, de 1624, vigorou até 1768. (MARTINS, 2011).

considerados os herdeiros da medicina árabe.<sup>334</sup> Assim, enquanto que no restante da Europa, a medicina praticada e ensinada evoluía, em Portugal ela permaneceu assentada em cânones aristotélicos e tomistas.<sup>335</sup> Como bem observado pelo historiador português José Sebastião da Silva Dias, “a cultura portuguesa não ficou completamente à margem desta corrente de ideias e conhecimentos, ficando, sim, “à margem do ambiente que a tornou possível e do espírito que a caracterizou”.<sup>336</sup> Em razão disso, teve uma participação periférica e mais observadora da evolução do conhecimento científico. Mas, apesar disso, algumas traduções de obras médicas asseguraram que o contato com as novas teorias defendidas em outras universidades europeias, assim como alguns médicos que, mesmo em exílio, escreveram obras ou trouxeram para Portugal o avanço cirúrgico e anatômico que se desenvolvia nos grandes centros europeus.

Considerando o empenho em modernizar o ensino de Medicina que ocorreu a partir da segunda metade do século XVIII, que culminaria com a reforma do Ensino na Universidade de Coimbra, em 1772, Gisele Cristina da Conceição pontua que as investigações científicas, promovidas pelo Estado português nas colônias, “elevaram Portugal a membro de uma rede que contribuía para os estudos de História Natural, num âmbito global”,<sup>337</sup> comprometido, portanto, com as inovações científicas em curso ao final do século XVIII.

Dentro dessa discussão sobre a participação mais efetiva ou passiva de Portugal na evolução médica do século XVIII, o que, sem dúvida não se alterou significativamente foi a filiação à teoria hipocrático-galênica. A despeito da latroquímica e da latromecânica que eram ensinadas nas universidades francesas, a teoria humoral se manteve como a predominante nas concepções de saúde e doença, definindo os diagnósticos e os tratamentos indicados para

---

<sup>334</sup> Ligia Bellini reforça que “não podemos dizer que não houve, na Medicina, uma tradição hebraica separada e recebida na Europa do mesmo modo que se transmitiu uma tradição greco-islâmica” (BELLINI, 2001, p. 66).

<sup>335</sup> ABREU, 2011, p. 18.

<sup>336</sup> DIAS, 1953, p. 70 apud ABREU, 2011, p. 19.

<sup>337</sup> CONCEIÇÃO, 2019, p. 820-821.

as enfermidades. Amparada, na sua origem, nos quatro elementos, a teoria humoral sofreu vários acréscimos durante sua trajetória, desde a Antiguidade até chegar no século XVIII, até debater-se com uma visão mais racional e mecânica do corpo. A teoria hipocrático-galênica pode ser descrita desta maneira:

O primeiro humor é a bÍlis. Ela deriva do fogo, que é o produto do calor e da seca. A bÍlis reside no corpo do homem perto do fÍgado, na vesÍcula biliar. O segundo humor é o sangue. Deriva do ar, que é devida à combinação do calor coma a humidade. A sua sede, no homem, é o fÍgado. O terceiro humor, a pituíta (ou linfa, ou fleuma), derivada da água, que foi criada pela combinação do frio e da humidade. Reside nos pulmões. O quart o humor, a atrabÍlis (ou bÍlis negra), deriva da terra, que é um composto do frio com o seco. Ocupa o baço. Estes quatros humores constituem os materiais do corpo, determinam o seu bem ou mal-estar.<sup>338</sup>

O humoralismo, como se pode constatar na passagem acima, é assentado em dois princípios que definem a saúde e a doença do indivíduo. O primeiro diz que o corpo humano é formado por fluídos. “[...] um número variável e finito de líquidos, ou humores diferentes, quase sempre quatro,”<sup>339</sup> logo, a doença é decorrente do desequilÍbrio desses humores. Assim, a pessoa saudável possuía uma mistura harmoniosa de acordo com as qualidades de cada humor. Segundo Reis, tonturas, sensações de vazio, perda de peso, significavam carência de algum humor. Já o contrário, isto é o excesso de humores, resultava em dores e congestão.<sup>340</sup>

---

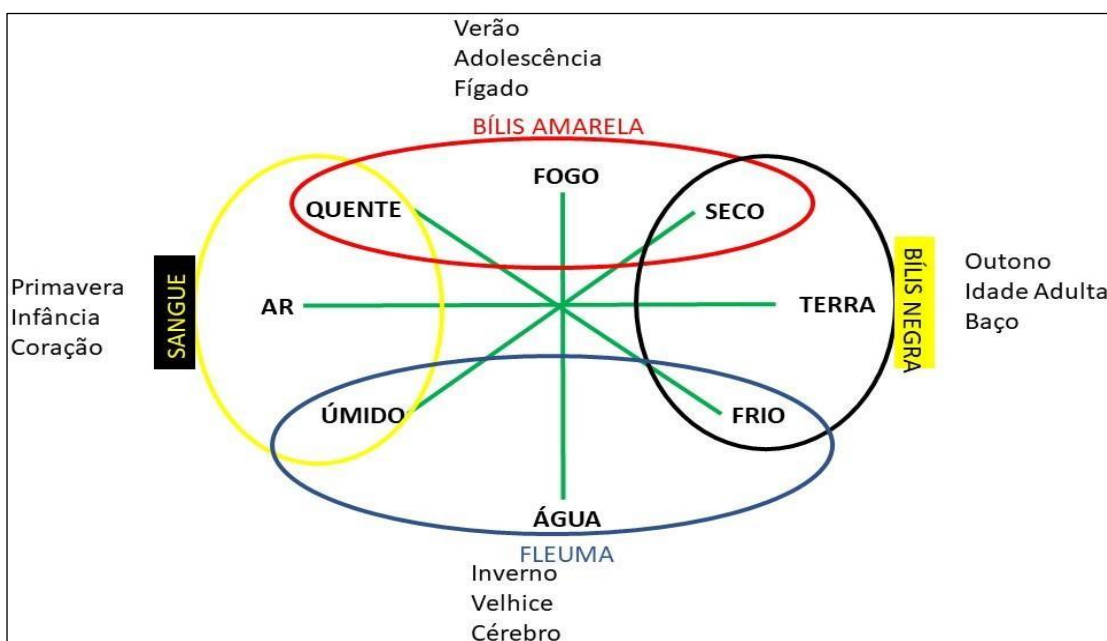
<sup>338</sup> MICHEAU, 1985, p. 61-62.

<sup>339</sup> REIS, 2009, p. 3. Esses líquidos seriam Sangue, Fleuma, BÍlis Amarela e BÍlis Negra.

<sup>340</sup> Idem, *ibidem*.

Para entendermos a imagem da Figura 8, recorremos a Reis, que nos explica que Filistion de Locri associou a cada elemento uma qualidade – Fogo, quente; Ar, frio; Terra, seco e Água, úmido – determinando a primeira configuração da influência dos elementos até a teoria humoral. Tempos depois, Aristóteles acrescentou duas qualidades a cada elemento, estabelecendo uma graduação para cada qualidade. Assim, Fogo se tornou quente e seco, Ar, quente e úmido, Terra, seca e fria, por último, a Água passou a ser fria e úmida. Essa configuração, para Aristóteles, era hierárquica. Por exemplo, a Água era primeiramente fria, o ar principalmente úmido, o fogo, quente, e a terra, seca. Galeno concebeu a composição ilustrada na imagem da Figura 8, que contempla os temperamentos.

**Fig. 8: Teoria dos Humores**



Fonte: Adaptado de REIS, 2009, p. 5

Existiriam três tipos de temperamentos “quente”: um no qual persistiam os contrários, ‘úmido e seco’, de forma balanceada; um segundo, no qual o ‘seco’ estaria presente em excesso, e um terceiro, no qual ‘quente’ e ‘úmido’ predominavam. Galeno faz essa correspondência também em relação a temperamentos frios.<sup>341</sup> De acordo com Reis:

<sup>341</sup> REIS, 2009.



O médico de Pérgamo seguia Hipócrates e Aristóteles e preocupou-se em enumerar algumas causas das enfermidades que dizia serem infinitas. Primeiro as causas *procatárticas*, que seriam as causas externas ou primitivas, tais como mudanças do modo de vida, ou agentes físicos. Em seguida, viriam as causas *proergúmenas*, que seriam as causas internas ou dispositivas, determinadas pelas diferentes constituições dos diferentes indivíduos. E terceiro lugar, as causas sintéticas, que seriam as causas conjuntas ou imediatas, que resultavam da ação combinada das outras duas, e que desencadeariam o processo patológico propriamente dito.<sup>342</sup>

Joffre Marcondes de Resende afirma que dentro da concepção filosófica de constituição do universo, a teoria dos quatro humores se encaixava plenamente. Para ele, formou-se uma ligação “entre os quatro humores com os quatro elementos (terra, ar, fogo e água), com as quatro qualidades (frio, quente, seco e úmido e com as quatro estações do ano (inverno, primavera, verão e outono).”<sup>343</sup> Para o pensamento religioso-cristão da época, a despeito de outras teorias existentes, a teoria humoral estava muito próxima da Igreja, não pela sua concepção, mas pela popularidade que adquirira e pelo monoteísmo galênico percebido em seus escritos.<sup>344</sup>

Para Jean Abreu, havia nas obras de alguns autores como Raphael Bluteau e Francisco da Fonseca Henriques, a concepção de que o universo poderia ser resumido no corpo do homem.<sup>345</sup> Para Bluteau e Henriques, a anatomia constituía-se um modo do homem conhecer seu corpo como também provar a existência e o poder do seu criador.<sup>346</sup> De fato, “a ciência médica do passado lançava mão de uma série de alegorias e símbolos que adquiriam significados específicos na cultura em que estavam inseridos.”<sup>347</sup> Nesse sentido,

---

<sup>342</sup> Idem, *ibidem* (Grifos do autor).

<sup>343</sup> REZENDE, 2009, p. 51.

<sup>344</sup> REIS, 2009, p. 7.

<sup>345</sup> Bluteau estabelece a relação entre corpo e natureza “porque na figura da cabeça se representa o esférico céu, nos olhos as estrelas, nos cabelos as ervas, nos ossos as pedras, no cérebro a lua, no coração o sol, e nas mais partes, a que chamam nobres, e principais, os mais planetas; no quatro humores se vem os quatro elementos, nas veias, os rios; nos dentes, pérolas; nas faces; rosas; corais, nos lábios; ventos, nos flatos, montes, nas partes mais eminentes; nas concavidades, cavernas; e nas quatro idades do homem, as quatro estações do ano”. (Apud ABREU, 2011, p. 54).

<sup>346</sup> ABREU, 2011, p. 60-63.

<sup>347</sup> Idem, p. 55.

o pesquisador ressalta que para conhecer o homem, o médico deveria olhar a natureza e o mundo, entender de alquimia, da magia e da astrologia, como forma de “entendimento das correspondências ocultas da natureza.”<sup>348</sup>

Na primeira metade do XVIII as ideias voltadas a uma concepção mais racional, decorrentes do Iluminismo, ainda não tinham se propagado no mundo ibérico. Portugal ainda possuía, um ensino peripatético<sup>349</sup> e uma visão mágico-religiosa como forma de entender as ciências e, principalmente, a medicina. O ensino, sobretudo a partir da terceira década do XVIII, era muito criticado por alguns autores portugueses que o consideravam ultrapassado, totalmente em desacordo com o ensino das demais universidades europeias.<sup>350</sup> Jean Luís Neves Abreu alerta que “no mundo luso-brasileiro do século XVIII, a astrologia continuava a fornecer explicações para os mais diversos fenômenos da natureza” e que a medicina lusa “deixou-se impregnar pelas concepções astrológicas, religiosas e mágicas.” Em razão disso, acreditava-se que o médico, para conhecer o homem, “deveria perscrutar os céus, observar as analogias entre o corpo humano e os astros, pois os planetas tinham domínio sobre os temperamentos e os órgãos do corpo.”<sup>351</sup>

Essas ideias, difundidas em função do seu baixo preço, faziam dos almanaques astrológicos – conhecidos como lunários – constituíam-se numa forma de divulgação “das teorias cosmológicas tradicionais da Antiguidade”, e alcançaram enorme sucesso em Portugal do século XVI ao XVIII, muito em função da censura inquisitorial à ciência moderna nos almanaques. Tendo um papel fundamental na vida das famílias do Antigo Regime, a lógica dos astros exerceu também grande influência entre os colonos da América Portuguesa, não

---

<sup>348</sup> ABREU, 2006, p. 80.

<sup>349</sup> A filosofia peripatética era a forma de Aristóteles ensinar seus discípulos. Durante suas caminhadas pelo Liceu, ele fazia seus alunos desenvolverem o senso de observação, comparação e percepção, refletindo o mundo a sua volta. (CARVALHO, 2019, p. 30).

<sup>350</sup> Manoel Gomes de Lima, em suas *Reflexões Críticas Sobre os Escritores Chirúrgicos de Portugal*, referindo-se ao manual de Antonio Ferreira, base do ensino cirúrgico das universidades portuguesas, reitera que “a *Physica Peripatética* que elle deffende he tao inutil para a medicina que não ha fora de Espanha uma Universidade somente a onde ella se ensine.” (Manuel Gomes de Lima, 1752, 6).

<sup>351</sup> ABREU, 2006, p. 82.

só nas suas relações de aproveitamento da natureza, mas também em sua relação com o universo. Havia, ainda, a crença de que os planetas interferiam no temperamento, ao ponto de “[Saturno] tornar os homens imaginativos, tímidos e de profundos pensamentos [...]”.<sup>352</sup> Os manuais de cirurgia, por sua vez, reforçavam essas orientações, como se pode constatar na obra *Cirurgia Reformada*, na qual Feliciano de Almeyda, ao se dirigir aos cirurgiões, recomendava que, quando estes fossem tratar de escrófulas, uma espécie de tumor:

deve-se guardar, porém, todo o Cirurgião de dar no princípio medicamentos demasiadamente quentes e secos, porquanto neste caso discute mais as partes terrestres, que estão abaladas, e assim costumam as escrófulas passar a scirros [tumor]. Mas devem-se aplicar remédios que poderão incidir, atenuar a matéria viscosa, terrestre, para o que se pode usar do seguinte remédio [...] Esponja queimada, osso de siba (sic), pimenta longa, pimenta negra gengibre, arcano duplicado, pedra-pomes, de cada coisa uma oitava, víboras preparadas, semente de tanchagem, maçãs de cipreste, noz-moscada, turbith, de cada coisa meia oitava, açúcar quanto baste. Misture-se, façam-se pós. Dá-se de meia oitava até uma, no crescente da Lua é melhor.<sup>353</sup>

Aqui podemos observar a tanto a presença da teoria humoral, quando o autor se refere a quente e seco, evitando remédios que se aproximassem das partes terrestres (Fria e Seca), quanto a astrologia, nesse caso, a menção à lua crescente como sendo o melhor período para uso do remédio.

As estações do ano também interferiam nos procedimentos de cura. Conforme o manual *Cirurgia Anatomica por perguntas e respostas* (1715), de M. Le Clere, a primavera e o verão eram excelentes períodos para se medicar o paciente com Morbo Gálico (sífilis):

A primavera, & o verão são os tempos idôneos para a cura deste mal. Começarse-ha por huma dieta, ou regimento, o doente estará em lugar quente, darse-lhe-hão por bebida cozimentos sudoríficos feytos *com pão goyaco, raiz da China, salsa parrilha;* & não comerà cousas de adubos: darse-lhe-hão ajudas para dispor sempre o ventre livre, darse-lhe-hão algumas sangrias, &

---

<sup>352</sup> Idem, p. 86.

<sup>353</sup> Feliciano de Almeyda, 1738. p. 180.

se purgara com *meya oytava de jalapa, & quinze grãos de mercurio sublimado doce*; repetir-se-hão as purgas as vezes que parecer melhor: tomarà banhos nove, ou dez dias, de manhã, & de tarde; [...].<sup>354</sup>

Considerando-se as concepções e as práticas referidas nestes manuais de cirurgia, é plausível supor que elas fizessem parte da rotina de estudos daqueles que se dedicavam à medicina e à cirurgia. Para Ronaldo Simões Coelho, foi no Concílio de Trento, 1545-1563, que se legitimou a “astrologia referente a medicina, navegação e agricultura.” Remédios passam a serem mais eficazes em determinado momento que o planeta X está em consonância com o planeta Y.<sup>355</sup> Sendo assim, a “astrologia, a astronomia e a medicina andaram de mãos dadas durante muito tempo.”<sup>356</sup> Assim, a aproximação da medicina com a astrologia se dava dentro de uma aquiescência da Igreja, que defendia o aristotelismo como uma filosofia de ensino adequada aos seus princípios.<sup>357</sup> As universidades italianas, por exemplo, ofereciam a astrologia “como uma das artes liberais” no curso de artes ou medicina. Já médicos como Ficino e Paracelso<sup>358</sup> tratavam a astrologia como parte fundamental das terapias.<sup>359</sup>

Mas nosso objetivo não é discutir a medicina astrológica, mas mostrar sua importância na formação do médico e, quiçá, do cirurgião no século XVIII, período em que Sebastião de Carvalho teve sua formação. Foi somente com a evolução da anatomia – e, principalmente, com a introdução das dissecações e, conseqüentemente, do melhor conhecimento do corpo – que a medicina se

---

<sup>354</sup> LE CLERE, Monsieur. *Cirurgia Anatomica por perguntas e respostas...* Trad. João Vigier. Lisboa: Na officina Real Deslandesiana, 1715. p. 187.

<sup>355</sup> Pode-se acrescentar o que Carla B. Starling Almeida chama de *remédios particulares*. São aqueles remédios que o cirurgião, sob licença, produz e conhece seus componentes. (ALMEIDA, 2008, p. 32).

<sup>356</sup> COELHO, 2006.

<sup>357</sup> Amato Lusitano (1511-1568) “escreveu contra a astrologia, considerando não haver relação entre as posições dos astros e a terapêutica, chegando a afirmar que os médicos que deixassem de sangrar ou de purgar por causa disso seriam dignos de compaixão.” (COELHO, 2002, p. 159).

<sup>358</sup> *Marcílio (ou Marsilio) Ficino* (Florença, 1433-1499), médico e filósofo italiano, tido como um dos maiores humanistas florentinos. *Philippus Aureolus Theophrastus Bombastus* von Hohenheim, conhecido como Paracelso (Austria, 1493-1541). Filho de médico, foi alquimista, físico, astrólogo. Acreditava que o organismo era um conjunto de vários processos químicos e, a partir daí, passou a usar arsênico, chumbo, mercúrio na composição de seus remédios. (COELHO, 2002).

<sup>359</sup> COELHO, 2006, p. 25.

afastou da astrologia, como salienta Pastore.<sup>360</sup> Nos territórios coloniais, no entanto, a população vivia ainda fortemente arraigada em crenças e em práticas mágico-religiosas, e muitas terapêuticas estavam vinculadas a dias propícios para suas aplicações.

Dentre as teorias que despontaram no século XVIII está a iatroquímica, que partia do pressuposto que o corpo era um processo químico e que as doenças eram um “desequilíbrio da química do corpo”. De acordo com Gil de Sevalho, a iatroquímica defendia a existência de um “gás espiritual” nos alimentos e, que o corpo, pelo pecado original, não tinha como fermentar os alimentos para absorver, quimicamente, os alimentos, o que levava, conseqüentemente, à doença.<sup>361</sup> Em alguma medida, devido às doenças descobertas trazidas pelas navegações, deixou espaço para que novos tratamentos e novos remédios pudessem ser utilizados nos procedimentos de cura. Paracelso passou a ser aceito, mesmo que seus métodos, não fossem totalmente outorgados pela Igreja.<sup>362</sup> Nesse sentido, a cura tradicional deu lugar à cura experimental, indo de encontro aos princípios religiosos, que defendiam que a cura se dava pela remissão dos pecados. Nesse caso, as concepções racionais se opunham às providenciais ou mágicas, defendendo que “a doença tem uma causa, que deve ser atacada para se obter uma cura.”<sup>363</sup>

Sebastião Gomes de Carvalho, assim como outros encarregados das artes de curar,<sup>364</sup> possivelmente, deve ter tido contato com médicos e outros cirurgiões que conheciam e desenvolviam essas práticas no exercício de suas funções. Muitos dos encarregados das artes de curar, ao chegarem na América portuguesa, devido à precariedade das condições de atuação recorriam àquilo que estivesse ao seu alcance no intuito de tratar e curar seu paciente. Em

---

<sup>360</sup> Idem, p. 46.

<sup>361</sup> SEVALHO, 1993.

<sup>362</sup> REIS, 2009, p. 13-14.

<sup>363</sup> MICHEAU, 1985, p. 63.

<sup>364</sup> No seu *Erário Mineral*, Luís Gomes Ferreira também faz uso dos astros e dos meios ocultos para justificar o agravamento de doenças, ou, então, no tratamento, como quando sugere, no caso de gota-coral (epilepsia, cfe. BLUTEAU, 1789, p. 664), que uma menina virgem ponha a mão sobre o enfermo, que logo recobrará a consciência. (FURTADO, 2002, p. 434).

contato com as culturas nativas e africanas, os cirurgiões acabavam promovendo uma síntese “entre saberes e práticas curativas” que já dominavam, como nos dá a entender Carla B. S. Almeida,<sup>365</sup> com aqueles próprios da população que passavam a atender.<sup>366</sup>

Como procuramos demonstrar, tanto a formação de um cirurgião quanto sua atuação profissional no Reino ou nos territórios coloniais nos possibilitam compreender quais suas concepções de saúde e de doença, as teorias com as quais estavam familiarizados e, inclusive, empregavam, bem como as adaptações que foram necessárias no exercício prático de seu ofício. No próximo tópico, nos deteremos especificamente nos primeiros anos de atuação de Sebastião Gomes de Carvalho como cirurgião no Rio Grande de São Pedro, destacando e discutindo as condições que encontrou para exercer o ofício para o qual foi nomeado, tanto no presídio, que contava com hospital e botica, quanto fora dele.

### **2.3 Na “Terra do muitos” as medicinas são diferentes, as cirurgias são iguais.**

Como já citado, a chegada de Silva Paes à barra do Rio Grande, em fevereiro de 1737), e a fundação do aquartelamento possuíam objetivos claros em relação à ocupação do território e ao apoio que deveria ser dado à Colônia do Sacramento. Para que a empreitada obtivesse o sucesso esperado, era necessário que o povoamento crescesse e se fortalecesse, bem como as localidades circunvizinhas à região mais povoada. A chegada de um cirurgião fazia parte da assistência aos colonos e soldados como uma motivação para que aqui permanecessem.

O clima de verão à época da fundação do presídio e a farta caça silvestre encontrada por Silva Paes<sup>367</sup> logo deram lugar a um cotidiano marcado por muito

---

<sup>365</sup> Carla B. S. Almeida considera que o convívio entre licenciados, diplomados e aqueles que somente sangravam favoreceu as trocas entre saberes e tornou esses oficiais de cura referências do conhecimento da medicina colonial. (ALMEIDA, 2008, p. 35).

<sup>366</sup> CERTEAU, 1998, p. 39.

<sup>367</sup> CESAR, 1981, p. 103.

vento e umidade. A chegada do outono já havia trazido muita chuva, enchendo os charcos e banhados da região, dando uma mostra do que seria o inverno naquelas paragens. Em setembro, na entrada da primavera, o Mestre-de-Campo, André Coutinho, substituto de Silva Paes, já havia passado por situações que o levaram a descrever a região como a “terra dos muitos.”

Com três anos de prática como cirurgião no Reino e com licença para atuar, Sebastião Gomes de Carvalho trazia consigo não só conhecimento técnico e teorias médico-cirúrgicas, mas também imagens construídas, a partir de relatos, sobre a região na qual viria a atuar.<sup>368</sup> Vale lembrar que a América portuguesa estava associada ao clima tropical, em função do maior contato com o Nordeste e o Norte da colônia, o que nos leva a supor que desconhecesse totalmente as condições climáticas do extremo sul. É, por isso, bastante provável que, assim como os soldados e colonos, tenha sentido os impactos das mudanças climáticas e se ressentido das condições de vida no presídio. Sabe-se que, desde sua chegada, participou da estruturação administrativa do presídio, sendo que em dezembro de 1737 assumiu a responsabilidade do hospital.<sup>369</sup>

Ao iniciar sua atuação como cirurgião, Gomes de Carvalho encontrou uma tropa com fome e com frio, vivendo em um ambiente úmido e convivendo com um vento que atravessava as precárias vestimentas dos soldados.<sup>370</sup> Diante disto, pode-se, inclusive, questionar as condições do hospital e da botica que tinha à sua disposição. Vejamos os requisitos necessários para esta atuação:

José da Silva Paes, Brigadeiro de Infantaria dos Exércitos de S. M., e Comandante das tropas que se acham no Rio Grande São Pedro pelo mesmo Senhor e etc., Porquanto se necessita de

---

<sup>368</sup> Em nossa pesquisa não encontramos indícios de que Sebastião Gomes de Carvalho tivesse estado na América, anteriormente. Nem mesmo na Colônia do Sacramento.

<sup>369</sup> Portaria do Brigadeiro José da Silva Paes dando ordens para que o Tesoureiro da Expedição assistisse o hospital em tudo que fosse preciso. Sendo passado, por inventário, toda sua estrutura ao cirurgião e seus enfermeiros. (AHRGS, 1977, p. 51).

<sup>370</sup> Assim como o soldo atrasava anos, também a entrega ou reposição de fardamento costumava atrasar. E, como nos lembra Paulo Possamai, ao falar sobre a Colônia do Sacramento, as fardas eram de péssima qualidade. Confeccionadas para regiões de clima quente, como o Rio de Janeiro, eram feitas de linho, ao que António Pedro de Vasconcelos, governador da Colônia de Sacramento, reclamava que deveriam ser de lã. (POSSAMAI, 2006, p. 213).

cirurgião para o presídio e povoadores do Rio Grande de São Pedro, e que haja de se prover em sujeito que possa satisfazer bem as obrigações do dito emprego e assistência do hospital: nomeio para que haja de servir o dito lugar de cirurgião a Sebastião Gomes de Carvalho, por me constar ser aprovado e ter os requisitos de que se necessita para bem o servir, o qual vencerá dez mil réis de soldo por mês, além do mantimento com que se lhe deve assistir como a qualquer soldado daquela guarnição. O Comissário da Expedição lhe fará seu assento na Primeira Plana para ser socorrido como aos mais. Rio da Prata, vinte e cinco de dezembro de mil setecentos trinta e seis anos. [...].<sup>371</sup>

De acordo com a provisão, cabia ao cirurgião nomeado o cuidado dos militares, e, também dos povoadores do Rio Grande de São Pedro, ampliando-se sua atuação para fora do aquartelamento e, conseqüentemente, sua rede de relações para além dos oficiais e soldados encarregados do presídio. Chama-nos atenção o fato de que Gomes de Carvalho foi também nomeado para administrar o hospital e a botica, ultrapassando, portanto, as atividades práticas próprias de um cirurgião.<sup>372</sup>

Embora, possamos supor que, pela possibilidade de se deslocar para fora do aquartelamento, Gomes de Carvalho tenha tido oportunidade de contato com outros agentes de cura e com remédios utilizados pelos colonos, não encontramos registros de que o licenciado tenha incrementado sua botica com remédios de uso local. Em algumas partes da colônia, devido à dificuldade de instalar boticas, os administradores destinavam uma verba aos boticários para que providenciassem remédios, sendo plausível supor que alguns cirurgiões se dedicassem também ao preparo de mezinhas, a fim de obter outros rendimentos

---

<sup>371</sup> Registro de provisão passada ao cirurgião Sebastião Gomes de Carvalho, nomeando-o cirurgião do presídio e povoadores. (AHRGS, 1977, p. 44,45).

<sup>372</sup> Leandro Carvalho Damascena Neto, em sua tese de doutorado, *As "Artes De Curar" nos Guayazes - O Real Hospital Militar de Vila Boa (c.1770 - c.1827)*, aponta que a administração do hospital, assim como a botica e curativos, enfim, a "assistência e curativos dos soldados enfermos e feridos", eram arrematados por terceiros. (DAMASCENA NETO, 2019, p. 55). Não encontramos na documentação consultada qualquer indício de que isto tenha ocorrido na Vila de Rio Grande. Pelo contrário, na portaria que instituía o cirurgião como responsável (AHRGS, 1977, p. 51), o Tesoureiro da Expedição era responsável pelo provimento do hospital, estabelecendo-se um controle oficial sobre a movimentação financeira.



e de suprirem a falta de um encarregado na região.<sup>373</sup> Neste caso, deve-se lembrar que as dificuldades de acesso à barra impediam a chegada de provisões durante o inverno. Portanto, é bastante plausível que o licenciado, em alguma medida, tenha feito uso dos remédios empregados pelos populares, já mesclados por saberes e práticas nativas, em suas terapêuticas.

Por certo, Gomes de Carvalho não pôde limitar-se a atuar exclusivamente nas funções próprias de um cirurgião. Devido ao frio e à umidade, eram frequentes as doenças relacionadas ao cardiorrespiratório. Aos precários fardamentos, aos corpos molhados e açoitados pelo vento, à moral baixa da tropa, se somavam a fome, os maus-tratos e castigos, a melancolia e a saudade de casa, contribuía para o surgimento das doenças.<sup>374</sup> Se, para Chernoviz, a melancolia “é funesta aos tísicos”,<sup>375</sup> para o médico William Cullen (1710-1790), a melancolia resultava de um desequilíbrio do cérebro, que projetava sensações de excitação e colapso em diversas partes do cérebro. Dentre as suas diferentes manifestações estava a de “amar veemente”, que levava à formulação de um “julgamento [que] está perturbado, porém sem febre ou coma.”<sup>376</sup> Nesse sentido, talvez melancolia tenha sido motivo para que o pároco dos Campos de Viamão registrasse a causa mortis de Paulo Caetano de Souza, em 1754, como “paixão sufocada”.<sup>377</sup> Agravada pela falta de condições, a melancolia pode ser considerada muito mais uma causa do que uma doença propriamente dita, podendo alterar a nutrição e contribuir para “lesões orgânicas, taes como o cancro, a tísica, a aneurisma.”<sup>378</sup>

Mas, de toda sorte, convém pensar as doenças a partir da ocupação do espaço no Continente de São Pedro. E, nesse sentido, os deslocamentos de

---

<sup>373</sup> Da mesma forma Antonio Pedro de Vasconcelos, governador da Colônia do Sacramento, havia autorizado o boticário João Pedro Freire a vender seus próprios remédios, por estarem estragados os que havia recebido do Rio de Janeiro. (POSSAMAI, 2006, p. 215).

<sup>374</sup> Bernardino Ramazzini afirma que o desejo de voltar para casa era uma das causas de muitas mortes, atacando a todos indistintamente, soldados e nobres. A tristeza de uma morte iminente gerava uma tristeza que interferia nas suas atividades. (RAMAZZINI, 2016, p. 222).

<sup>375</sup> CHERNOVIZ, 1890, p. 1096. Rafael Bluteau por sua vez, faz um rápido registro, usando a melancolia como sinônimo de tristeza. (BLUTEAU, 1789, p. 70).

<sup>376</sup> CORDÁS; EMILIO, 2017, p. 100-104.

<sup>377</sup> RESGATE DE FONTES PAROQUIAIS...FI, 18; Termo, 76.

<sup>378</sup> CHERNOVIZ, 1890, p. 590

colonos e soldados, destes últimos em especial, são condutores de inúmeras doenças.<sup>379</sup> Por certo, o cirurgião estava familiarizado com as moléstias que costumeiramente afetavam as tropas, assim como as causas que s promoviam devido às condições a que eram submetidos os soldados. De fato, “febres, disenterias, inflamações, esquinências, tosses, tosses convulsivas, reumatismos, inflamações dos olhos, catarros, pleurises, peripneumonia, inflamações nos rins”,<sup>380</sup> entre outras, faziam parte da rotina dos soldados no século XVIII.

No caso do Continente de São Pedro, o Brigadeiro Silva Paes, um dos maiores incentivadores da ocupação e comandante da expedição que fundou o presídio Jesus Maria José, pode ter sido o causador da disseminação de uma doença, que, se não havia entre os soldados, passou a existir de forma muito acentuada.<sup>381</sup> Ao trazer mulheres galicadas para a região, ele acaba por comprometer a saúde de toda a população, não apenas dos soldados. Na documentação que consultamos, há menção a baixas de soldados e a muitos pedidos transferência para outras regiões, sob a alegação de que necessitavam de tratamento. Este é o caso do cabo-de-esquadra de Dragões, Viríssimo Dias Ferreira, que demandou que o cirurgião atestasse a necessidade real da transferência, que assim se manifestou:

[O militar] se acha com uma queixa grave, além de outras que o acompanham, cuja é um tumor obstruto na região do ventre, parte lateral esquerda, que lhe dá grande moléstia, como também uns flatos na região do peito, que gravemente o molestam; e padecer atualmente umas dores gálicas, para o que tem tomado os remédios que me parecem convenientes, sem alcançar fruto algum, e carece tomar azougue, o que nesta terra se não pode fazer, tanto pelo desabrido do país, como por outros inconvenientes.<sup>382</sup>

---

<sup>379</sup> WITTER, 2005, s/n.

<sup>380</sup> DILLMANN, ALVES, TORRES, 2016, p. 362

<sup>381</sup> Ao analisar mais atentamente o discurso do Brigadeiro, Nikelen Witter diz que afirmar que a região possuía o melhor clima da América foi uma tentativa de Silva Paes de diferenciar o clima ao sul de Laguna do restante do Brasil Colônia e de aproximá-lo da Europa, mais precisamente de Portugal. (WITTER, 2005, s/n).

<sup>382</sup> Registro do requerimento que fez o Cabo de Dragões Viríssimo Dias Ferreira, para o que nele se declara em 23/05/1742. (AHRGS, 1977, p. 165-166).

Como se depreende da citação, não havia remédios adequados para o tratamento do morbo gálico (sífilis), e Gomes de Carvalho nos informa que já havia utilizado outros remédios, que lhe “parecem convenientes”,<sup>383</sup> mostrando que ele conhecia alternativas para a moléstia.<sup>384</sup> No entanto, julgava o cirurgião que o paciente necessitava era de azougue (Mercúrio) para o seu tratamento,<sup>385</sup> remédio indisponível no presídio. Cabe ressaltar que, ao mencioná-lo, o licenciado Gomes de Carvalho evidencia sua identificação aos procedimentos terapêuticos europeus, que empregavam o mercúrio no tratamento dos sífilíticos.<sup>386</sup>

Há, ainda, uma outra passagem na qual Gomes de Carvalho afirma que a cura desta enfermidade não se concretizava pelo “desabrido do país”. Para Raphael Bluteau, *desabrido* pode se referir a “Tempo chuvoso, frio [...]”, portanto, uma clara referência ao clima do Continente de São Pedro durante o outono e o inverno. Aventando-se a possibilidade de o cirurgião ter tido contato,

---

<sup>383</sup> Temos que considerar que não necessariamente poderia ser um medicamento para cura da sífilis. Poderia muito bem ser um procedimento para as consequências dessa doença.

<sup>384</sup> Poderia ser uma referência a alguma planta medicinal, conhecida pelos indígenas. Exemplo disso temos o guaiaco, muito usado no tratamento da sífilis, mas que, segundo Moisés Bertoni, “[...] *nunca pudieron sanar la verdadera sífilis, ni en Europa ni aquí, ni producir siquiera una curación aparente.*” O autor ainda afirma que o guaiaco e o Palo Santo poderiam ser usados com sucesso no tratamento de alguns sintomas da sífilis, como, diarreias, blenorragia ou úlceras. BERTONI, 2008, p. 29. De qualquer forma, Chernoviz ainda indica a salsaparrilha, o próprio guaiaco, sene, aniz, mel de abelhas. Todos como ingredientes de xaropes indicados, principalmente, para as consequências da sífilis. (CHERNOVIZ, 1890, p. 1039). A origem da sífilis também é motivo de debate. Uma corrente defende que a doença surgiu no continente americano e foi levada para Europa. Cristina Gurgel traz um registro de Gonzalo Fernández de Oviedo (1478-1557), onde este relata ao rei o comportamento da doença entre os nativos na América. Segundo o cronista espanhol, “*Puede vuestra Magestad tener por cierto que aquesta enfermedad vino de las Índias, y es muy común a los indios, peros no pelograssa tanto en aquellas partes como en estas.*” Fracastoro (1478-1553), possivelmente se guiou para nesse discurso para defender esta corrente. Gurgel concorda com Moisés Bertoni, afirmando que é possível que se reportasse a uma outra doença, talvez o “*pian*”. (GURGEL, 2010, p. 78-80) Já Bertoni dedica um capítulo para discutir a origem e afirma que “*Es imposible que la sífilis, si hubiese existido desse muy antiguo en América, y aun fuese enfermedad americana, no hubiese desde antiguo contagiado a todo el continente.*” Encerra dizendo que o próprio Oviedo reconhece que “*los nombres europeos de la sífilis son demasiado antiguos*” e que “*en Europa ya existía antes de descubrimiento de América una peste contagiosa de origen venéreo*”. (BERTONI, 2008, p. 36).

<sup>385</sup> Pedro Chernoviz garante que não havia melhor remédio para sífilis do que o mercúrio. Segundo ele, “*nada está tão bem provado como a eficácia do mercúrio no maior número das moléstias venéreas.*” E, se empregado com cuidado, “*deve merecer toda a confiança, e que é o mais seguro meio contra a sífilis.*” (CHERNOVIZ, 1890, p. 416).

<sup>386</sup> CHERNOVIZ, 1890, p. 1037.

durante sua formação ou, então, durante seu período de atuação no presídio com alguma obra de medicina que tratasse da sífilis, recorreremos às obras que compunham a biblioteca do Brigadeiro Silva Paes, que o nomeou para a função. Entre os livros que a integravam está *Cirurgia Anatomica...*, de M. Le Clere, que, ao tratar da sífilis, reforça que “A primavera, & o verão são os tempos idôneos para a cura deste mal”,<sup>387</sup> reforçando a percepção de Gomes de Carvalho que o tempo frio e chuvoso não eram favoráveis para o tratamento do gálico.

Vale lembrar que, em seu empenho em colonizar o Continente de São Pedro, o Brigadeiro recorreu ao recrutamento forçado, aumentando o efetivo da tropa com homens jovens e solteiros.<sup>388</sup> Visando à contenção dos ímpetos da juventude e contrariedades que poderiam culminar em revolta, ele promoveu a vinda de “mulheres desimpedidas”, mesmo que *galicadas*,<sup>389</sup> para conviver e, quiçá, construir família no Rio Grande.<sup>390</sup> Em seu discurso, o Brigadeiro não só viria a enaltecer a importância destas duas medidas para o sucesso da ocupação, como lembrava ao Prior de Chaves, Duarte Pereira Chaves, o bem que havia feito ao Rio de Janeiro.<sup>391</sup> No caso do Continente, a decisão de Silva Paes foi nociva, na medida em que, ao promover a vinda de mulheres doentes, favoreceu a disseminação da sífilis entre os soldados, ocasionando mortes e desligamento das tropas. Como se pode observar no gráfico abaixo (Figura 9), houve um significativo aumento de óbitos no ano de 1739, apenas dois anos após a chegada dos primeiros colonos e soldados, o que pode ter sido causado pela vinda de mulheres *galicadas* e de novos soldados já adoentados. É plausível também supor que o primeiro inverno que colonos e soldados passaram no Continente, o de 1737, tenha sido, talvez, o que mais danos tenha

---

<sup>387</sup> LE CLERE, 1715, p. 187.

<sup>388</sup> RODRIGUES, 1954, p. 33.

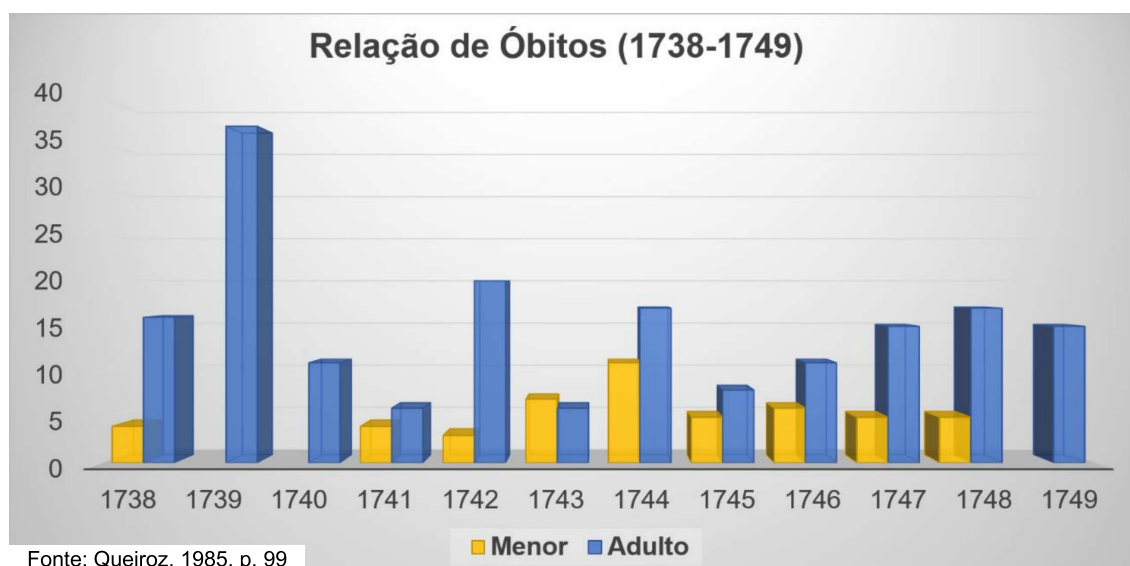
<sup>389</sup> Idem, p. 36.

<sup>390</sup> Maria Luiza Bertulini Queiróz afirma que o envio dessas pessoas para o Rio Grande constituiu “um dos elementos de sustentação do sistema de povoamento do presídio.” Para ela, o contingente estacionado na região e longe de uma substituição, como súditos, precisavam ter suas mulheres. (QUEIROZ, 1985, p. 80).

<sup>391</sup> Paulo Possamai destaca uma correspondência entre Gomes Freire e Martinho de Mendonça, governador de Minas Gerais, onde o segundo reconhece que o serviço militar permitia se livrar de elementos indesejáveis à sociedade e que sempre enviará “alguns recruta que servirão mais para limpar esta capitania que para socorrer a outra”. (POSSAMAI, 2006, p. 182).

trazido à saúde, devido às dificuldades de ambientação, à falta de estrutura dos alojamentos e à falta de alimentos. Infelizmente, não temos acesso a todos os registros paroquiais<sup>392</sup>, o que impede a elucidação das *causas mortis* nas primeiras décadas do século XVIII. Não temos, também, como especificar quantos destes óbitos referem-se a soldados e quantos não. De qualquer forma, consideramos importante ressaltar que, em 1744, a população do presídio era composta de 1400 pessoas, sendo a metade de soldados.<sup>393</sup> E, ainda, que, se a taxa de óbitos em 1744 foi de 2%, isto é, 28 mortes (11 menores<sup>394</sup> e 17 adultos), é possível considerar que a taxa de mortalidade deve ter sido muito maior, uma vez que, em 1739, a população era, com certeza, menor do que em 1744.<sup>395</sup>

**Fig. 9: Relação de óbitos na Vila de Rio Grande entre 1738-1749**



De qualquer forma, os anos de 1739 e 1742 foram os anos em que houve mais mortes. (Figura 9). No ano de 1739, como já mencionado, decorridos apenas dois anos da fundação do presídio, houve o pedido de nomeação de mais um cirurgião para o presídio do Rio Grande de São Pedro,<sup>396</sup> o que pode

<sup>392</sup> QUEIROZ, 1985, p. 97-98.

<sup>393</sup> DILLMANN, ALVES, TORRES, 2016. p. 356; QUEIROZ, 1985, p. 96.

<sup>394</sup> Para aqueles que possuem idade calculada ou declarada até 10 anos.

<sup>395</sup> M.L.B. Queiroz não cita a população total, apenas a quantidade de 171 casais (146 entre brancos, índios e forros, e, 27 não identificados). (QUEIROZ, 1985, p. 97. Tabela 1).

<sup>396</sup> Requerimento do cirurgião Agostinho da Rocha Pereira ao rei [D. João V], solicitando provisão para ocupar o posto de cirurgião-mor do Presídio do Rio Grande de São Pedro. (AHU\_CU\_RIO GRANDE DO SUL, Cx. 1, D. 37).

ter decorrido tanto pelo aumento do contingente de soldados e dos casos de enfermidades decorrentes dos combates e das péssimas condições nas quais eles viviam.

Notadamente a sífilis não dependia do clima para se disseminar, e os ambientes nos quais viviam os soldados já eram propícios para as doenças. No entanto, a reclamação sobre o clima era um constante nos pedidos de tratamento da doença. Este é o caso do sargento Francisco Fernandes Lima que, por se sentir “enfermo e galicado” e “por nesta terra não poder tomar a cura necessária para o achaque que padece, tanto pelo desabrido dela como pela incapacidade das casas”, também solicitou “ir para terra donde não tenha esses inconvenientes”, isto é, o Rio de Janeiro, que oferecia “a cura necessária”.<sup>397</sup> Se, por um lado, vemos novamente a menção ao desabrido da região, por outro, constatamos que o Rio de Janeiro é referido como dotado de um clima propício e com condições para o tratamento. Ao destacar a “incapacidade das casas”, Francisco poderia estar se referindo tanto às péssimas condições dos abrigos em que viviam os soldados, quanto à falta de um hospital adequado, de remédios e outras formas de cura. Vale lembrar que, no ano de sua petição, ocorreu a Revolta dos Dragões – já citada anteriormente –, sendo que uma das denúncias feitas pelos militares foi justamente a situação crítica em que se encontrava o hospital e o descaso em relação aos soldados doentes, dentre os quais havia também sifilíticos.

Mas os pedidos de licença por parte dos militares podiam decorrer de problemas familiares, dos maus tratos e da não adaptação, que gerava saudade e, por consequência, enfermidades.<sup>398</sup> E era na condição de doentes que eram remetidos ao Rio de Janeiro, sendo que a grande maioria já se restabelecia durante a viagem. Há que se ressaltar que os governadores não podiam licenciar soldados e oficiais, sem autorização real. Nos casos do Sargento-mor Manuel

---

<sup>397</sup> Registro de requerimento que fez o Sargento Francisco Fernandes Lima para seis meses de licença. (AHRGS, 1977, p. 176-177).

<sup>398</sup> Mauro Dillmann, Francisco das Neves Alves e Luiz Henrique Torres, salientam que o recrutamento compulsório era utilizado como motivação para retornar a sua região. (DILLMANN, ALVES, TORRES, 2016, p. 363).

de Barros Guedes Madureira e do Capitão de cavalos Francisco Antônio Cardoso de Menezes e Sousa, as licenças, sem recebimento de soldo, para tratamento no Reino, foram concedidas pelo rei. O Sargento-mor do Regimento de Dragões Manuel de Barros Guedes Madureira adquiriu graves achaques em Rio Grande, e, por não haver médicos em toda a região, foi autorizado que retornasse a Portugal.<sup>399</sup> E, estando no Reino já por um ano e sem esperança de cura, o rei D. João concedeu ao Sargento-mor, mais um ano de tratamento. Nas duas licenças foram juntadas as assinaturas dos conselheiros do Conselho Ultramarino.<sup>400</sup>

Já o Capitão de cavalos do Regimento do Rio Grande de São Pedro Francisco Antônio Cardoso de Menezes e Sousa havia ficado “gravemente enfermo pelo contínuo trabalho que tem tido na educação do dito Regimento e porque necessitava vir a este Reino a bem de sua saúde.”<sup>401</sup> D. João concedeu a ele licença por um ano, lembrando-o de que não receberia soldo no tempo que estivesse em tratamento. Novamente, os conselheiros do Conselho Ultramarino também assinam o documento. Nesse caso, diferentemente da anterior, a enfermidade decorreu do trabalho que vinha exercendo, depreendendo-se que possa ter relação com algum acidente ocorrido durante treinamento. É plausível supor que acidentes fossem comuns em treinamentos realizados em uma região por vezes pantanosa e cheia de alagados, e, por outras, arenosa. Some-se a isto, o fato de que os exercícios eram realizados por um grupo de soldados contrariados e pouco familiarizados, por exemplo, com o uso do cavalo e de armamentos, que originavam quedas ou acidentes mais graves que demandavam o atendimento por parte do licenciado.

Como visto anteriormente, o cirurgião se intitulava um anatomista, com condições, devido à sua formação, de atender acidentes bastante variados.

---

<sup>399</sup> Registro de uma provisão de licença do Sargento-mor Manuel de Barros Guedes Madureira. (AHRGS, 1977, p. 206).

<sup>400</sup> AHRGS, 1977, p. 219-220. Em 1749, D. João assina provisão de transferência em definitivo para a corte do Sargento-mor Manuel de Barros Guedes Madureira. (AHRGS, 1977, p. 246-247).

<sup>401</sup> Registo (sic) de uma provisão de licença de S. M. concedida ao Capitão Francisco Antônio Cardos de Sousa e Menezes. (sic). (AHRGS, 1977, p. 223-224).

Situações como a do Capitão Francisco parecem não ter sido usuais, sendo que pode-se supor que a maioria dos acidentados tenha sido tratada no hospital do presídio, não demandando a saída do aquartelamento para tratamento. Vale ressaltar que o fato de a documentação que consultamos ter dado destaque a esta petição decorre da obrigatoriedade da anuência real para o afastamento de um oficial e não necessariamente de ter sido o único caso de acidente tratado por Gomes de Carvalho.

Como já mencionado, pode-se supor que os soldados que compunham o Regimento de Dragões, provenientes do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco,<sup>402</sup> não estivessem familiarizados com o uso dos cavalos para deslocar-se a longas distâncias. Para cobrir as longas distâncias, espanhóis e nativos já faziam uso do cavalo e suas vantagens nos conflitos com os portugueses era evidente. A consciência quanto à importância de os soldados serem treinados levou Silva Paes a afirmar que “o ponto é criar gente de cavalo que saiba fazer o serviço como cá se costuma [...] eu procuro que todos saibam andar a cavalo, que é muito preciso [...]”.<sup>403</sup> O Brigadeiro chega, inclusive, a registrar que seu efetivo era muito reduzido, e que havia poucos animais, por volta de 2 mil, como pode-se observar nesta carta de 21 de junho de 1737:

não chegaram a 600 por todos, sem que por agora nos possamos valer dos potros, que esses são redomões e é preciso primeiro amansá-los, e muito mais para os nossos soldados que não são costumados a montar, por cuja razão estão caindo sempre que o fazem e as selas e arreios se fazem em pedaços não tendo aqui ainda mais que as precisas para os 60 dragões que há, pois somente trouxe 120 da Colônia [do Sacramento], das quais se proveram os oficiais que as não tinham, outras se quebraram e impossibilitariam outras, além das que são precisas para as rondas que se fazem de noite e nos postos avançados, que para tudo se deu destas, e só sobream 12 que quase estão

---

<sup>402</sup> “Por quanto S. M. é servido se crie neste porto e novo presídio um Regimento de Dragões e se elejam, dos destacamentos que aqui se acham, do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, os soldados que formem as Companhias.” Portaria do Brigadeiro Comandante José da Silva Paes para se formar os cadernos dos soldados dragões. (AHRGS, 1977, p. 53).

<sup>403</sup> FORTES, 1980, p. 91.



incapazes, e a não trazer eu um soldado da Bahia seleiro já não teria sela capaz de servir pela sua má qualidade.<sup>404</sup>

A citação nos traz informações valiosas sobre como se deu a organização do primeiro regimento, ressaltando que os soldados não possuíam destreza mínima para montar e, ainda, que os oficiais foram os primeiros a receber selas e arreios, reforçando a observância da hierarquia. Já aos soldados, couberam os materiais que não tinham mais condições adequadas para o uso, o que pode ter contribuído para a ocorrência de acidentes, entre os quais estariam luxações, deslocamentos, fraturas, entre outros.

Depois dos hematomas e arranhados, as deslocções deviam ser, sem dúvida, as mais comuns nas quedas dos cavalos. E o cirurgião, por sua vez, deveria estar atento ao tratamento mais adequado, pois um bom cirurgião, segundo Feliciano de Almeyda, devia ser um bom anatomista<sup>405</sup> e seu conhecimento a respeito era constantemente posto à prova. Na já referida obra *Cirurgia Anatomica por perguntas e respostas*, M. Le Clere descreve as duas etapas de uma deslocção: a violenta ou primitiva, derivada das “quedas, nas forças, & por pancadas”, e a lenta ou remota, resultado de “fluxoens, ou ajuntamentos insensíveis de humores entre as juntas, & sobre os ligamentos”. As primeiras estariam mais associadas, diretamente, aos acidentes ocorridos com o manuseio do animal, e requeriam, por parte do cirurgião, um bom conhecimento do corpo humano. Quanto ao tratamento posterior à colocação do osso deslocado ou fraturado no lugar, o cirurgião poderia optar pelo uso de plantas, como, por exemplo, de uma “fomentação feyta de rosas vermelhas, losna, alecrim, macella, hypericão, & musgo de carvalho cozidos em vinho tinto”,<sup>406</sup> bem como pelo uso de bandagens e ataduras. No caso de alguma inflamação, Gomes de Carvalho poderia usar panos molhados em aguardente

---

<sup>404</sup> FORTES, 1980, p. 92. O General Borges Fortes elenca uma outra situação que tem relação com a alimentação desses animais. Como vimos no primeiro capítulo desse trabalho, o fato de as guarnições estarem localizadas junto ao porto faziam com que estivessem desprovidas de uma vegetação mais adequada à alimentação dos cavalos, sendo que necessitavam se deslocar para locais mais distantes onde o pasto era mais abundante.

<sup>405</sup> Feliciano de Almeyda. *Cirurgia Reformada...* 1738, p. 3.

<sup>406</sup> LE CLERE, 1715, p. 199.

ou vinho tinto cozido.<sup>407</sup> No caso de uma deslocação mais complicada, Le Clere recomenda o uso de medicamentos químicos, tais como:

o espirito de tartaro preparado pela fermentação pelo tartaro, & seu proprio alcali; este he o melhor de todos, he necessario continuar o uso delle: o espirito volatil de ossos humanos he muyto efficaz, mas he necessario que precedão os remedios laxativos, & sudorificos apropriados conforme as circustancias: poderse-ha tambem applicar exteriormente o espirito de minhocas, prepara-se pela fermentação, & se applica na parte repetidas vezes, ou só, ou com o espirito de sal amoniaco.<sup>408</sup>

O autor alerta que se o osso não fosse repostado logo, criava-se um “coalho que impede de repor”, que poderia ser dissolvido com o uso de “*uma parte de oleo destillado de ossos humanos, duas partes de oleo de tartaro fetido, misture-se tudo, & se ponha por cima cal viva para destillar por huma retorta, & se somente a parte com este oleo.*”<sup>409</sup> Como acreditamos que, em algum momento do seu aprendizado, Gomes de Carvalho possa ter tido contato com a latroquímica e, também, com alguns dos livros que compuseram a biblioteca pessoal do Brigadeiro Silva Paes, ele deveria ter conhecimento das orientações e também dos medicamentos que deveriam ser aplicados. Também os deslocamentos do ombro, devido a giros bruscos durante a doma, deveriam ser frequentes. M. Le Clere os descreve da seguinte forma:

A cabeça do humerus cai ordinariamente no sovaco; o braço deslocado é mais comprido do que o outro, o acromion aparece por fora agudo, o antebraço se afasta das costas, & se não pode bolir sem grande dor.<sup>410</sup>

O autor recomenda que o paciente se sentasse em um banco baixo ou no chão, e que, enquanto o cirurgião segurasse o ombro do paciente, um ajudante, de joelhos, atrás do acidentado, deveria pegar o braço por cima do cotovelo e passá-lo entre as pernas do cirurgião. Na sequência, o cirurgião deveria puxar o

---

<sup>407</sup> idem, p. 200.

<sup>408</sup> ibidem, p. 202-203

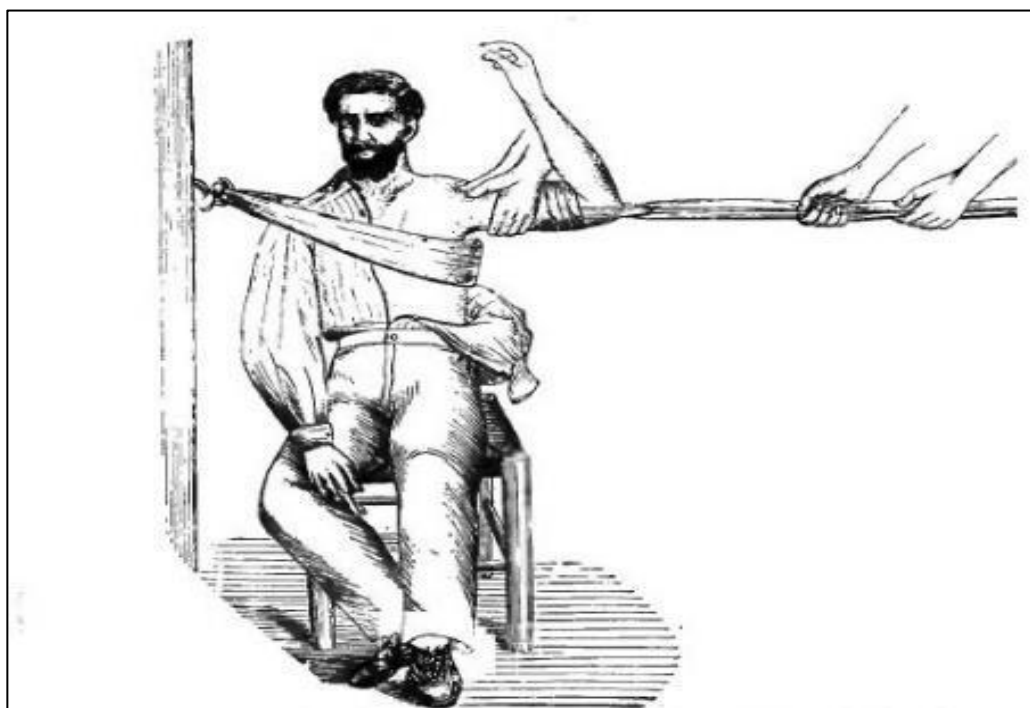
<sup>409</sup> Ibidem, p. 203

<sup>410</sup> ibidem, p. 318-319.

braço de forma a afastar a cabeça do osso do lugar em que se encontrava, encaixando no seu lugar de origem. Le Clere recomenda, ainda, o uso de ataduras e de aparelho,<sup>411</sup> caso fossem necessários.

Na Figura 10 temos um dos métodos indicados por Chernoviz, no século XIX, também indicando uma forma de recolocação do ombro no lugar.

**Fig. 10: Procedimento para recolocação de ombro no lugar**



FONTE: CHERNOVIZ, 1890, p. 831

Ao tratar das “doenças dos cavaleiros” em sua obra *De Morbis Artificum Diatriba* (1700), o médico Bernardino Ramazzini (1633-1714) lembra que “as sacudidelas tinham o poder de perverter toda a economia do corpo, das partes sólidas como das fluidas; todas as vísceras sacodem pela força do cavalo trotão, torpe e pesado.” Ramazzini, no caso, está se referindo a cavaleiros profissionais que possuíam técnica e habilidade mínima para a equitação, o que não parece ter sido o caso dos soldados aquartelados e que se encontravam sob os cuidados de Gomes de Carvalho. Ramazzini ainda reitera que “toda a massa

---

<sup>411</sup> Aparelho, aqui, se refere a algum artefato utilizado para auxiliar no processo de cura. Por exemplo, uma tala para uma fratura em algum membro do corpo; um tapa olho; uma proteção para a coluna, entre outros.

sanguínea se perturba, de cima para baixo, desviando-se do seu movimento normal”, do que resultavam as “fluxões” ou “estancamento de soro nas articulações, rupturas de vasos nos pulmões e rins, úlceras e varizes nas pernas, ao retardar-se o refluxo do sangue.” O autor acrescenta que nos domadores esse problema se agravava, pois era necessário manter-se “em tensão os músculos das coxas e das pernas, para não serem dobrados.”<sup>412</sup>

Mas se, por um lado, havia os que consideravam que a cavalgada constante poderia também tornar os homens impotentes e infecundos, outros, como Ramazzini, sugere que a atividade, que exigia constante fricção contra os órgãos genitais, podia ativar a libido. Já o hipismo calmo e moderado poderia, segundo ele, curar doenças crônicas e “impelir pequenos cálculos renais e provocar urina.” Já Tomás Sydenham, citado por Ramazzini, indicava a equitação para “desembaraçar obstruções do fígado e do baço, evitando a hidropisia.” O autor não deixa, contudo, de recomendar o uso de “faixas para que não se rompa ou afrouxe o peritônio pela excessiva equitação”, a fim de prevenir uma hérnia, e, ainda, de que se o “tórax, os rins, ou bexiga estão sofrendo alguma ruptura de vaso, suprima-se esse exercício, porque a esses órgãos nada prejudica mais do que a equitação”.<sup>413</sup>

Embora a documentação não faça referências a uma eventual participação dos nativos nos treinamentos dos soldados, é bastante plausível que estes, tanto pela sua proximidade com os portugueses quanto pela sua experiência no trato com o cavalo, tenham auxiliado os soldados em seus treinamentos.<sup>414</sup> Vale lembrar que, com a inserção do gado em sua alimentação, os Pampeanos (Minuano e Charrua) passaram de caçadores a pé a ginetes caçadores,<sup>415</sup> o que lhes deu uma grande habilidade, tanto no manuseio, quanto

---

<sup>412</sup> RAMAZZINI, 2016, p. 186.

<sup>413</sup> Idem, p. 187-188

<sup>414</sup> Para M. L. B. Queiroz, a entrada dos Minuano se dá a partir de 1749. (QUEIROZ, 1992, p. 9). Em 1750, uma portaria do Coronel Governador, Diogo Osório, ordena o encaminhamento de um contingente Minuano para a Estância do Bugerú (Bojuru) com direito a farinha e carne de S. M. (AHRGS, 1977, p. 258)

<sup>415</sup> BECKER, 1984, p. 35. Ítala Irene Basile Becker aponta que não é possível precisar o momento exato em que os nativos começaram usar o cavalo. No entanto, documentos usados pela pesquisadora indicam que no início do século XVII, os nativos já faziam uso do animal. (p. 35-

na doma, sendo que as caçadas, com o uso de boleadeiras dos potros redomões,<sup>416</sup> indicam conhecimento na domesticação. Em dezembro de 1737, Silva Paes encaminhou portaria que autorizava o pagamento de salários aos nativos, sendo que aqueles que tivessem algum ofício deveriam ganhar maior salário.<sup>417</sup> É plausível supor que o Brigadeiro, comprometido com o sucesso do projeto de colonização e, conseqüentemente com a qualificação das tropas, tenha, em algum momento, recorrido às habilidades dos nativos ginetes.

Havia, contudo, situações em que, mesmo tratado por vários cirurgiões, o doente não se curava. Este parece ter sido o caso do Cabo-de-esquadra Duarte Mendes, que, apesar de ter sido cuidado com “toda a diligência” por cirurgiões, por dez meses, não apresentou sinais de melhora. Ele solicita, então, ao Coronel Diogo Osório Cardoso, comandante da guarnição, sua liberação para o Rio de Janeiro, com o objetivo de tratar-se, para que, tão logo melhorasse, pudesse retornar ao serviço. A solicitação foi deferida pelo Coronel comandante que, ao final, observa que, se após um ano de licença não houvesse retorno ao serviço, deveria ser remetido outro em seu lugar para o presídio.

Para Ramazzini, a prática da medicina nos quartéis se via comprometida porque “nada de pior atrai aos acampamentos as falanges de doenças do que sua sordidez, pela descuidada limpeza dos soldados [...]”. Apesar de confessar que não possuía conhecimentos aprofundados sobre a vida militar, ele afirma ter sabido por outros “da gravíssima infecção que se apanha nos acampamentos, sobretudo no verão”, quando fica tudo empestado. A partir daí, “não é de

---

36). Ao citar Teschauer (1929) e Porto (1954), ela define os Minuano como “tribu ecuestre” de “cavaleiros inimitáveis”. (p. 97).

<sup>416</sup> No linguajar sulista significa o animal foi recentemente domado, mas que não está completamente manso. Diferente de “aporreado”, que é um cavalo que não aceitou ser domado ou “caborteiro”, animal não submisso, que reluta em cumprir certos comandos durante seu manuseio. (REDOMÃO. Verbete. *Mundo ecologia*. In: <https://www.mundoecologia.com.br> Acesso em 03 de julho de 2021). Mais informações sobre cavalo em: TEIXEIRA, Edilberto. *Dicionário Gaúcho do Cavalo*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

<sup>417</sup> AHRGS, 1977, p. 53. Esta portaria refere-se aos índios e brancos trazidos na “recondução” do Capitão João Távora. A portaria não especifica a origem desse contingente, mas Maria Luiza B. Queiroz informa que era um total de 102 indivíduos, provenientes das aldeias da região de São Paulo. (QUEIROZ, 1992, p. 8).

estranhar que daí surjam doenças peculiares aos castrenses a que se dão o nome especiais, requerendo tratamentos particulares.”<sup>418</sup>

Se as doenças provenientes de ferimentos de combate podiam ser consideradas como troféus aos combatentes, as que com mais frequência acometiam os soldados eram, segundo Ramazzini, a “febre maligna” e “disenteria”. Neste sentido, podemos trazer o que Antônio Nunes Ribeiro Sanches diz sobre a saúde dos soldados, em sua obra *Tratado da Conservação da saúde dos povos* (1756), vinculando suas considerações ao que ocorria entre os soldados aquartelados no presídio de Rio Grande no século XVIII.<sup>419</sup> Para Sanches, as doenças que afligiam as tropas provinham dos ares “embebidos de bafo, de ‘vapores do fumo’, da ‘transpiração da pele humana’, das ‘partículas das feridas’ e dos excrementos dos enfermos”, o que sugere a presença de pressupostos próprios da Teoria dos Miasmas.<sup>420</sup> Ramazzini, no início do XVIII, já havia identificado os miasmas como a maior causa das febres:

A causa próxima e imediata das febres malignas encontra-se no virulento miasma que penetra e se localiza na massa sanguínea, e a causa ocasional na prolongada permanência nos acampamentos, de cadáveres de homens e animais, como também seus excrementos, ainda não enterrados, possuindo, tudo isso, o grande poder de empestar o ar com danosas emanações e de levar suas partículas malignas aos escaninhos da vida. (...)

O ar infectado e corrompido hospeda a malignidade dos germens que criam e nutrem a febre dos castrenses, pois, se existe alguma doença à qual convenha o *quid divinum* de Hipócrates, a ela há de corresponder, máxime, as febres castrenses, assim como os remédios que devem ser aplicados.<sup>421</sup>

---

<sup>418</sup> RAMAZZINI, 2016, p. 218.

<sup>419</sup> DILLMANN, ALVES, TORRES, 2016, p. 362.

<sup>420</sup> Para uma melhor definição geral da Teoria dos Miasmas, fazemos uso do trabalho de Giovana Carla Mastromauro. Para ela, “acreditava-se serem os miasmas emanações nocivas invisíveis que corrompiam o ar e atacavam o corpo humano. Os miasmas seriam gerados pela sujeira encontrada nas cidades insalubres, e também por gases formados pela putrefação de cadáveres humanos e de animais.” (MASTROMAURO, 2011).

<sup>421</sup> RAMAZZINI, 2016, p. 219.

Assim, tanto as explicações dadas por Ramazzini, quanto por Ribeiro Sanches parecem respaldar não apenas os tratamentos que vieram a ser administrados por médicos e cirurgiões no século XVII, mas também as justificativas dadas pelos soldados em suas petições para tratamento no Rio de Janeiro ou no Reino, onde estariam não estariam sujeitos aos efeitos de uma região “desabrida”.

Quanto às disenterias, o próprio Brigadeiro Silva Paes, em carta ao seu amigo Martinho Mendonça de Proença e Pina, informa ter sido acometido por uma desinteria: “eu aqui tenho tido alguns intervalos, porém com caldo de Frango me acho bem [...]”,<sup>422</sup> sendo que podemos considerar que os “intervalos” que menciona sejam as frequentes evacuações provocadas pela doença. Em uma consulta a Chernoviz, constatamos que são várias as causas da disenteria, como:

**o uso de comidas indigestas; as carnes que tiverem sofrido uma fermentação pútrida, ou que procederem de animais doentes; as águas estagnadas e lodosas, a ingestão de substâncias impróprias à nutrição, as indigestões repetidas,** um simples erro de regime nos convalescentes, enfim, o abuso dos purgantes. [...] **emanações fétidas e infectas que se exalam das substâncias animais em putrefacção, ou que se levantam das dejeções alvinas de homens afetados de disenteria e reunidos em lugares estreitos, como prisões, hospitais e navios. A roupa molhada no corpo por algum tempo, o frio úmido, sobretudo nos pés, o sono ao ar durante a noite, a residência em lugares baixos e pantanosos,** tornam-se também causas de disenteria. Reina às vezes **debaixo da forma epidêmica; isto é, ataca grande número de indivíduos,** e principalmente quando existe grande calor com muita umidade: a sua causa é em tal caso a influência atmosférica.<sup>423</sup>

Em relação à passagem acima, iremos nos ater apenas às passagens grifadas, na medida em que permitem discutir as condições em que viviam os soldados e colonos de Rio Grande. Como visto no capítulo I deste trabalho, a base da alimentação dos soldados era farinha e água, portanto, pobre em frutas

---

<sup>422</sup> SILVA PAES, 1736 apud Cartas do Brigadeiro Silva Paes..., 1945, p. 23

<sup>423</sup> CHERNOVIZ, 1890, I, p. 887- 888. (Grifos nossos).

e legumes. Por conta do episódio da Revolta dos Dragões, sabe-se que consumiam milho e abóboras, mas, nesse caso, a reclamação foi porque era apenas esse o alimento. Não há dúvida de que uma dieta desprovida de outras vitaminas podia gerar sérios problemas intestinais e estomacais, sendo uma das que mais atingia soldados e colonos, indistintamente. Esta doença, no entanto, não demandou petições de transferência para tratamento em outros locais – com bons ares –, razão pela qual não a encontramos mencionada na documentação que analisamos.

Outro fator que contribuía para o aparecimento das disenterias estava relacionado com as formas empregadas na conservação da carne e de seu consumo. Embora o vinagre e o sal fossem utilizados para conservação dos alimentos,<sup>424</sup> a carne era, na maioria das vezes, consumida em um estado prejudicial à saúde [salgada ou, então, deteriorada] pelos soldados aquartelados. Para quem se encontrava fora do presídio, talvez houvesse a possibilidade de consumo de carne fresca, por meio da caça ou da pesca.

A divisão da carne, embora equânime na quantidade, observava a hierarquia militar e, possivelmente, social, quando se tratava dos colonos. Seguindo essa linha, o regimento do Mestre-de-Campo, André Coutinho é bastante claro, ao estabelecer que a distribuição fosse feita primeiro aos oficiais, “preferindo sempre os de maior caráter”, seguidos dos sacerdotes e também “se fará também menção do Cirurgião-mor e doentes a quem mandar [...]”.<sup>425</sup> A falta de rebanhos de gado e, conseqüentemente, a preocupação com a escassez de carne, se pode observar nesta determinação do Brigadeiro Sila Paes, de 1742: “não se mate rês sem que seja mui precisa.” Ele ordena também que fossem aproveitadas cabeças, fressuras e ainda parte do ventre” para alimentar escravos e peões.<sup>426</sup> Em relação aos casais de colonos, André Coutinho ressaltou tanto os altos custos para assisti-los com carne e farinha, quanto os que tinha para alimentar a tropa que os cuidava, decidindo que “se não dê ração

---

<sup>424</sup> GURGEL, 2010, p. 71.

<sup>425</sup> AHRGS, 1977, p. 99-100.

<sup>426</sup> Idem, p. 184.



de carne a mais pessoa alguma que aos oficiais de guerra e fazenda, sacerdotes e religiosos, soldados e índios”.<sup>427</sup>

Ao tratarmos da alimentação de colonos e soldados no Continente de São Pedro, cabe ressaltar que, no caso dos últimos, as despesas com alimentação eram descontadas de seus soldos, o que, inclusive, levou ao tabelamento dos alimentos e das armas no Rio de Janeiro, para evitar que os fornecedores abusassem dos preços dos mantimentos. De acordo com Paulo Possamai, no caso dos soldados instalados na Colônia do Sacramento “quase tudo que era descontado do soldo dos soldados e o que eventualmente sobrava, era destinado, a pagar dívidas com os comerciantes.”<sup>428</sup> Essa, no entanto, era apenas uma das dificuldades dos soldados, pois mesmo tendo condições de compra, havia o desabastecimento, que comprometia o consumo.<sup>429</sup>

Possamai lembra que no caso da Colônia de Sacramento, ao déficit nutricional se somavam os atrasos nos pagamentos, os maus-tratos e os problemas decorrentes das dificuldades de ambientação, razão pela qual cães, gatos, ratos e ervas silvestres compunham a dieta alimentar dos sitiados durante o cerco espanhol. Já as rações de carne, salgadas e, muitas vezes, putrefatas, eram reservadas para os doentes, o que, de forma alguma, melhoraria sua situação.<sup>430</sup> Tal situação não seria muito diferente em Rio Grande.

Se a situação dos soldados não era das melhores, para os colonos que vinham de além-mar, a vida no presídio foi, de certa forma, uma continuação das dificuldades enfrentadas durante a viagem, tais como a alimentação precária e insuficiente e doenças como tuberculose, sífilis, tifo, entre outras, que as acompanhariam na vida no Continente. Quanto à tuberculose, por mais que se

---

<sup>427</sup> Idem, p. 119.

<sup>428</sup> POSSAMAI, 2006, p. 207.

<sup>429</sup> As dificuldades de abastecimento, principalmente no inverno, podem ser associadas às poucas condições de navegabilidade na entrada da barra. No entanto, é devido a uma crise na Índia, entre 1737 e 1740, que obrigou Portugal a direcionar os recursos para aquela região. Deixando desassistido toda a região do Prata. O que ajuda explicar diversas ações – como a punição dos soldados desertores ficarem sem soldo – tomadas pela administração do Continente. (POSSAMAI, 2006, p. 185).

<sup>430</sup> POSSAMAI, 2006, p. 219.

possa associá-la à uma condição climática desfavorável, também a má alimentação podia causá-la, como nos lembra Chernoviz:

A má alimentação, insuficiente, a reunião de grande número de indivíduos num pequeno espaço, a respiração do ar impuro, a privação dos raios solares, a falta de exercício, as paixões tristes, os excessos de todo o gênero, são outras tantas causas que, atuando sobre um indivíduo predisposto á tísica, a produzem infalivelmente.<sup>431</sup>

O quadro 5 ilustra as várias causas das doenças que acometiam esses soldados e colonos. Embora fossem doenças comuns entre os passageiros das embarcações, as situações são muito semelhantes às encontradas em terra.

### Quadro 5: Doenças mais comuns a bordo das embarcações

Doenças que acometiam os que migravam		
Doença	Causas	Tratamentos
Escorbuto	Carência de vitamina C	Alimentos cítricos
Tétano	Grandes pesares; fadigas excessivas; vermes no intestino; indigestão; feridas graves;	Ópio; Chloral; éther sulfúrico; aguardente; tártara estibiado;
Tifo	Paixões tristes; aglomerações; miséria e desalinho; comidas insalubres; água corrompida;	Isolamento; Local limpo e arejado; Caldo de limão ou laranja, quina, almíscar, cânfora; galinha e carne de vaca;
Tuberculose	Frio úmido; Má alimentação; Aglomerações em pequenos espaços; Paixões tristes	Ar livre; Carnes assadas de vaca e carneiro; Vinho;
Morbo Gálico	Contato sexual; Contato de parte do corpo esfolada em área contaminada; amamentação; beijos; compartilhamento de utensílios como talheres ou copos;	Mercúrio; Iodureto de potássio; Salsaparrilha; sassafrás; guaiaco

FONTE: GURGEL, 2010; CHERNOVIZ, 1890.

Vale lembrar que os soldados estavam em constante deslocamento e, por isso, nem sempre podiam desfrutar de condições ideais de alimentação e acomodação. Cristina Gurgel afirma que a tuberculose, “conhecida como tísica [...] peste branca e mal do peito” se disseminou através do avanço de tropas.<sup>432</sup> No caso dos soldados recrutados à força no Sudeste e Nordeste, que se deslocaram para o extremo sul da América portuguesa, pode-se dizer que, se já não havia tísicos entre eles, as grandes variações climáticas a que foram

<sup>431</sup> CHERNOVIZ, 1890, p. 1095.

<sup>432</sup> GURGEL, 2010, p. 44.

expostos, com certeza, os predisuseram à doença. De acordo com Chernoviz, havia, ainda, as paixões tristes, que por não apresentarem sintomas aparentes, desencadeavam um processo em que a “melancolia, hypochondria, o hysticismo, que d'ellas [as paixões tristes] derivam alteram profundamente a nutrição, conduzem ao marasmo,” gerando lesões orgânicas que provocavam a doença.<sup>433</sup>

O gráfico Figura 9 (p.138) – que aponta para a quantidade de óbitos – permite considerar que a tuberculose, junto com a sífilis, era uma das maiores responsáveis pelo alto número de mortes, sendo que “a tísica segue às vezes uma marcha aguda, isto é, em vez de durar um ou dois anos, como acontece no maior número de casos, acaba em dois ou três meses, em um mês e até em menos tempo”, e em pessoas “chegadas ao período médio da vida”, os casos crônicos duram, comumente, dezoito meses a dois anos.<sup>434</sup> De acordo com Lycurgo Santos Filho, para uma plena aclimação, seriam necessários dois anos, portanto, considerando que as tropas desembarcaram no verão de 1737 e passaram o primeiro inverno sem qualquer tipo de estrutura, pode-se supor que as doenças tenham se manifestado dentro do período sugerido por Chernoviz.

Para além das petições de liberação para tratamento de doenças, o descontentamento com a situação vivida pelos soldados provocava fugas e deserções.<sup>435</sup> Segundo Christiane Figueiredo Pagano Mello, a forma violenta e vexatória de recrutar, a falta de pagamentos, a falta de alimentação, os constantes abusos no tratamento por parte dos governantes e a melancolia provocada pela saudade dos familiares faziam com que muitos desertassem. No caso das fugas, a maioria procurava retomar as vidas que levavam antes do recrutamento, contando, para isso, com redes de proteção. Para André Coutinho<sup>436</sup> os fugitivos e desertores eram protegidos por grupos contrários ao recrutamento que prestavam todo apoio ao desertor: “Huma das cousas, que

---

<sup>433</sup> CHERNOVIZ, 1890, I, p. 590.

<sup>434</sup> Idem, p. II, 1094.

<sup>435</sup> MELLO, 2006, p. 271.

<sup>436</sup> André Ribeiro Coutinho, substituto de Silva Paes no comando do presídio, foi autor da obra *Capitão de Infantaria Portuguez*. (Lisboa: Na Regia Officina SYILVIANA, 1751).

mais perturba, embaraça, e toma tempo nas facturas [recrutamento], e reconduções [dos desertores] são Frades, Clerigos, Conventos, e Casas de pessoas poderosas (...).<sup>437</sup>

Mas havia também outros tipos de petições, nas quais os soldados alegavam alguma pendência familiar<sup>438</sup>ou comercial.<sup>439</sup> As petições, dependendo do grau de necessidade determinado pela autoridade, previam o retorno no prazo de seis meses ou um ano.<sup>440</sup> As fugas, em caso de recondução, geravam punições que iam de retirada completa ou parcial do soldo até o castigo físico. De qualquer forma, a atuação do cirurgião junto às tropas pode ser observada nas certidões e declarações nas liberações motivadas por doença, podendo-se supor que seus conhecimentos viessem a ser também acionados após a aplicação de castigos nos soldados desertores.

A deserção, junto com as doenças, era muito comum nos exércitos no século XVII e, sobretudo, no século XVIII, considerando-se o projeto de expansão e consolidação das possessões portuguesas, trouxe ainda maiores prejuízos, que não se limitavam apenas à perda do soldado, mas ao investimento financeiro que havia sido feito na formação militar.<sup>441</sup> Com as preocupações financeiras sendo direcionadas ao Oriente, as verbas para pagamento dos soldos e manutenção dos soldados eram escassas, exigindo do administrador um controle financeiro muito grande e a contenção ou corte de gastos e investimentos que não tivessem retorno imediato. Nesse sentido, a retirada do

---

<sup>437</sup> COUTINHO, 1751 apud MELLO, 2006, p. 272)

<sup>438</sup> Registro do requerimento que fez Salvador Morais, soldado dragão, ao Coronel Governador. (AHRGS, 1977, p. 162). Algumas petições diziam respeito a saída não só de soldados, mas de colonos com toda sua família. (AHRGS, 1977, p. 147).

<sup>439</sup> Registro de uma provisão real e despacho de licença do Cabo José Inácio da Fonseca. (AHRGS, 1977, p. 199-191); O soldado Frutuoso José requeria ir ao Rio de Janeiro pois tinha uma loja aberta com alguns homens de negócio e seu irmão, que lhe dava assistência na sua ausência, veio a falecer. Solicitava seis meses para pagar e receber dívidas e para isso deixaria um escravo a substituí-lo. (AHRGS, 1977, p. 175-176); Ver também POSSAMAI, 2006, p. 176.

<sup>440</sup> A documentação ainda traz registro de escravos que substituíam o militar – como uma fiança – enquanto estivesse fora. Idem, p. 168.

<sup>441</sup> FOUCAULT, 2014, p. 178.

soldo de um militar que desertasse era o primeiro procedimento. O segundo era o castigo físico através dos “*tratos de polé*” ou dos grilhões presos ao tornozelo.

O objetivo do castigo era causar uma dor tão intensa que desmotivasse o militar a tentar fugir novamente. E, obviamente, sua aplicação deveria servir de exemplo aos demais. No caso da *polé*, a queda brusca deslocava os membros, o cirurgião, como já mencionado, seria acionado para colocar os membros deslocados no lugar. Mas o mais temido castigo era, sem dúvida, aquele que implicava se deslocar com grilhões presos ao tornozelo. Em uma região de terreno arenoso, acidentado devido à grande quantidade de pedras ou, então, alagadiço, pode-se supor que o grilhão potencializasse o surgimento de feridas no tornozelo e, possivelmente, da gangrena.

A gangrena era, em alguma medida, comum nos ferimentos decorrentes dos combates. Chama a atenção, no entanto, o fato de que na documentação não tenhamos encontrado pedidos de licença para tratamentos de doenças ou ferimentos causados pelos combates. É bem verdade que não há registros de grandes batalhas na região no período abrangido por este trabalho, mas escaramuças e encontros eventuais com o inimigo deviam ser constantes. Esta constatação, contudo, parece justificar a afirmação de Gomes Freire de que os soldados sucumbiam mais pelas doenças do que na peleia.

### **2.3.1 Nas “boticas da natureza”, as soluções para cura.**

Como já mencionado, foram inúmeras as dificuldades encontradas pelos colonos e soldados nos primeiros anos de instalação do presídio, colocando à prova o projeto de ocupação desenhado por Silva Paes e aprovado pelos seus superiores. Dentre as maiores dificuldades encontradas estiveram as doenças, trazidas de outras regiões da colônia ou do Reino ou, então, adquiridas devido ao ambiente inóspito. Para contornar seus sintomas ou para tratá-las, colonos e soldados precisaram recorrer a remédios que a própria natureza se encarregou de criar, devido à falta de assistência e de medicamentos.

Mesmo que se considere que Sebastião Gomes de Carvalho, ao ter sido encarregado da administração do hospital, tenha podido contar com “boticas, camas e todas as suas pertencas para darem conta delas”, e que ao Tesoureiro cabia “assistir com tudo o que for preciso para a assistência do hospital”,<sup>442</sup> devemos lembrar que as dificuldades de acesso à barra impossibilitavam o abastecimento e a manutenção dessa estrutura prevista nas orientações metropolitanas.

Como já referido, nas petições que localizamos a falta de remédios foi constantemente usada pelos soldados como argumento para a solicitação do retorno às suas praças de origem. Em alguns momentos, a falta de médicos foi também mencionada pelo próprio cirurgião em certidões de comprovação de doenças. É o que pode ser observado na petição encaminhada pelo Capitão Antônio Gonçalves dos Anjos ao Governador André Coutinho, na qual solicitou que fosse enviado, com sua família, para o Rio de Janeiro.<sup>443</sup> Dos Anjos argumenta que se encontrava no presídio, sem ônus para a Fazenda, acompanhado de sua família, e que sua esposa, doente, não encontrava tratamento na região. O capitão reitera que o Governador deveria dar atenção “à principal causa das moléstias que padece sua mulher a que aqui se não dá remédio”. A petição foi deferida pelo Comissário de Mostras, e, para tanto, muito deve ter contribuído a certidão emitida pelo cirurgião, que é reproduzida abaixo:

Sebastião Gomes de Carvalho, cirurgião aprovado com exercício no Hospital Real, Certifico que a mulher do Suplicante, por nome D. Antonia de Moraes, padece continuamente moléstias, tanto de erisipela<sup>444</sup> universais, como também

---

<sup>442</sup> AHRGS, 1977, p. 51.

<sup>443</sup> Registro do requerimento que fez o Capitão Antônio Gonçalves dos Anjos. (AHRGS, 1977, p. 141-143).

<sup>444</sup> ERISIPELA: “Inflamação produzida de sangue extravasado entre a cútis, e carne.” Bluteau ainda acrescenta o verbete ERISIPELATOSO: “que participa da erisipela v.g., tumor.” (BLUTEAU, 1789, Tomo I, p. 525). Indo na mesma direção, Chernoviz acrescenta tipos de Erisipela. “Inflamação da pele, caracterizada pela cor vermelha, inchação e dor da parte afetada. [...] A erisipela é quase sempre precedida ou acompanhada de um incomodo geral. Os fenômenos gerais que se notam são os da [...], dor de cabeça, [...], e febre.” Entre os tipos de erisipela elencados por Chernoviz, a do rosto é “a mais grave de todas, as pálpebras ficam inchadas, os olhos fechados e lagrimosos, o nariz e os beiços inchados, as orelhas rubras e luzidias. A inflamação pode propagar-se até ao cérebro e ocasionar modorra, delírio e os outros sintomas de febre cerebral. (CHERNOVIZ, 1890, Tomo I, p. 1000-1001).

moléstias nos olhos continuamente, procedido tudo de um parto infeliz que teve, de que lhe não ficou lúbrico o seu ordinário; e padece continuamente dores de cabeça que lhe dão grande moléstia; e como **os ares do país sejam nocivos em razão do muito salitre que neles se acha**, como também **a falta de médico para sua assistência, carece mudar de clima mais temperado aonde se achem todos os requisitos necessários** que se precisam para a cura de tão grandes queixas. Passa o referido na verdade pelo juramento dos Santos Evangelhos. Porto do Rio Grande de São Pedro, 5 de agosto de mil setecentos e quarenta. Sebastião Gomes de Carvalho.<sup>445</sup>

As passagens que destacamos em negrito na certidão apontam, mais uma vez, o clima como responsável, não pela doença, mas pelo agravamento do estado de saúde da doente. Em uma delas, o cirurgião declara que não havia médicos e sugere a mudança da paciente para um lugar, não só com o melhor clima, mas também “onde se achem todos os requisitos necessários.” Se, nas Minas Gerais, os cirurgiões, licenciados ou aprovados, substituíam os médicos,<sup>446</sup> pode-se supor que, no caso de Rio Grande, o cirurgião também tenha assumido, quando necessário, esta função. Nesse caso, pode-se inferir que ele não tenha querido atuar como médico ou, então, que tivesse já recorrido a todos os medicamentos disponíveis e que havia obtido sucesso. Não deve-se, contudo, desconsiderar que tratava-se de uma declaração oficial, inserida em uma solicitação de autorização de saída do presídio, e que, por isso, Gomes de Carvalho deve ter respeitado a hierarquia dos ofícios das artes de curar. Isto, no entanto, não significa, necessariamente, que ele não tenha adotado outros procedimentos.

Para o tratamento da erisipela, o médico francês, M. Le Clere, sugere, no seu *Cirurgia Anatômica por perguntas e respostas*, de 1715, que se usasse “do diaforético mineral, de olhos caranguejos, de calças de ovos, de pós víboras”. Ou, “água de flor de sabugo quatro onças, de sal volátil de víboras, ou de ponta de veado um escrúpulo, de xarope de papoulas uma onça.”<sup>447</sup> Já Chernoviz, no

---

<sup>445</sup> AHRGS, 1977, p. 143. (Grifos nossos).

<sup>446</sup> ALMEIDA, 2008, p. 32-33.

<sup>447</sup> LE CLERE, 1715, p. 127-128.

século XIX, sugere alguns ainda mais complexos,<sup>448</sup> que, pode-se supor, eram usualmente utilizados no tratamento.

No caso do presídio Jesus Maria José, em função da nomeação de um cirurgião e da existência de um hospital e de uma botica, pode-se supor que os primeiros procedimentos adotados por Gomes de Carvalho tenham sido os fundamentados nas teorias europeias. A privação de medicamentos, no entanto, pode tê-lo levado a agir como Amédée François Frézier, engenheiro militar francês que aportou em Santa Catarina, em 1712, e informou que a população já tinha conhecimento que o melhor remédio para o “mal do bicho” era colocar “no assento um pequeno limão azedo ou um emplastro de pólvora diluída na água”.<sup>449</sup>

Considerando-se as petições que analisamos, a menção à falta de remédios nos leva a refletir sobre como se dava o abastecimento da botica do presídio, tanto pelas autoridades, quanto através de possíveis doações.<sup>450</sup> A partir da documentação consultada, constata-se que ela não era abastecida adequadamente, quer pelas dificuldades de acesso e demora do transporte, quer pela qualidade dos remédios que vinham da Europa. Sendo assim, pode-se supor que a botica contasse com mezinhas que resultavam da troca de conhecimento entre nativos e europeus e de práticas curativas costumeiras entre soldados e colonos.

Nessa perspectiva, pode-se também aventar que o colono, principalmente aquele que se instalou em regiões mais afastadas do porto, tenha, a fim de tratar

---

<sup>448</sup> “A erisipela do rosto, se for benigna, deve ser abandonada a si mesma, limitando-se o doente à dieta e às bebidas refrigerantes: mas se for acompanhada de dor de cabeça intensa, de delírio e outros sintomas cerebrais, cumpre administrar 5 centigramas de tártaro emético em 500 gramas d'água, bebidas laxantes, como a infusão de polpa de tamarindos, ou a solução de 30 gramas de cremor de tártaro em água fria.” (CHERNOVIZ, 1890, Tomo I, p. 1003).

<sup>449</sup> Ilha de Santa Catarina – Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX, 1979, p. 19. Mal de bicho era também conhecido como maculo. Para Chernoviz, era uma doença semelhante à disenteria, e que decorria da falta de higiene. Ele, assim como Frézier, recomenda que o limão, ao ser introduzido no ânus, fosse “descascado e polvilhado com pólvora e pimenta.” (CHERNOVIZ, 1890, p. 349).

<sup>450</sup> O soldado Antônio Soares necessita ir ao Rio de Janeiro para receber de um irmão, “professo na arte de boticário de que o Suplicante [Antônio Soares] também usa”, a doação de uma botica, para, “por conta de ambos”, beneficiar a povoação. (AHRGS, 1977, p. 207).



de suas moléstias, recorrido a práticas próprias de uma medicina doméstica europeia combinada com indicações dos nativos quanto às propriedades medicinais de certas plantas e ervas.<sup>451</sup> Mas também as guarnições que ficavam mais afastadas do presídio, como a Guarda do Taim ou a Guarda de São Miguel, ou, então, os soldados que eram peões na Fazenda Bojuru, para onde ia o gado e a cavalhada de El-rei, recorriam aos saberes populares e nativos, uma vez que não contavam com um cirurgião permanente. Assim, diante do pavor provocado pelo ataque de um animal peçonhento, valia mais o saber imediato, resultante da observação empírica, do que aquele que chegaria tarde demais, após vários dias de espera por atendimento.<sup>452</sup>

Por estarem já habituados às matas do Nordeste e Sudeste, os colonos vindos de outras regiões da América portuguesa adaptaram-se mais facilmente que os casais de açorianos. Mesmo assim, foram necessárias adaptações e o convívio com outros saberes e práticas, sobretudo com aqueles que já vinham sendo empregadas pelos nativos, quer eles tivessem sido reduzidos ou não pelos missionários da Companhia de Jesus. Os colonos que se embrenharam pela Pampa – aqui como uma região fitogeográfica – logo constataram que a natureza era distinta daquela da Mata Atlântica, e que sua sobrevivência dependia dos conhecimentos locais, tanto em termos de alimentação, quanto de saúde.<sup>453</sup>

A maior dificuldade em evidenciar o papel desempenhado pelos saberes nativos nas artes de curar no Continente de São Pedro nas primeiras décadas do século XVIII decorre da ausência de menções diretas a eles na documentação oficial que consultamos. Cabe, também, ressaltar que em fontes produzidas por padres ou viajantes ilustrados, as práticas curativas nativas são alvo, na maioria

---

<sup>451</sup> De acordo com a pesquisadora Ítala Irene B. Becker, alguns xamãs Charrua, para além do conhecimento sobre as plantas, diziam também ter poder de fazer chover e provocar tormentas. (BECKER, 1984, p. 153).

<sup>452</sup> Carlos Alberto Cunha Miranda explica que o uso da sucção pelos pajés “tenha a sua origem na observação do comportamento dos animais que lambem suas feridas e lesões provocadas por causas diversas.” (MIRANDA, 2017, p. 200).

<sup>453</sup> Marcos Cueto e Steven Palmer citam, inclusive, uma carta de Hernán Cortés, na qual informa ao rei que não seria necessário o envio de mais médicos, pois os curandeiros indígenas estavam cuidando bem deles. (CUETO, PALMER, 2016, p. 21).

das vezes, de condenação e identificação com a barbárie, esvaziadas de sua aplicação efetiva no tratamento de certas enfermidades.

Não deve-se, no entanto, desconsiderar a importância que alguns irmãos e padres jesuítas tiveram na sistematização dos saberes dos indígenas junto aos quais missionaram e que pode ser observada nos receituários que escreveram e nos herbários e boticas que mantiveram nos seus colégios e nas reduções. O irmão jesuíta Pedro Montenegro, por exemplo, menciona em sua obra *Materia Medica Misionera*,<sup>454</sup> que a corticeira, além de ser hipnótica, era utilizada para “ansiedade, insônia, problemas hepáticos, dor estomacal, dor de dente, hemorroidas, cistite, infertilidade feminina” e outras doenças mencionadas pelo religioso. Vale lembrar que os jesuítas não dedicavam-se exclusivamente ao atendimento dos indígenas enfermos, mas a todos que buscassem suas boticas e enfermarias, tendo também acompanhado milícias de indígenas que se dirigiam aos confrontos na Colônia de Sacramento para atender, como enfermeiros e cirurgiões, os soldados e a população que vivia na área em litígio.

Tendo em vista o contato e o conhecimento das virtudes medicinais da flora local, plantas como o maracujá, que era usado, principalmente como calmante, contra as febres e problemas renais,<sup>455</sup> e o Guembé (Imbé), que era utilizado tanto no tratamento do reumatismo e problemas digestivos, quanto como antídoto em casos de picadas por diversos animais,<sup>456</sup> deviam ser largamente empregadas no atendimento dos enfermos. Informações sobre como amenizar sintomas ou curar certas enfermidades circulavam entre reduções, colégios e estâncias, espaços nos quais conviviam índios de diferentes etnias.

Mas também a fauna tinha suas utilidades no tratamento de enfermos, como se pode observar no gambá,<sup>457</sup> que era “dotado de virtudes admiráveis”.

---

<sup>454</sup> A obra de Pedro de Montenegro foi escrita em 1710, tem 458 páginas com mais 148 desenhos de plantas feitos à mão. Ver mais em FLECK, 2014.

<sup>455</sup> Idem, p. 511.

<sup>456</sup> FLECK, 2014, p. 507.

<sup>457</sup> Duas espécies possuem habitat no RS, o *Didelphis paraguayensis* e o *Didelphis aurita*. Animal que faz parte do tradicionalismo gaúcho, muito confundido com o zorrilho. Mais informações ver: <https://www.ufrgs.br/faunadigitalrs/>.

Sua cauda, não usada na alimentação, se preparada adequadamente, podia ser aproveitada em mezinhas indicadas para as “doenças de rins”, visando à expulsão das pedras, nas cólicas e, também, para gerar leite, e, “se mastigada, curava espinhas” e “acelerava os partos”.<sup>458</sup> Como já mencionado no capítulo anterior, o gambá era uma espécie bastante abundante no Continente de São Pedro e pode-se considerar bastante plausível que tenha sido usado nas práticas curativas adotadas no Rio Grande do Setecentos. A banha de alguns animais, principalmente de cobras, também era indicada para reumatismo, constituindo-se em conhecimento que os sertanistas que adentravam as matas possuíam e que pode ter sido repassado tanto aos colonos do Sudeste que migraram para o Continente, quanto aos soldados que foram enviados à força para garantir a segurança da região. Vale lembrar que o couro da anta, pela sua dureza e difícil penetração, era usado para confecção de escudos e roupas que funcionavam como armaduras,<sup>459</sup> protegendo seus usuários, dentre eles os sertanistas, de estocadas e flechadas nos combates. Também a anta podia ser encontrada em várias regiões do Rio Grande de São Pedro<sup>460</sup> e, possivelmente, sua utilização tenha sido uma contribuição dos indígenas que vieram de São Paulo para o aquartelamento,<sup>461</sup> quanto dos bandeirantes que se dirigiram à região em busca de indígenas para apresar desde o século XVII.<sup>462</sup> Outros animais ainda forneciam garras, dentes pontiagudos, bicos etc., material que poderia ter sido perfeitamente usado nas sangrias, na falta de lancetas.

Neste capítulo, procuramos mostrar que, devido, sobretudo, às características climáticas da região e ao precário abastecimento de medicamentos, as doenças demandaram o acionamento de outro conhecimento e de outras práticas, distantes dos pressupostos teóricos acadêmicos europeus. Também procuramos mostrar como as doenças que acometiam os soldados

---

<sup>458</sup> HOLANDA, 1956, p. 82

<sup>459</sup> HOLANDA, 1956, p. 75

<sup>460</sup> A Anta, (*Tapirus Terrestris*), também conhecida como “Tapir”, possui seu habitat em florestas e próximo a banhados. É um animal que habitava todo o RS. Hoje é encontrado somente no Parque do Turvo, noroeste do estado. Mais informações ver: <https://www.ufrgs.br/faunadigitalrs/>.

<sup>461</sup> QUEIROZ, 1992, p. 3; MARQUES, 2016, p. 28.

<sup>462</sup> Sérgio Buarque de Holanda sugere que, “[...] é provável que [o couro da anta] encontrasse igual acolhida em outros lugares do Brasil [...]” (HOLANDA, 1956, p. 76).

interferiram na administração do aquartelamento, a ponto de mobilizar petições e declarações por parte do cirurgião nomeado para atendê-los. Às doenças que geravam pedidos de transferência para realização de tratamento no Rio de Janeiro ou no Reino, somavam-se enfermidades resultantes dos treinamentos, das tentativas de fuga e dos castigos aplicados como punição aos desertores, que deveriam ser tratadas pelo cirurgião, dadas as especificidades deste ofício das artes de curar. Neste sentido, abordamos, também, a formação do cirurgião Sebastião Gomes de Carvalho, descrevendo tanto as teorias médicas vigentes no período, quanto aquelas que fundamentavam esta profissão no século XVIII. Ressaltamos que, apesar do avanço desencadeado pelo movimento Iluminista, a medicina e a cirurgia ainda se encontravam, no caso de Portugal, especificamente, presas a conhecimentos mágico-religiosos e astrológicos bem como a práticas próprias da medicina doméstica, aproximando-os, muitas vezes, de sangradores e curandeiros não formados.

Procuramos também apontar para a plausível e, talvez, inevitável, porque necessária, adaptação à realidade do Continente de São Pedro por parte dos soldados, colonos e dos próprios encarregados de atender os enfermos, como o cirurgião Gomes de Carvalho. Para tanto, muito devem ter contribuído as práticas de cura que já vinham sendo adotadas pelos soldados e colonos que migraram e os contatos com os nativos, tanto aqueles já convertidos, quanto aqueles que realizavam comércio ou trocas com os que viviam no aquartelamento ou fora dele, como no caso das guarnições mais afastadas.

No próximo capítulo, nos detemos de forma mais aprofundada na trajetória do cirurgião Sebastião Gomes de Carvalho, apontando para suas particularidades, considerando as de outros cirurgiões que atuaram na América portuguesa no Setecentos, e procurando desvendar as estratégias que adotou para sua ascensão social na sociedade rio-grandina.

## CAPÍTULO 3

### 3. UM CIRURGIÃO NO EXTREMO SUL: ATUAÇÃO E PROJEÇÃO SOCIAL.

[...] quisemos introduzir, no próprio campo da história das mentalidades, a história das massas, dos anônimos, em suma dos que jamais puderam dar-se ao luxo de uma confissão [...].<sup>463</sup>

Esse capítulo tem por meta discutir a influência que o ambiente social exerceu sobre certas decisões tomadas por Sebastião Gomes de Carvalho em alguns momentos de sua trajetória. A documentação consultada revelou que o cirurgião Gomes de Carvalho participou do processo de crescimento da Vila de Rio Grande,<sup>464</sup> atuando como comerciante, sendo muito plausível supor que tenha também se dedicado ao contrabando. A manutenção de duas ou mais atividades, além da primeira, não era novidade na colônia. E, no caso do cirurgião, elas acabaram por levá-lo à política e asseguram o patrimônio de sua família até sua morte em 1783.

Considerando-se a estrutura social riograndina como uma reprodução de uma sociedade do Antigo Regime, na qual as relações forçosamente precisaram se adaptar para que, diante das incertezas do desabastecimento e do abandono político, pudessem sobreviver, pode-se afirmar que, nela, a forma de pensar e de estabelecer relações visava atender muito mais os interesses locais do que, por exemplo, as orientações régias. Pensar o cirurgião como um excluído, em função de seu ofício mecânico, e à margem da sociedade riograndina pela sua condição é bastante plausível,<sup>465</sup> no entanto, deixá-lo fora das questões relevantes que a caracterizavam seria desconhecer o quanto esta mesma sociedade possibilitou que formasse um patrimônio familiar e, conseqüentemente, alcançasse ascensão social. Deve-se levar, também, em conta que a região era, na sua essência, bem como na sua constituição, estritamente militar. A elite dessa sociedade provinha de uma organização militar

---

<sup>463</sup> VOVELLE, 1985 apud LEVI, 2006, p. 174.

<sup>464</sup> "Em geral já paróquia, uma povoação, para ser elevada ou conseguir fazer-se elevar a vila, tinham as [seguintes] características usuais [...]: o ajuntamento desigual e esparso de casas em torno de um pequeno templo." (MARX, 1991, p. 62).

<sup>465</sup> HESPANHA, 2007, p. 16.

que, mesmo com seus costumes e ideais, admitia no seu círculo “indivíduos de origem portuguesa, que se destacavam, via de regra, pelo sucesso nos negócios.”<sup>466</sup> Sebastião Gomes de Carvalho será um destes indivíduos, que ascendeu socialmente exercendo outras atividades que não as próprias das artes de curar. Nos próximos tópicos abordaremos esta questão, destacando as estratégias utilizadas pelo cirurgião para projetar-se na sociedade rio-grandina.

### **3.1 O Cirurgião como homem de negócios: Relações mercantis na fronteira**

Para identificarmos as estratégias empregadas por Gomes de Carvalho, deve-se considerar tanto as características do ambiente do extremo sul da América portuguesa, no qual o cirurgião passou a atuar após sua nomeação, quanto o contexto social, marcado por normas e convenções. Embora os fatores ambientais e sociais representem certa rigidez, imutável em sua concepção, em função da não interferência do sujeito, eles servem de estofo para a construção social de uma trajetória.<sup>467</sup> Na compreensão de Giovanni Levi, pode-se afirmar que o sujeito não interfere no contexto, mas que ele acompanha sua evolução, moldando suas possíveis estratégias. Além disso, para o estudo de uma trajetória e das eventuais estratégias orientadas para a ascensão social adotadas por um indivíduo, não devemos considerar que ele se relaciona com o ambiente social e físico de forma previamente definida. Afinal, ele é um sujeito reativo, que formula suas ações, adaptando-as à conjuntura na qual se encontra inserido.<sup>468</sup> Isto implica reconhecer que não se pode pensar na ascensão comercial do cirurgião fora da vida social.<sup>469</sup>

A despeito de os indícios documentais demonstrarem que o cirurgião integrava o grupo de decisão das ações administrativas do presídio, isto não significa que tivesse protagonismo nessas decisões. Sendo assim, cabem os questionamentos: qual a relevância, então, de se conhecer um sujeito de uma classe social segregada pelo uso mecânico de suas atribuições? Esta particular

---

<sup>466</sup> KÜHN, 2014, p. 200-201.

<sup>467</sup> LEVI, 2006, p. 176

<sup>468</sup> BOURDIEU, 2006.

<sup>469</sup> SAMPAIO, 2014, p. 190.

condição definiu as decisões tomadas pelo cirurgião Sebastião Gomes de Carvalho, levando-o a dedicar-se a outras ocupações?

Carlo Ginzburg nos instiga a não deixar no anonimato o indivíduo, independentemente de sua classe social, o que significa que não deve-se condená-lo ao silêncio. Pois, de acordo com ele, mesmo “um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo – e justamente por isso representativo –, pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social [...]”<sup>470</sup> Embora Gomes de Carvalho não se insira na categoria de “indivíduo medíocre”, e o interesse esteja condicionado a sua atuação como cirurgião, o que se busca na reconstituição de sua trajetória, é dar voz a um indivíduo que, mesmo diante de uma série de fatores normativos e hierárquicos próprios de uma sociedade estamental, se inseriu na elite da sociedade rio-grandina.

Como já abordado em capítulo anterior, as condições climáticas da região não só favoreceram o isolamento – e uma sensação de abandono – e a disseminação de certas doenças, como interferiram na composição populacional dessa sociedade. No caso de Rio Grande, essas condições podem ter sido determinantes para a autonomia administrativa e, conseqüentemente, a formação social da elite riograndina. A distância do poder central era agravada pelas péssimas condições de acesso à barra, e, em razão disso, as ordens emanadas da metrópole, vindas por mar, demoravam a chegar.<sup>471</sup> Em muitos casos, as decisões locais eram informadas às autoridades e apenas referendadas por elas.<sup>472</sup> A própria ocupação do território teria se dado sob a

---

<sup>470</sup> GUINZBURG, 2006, p. 20.

<sup>471</sup> Esse tempo, segundo Arno Wehling, pode ser denominado de “tempo administrativo”. De acordo com este autor, “A representação dos interesses municipais de forma epistolar ou presencial envolvia lapsos temporais que incluíam deliberação local, deslocamento para as cidades portuárias (quando vilas ou cidades do interior), aguardo do transporte (da frota, quando fosse o caso), viagem marítima, deliberação e despacho em órgão ou órgãos metropolitanos e torna-viagem. O recebimento de determinações regias envolvia o mesmo circuito, exceto o primeiro aspecto. Isso significava em torno de um ano e meio, não havendo maiores percalços. A paralisia e as soluções heterodoxas eram a consequência natural desse ritmo temporal.” (WEHLING, 2018, p. 66).

<sup>472</sup> Esta situação pode ser exemplificada na Revolta dos Dragões, de 1742, quando Silva Paes concordou em dar perdão aos revoltosos. Decisão que foi, posteriormente, referendada por Gomes Freire. Em uma outra conjuntura, talvez a punição fosse bastante rigorosa, principalmente à liderança. No entanto, a necessidade de se manter uma unidade social sólida,

égide mercantilista que, justificada pela exploração aurífera das Minas Gerais, deveria, prioritariamente, assegurar a segurança da região, reiteradamente acossada pelos espanhóis, e controlar o abate de gado para comercialização do couro, do que, necessariamente, explorar a região em busca de riquezas rápidas para atender os interesses da Coroa. Nesse sentido, a presença do Estado, “incipiente, certamente em função da incerteza reinante”,<sup>473</sup> se deu mais pelas vias fiscalizatórias do que propriamente pela institucionalização de órgãos estatais.<sup>474</sup>

Neste sentido, as decisões, ao serem tomadas conforme a necessidade local, acalmavam as elites coloniais e davam uma aparência de paz social. Vale lembrar que Gomes Freire justificou seus trinta anos no poder (1733-1763) como necessários para a manutenção dessa conjuntura.<sup>475</sup> Marcia Eckert Miranda, por sua vez, alertou que “deve-se ter em conta o caráter personalista da administração e da função pública nesta época.”<sup>476</sup> De acordo com ela, muitos cargos tiveram suas atribuições delimitadas através de regimentos ou instruções emitidas em anexo às provisões de seus ocupantes”, que poderiam ser “fornecidas por meio de consultas a órgãos metropolitanos como o Conselho Ultramarino e a Mesa da Consciência e Ordens”.<sup>477</sup>

A administração do Brasil Meridional se distancia daquela praticada no restante da América Portuguesa,<sup>478</sup> no sentido de manter, em alguma medida,

---

pelo menos na aparência, em cumprimento ao projeto de ocupação, fez com que o perdão fosse confirmado, com algumas exceções. (AHRGS, 1977, p. 156-160).

<sup>473</sup> KÜHN, 2014, p. 17.

<sup>474</sup> Marcia Eckert Miranda pontua que “a inexistência de produtos coloniais que se integrassem às relações de comércio internacionais e da importância estratégica da região, determinou a criação de órgãos específicos de arrecadação tributária (inexistente nas demais regiões) e de uma estrutura administrativa peculiar, cronologicamente defasada em relação a outras capitânicas do Brasil”. (MIRANDA, 2000, p. 20-21). Arno Wehling destaca ainda um terceiro ponto de poder – o religioso – que, muito provavelmente, não se impôs, devido ao caráter militar da ocupação. (WEHLING, 2018, p. 67).

<sup>475</sup> Em sua dissertação de mestrado para UFRJ, Victor Hugo Abril destaca as relações entre três governadores, entre eles Gomes Freire, e as elites locais. Discute as estratégias utilizadas para conciliar os diversos interesses envolvidos. (ABRIL, 2010).

<sup>476</sup> MIRANDA, 2000, p. 21.

<sup>477</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>478</sup> Arno Wehling relativiza o poder local, afirmando que estas nuances devem ser vistas pelas diferenças de tempo e espaço. A administração metropolitana, ora, era a melhor opção para uma política centralizada, sufocando-se as funções locais, ora, era a descentralização que



certo protagonismo em relação ao centro da colônia. A possibilidade de seus governantes poderem tomar decisões administrativas mais localizadas conformou uma elite com características próprias que se acostumou a receber vantagens dentro do âmbito regional. Sabe-se que através das “provisões” e “regimentos”, o governante poderia prover um cargo ou função e depois submetê-la aos superiores, sendo que o nomeado ficaria na função pelo menos até a autoridade superior negar ou confirmar. Em 1736, uma dessas provisões estabeleceu que Sebastião Gomes de Carvalho atuaria como cirurgião da guarnição e dos povoadores do Rio Grande de São Pedro.

É preciso, também, considerar que muitas dessas nomeações pudessem estar atendendo a interesses locais mais do que à necessidade implícita na demanda por tal ocupação. Por certo, uma nomeação fazia parte das ações que construía as novas relações hierárquicas, mesmo que informais, dentro da sociedade local. Débora Cristina Alves, ao discutir a sociedade do Antigo Regime, define-a “como um sistema em que os indivíduos estariam imersos em relações pactadas, de arranjos e trocas constantes.” Ela reforça o sentido dado a essas “negociações”, ao afirmar que esses pactos eram carregados de expectativas que organizavam as redes e, conseqüentemente, a sociedade.<sup>479</sup> Antonio Carlos Jucá Sampaio, por sua vez, pontua que os homens que intermediavam e protagonizavam esse comércio estavam longe de serem apenas comerciantes e suas redes sociais puramente mercantis, na medida em que objetivavam relações sociais mais amplas com alianças que interferiam, em alguns casos, na evolução da sociedade.<sup>480</sup> Essas negociações partiam, necessariamente, da Câmara que intermediava as necessidades locais com o poder metropolitano. De acordo com Fábio Kühn, as Câmaras eram espaços cobiçados por habilitarem seus ocupantes a discutirem com a política do reino. E, ao mediar as demandas locais, se constituíam em centros de poder dentro

---

priorizava as tomadas de decisões, alguns casos, ignorando-se as orientações metropolitanas. (WEHLING, 2018, p. 62).

<sup>479</sup> ALVES, 2016, p. 154.

<sup>480</sup> SAMPAIO, 2014, p. 190

das relações sociais, deixando claro que “a centralidade dos cargos camarários não era apenas “espaço de distinção e hierarquização dos colonos”.<sup>481</sup>

Embora, administrativamente, a sociedade do Rio Grande de São Pedro no Setecentos possuísse inúmeras distorções em relação ao restante da colônia, a concepção de mundo trazida mantinha-se firme nas tradições e costumes do Antigo Regime. Vindos das ilhas ou do continente, essa população criou “uma sociedade dita colonial com o universo mental e cultural que lhes era próprio.” Ou seja, não abandonaram as concepções próprias que a caracterizavam como uma sociedade do Antigo Regime. Cabe ressaltar que a sociedade da América Portuguesa foi pensada a partir de “conjuntos de valores e sistemas de regras vindas da Europa: a concepção corporativa da sociedade.”<sup>482</sup> Fragoso e Gouvêa ainda lembram que “a concepção de corporação pressupõe a autonomia do poder local”.<sup>483</sup> E esse poder representava o refúgio para as elites locais, na mesma medida em que “o exercício do poder político local dava vazão às reivindicações das comunidades ou de setores privilegiados”, o refúgio se dava a partir de uma visão do conselho como “espaço de resistência às imposições do poder central.”<sup>484</sup>

A partir desta ampla caracterização sobre o funcionamento de uma sociedade no Antigo Regime, já podemos definir a sociedade rio-grandina como aquela que oscilou entre as normas próprias do período e os ares de modernidade *pré-Iluminista* trazidos pelos administradores. No caso do Rio Grande, vale lembrar, que a elite não era composta por nobres, mas por membros de uma burguesia, o que, por si só, já o diferencia do restante da Colônia, onde, em sua maioria, ela era composta por nobres, enquanto que no Brasil meridional destacava-se uma elite militar.<sup>485</sup>

---

<sup>481</sup> KÜHN, 2014, p. 195

<sup>482</sup> FRAGOSO, GOUVÊA, 2010, p. 14-16

<sup>483</sup> Idem, Ibidem

<sup>484</sup> KÜHN, 2014, p. 194.

<sup>485</sup> Lembrando que o governador Silva Paes não era nobre e que sua ascensão ocorrerá em função de serviços públicos e atuações militares de êxito.

Sebastião Gomes de Carvalho, filho de Manuel Gomes de Carvalho e Maria Madalena Gomes de Carvalho, nasceu em Santarém (Capital do distrito que leva o mesmo nome), Portugal, em uma família que não parece ter origem nobre, mas parece ter desfrutado de uma boa condição financeira, o que possibilitou que ele cursasse cirurgia no Hospital de Todos-os-Santos, em Lisboa. Cabe lembrar que o curso de cirurgião tinha duração de três anos e que após este período de formação Gomes de Carvalho deveria desempenhar o ofício para que pudesse sobreviver na capital do reino. Esta conjuntura permite inserir o cirurgião numa condição de membro da burguesia portuguesa, o que dava a ele condições para ascender socialmente.

Durante sua formação em Lisboa, Gomes de Carvalho, muito possivelmente, deve ter tomado contato, nos espaços de sociabilidade que frequentou, com um pensamento que começava a dominar a Europa, determinando uma nova concepção de ver o mundo. Nesse sentido, Mary Louise Pratt nos lembra que, para além dos primeiros influxos do Iluminismo, o desenvolvimento científico que aflorou no século XVIII, juntamente com os relatos de expedições científicas enviadas à América, permitiram a construção de um imaginário que sustentou a noção da superioridade europeia. Frente à necessidade de se firmar como uma representação de poder sobre o que era trazido do restante do mundo, a Europa buscou na ciência uma forma de organizar o mundo de maneira que sua centralidade se justificasse. A classificação Linneana para as espécies passou a determinar um cartesianismo social que permitiu ao europeu se estabelecer como, hierarquicamente, superior à natureza, na medida em que compreendia que havia dado ordem ao caos. Sob esta perspectiva, o mundo era uma representação do conhecimento científico europeu.<sup>486</sup>

---

<sup>486</sup> PRATT, Mary Louise. Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. – Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 11-75

Antes mesmo de Lineu<sup>487</sup> propor uma catalogação hierárquica da natureza, a Europa já vivia, desde o século XVI, sob o imaginário natural do Novo Mundo. A prata espanhola já era do conhecimento de todos e, logo depois, o ouro saído do Brasil alimentava não só os sonhos de riqueza da Coroa portuguesa, mas também oferecia oportunidades de ascensão social para muitos. Ao ser licenciado como cirurgião, Sebastião Gomes de Carvalho, possivelmente, alimentava este sonho de obter fortuna, prestígio e ascensão social. Neste sentido, sua nomeação para atuar na América portuguesa parece ir ao encontro deste projeto pessoal, em uma terra que os viajantes descreviam como uma terra de oportunidades e de abundância.

Entre as classificações propostas pelo médico Carlos Lineu, chama a atenção a que faz das personalidades do homem e que observa os pressupostos da teoria dos humores. Para ele, o americano era “colérico”, o europeu, “sanguíneo”, o asiático, “melancólico” e o africano, “fleumático”.<sup>488</sup> Mesmo que esta classificação tenha sido divulgada em livro após o período de formação de cirurgião, é bastante plausível que, por estar fundamentada nos princípios hipocrático-galênicos ainda vigentes, fosse de conhecimento de Gomes de Carvalho e que ele adotasse essa forma de pensar. Vale lembrar que, apesar do conservadorismo religioso que dominava o ensino médico, tanto os relatos produzidos por homens que viviam em outros espaços do Ultramar, como as publicações que davam conta das novidades científicas introduzidas na Europa, muitas delas traduzidas para o português, referiam outros saberes, técnicas e conhecimentos experimentais.

Era essa a concepção hierarquizada de mundo e este imaginário construído sobre a América portuguesa que Gomes de Carvalho trouxe consigo ao deslocar-se para o Continente de São Pedro. Ao desembarcar, com certeza, estas imagens construídas sobre uma terra de oportunidades e abundância se

---

<sup>487</sup> Carlos Lineu, conhecido também como *Carl von Linné* (1707 – 1778), é patrono da nomenclatura binária que classifica seres vivos animais e vegetais.

<sup>488</sup> PRATT, 1999, p. 68.

desfizeram, pois o que encontrou era totalmente distinto, tanto em termos de ambiente, quanto de infraestrutura.

O ano de 1737 deve ter sido terrível para a expedição de Silva Paes. A falta de estrutura e um inverno totalmente desconhecido para soldados provenientes de regiões com outras características climáticas, deve tê-los deixado completamente expostos ao frio e às primeiras doenças decorrentes do clima. Possivelmente, Gomes de Carvalho chegou ao Continente na primavera daquele ano, considerando-se que o último transporte marítimo a atracar na barra havia sido em março. Assim que chegou ao seu destino, deve ter se deparado com a situação desoladora em que se encontravam os soldados, desnutridos, doentes e exaustos devido à rotina pesada de trabalho para erguer uma construção que os abrigassem, tanto das adversas condições climáticas, quanto dos ataques inimigos.

Como já informado em outro momento desta dissertação, não existem, infelizmente, registros das atuações do licenciado como cirurgião, mas é plausível supor que Gomes de Carvalho possa ter, primeiramente, se preocupado em organizar o hospital, afinal, a provisão do Brigadeiro era clara: ele deveria “satisfazer bem as obrigações do dito emprego [a cirurgia] e a assistência do hospital”.<sup>489</sup> Portanto, deixar o local em condições de receber os enfermos e providenciar todo o material necessário aos atendimentos, fazia parte do seu trabalho. É possível que, por estar empenhado em atender bem a tarefa que havia sido dada, tenha acrescentado sugestões de melhorias na construção do espaço. Considerando que o Brigadeiro, preocupado com as baixas na tropa, havia determinado, poucos meses após a chegada do cirurgião, que o Tesoureiro da Expedição deveria assistir “com tudo o que for preciso para a assistência do hospital,” Gomes de Carvalho, por ter sido o primeiro a assumir o hospital, recebeu também o controle sobre “as boticas, camas e todas as suas

---

<sup>489</sup> Registo da provisão passada ao cirurgião do presídio deste Rio Grande, Sebastião Gomes de Carvalho. (AHRGS, 1977, p. 44).

pertenças para darem conta delas, e requererem consumo naquela parte em que o houver para a sua despesa corrente.”<sup>490</sup>

Ao receber a provisão de cirurgião, Sebastião Gomes de Carvalho deve ter se dado conta de que não seria somente cirurgião do aquartelamento, mas, também, um dos povoadores. É plausível supor que, após o primeiro atendimento prestado aos soldados aquartelados, ele tenha se deslocado pela região onde o presídio estava instalado, para conhecer o lugar e as necessidades da população da qual estava encarregado de atender. Ao deslocar-se pela região, afastando-se do litoral, Gomes de Carvalho, assim como já havia ocorrido ao Brigadeiro, deve ter se admirado com a quantidade de caça “silvestre e volátil” encontrada na região<sup>491</sup> que abarcava o lado do Estreito, Mangueira, do Arroio, do Taim, até o Morro de São Miguel.<sup>492</sup> Após cruzar esses rios e pântanos, pode ter observado a movimentação de alguns Pampianos. Os soldados, que possivelmente, o acompanharam na viagem até São Miguel,<sup>493</sup> devem ter lhe explicado quem eram os Minuano, que não devem tê-los molestado, pois estavam coletando frutos ou em busca de alguma caça.

Ao chegar ao posto de guarda de São Miguel, do alto do morro, o cirurgião pode ter lançado seu olhar para nordeste, na altura da Lagoa Mangueira, e se o fez para o norte, deve ter avistado o Arroio São Miguel serpenteando a planície em direção à Lagoa Mirim, indo de noroeste para oeste – na direção de Colônia do Sacramento –, até o sudoeste, na direção de Castilhos, a linha do horizonte lhe mostrava o final da serra<sup>494</sup> que vinha de Maldonado. Deste lugar, Gomes de

---

<sup>490</sup> Portaria do Brigadeiro José da Silva Paes ordenando o Tesoureiro a dar toda a assistência ao hospital. (AHRGS, 1977, p. 51).

<sup>491</sup> SÁ, 1737 apud CESAR, 1981, p. 103.

<sup>492</sup> Locais onde Silva Paes levantou guardas para proteção do Porto. (SÁ, 1737 apud CESAR, 1981, p. 103-104).

<sup>493</sup> Considerando que Gomes de Carvalho não conhecia a região, é plausível que tivesse contado com a companhia de soldados, como guias e seguranças, nas viagens até São Miguel.

<sup>494</sup> Guilhermino Cesar transcreve um relato de Cristovão Pereira de Abreu, datado de 1738. Nesse relato o tropeiro e sertanista descreve o planalto (que atinge alturas de 300 a 400 metros) como serra. (CESAR, 1981, p. 116).

Carvalho pode ter uma visão geral da imensidão da terra continentina e das manadas de gado que povoavam a região.

Durante esses deslocamentos, Gomes de Carvalho deve ter constatado *in loco*, o sofrimento dos soldados ao transpor os banhados e ao enfrentar, no início do verão de 1738, a quantidade de moscas e motucas,<sup>495</sup> que infestavam esses locais e atormentavam homens e animais. Na condição de encarregado de prestar atendimento médico-cirúrgico à população daquelas paragens, o cirurgião percorria as estâncias, visitando seus proprietários e peões. Nesses locais, muito provavelmente, tomou contato com diversos procedimentos de cura adotados pelos moradores, algo próximo do que pudesse se chamar de medicina doméstica e até híbrida, devido às influências dos saberes locais. Pode-se supor que tenha tomado conhecimento e até recolhido algumas plantas, tidas como medicinais, e obtido informações sobre o comércio de gado e couro na região.

Como dito anteriormente, Sebastião Gomes de Carvalho – assim como tantos outros cirurgiões que vieram para a América portuguesa – trouxe consigo o desejo de contar com benesses da Coroa e de ascender socialmente. À medida que os meses transcorriam, ele deve ter se dado conta de que o caminho para alcançar tal pretensão seria árduo, senão, improvável. Acreditamos que esta percepção possa ter se alterado a partir do contato com os moradores das estâncias, assim como amenizado a partir de sua inserção no cotidiano do presídio, onde, apesar da rusticidade do espaço, se cumpriam rituais próprios de uma sociedade do Antigo Regime. Como já mencionado, o atendimento médico-cirúrgico prestado aos soldados não o colocou, no entanto, no grupo das decisões administrativas do presídio, o que poderia tê-lo colocado mais próximo

---

<sup>495</sup> Hoje conhecida como “mutucas”, ou “botucas” (nome científico: *Tabanidae*), são muito parecidas com moscas, porém maiores. O macho alimenta-se do néctar encontrado na seiva das plantas, porém, a fêmea necessita de proteína existente no sangue para produzir seus ovos, fazendo com que ataque humanos e animais. Desenvolvem-se em ambientes aquáticos ou semiaquáticos. Suas larvas são carnívoras, alimentando-se de animais invertebrados encontrados na água. Sua picada é muito dolorida, provocando vermelhidão, inchaço e coceira. Ao atacar o gado em grande quantidade, pode provocar perda de peso nos animais, bem como redução na produção leiteira. Os tabanídeos podem transmitir bactérias, vírus, rickettsia, protozoários e vermes, causando doenças como antraz, tularemia, anaplasmoze, febre, entre outras. (GUIMARÃES, 2015, p. 19-21).

da Coroa e das benesses que ela distribuía. Pode-se, no entanto, aventar que a função que exercia, e a conseqüente posição que Gomes de Carvalho tinha no presídio, possa ter, de alguma medida, determinado suas futuras decisões e escolhas, como procuramos demonstrar ao longo deste capítulo.

O Rio Grande do início do século XVIII primava por uma administração fundamentada na rigidez de um comando militar. A hierarquia e a disciplina eram pilares mestres dessa administração. Este princípio pode ser observado na distribuição da alimentação, que era dividida e entregue por um oficial tanto à população quanto à guarnição, sendo que o primeiro lote de ração era destinado ao oficial de guerra, e, na seqüência, recebiam os oficiais das guarnições “preferindo sempre os de maior caráter”, depois os sacerdotes, e, em seguida, o cirurgião e os doentes.<sup>496</sup> Como se pode constatar, os capelães recebiam sua ração logo após os oficiais e antes do cirurgião. Vale lembrar que os primeiros dividiam os cuidados dos enfermos com o cirurgião, cabendo a eles o atendimento espiritual, sobretudo, a administração dos sacramentos, antes mesmo do atendimento médico, o que atesta a relevância que a cura da alma tinha em um contexto marcado pela iminência da morte.<sup>497</sup> Percebe-se, então, que, mesmo no exercício de sua função, o cirurgião não era o primeiro a ter contato com os doentes, ocupando posição secundária.

É preciso, no entanto, levar em conta que, no caso de Rio Grande, os administradores eram de origem mecânica ou pertenciam à nobreza da terra.<sup>498</sup> Gomes de Carvalho, além de não ser militar, provinha de um estamento que era segregado socialmente tanto pelas elites da nobreza, quanto pela própria burguesia. Nesse caso, pode-se estabelecer uma diferença entre o Continente e o restante da América Portuguesa. Enquanto que nas demais capitanias sempre imperaram, nos cargos mais relevantes da administração, os fidalgos, nos primeiros anos da colonização do Brasil Meridional, foram os militares, que possuíam pureza de sangue, mas não possuíam nobreza, os encarregados da

---

<sup>496</sup> AHRGS, 1977, p. 99-100. ALVES, DILLMANN, TORRES, 2016; QUEIROZ, 1985.

<sup>497</sup> ALVES, DILLMANN, TORRES, 2016, p. 365.

<sup>498</sup> KUHN, 2012, p. 332.



administração. Para o êxito de um projeto de ascensão financeira, estar entre os semelhantes em termos de hierarquia social era um fator que permitia acesso a outras instâncias do poder e das decisões, bem como a obtenção de vantagens através desse (re)conhecimento prévio. Mas, para assegurar ascensão social, não bastaria ser um cirurgião inserido na administração do presídio. Gomes de Carvalho, com certeza, deve ter se dado conta de que precisaria acionar algumas estratégias próprias do universo burguês, dentre as quais estavam o matrimônio e o compadrio, para alcançar suas pretensões.

A documentação analisada revelou que a atuação de Sebastião Gomes de Carvalho junto ao presídio de Rio Grande previa a emissão de certidões e atestados das condições de saúde de soldados e colonos. Cabe, no entanto, ressaltar que, dadas as condições em que os soldados se encontravam no aquartelamento e a proliferação de doenças decorrentes do inverno recém-findado, que o cirurgião deve ter desempenhado a função para a qual havia sido nomeado, prestando atendimento médico e cirúrgico. É plausível, portanto, supor que tivesse que contar com acesso à literatura atualizada sobre cirurgia – e, talvez, de medicina –, que permitisse consultas acerca das diversas situações de enfermidades com que se deparava. É, neste sentido, que aventamos a possibilidade de que Gomes de Carvalho tenha consultado os livros de medicina que faziam parte da biblioteca do Brigadeiro Silva Paes. Como já dito, não encontramos indícios da existência de uma biblioteca ou de livros que tenham pertencido ao cirurgião. Isto, contudo, não inviabiliza a hipótese que tenha trazido consigo alguns de seus livros, visando à consulta rápida para uso no desempenho de suas funções, haja visto ser uma prática comum aos cirurgiões que vinham para a colônia.<sup>499</sup>

Outra prática comum aos agentes das artes de curar era a busca pela igualdade social entre os seus semelhantes. Isto aconteceu com os boticários que buscavam ser cirurgiões e os cirurgiões que buscavam ser médicos. Para estes profissionais, quando não fosse possível igualar-se em termos de

---

<sup>499</sup> Como já visto no capítulo 2 desse trabalho.

formação, a estratégia usualmente adotada era o investimento na escrita de uma obra que os tornava conhecidos, bem como o conhecimento que possuíam e sua atuação prática. No caso de Sebastião Gomes de Carvalho, não encontramos qualquer indício de que ele tenha deixado registros de sua atuação como cirurgião, isto é, de suas experiências ou procedimentos empregados para tratamento de enfermidades. A ausência de evidências destes registros pessoais ou, então, de uma obra específica sobre cirurgia, parece reforçar a hipótese de que a cirurgia não foi pensada como parte de seu projeto de ascensão social.

Como já exposto em outro momento da dissertação, outros cirurgiões que atuavam na América portuguesa procuraram obter reconhecimento a partir de obras autorais, nas quais compartilharam, por exemplo, experiências realizadas com remédios substitutivos aos europeus no tratamento de enfermidades de soldados e escravos.<sup>500</sup> Gomes de Carvalho poderia ter optado, por exemplo, por divulgar os tratamentos empregados nas doenças decorrentes das condições climáticas adversas e que acometiam os povoadores e os soldados no extremo sul da América portuguesa, ou, então, os procedimentos cirúrgicos empregados em acidentes ou ferimentos graves em uma região que vivia em conflito.

Outro fator que pode ter comprometido seu projeto de ascensão social a partir do ofício de cirurgião era o salário pago a este profissional. Pela provisão que o nomeou, seus ganhos ficavam em 10\$000, que não correspondiam aos vencimentos de um oficial, posição que possibilitava àquele que a desfrutasse ser agraciado rapidamente com algumas léguas de terra. Como se poderá observar na tabela abaixo, o cirurgião sequer recebia um salário equiparável ao

---

<sup>500</sup> Vale lembrar que no Continente de São Pedro, no período de atuação do cirurgião Gomes de Carvalho, a escravidão africana não tinha a mesma projeção do que no restante da América portuguesa, onde alguns cirurgiões também chegaram a se dedicar ao tráfico. Maria Cristina Wisserbach menciona cirurgião Luís Gomes Ferreira e João Cardoso de Miranda, entre outros, que tanto cuidavam da saúde quanto negociavam os escravos. No caso do segundo, também construiu sua ascensão com o tráfico negreiro. Sendo, inclusive, dono de navios em Salvador. (WISSERBACH, 2009, p. 287).

de um Alferes, patente inicial do oficialato, aproximando-se daquele que um sargento recebia. Disto conclui-se que o salário que Gomes de Carvalho recebia não possibilitava sua inserção no círculo da elite mandatária da Vila de Rio Grande, e que, por mais que exercesse com competência o ofício para o qual havia sido nomeado, estava submetido à rigidez da hierarquia militar e, valendo-se somente de seu salário, não conseguiria realizar seu projeto pessoal.

**Fig. 11 - Registro do Plano do Regimento que se há de formar em virtude das ordens de S.M. com a declaração das praças de que deve constar e dos soldos que hão de vencer.**

<b>Praças</b>	<b>Soldo por mês</b>
Coronel	80\$000
Tenente-coronel	65\$000
Sargento-mor	55\$000
Ajudante	24\$000
Capelão	8\$000
<b>Cirurgião</b>	<b>10\$000</b>
Capitão	32\$000
Tenente	20\$000
Alferes	18\$000
Sargento ou furriel	9\$000
Cabo-de-esquadra	4\$500
Soldado	3\$000
Tambores	4\$500

(AHRGS, 1977, p. 54). (Grifo nosso)

Com relação à remuneração dos encarregados das artes de curar, Lycurgo Santos Filho afirma que os primeiros profissionais da medicina que atuaram na América portuguesa teriam sido bem pagos. Ele menciona o boticário Diogo de Castro, que, integrava a comitiva do primeiro governador Tomé de Souza, em 1549, e recebia 15\$000 anualmente.<sup>501</sup> Se comparamos o salário de Castro com o valor que o cirurgião recebia, e, pensando que o boticário se encontrava em um nível abaixo do cirurgião na hierarquia dos ofícios, quase dois

<sup>501</sup> SANTOS FILHO, 1947, p. 80.

séculos depois, Gomes de Carvalho ganhava dois terços do valor. O autor de *História da Medicina no Brasil* aponta que com o passar dos anos, as profissões ligadas à saúde desvalorizaram-se consideravelmente. Santos Filho, no entanto, destaca o caso do cirurgião Jerônimo Rodrigues, que amealhou uma pequena fortuna, trabalhando gratuitamente como cirurgião das tropas de Sua Majestade Fidelíssima.<sup>502</sup> Esta situação parece atestar que alguns poucos cirurgiões ascenderam socialmente exercendo seu ofício, mesmo sem vencimentos, o que implica pensar nas condições que desfrutavam e nas estratégias que adotaram.

Como já referido, a sociedade rio-grandina setecentista reproduzia, em seu cotidiano, as normas próprias do Antigo Regime, o que implicava reconhecer que, em termos hierárquicos, um capelão estava acima de um cirurgião quando se tratava dos atendimentos a serem prestados aos soldados e colonos enfermos ou moribundos.<sup>503</sup> Outro aspecto que merece ser mencionado tem relação com os conhecimentos de medicina doméstica, que, especialmente, os colonos possuíam, os quais, necessariamente, devem ter sido adaptados ao novo ambiente no qual eles se encontravam inseridos. Em alguns casos, possivelmente, devem ter até dispensado os cuidados do cirurgião em prol do conhecimento mais prático e ao alcance do seu entendimento.

Situações como estas devem ter levado Gomes de Carvalho a perceber que o continentino colonial era um indivíduo que trazia as mesmas características autônomas dos desbravadores paulistas, que haviam aprendido com os nativos não apenas a como assegurar sua alimentação, mas também a como curar certas enfermidades e ferimentos. Isto leva a se conjecturar que o cirurgião fosse chamado para certos atendimentos, prioritariamente dos soldados aquartelados, que exigissem procedimentos mais sofisticados e que requeriam conhecimento de anatomia. Deve-se, ainda, considerar que, para

---

<sup>502</sup> Citado no cap. 2, p.117.

<sup>503</sup> DILLMANN, ALVES, TORRES, 2016.

muitos colonos e soldados, a simples visita de um padre era, na maioria das vezes, mais importante do que a presença do cirurgião.<sup>504</sup>

A estes aspectos precisam ser somados outros e que têm relação direta com as condições de saúde e com a moral dos soldados, que, angustiados e melancólicos devido à distância, enfrentavam doenças em um local sem a mínima infraestrutura para poder tratá-los. Gomes de Carvalho havia sido incumbido de administrar o hospital e a botica, sendo que esta última não teve seus estoques de medicamentos renovados durante todo inverno.

Além disso, a região, voltada totalmente para a defesa militar da fronteira, não oferecia qualquer possibilidade de extração de riquezas, a exemplo das Minas Gerais, e, conseqüentemente, não apresentava qualquer potencial de atração de pessoas que nela quisessem investir e progredir.<sup>505</sup> Sob esta perspectiva, mais uma vez constata-se que dificilmente Gomes de Carvalho conseguiria ascender socialmente exercendo a cirurgia. De acordo com Monique Palma, isto foi bastante comum na América portuguesa, sendo que muitos agentes das artes de curar não se realizavam como cirurgiões, médicos ou boticários e acabavam por mudar sua atividade principal, encontrando diversas razões para isto. Entre elas, normalmente figurava a falta de rendimentos suficientes para sua sobrevivência.<sup>506</sup>

Postas estas questões, é preciso pontuar, ainda, que colonos e soldados, culturalmente separados pela origem, geograficamente vindos de regiões distintas, se organizaram nesse espaço, num primeiro momento, a fim de assegurar sua sobrevivência, e, posteriormente, para sua permanência definitiva, através do acionamento de várias adaptações necessárias. Mas, quer pela vontade de sobreviver ou retornar logo às suas origens, ou a ocupação militar deste espaço, ou a conquista de uma vida melhor, do Brigadeiro

---

<sup>504</sup> DILLMANN, ALVES, TORRES, 2016, p. 365-366.

<sup>505</sup> Ver mais em: WISSERBACH, Maria Cristina Cortez. Cirurgiões e mercadores nas dinâmicas do comércio Atlântico de Escravos (Séculos XVIII e XIX). In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. *O Governo dos Povos*. São. Paulo: Alameda, 2009. p. 284

<sup>506</sup> PALMA, 2017, p. 20.

comandante, passando pelos colonos, ao soldado raso, todos tinham seus planos. E para o cirurgião não foi diferente.

É plausível supor que as questões destacadas acima ocupassem, constantemente, o pensamento de Gomes de Carvalho. Afinal, a imensidão e o isolamento da geografia da campanha eram propícios para reflexões e ensimesmamentos. A estrutura precária do aquartelamento, muito provavelmente já nos primeiros dias, o havia deixado sem muitas esperanças de realizar suas pretensões de ascensão social. Passado o rigoroso inverno, os soldados e povoadores sofriam, agora, com as ondas de calor da primavera sulista. Tudo isto parece ter contribuído para que Gomes de Carvalho tenha tomado uma decisão e, logo em seguida, a tenha posto em prática. E, como pudemos perceber, através da análise da documentação, o cirurgião nomeado por Silva Paes decidiu dedicar-se ao comércio de couro, que era o produto que oportunizava os maiores rendimentos no período.<sup>507</sup>

Como procurou-se demonstrar neste primeiro tópico, sua condição de cirurgião vinha acompanhada da (des)classificação social a que estava destinado alguém que exercia uma função mecânica, em uma sociedade pautada pelas regras do Antigo Regime, em que também a Igreja o segregava em função de seu ofício demandar o contato com sangue.

### **3.1.2 Couro de boi deitado, couro de boi em pé: Entre o comércio e o contrabando, ascensão financeira fora da cirurgia**

Jorge Caldeira, em *História da Riqueza no Brasil* (2017), afirma que “algumas das maiores fortunas monetárias foram obtidas por criadores de gado e comerciantes da produção local” e que “os que mais ricos, em todas as localidades, eram os comerciantes”.<sup>508</sup> Gomes de Carvalho parece ter tido informações prévias ou, então, atentado para essa conjuntura colonial, pois,

---

<sup>507</sup> A decisão tomada pelo cirurgião vem ao encontro de Vendrame, Karsburg e Moreira (2016), quando afirmam que as circunstâncias afetam as escolhas e, no caso do cirurgião, ele decidiu dedicar-se a outra atividade, além da de cirurgião, tendo em vista o seu projeto de ascensão social.

<sup>508</sup> CALDEIRA, 2017, p. 99.

entre sua chegada ao Continente de São Pedro e a primeira menção na documentação à sua atuação no comércio, passaram-se poucos meses. Constatada a impossibilidade de ascender socialmente, atuando, exclusivamente como cirurgião, deve ter ouvido com atenção as conversas dos estancieiros, para quem o couro era um negócio lucrativo, que poderia ser desenvolvido concomitantemente com o cargo que ocupava no presídio.

Diante da realidade que se apresentava a Gomes de Carvalho, coube ao cirurgião optar pelo “caminho empreendedor” e o couro apresentava-se como uma estratégia possível, uma vez que a sociedade rio-grandina somente o aceitaria se obtivesse sucesso, o que, com certeza, não conseguiria através da cirurgia.<sup>509</sup> Não devemos, no entanto, desconsiderar as reflexões feitas por Karsburg e Vendrame,<sup>510</sup> que advertem que “o contexto não deve nos condicionar a acreditar que o indivíduo deva ser analisado como uma produção óbvia do cenário”,<sup>511</sup> razão pela qual devemos ter bem presentes as inúmeras variáveis,<sup>512</sup> como, por exemplo, as experiências compartilhadas com outros indivíduos e as vivenciadas exclusivamente pelo cirurgião e que determinaram suas escolhas.

Em seus deslocamentos pelas regiões próximas do presídio, Gomes de Carvalho deve ter sido informado de que o gado que vinha sendo criado no território do Continente de São Pedro tinha origens diversas. A primeira delas tem relação com a expedição de Martim Afonso de Souza, que deixou reses em São Vicente, que foram levadas para o Paraguai, e, posteriormente, para o Peru. Estas cabeças de gado se espalharam a partir de Assunção e os jesuítas espanhóis introduziram a pecuária nas missões do Rio Grande do Sul. A segunda decorreria do gado que teria se espalhado pela campanha nos anos

---

<sup>509</sup> LEVI, 2000, p. 45. Ver pág. 23 na Introdução deste trabalho.

<sup>510</sup> Alexandre Karsburg e Maíra Ines Vendrame afirmam que o “recorte horizontal” é um método utilizado para pesquisar um sujeito em vários arquivos e muitos assuntos. (KARSBURG, VENDRAME, 2016, p. 86-113). Agradeço ao Prof. Dr. Alexandre Karsburg, que me auxiliou a melhor compreender o conceito de recorte horizontal.

<sup>511</sup> KARSBURG, VENDRAME, 2016, p. 93.

<sup>512</sup> No Quadro 1 estão os principais fatos que se desenrolaram no recorte temporal deste trabalho.

em que os bandeirantes passaram a investir contra as missões. Este gado, chamado de chimarrão,<sup>513</sup> ao se espalhar pelo território, encontrou as manadas que Hernandarias de Saavedra havia trazido para a margem direita do Rio da Prata.<sup>514</sup> Apesar de espalhado por parte do que é hoje o território uruguaio e o Rio Grande do Sul, este gado formou a Vacaria do Mar.

Sabe-se que a introdução do gado provocou grandes alterações nas populações nativas que viviam no Continente, que podem ser percebidas em sua dieta e em sua inserção na economia colonial, através de seu envolvimento na captura do gado selvagem. Já o lucrativo comércio de gado era disputado por portugueses, espanhóis e também por franceses e ingleses,<sup>515</sup> sendo que muitos deles dedicavam-se também ao contrabando de couro.

Abastecendo as regiões auríferas das Minas desde o século passado, o gado representava a única riqueza do território, e, como tal, passou a fazer parte da economia colonial. Quando Sebastião Gomes de Carvalho optou pelo negócio do couro, o aprisionamento do gado na campanha havia entrado em declínio, devido ao esgotamento das manadas selvagens.<sup>516</sup> Mas a atividade comercial não vivenciou esta crise, já que, segundo o pesquisador Fábio Kühn deu-se o início o “processo de sedentarização da atividade pecuária” através da doação de sesmarias. Sendo assim, a atividade de criação de gado permaneceu sendo a principal geradora de negócios internos, e o Continente se manteve,

---

<sup>513</sup> Paulo Possamai explica que Chimarrão vem da expressão espanhola Cimarrón, que na região sul-riograndense e platina, aplica-se ao animal que, após ter sido domesticado ou civilizado, retorna ao ambiente livre ou selvagem. (POSSAMAI, 2006, p. 78. nota 108)

<sup>514</sup> POSSAMAI, 2006, p. 62-63.

<sup>515</sup> BECKER, 1982, p. 26.

<sup>516</sup> Registo de uma petição e despachos feita a requerimento de João de Távora por despacho do Mestre-de-campo Comandante em 4 de dezembro de 1738. (AHRGS, 1977, p. 75-76). A petição de João Távora é justamente para solicitar autorização para courear tendo em vista que alguns peões lhe deviam dinheiro e a única forma de recuperar os valores seria pelo trabalho no campo executado por esses peões. Esta petição é reforçada pelo Registro de uma ordem do Mestre-de-campo Comandante André Coutinho passada a João Barbosa da Silva, cabo do destacamento do campo. Nessa ordem, André Coutinho solicitava ao cabo que evitasse o trabalho de campo, bem como não permitisse que nenhum peão vivesse no campo. Evitava-se assim que houvesse desperdício de carne e tanta perda de gado. (AHRGS, 1977, p. 77).



ligado às Gerais, que contava com uma sociedade de alto poder aquisitivo e um mercado consumidor que enriquecia os estancieiros.<sup>517</sup>

Diferentemente do restante da colônia, onde a conquista se deu primeiro e, posteriormente, o desenvolvimento econômico a partir das mercês régias, o Continente de São Pedro, pelas questões já elencadas, fez do comércio interno sua forma de subsistir frente a inúmeras outras demandas coloniais. Com um clima impróprio para o cultivo dos produtos coloniais que originavam riquezas no restante da América portuguesa, como a cana-de-açúcar, por exemplo, os colonizadores souberam aproveitar bem as características locais para a criação do gado, sobretudo, em invernadas.

No caso da economia açucareira, vale lembrar que as crises que atingiram o centro-nordeste da América portuguesa na segunda metade do século XVII e nos primeiros do século XVIII alteraram significativamente a condição das primeiras famílias instaladas no território, implicando no surgimento de uma nova elite. A nobreza da terra, por sua vez, se reinventou e adotou outras formas de se manter, fazendo parte das Câmaras Municipais, interferindo no mercado de modo a assegurar sua posição e as terras ou definindo novas relações.<sup>518</sup>

Pode-se supor que Gomes de Carvalho tenha se aliado a homens que já possuíam experiência nos negócios coloniais, a fim de se familiarizar com a atividade de criação de gado e com o comércio de couro. Dentre os negociantes do Continente, encontram-se padres contrabandistas, professores que transportavam boiadas, sapateiros e ourives, que, em algum momento, exerceram mais de uma atividade.<sup>519</sup> Acredita-se que estes negociantes tenham, também, informado o cirurgião de que não eram somente os couros que sustentavam seus negócios. Os negócios com couro davam bons rendimentos,

---

<sup>517</sup> KÜHN, 2004, p. 66-67.

<sup>518</sup> João Fragoso refere as crises e as variações do mercado exportador, que determinaram uma nova linhagem de senhores de engenho no Nordeste seiscentista. Para ele, as tradicionais famílias, que conquistaram as primeiras lavouras, já não mais atendiam ao modelo de mercado adotado para o açúcar. Mesmo assim, o patrimônio se manteve nas famílias. (FRAGOSO, 2010, p. 256-257)

<sup>519</sup> HAMEISTER, 2002, p. 17.

mas, desde 1730, os muares e os cavalos dominavam as trilhas que levavam às Gerais. Embora as quantidades tivessem se reduzido bastante, esses animais alcançavam bons preços junto aos mercados mineiros.<sup>520</sup> Os muares eram excelentes animais de carga, mesmo não se comparando com os bois mansos, que podiam tracionar pesos maiores, mas tinham boa mobilidade nos mais variados terrenos. Seja nas moendas, nos engenhos ou no transporte de outros produtos, os muares levavam o comércio para os recônditos sertões da colônia.<sup>521</sup> Os bovinos, portanto, não eram os protagonistas das rotas do sul em direção ao centro da colônia.<sup>522</sup> De acordo com Martha Daisson Hameister, somente a partir da década de 60 do século XVIII o gado vacum pode ser visto como principal produto do comércio, devido ao seu visível aumento. Entre 1734 e 1749, este comércio somou 629 animais (uma média de 41 animais por ano), em 1751, totalizaram-se 520 animais. Já na década seguinte, o gado conduzido ultrapassou a marca de 2.000 animais/ano. Entre 1779 e 1782 o gado vacum configurou 45,82% (20.682 animais) dos 45.138 animais conduzidos pelo Registro de Sorocaba.<sup>523</sup>

O aumento considerável da quantidade de gado vacum transportado demonstra que a criação de gado confinado em estâncias se mostrou muito mais promissor do que o gado alçado, vindo ao encontro da afirmação de Fábio Kühn com relação às estâncias. O próprio Brigadeiro Silva Paes, ao se deparar com a dificuldade de caçar o gado e, possivelmente, tendo se dado conta de que o gado poderia entrar em extinção, cria uma reserva na Fazenda Bojuru, para onde

---

<sup>520</sup> Martha Daisson Hameister indica que a criação nos campos sulinos deve ter se efetivado, para fins comerciais, na década de 1750. (Idem, p. 75). No capítulo III de sua dissertação de mestrado, a pesquisadora demonstra a diferença do valor que esses animais poderiam alcançar, sendo os muares (2\$500) de maior valor, os cavalos (2\$000) e, o gado vacum e éguas (\$480). (Ibidem, p. 168).

<sup>521</sup> Ibidem, p. 77.

<sup>522</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>523</sup> MARCONDES, SUPRINYAK, 2007, p. 54. Os pesquisadores Renato Leite Marcondes, Carlos Eduardo Suprinyak alertam para o fato de que Hameister utiliza como fonte os registros do controle de Curitiba e eles utilizam os registros de Sorocaba, entre os quais estão os Campos Gerais, conhecidos pela atividade pecuária. Marcondes e Suprinyak sugerem que as quantidades trazidas por Hameister, eram controlados pelo posto de Curitiba, mas não chegavam as Gerais. Estes supriam a necessidade local e, posteriormente, somavam-se ao gado dos Campos e estes, sim, passariam pelo controle de Sorocaba. Conseqüentemente, isto aumentou substancialmente a quantidade.

enviou o gado pertencente a sua Majestade. A carta do Brigadeiro, datada de 1737, informando que a Real Fazenda, em pouco tempo, contava com 80.000 cabeças, referenda que houve um significativo crescimento do gado confinado.<sup>524</sup>

Em fevereiro de 1738, como já mencionado, pouco tempo após sua chegada a Rio Grande, Sebastião Gomes de Carvalho encaminha uma petição solicitando que não lhe fossem cobrados os impostos referentes aos couros que, em sociedade com o Tenente Antônio Gonçalves, havia trazido da borda da “Alagoa de Mery”.<sup>525</sup> Essa petição revela que o licenciado não demorou muito tempo para se familiarizar com os meandros burocráticos relativos aos negócios com couros e para fazer os primeiros negócios. A sociedade com o Tenente Gonçalves, por sua vez, indica que já vinha participando de outras negociações envolvendo gado e que, pelo visto, buscava ampliá-los, associando-se a outros. É plausível supor que as sociedades firmadas com outros negociantes tenham levado Sebastião Gomes de Carvalho a realizar negócios em outras praças e, inclusive, negociando outros produtos.<sup>526</sup> Esta hipótese, no entanto, necessitaria de uma análise mais aprofundada, talvez em documentos fazendários que pudessem referendá-la. De qualquer forma o crescimento de seu patrimônio financeiro sugere que, em determinado momento, suas negociações não se limitaram ao couro.

Dada a realidade fronteiriça do Continente de São Pedro, é possível supor que Gomes de Carvalho tenha também participado do contrabando de couros, já que era uma atividade comum e parece ter envolvido, inclusive, autoridades como o Brigadeiro Silva Paes.<sup>527</sup> Cabe lembrar que o cirurgião mantinha, devido

---

<sup>524</sup> FORTES, 1980, p. 99-102.

<sup>525</sup> AHRGS, 1977, p. 57-58.

<sup>526</sup> Antonio Carlos Jucá Sampaio alerta para a grande mobilidade que havia na colônia, principalmente, entre os homens de negócio, o que os obrigava a terem sócios nos grandes centros urbanos. (SAMPAIO, 2014, p. 192). Embora sem patente militar, Gomes de Carvalho estava vinculado ao comando militar, o que, em alguma medida, restringia sua mobilidade. No uso de suas atribuições, poderia, eventualmente, ausentar-se do presídio. Mas, o meio militar possuía homens vindos dos grandes centros que podem ter feito indicações ao cirurgião.

<sup>527</sup> George Anson, comandante de uma esquadra britânica, tendo a bordo inúmeros marinheiros doentes, obrigou-se a aportar em Santa Catarina no ano de 1740. Silva Paes já havia sido nomeado governador da região. No seu diário, Anson comenta que “pela proximidade do Rio da

à função que exercia, uma proximidade da administração da povoação, e que havia adquirido informações sobre as negociações com gado e seus derivados (carne, couro, sebo) e, muito provavelmente, também sobre o contrabando, junto aos estancieiros.

É preciso também considerar que colonos, militares e, possivelmente, comerciantes, vindos da Colônia do Sacramento, principalmente a partir do cerco espanhol de 1735 e da fundação do presídio, possam ter trazido consigo a prática do contrabando para Rio Grande e, a partir dele, continuaram fazendo seus negócios. Cabe, neste sentido, mencionar o sucesso dos negócios de Antônio Pedro de Vasconcelos, que encabeçou uma rede envolvida em negócios ilícitos,<sup>528</sup> permitindo que Sacramento fosse um entreposto comercial dos mais variados produtos em direção ao mercado espanhol. Para atender suas necessidades, a população espanhola era conivente com os negócios ilícitos, pois não considerava o contrabando à margem da lei.<sup>529</sup> Possamai destaca que, mesmo sob intensa vigilância e repressão ao contrabando, os negócios continuavam sendo realizados, com a proteção da guarda e das autoridades espanholas. Nem mesmo uma real cédula de 1776, ordenando que a Igreja comunicasse o grave pecado que era o contrabando, e estabelecendo que quem o fizesse estaria sendo contrário à ordem divina, impedia que o ilícito fosse adiante.<sup>530</sup>

Uma das vantagens da manutenção de negócios com a Colônia estava relacionada com o pagamento, já que no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, o fiado e, muitas vezes, o não pagamento, eram costumes cotidianos. Enquanto que na Minas, compra-se “tudo fiado, a pagamento de um ano, ano e meio e dois anos, e não há cousa nenhuma que se compre com pagamento à vista, senão

---

Prata, ele [Silva Paes] faz um bom comércio de contrabando entre os portugueses e os espanhóis.” O autor segue informando que o principal negócio consistia na troca de ouro pela prata. (ANSON, 1740 apud BERGER, 1979, p. 69).

<sup>528</sup> PRADO, 2002 apud KÜHN, 2012, p. 108. Já Paulo Possamai aponta que o contrabando foi mais intenso no governo de Cristóvão Orneias de Abreu (1683-1690). Segundo ele, “o governador foi um dos principais interessados no desenvolvimento do mesmo.” (POSSAMAI, 2006, p. 342).

<sup>529</sup> POSSAMAI, 2006, p. 349-350.

<sup>530</sup> Idem, p. 351-352,

fiada”,<sup>531</sup> no Rio de Janeiro, os negócios não eram diferentes, como se pode constatar na carta de Damião Nunes de Brito:

Vejo a remessa que a Vossa Mercê têm feito os amigos do Rio, das fazendas que venderam pertencentes a Vossa Mercê e a Meira e sem dúvida que já estou bem enfastiado de tal Rio de Janeiro, havendo mandado dizer ao Rio de Janeiro, digo, aos ditos amigos que as venderam, que me digam se as fiaram para pagar na ressurreição das carnes; enfim eu prometo que do total Rio, ou fundidouro do cabedal da Europa, me não torne a colher debaixo nem em um vintém, e antes mil vezes a Colônia, que se não conto o dinheiro, sacudo, e escovo afazendo, e ou uma coisa, ou outra, acho sempre em meu poder para ajustar a conta, no caso que a peçam, e tenho entendido, que no Rio pagam os carregadores comissões de perdas, não podendo tolerar que pelo dinheiro bem parado, de uma carregação se tire a comissão da venda dos que faliram, e não pagaram.<sup>532</sup>

Na Colônia, tais procedimentos não eram tão adotados. Como se tratava de contrabando, os negócios com os espanhóis sempre foram à vista e feitos com dinheiro. Em razão disso, a preferência dos comerciantes era fazer negócios com os comerciantes instalados nas margens do Rio da Prata, como nos informa Damião Nunes de Brito na carta acima. Porém, isso não indica que, em algumas negociações, não houvesse fiado e, até mesmo, risco de perda por parte dos vendedores.<sup>533</sup> Sabe-se, no entanto, que os preços cobrados na Colônia do Sacramento poderiam render aproximadamente 85% a 90% de lucro, o que significa dizer que, mesmo diante de uma possível perda, o lucro ainda era extremamente alto. Considerando-se o salário que o cirurgião recebia, sujeito a prováveis atrasos no seu pagamento como ocorria com os soldos da tropa, e os eventuais pagamentos que recebia de atendimentos prestados à população, é muito provável que, se não tivesse recorrido ao comércio e, também, ao contrabando, não tivesse tido condições de se inserir na sociedade riograndina.

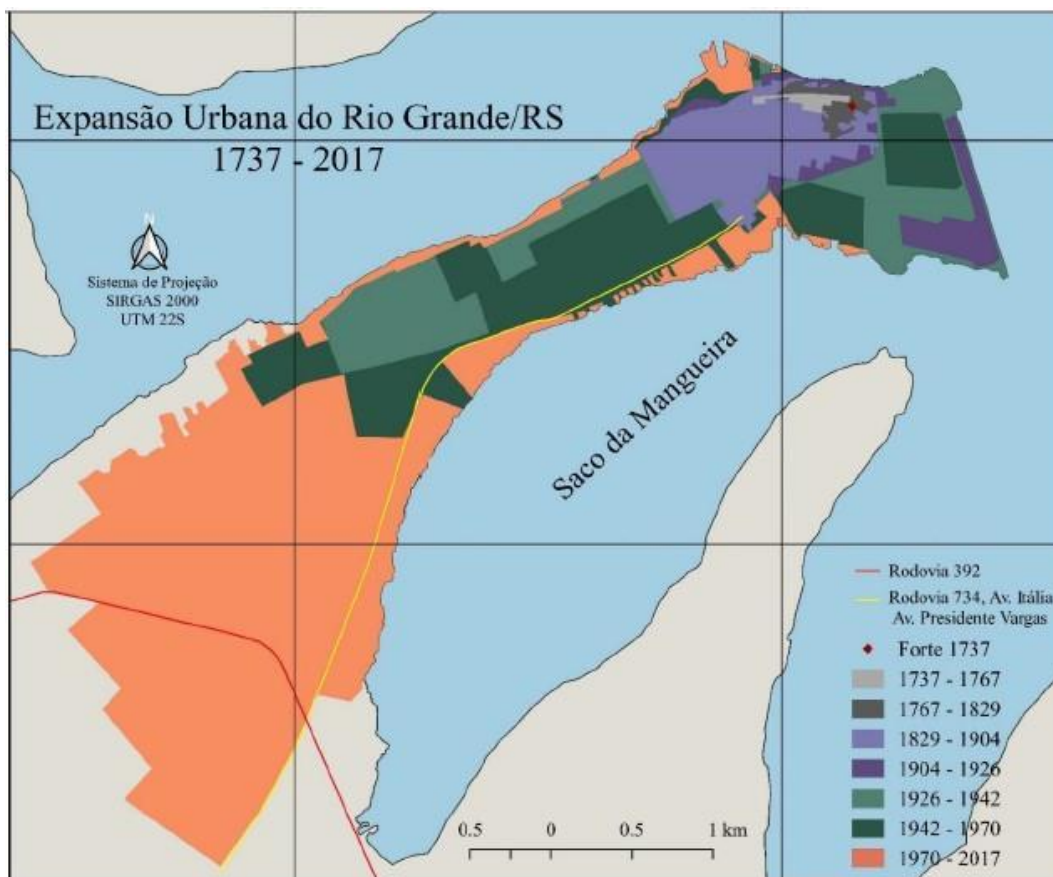
---

<sup>531</sup> FURTADO, 1999 apud POSSAMAI, 2006, p. 354.

<sup>532</sup> POSSAMAI, 2006, p. 355.

<sup>533</sup> Possamai menciona um pedido de Alexandre de Gusmão ao governador de Colônia, Luís Garcia Bivar, para que intercedesse junto a Buenos Aires, a fim de que Feliciano Velho Oldenberg pudesse receber uma soma de oitocentos mil cruzados em mercadorias vendida aos comerciantes espanhóis. (Idem, p. 356).

**Fig. 12: Projeção da Expansão Urbana do Rio Grande (1737-2017)**



FONTE: PIRES, 2019, p. 85

Levando-se em conta que, num primeiro momento, o atendimento se restringiu à guarnição militar, e que, posteriormente, se estendeu aos residentes no entorno do presídio, podemos refletir sobre o que representava a povoação em termos demográficos e, também, sobre o lento processo de ocupação do litoral em direção ao interior. (Figura 12). Há que se considerar, é claro, que as ameaças de invasão espanhola – levada a efeito em 1763 – podem ter contribuído para o não estabelecimento de moradores nessa zona urbana, e, ainda, que, além da falta de estrutura e da baixa densidade demográfica, a população instalada na recém-criada povoação, possivelmente, não tivesse condições de pagar um cirurgião.

Por ocasião da Revolta dos Dragões (1742), aportaram em Rio Grande, dois naufragos do navio inglês Wagner, que, ao descreverem sua chegada, comentam que, após uma entrevista com o comandante, foram conduzidos “a la casa del cirujano, la mejor morada de la plaza, donde se nos agasajó de la

*manera mas hospitalera.*”<sup>534</sup> Evidentemente, é preciso relativizar a percepção que os naufragos tiveram em relação à “la mejor morada”, considerando as privações que haviam passado. Afinal, um teto e uma boa cama, talvez, já os fizessem se sentir na melhor casa do mundo. Entretanto, a descrição elogiosa é acompanhada da informação sobre a localização da casa. Possuir uma casa na praça central, local onde se situava a Igreja e as casas dos mais abastados de uma povoação, era um sinal de distinção, o que nos leva a pensar que a casa na qual os naufragos foram recebidos, talvez, fosse realmente, muito boa, devido, justamente, à sua localização.

De acordo com Murillo Marx, a “importação dos costumes e das práticas” vindas do Reino para a América portuguesa, observada privilegiadamente nas Minas setecentistas, determinava a participação e um protagonismo da Igreja tanto na escolha do local em que seria erguido o prédio da igreja quanto na demarcação dos espaços próximos a ela.<sup>535</sup> O autor afirma que nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, em sua constituição 687, encontramos que:

Conforme direito Canônico, as Igrejas se devem fundar, e edificar em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se edificar de novo uma Igreja parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sitio alto e lugar decente, livre de humidade, e desviado, quanto for possível, de lugares immundos, e sórdidos.<sup>536</sup>

Como se pode constatar, esta orientação determinava que o terreno deveria ser escolhido com cuidado e, conforme os critérios estabelecidos, no melhor espaço da povoação, o que pressupõe uma valorização desses espaços que seguiam “as precisas determinações eclesiásticas”.<sup>537</sup> No caso do Rio Grande, não encontramos documento ou informação evidenciando a influência

---

<sup>534</sup> BULKELEY, CUMMINS, 2014, p. 153.

<sup>535</sup> MARX, 1991, p. 11-12.

<sup>536</sup> Apud MARX, 1991, p. 22.

<sup>537</sup> MARX, 1991, p. 11.

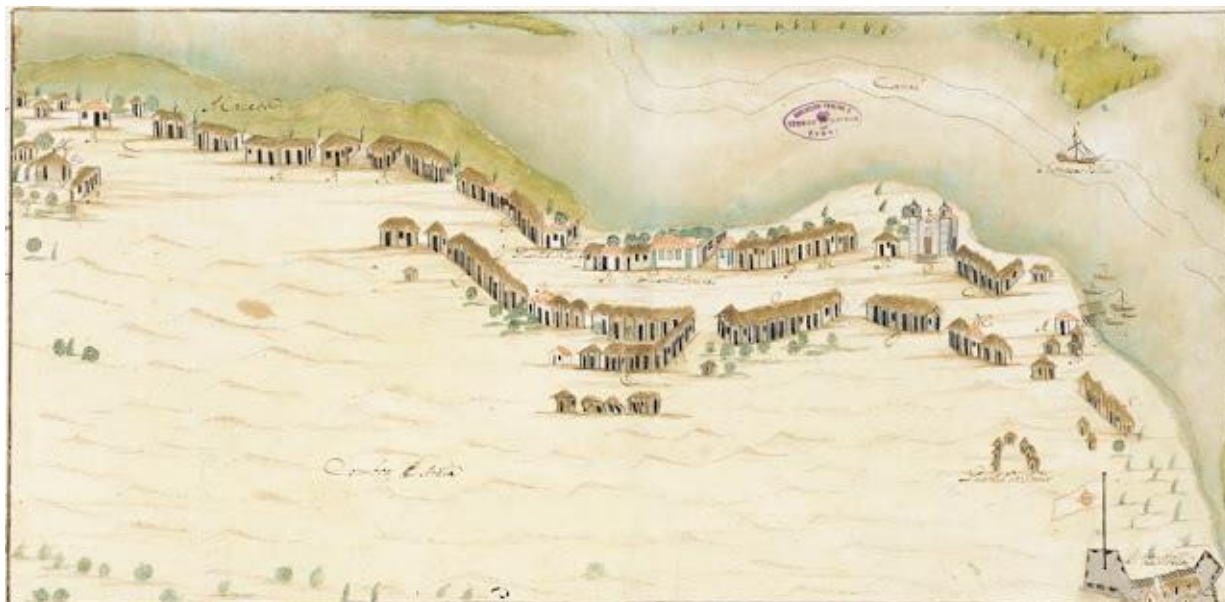
exercida pela Igreja na distribuição das sesmarias, o que, contudo, não implica descartá-la em alguma situação particular.

Em função do Padroado, e levando-se em conta as atribuições oficiais da Igreja que, nesse sentido, convergiam com as do Estado, a construção do templo em local de destaque mostrava o respeito e o reconhecimento que a instituição deveria desfrutar. Murilo Marx acrescenta que

Não era apenas o acesso ao batismo mais próximo, ao casamento mais fácil, ao amparo aos enfermos, aos sacramentos na morte, mas também a garantia do registro de nascimento, de matrimônio, de óbito, registro oficial, com todas as implicações jurídicas e sociais. Não era somente o acesso ao rito litúrgico que propiciasse no cotidiano, nos faustos e infaustos, o conforto espiritual; era também o usufruto da formalidade civil com todo o direito e a segurança que pudesse propiciar.<sup>538</sup>

Portanto, possuir uma casa, na praça e próxima da igreja, poderia ser percebido como um indicativo da aproximação com o rei, com o aparato oficial do Estado português e com tudo o que ele representava.

**Fig. 13: Aquarela da Vila do Rio Grande de São Pedro – 1776**



FONTE: Arquivo de Évora (Portugal). Disponível em: <https://historiaehistoriografiadors.blogspot.com>

<sup>538</sup> MARX, 1991, p. 19.



No caso do cirurgião Gomes de Carvalho, o fato de possuir uma boa casa, em uma localização privilegiada, era uma clara demonstração de que ele já adquirira prestígio e patrimônio suficiente para se instalar na sede da povoação, podendo desfrutar da proximidade com a elite política e econômica de Rio Grande. Esta situação, com certeza, decorreu de seu envolvimento com o comércio de couros e não do exercício da cirurgia, pelas razões que já expusemos. Mas em uma sociedade que pautava-se pelas normas do Antigo Regime, a ascensão por si só não definia a mudança social. Para tanto, era preciso legitimar esta riqueza,<sup>539</sup> e isto se daria através do matrimônio.

### 3.2 O matrimônio e o compadrio: possibilidades de inserção social

Para Martha Daisson Hameister e Tiago Luís Gil “em localidades em que havia muitos homens e poucas mulheres cristãs, o matrimônio e o estabelecimentos de descendência legítima era privilégio de poucos e era criteriosamente distribuído por alguns”. Obviamente que essa escolha era feita pelos donos do poder em seus círculos familiares.<sup>540</sup> No caso do Rio Grande de São Pedro, a quantidade de militares que circulavam pela região dava aos que mantinham a guarda dessas poucas mulheres a garantia de que suas filhas estariam na iminente possibilidade de se tornarem esposas de donos de sesmaria.<sup>541</sup> Independentemente da origem dessas mulheres, todas buscavam a garantia de uma vida melhor ao lado de um homem que vestisse uma farda. Hameister e Gil asseguram que a ligação com o Antigo Regime e a rigidez

---

<sup>539</sup> Nesse sentido, o autor completa com uma citação de Manuel Álvares Pegas, na qual o jurista português afirma que “sem as riquezas a dignidade das famílias se torna pouco, conservando-se com elas o decoro e a honra”. (PEGAS, 1682 apud HESPANHA, 2007, p. 129).

<sup>540</sup> HAMEISTER, GIL, 2012, p. 354. Como esclarecimento, por família se entende todos aqueles que orbitam que se relacionam de forma direta com um grupo familiar central. Nesse caso, escravos, agregados, parentescos de diversos níveis, indivíduos que de alguma forma transitam na órbita de uma pessoa que tenha ascendência sobre esses indivíduos.

<sup>541</sup> Para Helen Osório, a ideia de que a principal forma de ocupação foi a doação de sesmaria para militares, pode até criar “uma espécie de mito fundador dos direitos de propriedade e de uma determinada estrutura fundiária”. No entanto, em sua pesquisa na “Relação de moradores que tem campos e animais no Continente”, de 1784, demonstra que havia outras formas de doação como as ‘datas’ e as ‘licenças’, entre outras. Ver mais em Osório, Helen. Apropriação da terra na fronteira meridional da América portuguesa: direitos e formas de acesso. *XIV Congreso Internacional de História Agrária* - BADAJOZ, 7-9 de Noviembre de 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/90/browse?type=subject&value=Estrutura+agr%C3%A1ria>. Acesso em 14 de outubro de 2020.

estamental mantinham o distanciamento social nas doações e benesses àqueles que prestavam serviços ao rei. No caso dos militares, mesmo que suas origens nobres ou camponesas fossem mantidas dentro do distanciamento social, lhes eram acrescentadas qualidades que os diferenciavam da sociedade em geral. Vale lembrar que “Os guerreiros prestavam serviços à Coroa e essa retribuía nos preceitos da justiça distributiva: a cada um de acordo com o seu mérito”. Levando-se em conta que a origem social acrescentava ou reduzia esse “mérito”, poderia significar promoções ou terras.<sup>542</sup>

De acordo com o pensamento vigente no período do Antigo Regime, a graça era uma forma de obrigação que deixava o agraciado devedor da mercê. Para Hespanha, a graça se caracteriza por “um dever, por ser exigido, nuns casos mais, em outros menos, por situações (ou relações) objetivas em que as pessoas se encontram.”<sup>543</sup> Portanto, ela só seria concedida após o cumprimento do dever ou da obrigação, podendo ser também entendida como uma forma de reconhecimento da autoridade. De qualquer forma a graça – ou mercê – pode ser percebida como uma nova aliança entre o agraciado, que passa a ter novas obrigações com o benfeitor.<sup>544</sup> Ou, então, pensada a partir de quem agracia, como uma passagem de novas obrigações para o agraciado, que, no devido tempo, seria cobrado. Nesse caso, a graça figura como uma reorganização social ou como forma de manter o *status quo* da nobreza. Na fronteira sul da colônia brasileira, tanto os objetos (terras, títulos, promoções) que simbolizavam as graças, quanto os agraciados, eram escolhas motivadas pela própria política metropolitana de agraciar aqueles que eram leais e participavam das batalhas em prol da defesa do território. Ou seja, em algum momento, a graça se tornaria dívida e seria cobrada. A Coroa acreditava que os colonos, para defenderem suas terras pegariam, se necessário fosse, em armas. E, é nesse sentido, atendendo à primeira concepção de uma mercê, que um assistencialismo

---

<sup>542</sup> Idem, p. 356-357.

<sup>543</sup> HESPANHA, 2007, p. 140.

<sup>544</sup> “Dito de um modo simplificado, como sequência da retomada da Península Ibérica das mãos dos infiéis muçulmanos, a expansão possibilitou a continuidade das recompensas em terras e mercês da nobreza e da fidalguia e, com isso, aliviou as tensões e forças centrífugas que poderiam ser exercidas por essa nobreza [...]” (HAMEISTER, GIL, 2012, p. 347).

circunstancial, ou seja, não entendido como uma política assistencial, mas uma situação emergencial, buscava dar às famílias os benefícios necessários para se fixarem na região e, principalmente, produzirem riquezas. Nesse caso, a assistência não atendia apenas as necessidades dos moradores como também contribuía para um projeto metropolitano de manutenção e ocupação da terra em nome do rei. No caso dos povoadores que estavam sob a égide do Edital de 1747, esta assistência se estenderia aos seus descendentes.

Gomes de Carvalho não fazia parte de uma elite com poder, mas de uma elite econômica que estava ligada aos potentados que se articulavam na cúpula do poder pelo controle dos recursos econômicos e sociais de uma sociedade. De acordo com Adriano Comissoli, a confiança estava condicionada a uma performance de sucesso, que podemos entender como ascensão econômica ou pertencimento a uma rede de relações dependentes desse crescimento econômico.<sup>545</sup> No caso do cirurgião, tanto o patrimônio já adquirido quanto seu prestígio careciam de reconhecimento para que pudesse fazer parte do círculo do poder da sociedade riograndina. O matrimônio poderia ser um dos avalistas dessa confiança mencionada por Comissoli, possibilitando sua inserção na elite local e aumentando suas chances de ganhar uma sesmaria, como mercê de sua Majestade.

Martha Daisson Hameister e Tiago Gil apontam a estabilidade e o crédito da farda como motivação para um bom casamento.<sup>546</sup> Na verdade, a confiança expressada em uma relação matrimonial ia muito além do ato de unir os noivos, na medida em que podia significar uma aliança visando à manutenção do poder das famílias envolvidas ou, então, a promoção social de um dos nubentes, detentor de grande fortuna. Em 1745, Sebastião Gomes de Carvalho já era um

---

<sup>545</sup> Quando Comissoli define elite sul-riograndense como uma elite múltipla e mista, não se limita a uma elite política, acredita que seja necessário ampliar o campo devido variáveis condicionantes do poder. Nesse caso, aproxima essa elite de uma elite econômica, social e intelectual. E nela insere os “potentados” definidos por “líderes de homens cujos clientes estão a eles ligados por laços personalistas. Essa liderança provém do controle de recursos econômicos e sociais, mas igualmente da confiança depositada neles por seus seguidores, a qual depende de uma performance de sucesso.” (COMISSOLI, 2011, p. 23, 27)

<sup>546</sup> HAMEISTER, GIL, 2012, p. 354.

comerciante bem sucedido em Rio Grande e seus negócios com gado estavam progredindo. Isto, aliás, pode ser percebido na doação feita pelo cirurgião a Frei Julião de Santa Tereza.<sup>547</sup> No documento analisado, Gomes de Carvalho é apresentado como o segundo maior doador da cavalhada que o frei pedia autorização para transportar.

Quanto à esta doação, pode-se interpretá-la como demonstração de caridade do licenciado, que, desta forma, expressava como bom católico, reconhecer sua importância para a salvação de sua alma.<sup>548</sup> Vale lembrar que, neste momento, não havia ainda no Rio Grande uma instituição, como já havia no restante da América portuguesa, que centralizasse as doações e se dedicasse ao assistencialismo.<sup>549</sup> O fato de Frei Julião de Santa Tereza estar transportando esses animais parece indicar que havia uma captação de doações no Continente de São Pedro, que eram levadas à sede política da colônia, juntamente com a lista dos doadores. Por outro lado, não devemos desconsiderar uma outra possível interpretação: a de que uma doação justificasse a não fiscalização e o não pagamento das taxas de passagem pelos postos de controle por se tratar de uma doação, o que poderia beneficiar tanto o “doador” quanto o “transportador”.

Para além de uma doação como a que fez à Frei Julião, o cirurgião talvez tenha buscado este reconhecimento através de seu ingresso em uma confraria ou ordem terceira. Fábio Kühn pontua que os “homens bons” de cada lugar, deveriam, seguindo o comportamento de um bom católico, fazer parte dessas ordens. Integrá-las serviria para posicionar o cirurgião entre os prósperos da cidade, bem como fazer parte de “um ethos aristocrático”<sup>550</sup> que, através de intrincadas redes de relações, talvez pudesse articular bons casamentos. Mas não

---

<sup>547</sup> Lista dos animais que tirou de esmola o Padre Frei Julião de Santa Teresa para os Santos Lugares de Jerusalém a saber da parte Sul do Rio Grande de São Pedro. (AHRGS, 1977, p. 214-215).

<sup>548</sup> Renato Franco reitera que “a caridade fazia parte de uma gramática da salvação bem recorrente ao longo da época moderna”. (FRANCO, 2014, p. 8).

<sup>549</sup> Essas instituições eram as Santas Casas de Misericórdia. No caso do Rio Grande do Sul, a primeira surge apenas em 1803. (KÜHN, 2010, p. 122).

<sup>550</sup> Idem, *ibidem*.

foi através do ingresso em uma dessas ordens<sup>551</sup> que Gomes de Carvalho conseguiria um casamento à altura daquilo que, com certeza, já deveria estar desejando.

Fábio Kühn, ao estudar a elite da sociedade dos Campos de Viamão, no século XVIII, assegura que os costumes no Antigo Regime se manifestavam através de uma ordenação das famílias para que se mantivesse o processo de reprodução social visando ao enobrecimento, sendo que os cálculos econômicos deveriam ser levados em conta.<sup>552</sup> À medida que se constituía a sociedade riograndina, as estratégias que visavam à manutenção das posições sociais de certas famílias eram constantemente reavaliadas. Kühn destaca três delas: a construção de uma “política de alianças”, a possibilidade de fazer parte das mercês, e, por fim, “o controle dos cargos concelhios ou camarários”.<sup>553</sup> Na primeira das estratégias mencionadas, o matrimônio se destacava como forma de manutenção do poder das famílias. E, muito possivelmente, tenha sido este o ponto inicial da ascensão social de Sebastião Gomes de Carvalho, pois fazer parte de uma Câmara<sup>554</sup> ou ter um cargo concelhio, em inúmeros casos, somente se alcançava através de outros arranjos políticos.<sup>555</sup> E, pela ordem social que se estabelecia, se dava sempre após o primeiro (matrimônio ou compadrio) ou o segundo (ser agraciado com uma mercê), estabelecendo-se uma ordem hierárquica na aquisição do lugar social.

---

<sup>551</sup> O Continente de Rio Grande teve sua primeira Ordem Terceira ou Irmandade no final de 1745, com a fundação do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição de Viamão. (KÜHN, 2010, p. 131).

<sup>552</sup> KÜHN, 2014, p. 121.

<sup>553</sup> Idem, p. 122.

<sup>554</sup> Arno Wehling destaca que os cargos da Câmara eram eletivos, sendo eles “dois juízes ordinários, três vereadores e os oficiais da Câmara, como o procurador, o tesoureiro e o escrivão, embora esse número tivesse variado consoante local e época. O quadro de funcionários nomeados por sua vez variava conforme as dimensões da vila ou cidade, compreendendo almotaceis, juízes de vintena, quadrilheiros, tesoureiros menores, depositários públicos, alcaldes mores e menores, capitães-mores e sargentos-mores das ordenanças e capitães de ‘entradas e assaltos’ ou capitães do mato.” Foi a partir do XVIII que a figura do juiz de fora foi inserida, numa tentativa de centralização do poder na presidência da Câmara. Essa ideia não frutificou, pois, até 1808, havia apenas 13 desses cargos. (WEHLING, 2018, p.64)

<sup>555</sup> Segundo o pesquisador, as mercês e os cargos dependiam dos resultados positivos alcançados com os jogos políticos. (KÜHN, 2014, p. 122).

Como já demonstrado, Gomes de Carvalho estava apto a dar o primeiro passo rumo à sua ascensão social. Financeiramente, estava em uma situação confortável, pois não vivia exclusivamente do soldo de cirurgião. Além disso, escapara ileso da Revolta dos Dragões, de 1742, não tendo sido citado nem pelos revoltosos nem pelas autoridades. É possível que não tivesse sido percebido como ameaça pelos insurgentes e nem pelo comando, uma vez que não era militar e, muito provavelmente, abster-se de declarar apoio. Assim, no ano de 1745, Sebastião Gomes de Carvalho possivelmente era percebido como alguém com uma boa situação financeira, que conciliava sua atuação como cirurgião com os negócios com gado. Mas a riqueza só conferia a ele uma situação de destaque, não lhe dava reconhecimento nem legitimidade. Assim, “para aqueles que se almejavam principais”, pode-se supor que Gomes de Carvalho estivesse buscando “de algum modo alcançar a condição de nobreza vigente no Império Português do século XVIII.”<sup>556</sup> E para isso, o matrimônio se colocava como uma excelente oportunidade de inserção social.<sup>557</sup>

Sob esta perspectiva, sua noiva, diferentemente dele, deveria fazer parte de uma família que estivesse, não só inserida, mas que ocupasse posição de destaque nessa sociedade. Ele não devia desconhecer também os propósitos que as famílias da burguesia local tinham de conciliar patrimônios e interesses comuns que precisavam ser defendidos ou ampliados, evidenciando a existência da prática de certas estratégias familiares.<sup>558</sup> Para sabermos mais sobre as condições em que possivelmente se deu o matrimônio de Gomes de Carvalho com Eufrásia Maria, filha de Antônio de Souza Fernando e Apolônia de Oliveira, passamos a descrever brevemente a família da noiva, sua relevância e suas relações na sociedade continentina.

O português Antônio de Souza Fernando nasceu na freguesia do Valongo, na região do Porto, em Portugal. Enquanto aguardava a partida para a América,

---

<sup>556</sup> ALMEIDA, 2007, p. 130.

<sup>557</sup> SAMPAIO, 2014, p. 194.

<sup>558</sup> PEDROZA, 2008, p. 70. Na visão da pesquisadora, Giovanni Levi entende que “a forma da família ampliada agir em solidariedade e cooperação seletiva, adotadas para organizar a sobrevivência e o enriquecimento.”

casou-se com Apolônia de Oliveira, em Terra da Feira, também região do Porto. O casal aportou na Colônia do Sacramento e, por volta de 1737, após uma estada no Rio de Janeiro, devido ao cerco de Colônia, volta a Rio Grande como povoador.<sup>559</sup> Em 1738, Antônio de Souza Fernando já demonstrava sua condição social, ao possuir uma sesmaria, enquanto que a maioria dos moradores, vindos da Colônia possuíam pequenas chácaras e outros apenas uma casa para morar. João Garcia Dutra, genro de Antônio Souza, também possuía uma sesmaria.<sup>560</sup> Possivelmente, a sesmaria tenha sido concedida com a intervenção do Tenente Francisco Pinto Bandeira, que possuía terras próximas e, ainda em 1738, casara-se com Clara Maria de Oliveira, uma das filhas de Antônio Souza Fernando.<sup>561</sup>

A ascendência social de Antônio Souza Fernando era inquestionável. Provinha de uma linhagem, que se não nobre, destacava-se por ser um reinol de sucesso e importância. O fato de ter casado Clara Maria, uma de suas filhas, com um dos herdeiros das tradicionais famílias da elite colonial paulistana reforçava sua posição de destaque no Continente. E será a esta família que Sebastião Gomes de Carvalho se unirá por meio do casamento com Eufrásia, em 1745. O licenciado, muito provavelmente, conhecia Francisco Pinto Bandeira, em função do contato que mantinha com a elite militar devido ao ofício de cirurgião que exercia. O casamento com Eufrásia, contudo, possibilitou, que ele se inserisse no rol dos homens bem sucedidos de Rio Grande, entre os quais estava o tenente.

Para Antonio de Souza Fernando, o sucesso financeiro de Gomes de Carvalho era, sem dúvida, o suporte que estava buscando para assegurar um bom casamento para filha e manter suas posses dentro do grupo familiar. Como membro de uma elite em formação, ainda que não fosse militar, o pensamento

---

<sup>559</sup> KÜHN, 2014, p. 151, nota 267.

<sup>560</sup> FORTES, 1998, p. 82.

<sup>561</sup> Francisco Pinto Bandeira foi pai de Rafael Pinto Bandeira, importante personagem da história do Rio Grande. Francisco Pinto Bandeira, por sua vez, foi filho de José Pinto Bandeira e Catarina de Brito, filha de Francisco de Brito Peixoto, fundador de Laguna, com uma nativa carijó. (KÜHN, 2014, p. 150-151)

de Antônio Fernando era manter suas conquistas dentro da mesma coletividade social. Dentro desses arranjos sociais, o dote era uma forma prática de alicerçar esta coletividade no desejo de manter um status social com uma posse que permanecesse na linhagem familiar após a morte do doador. O dote visava, sobretudo, possibilitar que a filha mulher tivesse possibilidade de arranjar um bom casamento. Nesse caso, via-se no casamento, uma forma de “proteção e sobrevivência econômica da mulher, pois era da competência do marido zelar pela segurança da esposa e dos filhos, incluindo a administração dos bens do casal.”<sup>562</sup> E, nesse sentido, a intenção era manter o casamento entre as melhores famílias da terra,<sup>563</sup> embora Sebastião Gomes de Carvalho não possuísse uma linhagem que possibilitasse esta projeção, o cabedal financeiro angariado com seus negócios, proporcionava a ele esse status.<sup>564</sup>

Segundo Fábio Kühn, a prática dotalícia não deveria se limitar a uma transferência de parte do patrimônio, uma vez que por trás da prática “estaria a consecução de uma política de alianças, fundamental para unir determinadas famílias e separar outras.” Entre as famílias de elite, a possibilidade de novos bens era secundária, e, nesse caso, pesava muito mais a força política que esta relação poderia agregar nos conflitos entre famílias pelo poder local.<sup>565</sup> Para Antônio de Souza Fernando, o casamento de sua filha não se limitava à manutenção das posses dentro do mesmo nível social, podendo ser compreendido como uma estratégia de adaptação às novas condições de uma sociedade em formação.

Nesse sentido, um negociante que se destacasse e que mantivesse vários contatos fora de Rio Grande poderia ser um aliado nas relações que Souza Fernando pretendia estabelecer para consolidar seu poder e de sua família. Neste sentido, vale, ainda, lembrar que, segundo Muriel Nazzari, “o casamento

---

<sup>562</sup>ALVES, 2016, p. 157.

<sup>563</sup> KÜHN, 2014, p. 113.

<sup>564</sup> O próprio licenciado dota muito bem uma de suas filhas, Rosaura Maria de Oliveira, ao lhe repassar “Uns campos que terão légua e meia de comprido, 140 éguas e 60 reses”. Num total de 248\$400 para ela e Carlos Antonio Rodrigues Vieira, em 1782. (Escrituras de dote, Continente do Rio Grande 1761-1789. APRS apud KÜHN, 2014, p. 129)

<sup>565</sup> Idem, p. 122.



de uma filha ampliava desse modo as alianças familiares, ao mesmo tempo em que incorporava mais um homem aos projetos militares, políticos ou econômicos da família.<sup>566</sup> É preciso, ainda, considerar que Antônio de Souza Fernando e seu genro, Francisco Pinto Bandeira,<sup>567</sup> começavam a se destacar dentro da elite continentina e que, com certeza, tivessem planos maiores, que requeriam a conciliação entre condição financeira e social. Sendo assim, o sucesso de Gomes de Carvalho nos negócios era muito bem visto por Souza Fernando e o habilitava a casar-se com sua filha Eufrásia. Através deste casamento, seriam atendidas as expectativas de todos os envolvidos, e, principalmente do cirurgião, que desde que chegou ao Continente almejou ascender socialmente.

Por outro lado, o valor financeiro empregado no dote de uma filha não pode se caracterizar um gasto ou uma divisão dos bens antes da morte do patriarca.<sup>568</sup> Diante da permanente instabilidade própria de uma região de fronteira, como era a do Continente de São Pedro, as oscilações nos negócios poderiam afetar gravemente as finanças locais. Nesse caso, o dote, quando destinado a um indivíduo com atividade econômica diferenciada e distinta daquele que a família mantinha, poderia significar uma estabilidade financeira em tempos de crise.<sup>569</sup> De qualquer forma, “os laços matrimoniais proporcionavam a construção e formalização de laços estratégicos, reiterando ou consolidando antigas e novas relações comerciais e políticas”,<sup>570</sup> como se pode observar no casamento de Sebastião com Eufrásia.

Para entendermos a importância do casamento na trajetória do cirurgião se faz necessária a compreensão do alcance parental que esta instituição trazia,

---

<sup>566</sup> NAZZARI, 2001 apud KÜHN, 2014, p. 125.

<sup>567</sup> A ligação entre as famílias Gomes de Carvalho e Pinto Bandeira se consolidaria através do batismo de Rafael Pinto Bandeira, filho de Francisco Pinto Bandeira, pela esposa do licenciado, Eufrásia Maria de Oliveira.

<sup>568</sup> Somente uma pesquisa mais aprofundada possibilitará que se descubra qual foi o valor do dote da filha de Souza Fernando ao se casar com Gomes de Carvalho. Infelizmente, não se conseguiu localizar a informação.

<sup>569</sup> MARTINS, 2007, 409.

<sup>570</sup> *Idem*, p. 423.

uma vez que o casamento ultrapassa a união entre homem-mulher e se torna elo de uma corrente de relações que definem toda a estrutura familiar. Para Levi,

o que deve ser indagado é a relação entre família e contexto: as escolhas das alianças, de colaboração econômica, de amizades, ou a ruptura de ligações que se tornaram desvantajosas. Em suma, a contínua adaptação às mudanças do ambiente circundante.<sup>571</sup>

Deve-se, no entanto, considerar que “entrar” para uma família não significava dizer que o indivíduo fosse da família, mas que fazia parte dela. Hierarquicamente, pais, filhos e irmãos antecedem a genros e cunhados, sobrinhos e afilhados, estabelecendo-se uma diferença entre parente e parentela. O primeiro segue uma ancestralidade hierarquicamente rígida, seja ela originária do lado matriarcal ou patriarcal, já o segundo possui um amplo espectro de abrangência que envolve aqueles que chegam à família pelo matrimônio ou pelo compadrio, que, por ser bilateral, é flexível na sua origem e descendência.<sup>572</sup>

De qualquer forma, assumir a condição de chefe de uma nova família, por mais que ela tivesse uma origem tradicional e elitista, nesse caso, mediante um dote que permitisse certa independência, não era uma estratégia “econômica em si concluída”. Ela necessitava de uma linha de defesa e apoio parental que permitisse o equilíbrio entre todos os seus entes diante dos altos e baixos causados pelo “risco e a incerteza, diferenciando os setores de atividade entre parentes não corresidentes, mas amplamente ligados em sistemas de solidariedade.”<sup>573</sup> A situação de Gomes de Carvalho, dada a sua origem, não lhe permitiria um protagonismo nas decisões de sua trajetória. Mas, sim, a defesa dos interesses comuns da família a qual passava a pertencer.

Apesar de ter se inserido na família de Antônio de Souza Fernando através do casamento, Gomes de Carvalho passou a conviver com as demandas e interesses próprios deste grupo familiar e também com as possibilidades que

---

<sup>571</sup> LEVI apud PEDROZA, 2008, p. 70.

<sup>572</sup> PEDROZA, 2008; PETRARCA, LIMA, BOMFIM, 2016.

<sup>573</sup> LEVI, 2015, p. 16.

se ofereciam. Por trás de um casamento no Antigo Regime havia muito mais do que a união entre os noivos e a preocupação com a continuidade de uma linhagem familiar, pois havia normas católicas que precisavam ser observadas, sendo que uma delas era a de que os casamentos deveriam ser igualitários.<sup>574</sup>

Uma das formas de mensurar a inserção e o reconhecimento social do cirurgião é a partir dos registros de batismo. Pelo que pudemos apurar, Gomes de Carvalho teve participação na pia batismal, mas sua esposa o superou no número de vezes em que foi madrinha. Isto, em grande medida, decorria da posição prestigiosa – pelos negócios com gado e couro e pelo casamento – que ocupava na sociedade rio-grandina, tanto pelo ofício de cirurgião que exercia junto aos soldados e à população, quanto por sua ligação com a elite militar, a elite econômica e política de Rio Grande. Condições que eram fundamentais para manter relações de reciprocidade tanto com a elite quanto com os seus iguais ou com os mais pobres.<sup>575</sup>

Pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), o batismo é o primeiro sacramento ministrado e a porta de entrada para o mundo católico. Toda sua importância reside no perdão do pecado original e na profissão de fé à Igreja.<sup>576</sup> Para além do rito de iniciação cristã do neófito à sua comunidade, o ritual realizado junto à pia batismal confere a continuidade social de uma família. Ele não tem o objetivo de apenas integrar o ainda pagão à “cultura que, neste caso, está circunstanciada ao universo cristão,” no qual “o sentido religioso

---

<sup>574</sup> Débora Cristina Alves aponta que essas “igualdades” poderiam ser reconsideradas conforme os interesses. Exemplo disso é a idade. Essa era uma condição constantemente desconsiderada, pois noivos mais velhos tomavam para si esposas muito mais jovens. Principalmente se a condição financeira do noivo acompanhasse a diferença de idade. Mas um fator, segundo ela, é imprescindível, o do status. Reitera que livres casavam-se com livres, pardos com pardos, cativos com cativos, etc. (ALVES, 2016, p. 155-156).

<sup>575</sup> Luís Augusto Farinatti elencou como origem do cabedal do Coronel Bento Manoel Ribeiro (1783-1855) as “contendas de fronteira, poder econômico, relações de reciprocidade com superiores, com iguais e com subalternos”. Farinatti referia-se a um personagem do século XIX, mas com um conjunto de recursos resultantes de ações que começaram na formação da sociedade continental em 1737. (FARINATTI, 2010, p. 94.)

<sup>576</sup> *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia* feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. – São Paulo: Na typographia de Antonio Louzada Antunes, 1853. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291> Acesso em: 19 de julho de 2020.

frequentemente coincide com o reconhecimento cultural.”<sup>577</sup> Para além disto, o batismo reveste-se de outro significado, na medida em que “o homem velho, profano, imerge nas águas para dar lugar a um novo homem, livre de todas as culpas”,<sup>578</sup> iniciando um novo ciclo espiritual. Mas, do ponto de vista social, a presença de distintas pessoas da sociedade junto à pia, mostra que o rito de passagem resultou de uma possível e longa negociação, e o início – ou continuação – de uma relação entre indivíduos com papéis bem definidos. Nessa perspectiva, o batismo insere mais uma relação de poder que pode alterar a vida familiar como também definir novos rumos para uma comunidade. O resultado disso é um aumento no quantitativo familiar que extrapola a quantidade de membros consanguíneos e pode (re)definir uma rede de relações.

No Rio Grande de São Pedro, mais do que as normas próprias do Antigo Regime e que definiam claramente a hierarquização social, eram respeitados os preceitos emanados da Igreja Católica, observáveis no cumprimento dos rituais que estabeleciam os laços entre as famílias, tais como o casamento e o batismo. Hameister ressalta a força dessas práticas tradicionais, que se readequaram para inserir também os indígenas, de várias etnias, algumas até inimigas entre si, na comunidade cristã através do batismo.<sup>579</sup>

A comunhão de interesses entre Igreja e Estado eram benéficas para ambos. A Igreja, com a sua estrutura eclesiástica e missão evangelizadora, levava, pela fé, as ideias de que o bom cristão era um bom cidadão. Nesse sentido, o batismo permitia um duplo controle. O primeiro, através do simbolismo de sua prática, que incluía o neófito no mundo religioso, permitindo-lhe o conhecimento necessário para ser bom católico e aceitar que a salvação da alma

---

<sup>577</sup> FRANCO, CAMPOS, 2004, p. 26

<sup>578</sup> Idem, p. 27.

<sup>579</sup> HAMEISTER, 2006, p. 187. Em sua tese de doutorado, Martha Daisson Hameister faz uma boa discussão sobre os preceitos legais do matrimônio e do batismo e sua importância no meio católico. A partir das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, a pesquisadora invoca o quanto a lei civil, buscando um sentido igualitário que não existente na sociedade, constantemente era alterada em prol de um conjunto de objetivos maiores. Entre eles, a própria ocupação continentina e a proteção aos seus administradores. Nesse último caso, inocentando-os, inclusive, da pena capital. A autora mostra que há uma hierarquização nas leis canônicas tanto quanto há na lei civil. (Ver HAMEISTER, 2006, cap. 4).

viria através de uma conduta virtuosa e do respeito aos preceitos da Igreja. Em segundo, os dados constantes nos registros batismais permitiam ao Estado ter o controle das almas que viviam em cada região. Não devemos, no entanto, compreender os registros batismais apenas como ferramentas de controle estatal, na medida em que os batismos instituíam uma prática social.

Para Chartier, práticas são exercícios de poder,<sup>580</sup> enquanto que as representações são os significados dados a essas práticas. Os valores definidos delimitarão os campos de uma identidade, limitarão as interpretações frente a fatos, existentes ou não, ou criarão novas compreensões de acordo como o interesse individual ou coletivo. Nesse sentido, o batismo pode ser vinculado a uma relação de poder estabelecida pelo compadrio, a ponto de determinar transformações que alteram a vida social não só de uma família, mas de toda uma comunidade. Para além do significado religioso investido em um segundo pai, o padrinho – o pai espiritual – é responsável por este papel, amparado por uma estrutura familiar com alcance maior que a origem consanguínea. Sendo assim, o batismo constitui-se em prática que cria novas relações ou reforça os vínculos já existentes.

Segundo Gudeman, portanto, as relações subjacentes ao batismo possuem dois aspectos principais: o aspecto funcional, que fomenta as solidariedades sociais, e o aspecto religioso, no qual os laços espirituais amarrados sob os auspícios da Igreja se dão não no mundo dos humanos, mas na esfera divina. Sob essa ótica ficam irmanados os espíritos dos compadres perfilhando espiritualmente o batizando. Se a relação entre compadres na esfera espiritual é equilibrada, na esfera mundana ela denota certas hierarquias e diferenças existentes nas relações da sociedade.<sup>581</sup>

De acordo com Hameister, a hierarquia que define os papéis espirituais, também hierarquiza a relação padrinho-afilhado e compadre-compadre.<sup>582</sup> A relação de compadrio não é uma relação simétrica, o poder, a influência social

---

<sup>580</sup> CHARTIER, 1991, p.187.

<sup>581</sup> HAMEISTER, 2006, p. 207.

<sup>582</sup> Antonio Carlos Jucá Sampaio também aponta que o batismo era uma relação desigual e afirma que “os padrinhos pertenciam geralmente a estratos sociais superiores aos de seus compadres e afilhados”. (SAMPAIO, 2014, p. 201).

ou financeira, a ascendência genealógica, entre outros, são fatores que definem essa relação unilateral. Apesar de afirmar que cada um define seu papel social a partir da pia batismal, Hameister alerta que a responsabilidade do padrinho se dá no mundo espiritual que, além da obrigação de influenciar sua escolha religiosa “tornam-se irmãos dos pais das crianças, unindo-se em cadeias de auxílio mútuo e ações de solidariedade como que de uma família consanguínea.”<sup>583</sup>

Nesse sentido, a relação familiar entre Sebastião Gomes de Carvalho e os Souza Fernando não se ateve somente ao matrimônio com Eufrásia Maria. Em diversos registros, Maria Quitéria Marques de Souza, e Escolástica, filha e neta, respectivamente, de Nicolau de Souza Fernando, tio de Antônio, aparecem como madrinhas de filhos do licenciado. Os Souza Fernando, aliás, souberam manter uma tradição de mantiveram vínculos a partir do batismo. Após a fuga do cerco de Sacramento (1735), tendo deixado tudo para trás, as relações foram uma espécie de herança imaterial que a família trouxe para Rio Grande. Em sua dissertação, Hameister oferece uma análise dos dois troncos da família, a de Antônio e a de Nicolau (sobrinho e tio, respectivamente), e o quanto as relações estabelecidas a partir do apadrinhamento ampliavam o leque de influência junto à sociedade riograndina.<sup>584</sup>

Nesse sentido, podemos entender o matrimônio e o compadrio – enquanto estratégias – como “modalidades de construção desses edifícios sociais (...) de suas lógicas, e de suas normas”, mesmo que “a relação entre práticas e normas muda profundamente”,<sup>585</sup> devido a movimentos que são acionados e que lhe dão a legitimidade necessária. Cerutti ressalta, ainda, que em algumas situações o indivíduo está disposto, inclusive, a alterar a norma social, pois a ação “já estaria predeterminada pelo quadro estratégico que dita as operações de manipulação das normas sociais.”<sup>586</sup> O fato de o cirurgião ter

---

<sup>583</sup> Idem, p. 234.

<sup>584</sup> HAMEISTER, *op. cit.*

<sup>585</sup> CERUTTI, 2021, p. 46.

<sup>586</sup> Idem, p. 45.

uma origem mecânica demandava a definição de uma estratégia que lhe permitisse mudar a norma social que estabelecia o casamento fundamentado na igualdade,<sup>587</sup> e, neste sentido, sua condição de comerciante bem sucedido favoreceu essa manipulação. Segundo a mesma autora, é preciso levar em conta que “Estas ações não eram reveladoras de determinações objetivas, mas exprimiam, pelo contrário, reivindicações, intenções e proposições”, razão pela qual o cirurgião não tinha como saber se esta seria, de fato, a melhor ação para sua ascensão. Sendo assim, a estratégia adotada por Gomes de Carvalho vai ao encontro do indeterminismo salientado por Karsburg e Vendrame, citado na introdução desse trabalho.<sup>588</sup> Também Giovanni Levi insere esse indeterminismo como uma condição para a utilização das normas sociais como estratégias.<sup>589</sup> Ao pensarmos as decisões tomadas pelo cirurgião, sob esta perspectiva, deve-se começar pela inversão dos polos que definem as ações, na medida em que o uso de ações estratégicas para atender as normas passa a ser visto como o uso estratégico das normas para definir uma ação. Parece-nos que diante das opções que se apresentavam e das pressões sociais próprias de uma sociedade guiadas pelas normas do Antigo Regime, só restou a Gomes de Carvalho decidir pelo matrimônio.

Sebastião Gomes de Carvalho, com certeza, deve ter percebido seu casamento com uma filha de Souza Fernando como oportunidade para realizar seu projeto de ascensão social e, desta forma, integrar a elite da sociedade continentina e participar de todos os rituais de legitimação dessa condição, como, por exemplo, o apadrinhamento. A partir dos trabalhos de Martha Daisson Hameister e Rachel dos Santos Marques constata-se, contudo, que havia um protagonismo feminino nas relações de compadrio.<sup>590</sup> Isto pode ser observado

---

<sup>587</sup> Ver pág. 199, nota 574 que trata sobre o fator igualitário que define os casamentos.

<sup>588</sup> Introdução, página 22.

<sup>589</sup> Introdução, página 23.

<sup>590</sup> Giovanni Levi reitera que “existem de fato áreas – e são predominantes – nas quais as solidariedades são relativas ao parentesco consanguíneo e à linha masculina.” (LEVI, 2015, p. 17.) Martha Daisson Hameister destaca em sua tese que as madrinhas normalmente eram tias dos batizados, ou seja, todas do grupo consanguíneo. Já os padrinhos eram tios ou “gente de estatuto semelhante”. (HAMEISTER, 2006, p. 237). Ver também a dissertação de Rachel Marques dos Santos, *op. cit.*

no número superior de vezes em que a esposa do cirurgião, Eufrásia, compareceu à pia batismal. Isto, no entanto, não deve ser percebido como demérito para o cirurgião, uma vez que ele seguiu desfrutando das vantagens de fazer parte da família dos Souza Fernando. Em algumas situações, foi chamado a apadrinhar juntamente com sua cunhada, Clara Maria de Oliveira,<sup>591</sup> que era casada com Francisco Pinto Bandeira e, por vezes, apareceu na pia batismal com seu filho, Rafael Pinto Bandeira.<sup>592</sup> Como se pode constatar, era comum que as mulheres da família Souza Fernando fossem madrinhas, por vezes, desacompanhadas de seus maridos ou filhos.<sup>593</sup> A tradição de se buscar a madrinha na família e fora dela um padrinho parece ter sido algo que caracterizou a família Souza Fernando. Em 118 batismos arrolados por Hameister, as mulheres compareceram em 98, enquanto que os homens da família compareceram em 43.<sup>594</sup> Possuir um padrinho que fosse membro de uma família importante como a Souza Fernando era vantajoso para o afilhado, assim como estabelecer uma relação de compadrio com uma família da elite, poderia representar a inserção de um, talvez de classe não tão abastada ou importante, na família do outro, que era de uma família mais tradicional, talvez, da elite local. A partir dos batismos, abriam-se para Gomes de Carvalho muitas possibilidades de projeção social e de ampliação de seus negócios devido ao ingresso de outros membros na família, mesmo que ele não aparecesse registrado como padrinho.

Se os fazendeiros preferiam uma relação horizontal, onde cunhadospadrinhos eram mais requisitados, principalmente se estes possuísem uma posição social mais elevada,<sup>595</sup> a pia batismal para Sebastião Gomes de Carvalho parece não ter se configurado em passagem para o mundo social do Rio Grande de São Pedro, pois foi requisitado poucas vezes para apadrinhar. Se “ser compadre de alguém influente tinha, sim, um significado prático para alguns

---

<sup>591</sup> 1LBV 1747-1759). Reg. 106. Fl. 27. 21/05/1752.

<sup>592</sup> Idem, Reg. 101. Fl. 26. 05/04/1752.

<sup>593</sup> Idem, Reg. 140. Fl. 36. 16/08/1753. Clara Maria aparece como madrinha de Josefa, Filha de Bernardo Pinto Bandeira e Maria Santa, juntamente com o licenciado José Antonio de Vasconcelos. O dito licenciado foi provido cirurgião-mor de Rio Grande em 1746. (AHRGS, 1977, p. 221).

<sup>594</sup> HAMEISTER, 2006, p. 293.

<sup>595</sup> KÜHN, 2014, p. 190.



membros daquela sociedade”,<sup>596</sup> o fato de não ter sido padrinho com tanta frequência retirava dele a influência que, por exemplo, seu cunhado, Francisco Pinto Bandeira, possuía. De qualquer maneira, o número reduzido de afilhados não comprometeu sua inserção na elite riograndina, pois, em 1750, ainda em Rio Grande, foi testemunha do juramento e da posse de José Monteiro dos Reis como Escrivão da Fazenda Real e Matrícula.<sup>597</sup> O matrimônio e a inserção na família dos Souza Fernando possibilitaram ao cirurgião Gomes de Carvalho que, posteriormente, exercitasse outros ofícios, como o de vereador na Câmara de Rio Grande e, posteriormente, na de Viamão. É sobre sua atuação política que se detém o próximo tópico.

### **3.3 Cirurgião-político: Nas margens do poder**

Nos tópicos anteriores, demonstramos como Sebastião Gomes de Carvalho ascendeu econômica e socialmente na sociedade riograndina, conciliando sua atividade de cirurgião com a de negociante de gado e de couro. É bem verdade que foi o patrimônio conquistado através dos negócios que rendeu a ele um bom casamento com a filha de um ilustre representante da elite de Rio Grande, e alguns afilhados que foram por ele levados à pia batismal. Mas, além de fazer parte de uma família de prestígio e de desfrutar de uma bem sucedida condição econômica, Gomes de Carvalho ambicionava exercer um ofício que desse a ele o poder de influenciar decisões, como o de vereador.

Pelo fato de o Rio Grande do Sul ter se caracterizado, como já dito no início deste capítulo, por uma administração diferenciada em relação ao restante da Colônia, devido ao objetivo e à forma de sua colonização, e também por não existirem “obras específicas sobre a administração pública que de forma abrangente enfoquem o período colonial no Rio Grande do Sul,”<sup>598</sup> far-se-á uso

---

<sup>596</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>597</sup> AHRGS, 1977, p. 255.

<sup>598</sup> MIRANDA, 2000, p. 22.

da bibliografia que aborda a administração local, levando em conta o “caráter personalista da administração pública”.<sup>599</sup>

Como Sebastião Gomes de Carvalho não fez uso do seu ofício de cirurgião para obter projeção social, nós o apresentamos como um personagem distinto em relação aos cirurgiões de outras partes da Colônia. Isto, em grande medida, se deu porque Gomes de Carvalho se inseriu em um território – o Continente de São Pedro – que se caracterizava por uma administração que reforçava o poder local como forma de manter a unidade metropolitana e a lealdade à Coroa através da distribuição de mercês, nesse caso, de terras.

Vale lembrar que fazer parte da Câmara era “garantir o bem-estar da república, e isso, entre outras coisas significava fiscalizar o abastecimento da cidade: preços e qualidade dos gêneros.”<sup>600</sup> Gomes de Carvalho tinha consciência de que a Câmara era um espaço que poderia atender as demandas da família da qual passou a fazer parte pelo casamento, na medida em que

[As] Câmaras [também] eram uma forma de representação e refúgio para todas as classes portuguesas, particularmente as elites locais. Representação à medida que o exercício do poder político local dava vazão às reivindicações das comunidades ou de setores mais privilegiados.<sup>601</sup>

Adriano Comissolli ressalta que “os poderes locais se integravam de maneira variada ao Estado lusitano, quando não operavam de forma paralela e ora o desafiavam, ora o respaldavam numa relação tão tensa quanto necessária a ambos.”<sup>602</sup> Fábio Kühn, por sua vez, destaca que divisão de poderes estava atrelada às famílias que dividiam o poder na Câmara. Nesse caso, o poder tentava conciliar três etapas de negociações. Uma que atenderia ao grupo governante, outra que, como uma forma de concessão, atenderia às elites locais e uma outra que envolveria os interesses do poder central. Ou seja, Gomes de Carvalho passaria a ser um cidadão, uma distinção em relação ao demais

---

<sup>599</sup> Idem, p. 21.

<sup>600</sup> FRAGOSO, 2007, p. 51.

<sup>601</sup> Ibidem, p. 194.

<sup>602</sup> COMISSOLLI, 2011, p. 60.

colonos, bem como participaria “do governo político do Império”,<sup>603</sup> defendendo os interesses que não conflituassem com os seus e de sua família.

A Câmara instalada em 1752 possuía jurisdição sobre a Capitania do Rio Grande e não estava vinculada à Vila de Rio Grande.<sup>604</sup> Na Provisão de 17 de julho de 1747, constava:

“... passe logo a aquêlê presídio, e que nêlê crie uma vila com dois juizes ordinários, três vereadores, um procurador do conselho, que depois façam seus almotacéis, um escrivão da câmara e almotaçaria, e outro de órfãos que por ora sirvam também de tableões [sic.] do público judicial e notas, com distribuição que lhes pode fazer o juiz ordinário, que ser inquiridor...”<sup>605</sup>

As rendas que mantinham as Câmaras provinham de dois terços dos valores recolhidos “do arrendamento do direito de exploração de seus bens e de serviços públicos (como açougues, talhos, passagem de pessoas por passos de rios) vistoria do uso de pesos e medidas (contrato de aferição).”<sup>606</sup>

Mas quem era o indivíduo apto a ocupar um cargo na Câmara? Adriano Comissoli destaca que a escolha dos administradores tinha regras pouco definidas, adaptando-se às necessidades locais, mas o consenso era que os cargos deveriam ser distribuídos entre as pessoas de maior prestígio da vila. Enquanto que em algumas a exigência era que o indivíduo fosse reinol, como em Goa, em outras, a nobreza da terra adquiriu o direito de fazer parte da Câmara. Comissoli ressalta que, em algumas vilas, que estavam conectadas com o mundo mercantil do Atlântico, observou-se a participação de comerciantes.<sup>607</sup> Essa afirmação do pesquisador vem ao encontro do que observamos na Câmara de Rio Grande de São Pedro, na qual os comerciantes tiveram ampla atuação. De acordo com o mesmo autor, integrar a Câmara era

---

<sup>603</sup> KÜHN, 2014, p. 195.

<sup>604</sup> Murilo Marx destaca que “nas Ordenações Filipinas, em seus títulos referentes aos juizes ordinários e aos vereadores, são conferidos a esses oficiais da câmara e seus servidores poderes para agir com ampla liberdade nos assuntos municipais [...]”. (MARX, 1991, p. 56).

<sup>605</sup> Transcrito de MIRANDA, 2000, p. 55.

<sup>606</sup> MIRANDA, 2000, p. 50.

<sup>607</sup> COMISSOLI, 2012, p. 78-79.

um sinal de distinção nobre, sendo, no entanto, importante ressaltar que “Não eram esses nobres políticos nobres de fato, mas galgavam os primeiros degraus desta ordem,” fazendo com que as famílias mais abastadas almejassem a função camarária pelo caráter nobre que ela conferia.<sup>608</sup>

Nos primeiros anos de funcionamento da Câmara de Rio Grande, as dificuldades estruturais foram a tônica das sessões, já que os recursos não atendiam às demandas mínimas, como as de erguer um imóvel para chamar de Casa da Câmara e Cadeia. Disto decorreu a necessidade de serem estipulados subsídios sobre os licores que entravam na vila,<sup>609</sup> a fim de poderem ser mantidas as necessidades básicas. A atuação de Gomes de Carvalho na da Câmara de Rio Grande durou pouco mais de 10 anos. Com a invasão espanhola em 1763,<sup>610</sup> segundo Sergio da Costa Franco, mudou-se para Viamão, onde também atuou como vereador. Em 18 de junho de 1766, ele aparece assinando a ata da sessão, juntamente com outros vereadores, determinando que “os Juízes devem continuar a administração da Justiça no Arraial de Viamão até que chegarem providências de Sua Majestade.”<sup>611</sup> Sabe-se que seguiu atuando como vereador, não faltando a nenhuma sessão até o ano seguinte.<sup>612</sup>

---

<sup>608</sup> Adriano Comissoli aponta que os altos cargos do conselho não poderiam ser ocupados por “mecânicos”, ou seja, aqueles que vivem do seu próprio trabalho estavam alijados do maior poder. Esses cargos eram ocupados por quem sobrevivia com o trabalho alheio. “Era uma forma de marcar a diferenciação social dos camaristas. Eles se aproximavam vagamente dos nobres de sangue, mas, acima de tudo, construíam-se como grupo por diferenciarem-se das pessoas que viviam do seu próprio trabalho.” (COMISSOLI, 2012, p. 79).

<sup>609</sup> KÜHN, 2014, p. 197. O autor informa que o Conselho Ultramarino autorizou uma taxa de dois mil-réis por pipa.

<sup>610</sup> A Guerra dos Sete Anos colocou franceses e ingleses em confronto, levando seus aliados, Espanha e Portugal, respectivamente, também ao conflito. Devido à guerra, os espanhóis executaram uma ofensiva sobre as terras riograndinas, tidas como suas por direito, invadindo a Colônia do Sacramento e avançando sobre as Fortalezas de Santa Teresa e São Miguel, até alcançarem Rio Grande. Os erros cometidos pelo comandante português, Elói Madureira, somados ao forte poderio bélico espanhol, fizeram com que os portugueses, praticamente, não oferecessem resistência aos invasores. Mesmo após o estabelecimento da paz no continente europeu, os espanhóis se mantiveram na Vila. Todo aparato administrativo e uma parte da população, evadiu-se, pelo Canal, para a margem oposta, ao norte. Com a invasão, a Câmara se transferiu para Viamão e, posteriormente, para Porto Alegre. (ALVES, TORRES, 2016; QUEIRÓZ, 1985).

<sup>611</sup> Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velhinho, 1992, p. 14. Doravante, AHPAMV.

<sup>612</sup> FRANCO, 2003, p. 154-155.

Sérgio da Costa Franco acrescenta que, em 1764, na capela de Viamão, Gomes de Carvalho aparece assinando um exame feito em um soldado, na condição de cirurgião, o que aponta para a continuidade do exercício da função para a qual havia sido nomeado por Silva Paes. Também sugere que, após a invasão espanhola, se radicou em Rio Pardo, onde casou vários filhos. Essas afirmações, contudo, são passíveis de confirmação, pois a carta de sesmaria, datada de 1752, indica que o licenciado era morador de Viamão, com terras na região entre o Rio Cahy e o Rio dos Sinos.<sup>613</sup> Dado o seu ramo de negócio, tropas e gado – registrado no seu pedido de sesmaria – parece mais plausível que ele tenha ficado em Viamão, ou tenha vindo morar em suas terras até seu falecimento.<sup>614</sup> Não há, no entanto, maiores informações sobre o período em que viveu em Rio Pardo.

Dos grupos que vieram de Rio Grande após a invasão espanhola, o de Francisco Pinto Bandeira e seu herdeiro, Rafael Pinto Bandeira, é do interesse deste trabalho. Vale lembrar que Sebastião Gomes de Carvalho era cunhado de Francisco, e sua esposa era madrinha de Rafael.<sup>615</sup> De acordo com Kühn, por se tratar de uma elite sem vínculo com a “nobreza da terra que remontaria aos primórdios da conquista”, famílias como a de Pinto Bandeira possuíam interesses próprios e distintos do restante da Colônia, principalmente, dos grandes centros. O autor ainda ressalta que esse poder local fronteiriço possuía “uma certa permeabilidade social que permitia a absorção de indivíduos de origem portuguesa, que se destacavam, via de regra, pelo sucesso nos negócios.”<sup>616</sup> Sendo assim, é possível considerar que a inserção de Gomes de Carvalho no bloco dos “homens bons” do Continente de Rio Grande decorresse desta sua condição de negociante, já que a outra forma de se alcançar esse

---

<sup>613</sup> RAPM, Livro 101-B, (de 1752 – 1757) de folhas 1 a 102, Reg. de cartas, portarias..., p. 462.

<sup>614</sup> MOUSQUER, Zélce. PUFAL, Diego de Leão. Famílias Portuguesas nas Missões: os Gomes de Carvalho. In: *Antigualhas, histórias e genealogia*. Disponível em <http://pufal.blogspot.com.br>. Acesso em 14 maio de 2020.

<sup>615</sup> Sebastião Gomes de Carvalho não compartilhou a pia batismal com sua esposa no batismo de Rafael Pinto Bandeira. O padrinho de Rafael foi o comandante do presídio, Diogo Osório Cardoso. (HAMEISTER, 2006, p. 302).

<sup>616</sup> KÜHN, 2014, p. 200.

status era pela ocupação de cargos militares. Arno Wehling, por sua vez, adverte que:

“Proprietários, comerciantes, artesãos, posseiros são agentes sociais de poder, assim como milícias e juizes do povo (de ocorrência restrita) são agentes institucionais, que participam da dinâmica social e não podem ser reduzidos a um genérico e unívoco conceito de “homens bons”, que varia sob o impacto daquelas variáveis, em especial quando o crescimento do município provoca cada vez maior diferenciação social [...]”<sup>617</sup>

Na prática, os interesses defendidos pelo grupo que possuía representantes na Câmara diziam respeito a decisões sobre preços do açougue, posses em cargos ou nomeações e pagamentos, que estavam entre as principais funções da Câmara.<sup>618</sup> Com o tempo foram sendo agregadas outras.<sup>619</sup> Mas, dentre os que mais cuidados exigiam e eram do interesse de todos, talvez estivessem a arrematação de contratos de exploração de açougues e talhos públicos, e os controles dos pesos<sup>620</sup> e medidas, dos quais provinham as rendas da Câmara.

Dos grupos que compunham a Câmara, não havia supremacia de um (fazendeiros) ou outro (comerciantes) na disputa de seus interesses. Kühn sugere uma leve ascendência para o grupo mercantil, mas a presença dos fazendeiros equilibrava os interesses dos negociantes. O pesquisador explica que o contrato para o fornecimento de carne às tropas pertencia ao grupo dos comerciantes. Os contratadores compravam a carne junto aos fazendeiros, a prazo, que não recebiam por falta de numerários. Os comerciantes, por sua vez, recebiam em letras da provedoria e deveriam descontá-las no Rio de Janeiro. O governo, que vivia uma constante falta de dinheiro, protelava os pagamentos. Os contratadores, por sua vez, diziam que não havia dinheiro aos fazendeiros.

---

<sup>617</sup> WEHLING, 2018, p. 63.

<sup>618</sup> Ver mais em MIRANDA, 2000, onde encontra-se uma descrição mais detalhada de várias funções pertinentes não só a Câmara como também a outras funções administrativas.

<sup>619</sup> O AHPAMV (1992), em seu ‘índice por assunto’ enumera as sessões em que estes temas foram debatidos.

<sup>620</sup> Esses pesos poderiam ser confeccionados por um ferreiro local (Sessão do dia 29/11/1779. AHPAMV, 1992, p. 42) ou buscado os pesos padrão no Rio de Janeiro. (Sessão do dia 20/12/1785. AHPAMV, 1992, p. 64).

Infelizmente não localizamos uma relação nominal, por atividade, na qual se pudesse enquadrar Gomes de Carvalho como fazendeiro ou comerciante. Em alguma medida, sua participação nas decisões que pudessem vir a interferir no comércio de gado, possivelmente, acompanhou os interesses da elite da qual passou a fazer parte. É certo supor que muitas decisões eram tomadas pensando nos interesses de sua família. Entre os objetivos da Câmara, com certeza, estava o de preservar o status da elite daquela sociedade. Vale lembrar que muitos camarários eram membros da camada mais abastada da sociedade rio-grandina, que era composta por pessoas que possuíam patrimônios acima de um conto de réis.<sup>621</sup> Kühn classifica o cirurgião como membro dessa elite que participava do poder. Considerando-se o seu inventário, Sebastião Gomes de Carvalho possuía um patrimônio de 1:069\$200 e três escravos, o que não o situava entre os mais poderosos. Isto significa dizer que Gomes de Carvalho era um homem rico, mas não detinha o mesmo poder desfrutado pela família da qual fazia parte. Se compararmos com outros membros de sua família, ou do tio de seu sogro, veremos que os filhos e netos alcançaram espaços sociais mais relevantes.

Por encontrar-se inserido na Câmara, Gomes de Carvalho tinha ao seu alcance oportunidades de igualar-se aos representantes da elite, como, por exemplo, na indicação de nomes aos postos de oficialato das ordenanças: “Os postos de capitães se reduziram aos benefícios sociais honrosos (privilégios e precedências), perdendo qualquer verniz militar que originalmente pudessem ter.”<sup>622</sup> Para além do recrutamento e comando, os cargos de ordenanças eram posições de poder político, pois traziam aos seus detentores um valor de “distinção simbólica, conferindo aos seus ocupantes, pelo menos de capitão para cima, o estatuto de nobreza local.”<sup>623</sup>

---

<sup>621</sup> Fabio Kühn nos apresenta uma tabela nominal com as fortunas de alguns camarários e apenas um, Francisco da Costa Villaça, possuía patrimônio inferior a um conto de réis. A maioria estava acima de 10 contos, sendo que alguns alcançavam 30 contos. (KÜHN, 2014, p. 203).

<sup>622</sup> KÜHN, 2014, p. 204.

<sup>623</sup> Idem, *ibidem*.

Nesse sentido, pode-se discutir as razões para que Gomes de Carvalho não tenha sido indicado a nenhum destes postos, pois, muitas vezes, eram escolhidos homens de negócio para o cargo de capitão.<sup>624</sup> Parece correto afirmar que certos cargos da Câmara, via de regra, eram mantidos sob o controle de algumas famílias, sendo que, eventualmente, cunhados ou genros faziam parte dessas listas de indicados, o que, no entanto, não foi o caso do cirurgião.

### 3.3.1 Uma sesmaria como recompensa

Devido aos constantes avanços dos espanhóis pelo oeste, Portugal precisava assegurar-se de suas possessões no Brasil meridional. Se, por um lado, a posse da Colônia do Sacramento estava presente nas discussões diplomáticas, por outro, os contínuos conflitos na região provocavam a insegurança dos moradores, impediam o crescimento dos negócios realizados pelo Rio da Prata e não permitiam o desenvolvimento de agricultura e apresamento do gado nas suas cercanias, sempre patrulhadas pelos castelhanos. Vale lembrar que o território do Continente de São Pedro começou a ser povoado a partir do leste, como todo o restante da Colônia. Este padrão pode ser visto na sequência de mapas que constam na Figura 13, na qual se verifica a evolução da ocupação urbana do espaço riograndino entre os anos de 1737 e 1904.<sup>625</sup>

Uma consideração deve ser feita em relação à ocupação que o mapa nos mostra, uma vez que foi levado em conta apenas a evolução do continente, não tendo sido considerada a instalação dos açorianos que chegaram à Vila na Ilha da Torotoma.<sup>626</sup> Nesse sentido, as incursões paulistas, vindas pelo interior,

---

<sup>624</sup> Fábio Kühn menciona a indicação de Manuel Bento da Rocha, homem de negócios e estancieiro, escolhido pelo vice-rei, Marquês do Lavradio. (KÜHN, 2014, p. 206).

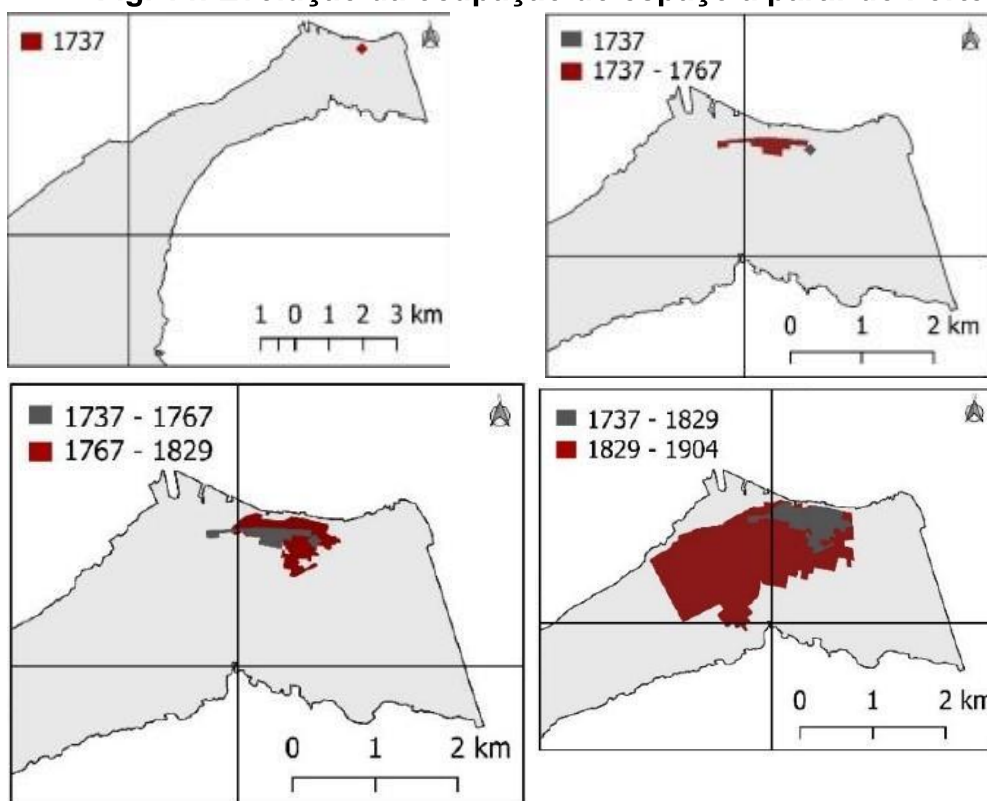
<sup>625</sup> Convém lembrar que, em 1763, tivemos a invasão espanhola e a instabilidade política na fronteira não favoreceu a ocupação desse espaço. A aceleração dessa ocupação, observada a partir de 1829, se deveu à Independência do Uruguai, em 1828, que trouxe um longo período de paz à região.

<sup>626</sup> QUEIROZ, 1992, p. 11-12. De acordo com Maria Luiza Bertolini Queiroz, a situação dos colonos açorianos era degradante. Não havia alojamentos, víveres ou medicamentos suficientes. Os casais que deveriam ocupar a região das Missões, não puderam ser instalados, devido à falta de acordo na demarcação e por não terem sido atendidas as promessas previstas nas Provisões Régias. Em razão disso, foram realocados para pequenos lotes, distribuídos entre as famílias.



permitiram uma divisão dessa ocupação, mas não a colonização e o sustento do colono na terra. A militarização da região, a partir do leste, veio ao encontro do desejo da metrópole em afirmar a posse como “objeto de apropriação política” e de delimitar o espaço através de um “exercício de domínio e soberania.”<sup>627</sup>

**Fig. 14: Evolução da ocupação do espaço a partir do Forte**



Fonte: LaCC/FURG. Elaborado por Ítalo Seilhe e Maria Cristina Chaves Pires. Adaptados de PIRES, Maria Cristina Chaves, 2019, p. 84.

Nesse caso, pode-se afirmar que o direito à posse, no Continente de São Pedro, atendia aos interesses de ocupação metropolitana. Fernando Victor Aguiar Ribeiro aponta que a sesmaria tinha por objetivo a ocupação da terra voltada para a produção e, como consequência, o povoamento. Segundo o autor, a distribuição de sesmarias na colônia brasileira seguia o mesmo padrão do Reino. Ou seja, ambas eram voltadas para o abastecimento, mas na América Portuguesa, acrescentava-se o povoamento, “mesmo porque não havia população para abastecer”.<sup>628</sup> Outra diferença estava em quem distribuía a terra,

<sup>627</sup> MOTTA, SERRÃO, MACHADO, 2013, p. 10.

<sup>628</sup> AGUIAR RIBEIRO, 2017, p. 4.

sendo que, no Reino, um conselho decidia a doação, e, na capitania, isto cabia a um indivíduo apenas, o governador-mor, que atendia a petição mediante pareceres das autoridades locais, capitães e governadores.<sup>629</sup> Nesse sentido, o Rio Grande de São Pedro seguia as determinações de Gomes Freire e, num primeiro momento, o chefe militar – também chamado de governador –, era quem estava à frente da Comandância. É plausível supor que, posteriormente, esses pareceres, que deveriam auxiliar na decisão quanto à doação, tenham atendido as demandas locais, cabendo aos representantes das elites emití-los e, assim, determinar para quem a terra deveria ser doada, quando não se tratasse de um militar, para quem bastava uma petição.

Essa conjuntura local acabou por determinar a junção de forças militares, imbuídas da defesa da fronteira e alimentadas pelas promessas de terras na região, com grupos de povoadores, que também vinham com a promessa de ganharem terras e de passarem a ter uma condição social que não podiam desfrutar no reino ou nas ilhas. A esses primeiros povoadores foi, inicialmente, fornecida uma estrutura assistencialista, que possibilitou seu sustento enquanto a terra não produzisse o suficiente, bem como ajuda financeira e ferramentas. O fato é que as terras destinadas a este grupo de povoadores não favoreceram necessariamente o conhecimento de agricultura que as famílias trouxeram consigo, o que fez com que muitos povoadores optassem por exercer outra atividade, quem sabe mais rentosa ou menos trabalhosa. Pode-se supor, ainda, que muitos que receberam terras devem ter negociado suas datas. Cabe, aqui, fazer a distinção entre estes povoadores e os sesmeiros, que recebiam terras na condição de merecedor, enquanto que a doação era vista como um privilégio.

Considerando o já comentado avanço espanhol sobre a região, a Coroa empenhou-se para garantir sua posse, mobilizando militares para este objetivo.

---

<sup>629</sup> Idem, p. 5. De acordo com Ribeiro, no caso da sesmaria, por se tratar de espaço muito maior e localizado na área rural, cuja extensão era medida em léguas, cabia ao governador a decisão de doar ou não. Já as datas, com dimensões menores, e, normalmente próximas ao núcleo urbano, eram de responsabilidade das Câmaras. No caso do Rio Grande de São Pedro, as dificuldades encontradas para assentar os açorianos pode estar relacionada com a ocupação de todos os espaços próximos à vila, razão pela qual aqueles que possuíam algum cabedal, compraram datas e deram início à atividade agrícola em áreas distantes do centro urbano.

Com isso, formou-se no Continente uma elite militar, que recebia terras da Coroa e almejava continuamente ampliar seu patrimônio. De acordo com Adriano Comissolli, até ficarem definidas as fronteiras, “o povoamento português meridional tinha no latifúndio sua pedra de toque; as largas faixas de terra apossadas eram povoadas de gados antes de o serem com pessoas.”<sup>630</sup> Os pequenos proprietários – entre eles, os primeiros povoadores – se submetiam a estes latifundiários, definindo-se claramente quem era o detentor do poder local. Os interesses dos grandes proprietários estavam, portanto, à frente das necessidades da população menos abastada.

Vale lembrar que a propriedade de terras, independentemente de serem concessões régias ou compras por proprietários privados, sempre foram entendidas como uma estratégia de prestígio no Antigo Regime.<sup>631</sup> Porém, os colonos que para cá vieram logo se depararam com a posse de grandes extensões de terra nas mãos de uns poucos. Aqueles que trouxeram algum valor, principalmente os que vieram das ilhas, conseguiram negociar melhores datas. Outros, talvez com menos recursos, se submeteram a lugares menos produtivos que exigiam um maior investimento de trabalho braçal.

Sebastião Gomes de Carvalho, por sua origem e formação, trouxe consigo essa compreensão quanto às formas possíveis de ascensão social. Ao decidir pela permanência no Rio Grande de São Pedro, possivelmente o licenciado já tivesse avaliado quais eram as possibilidades de adquirir terras na região. Como não era colono, não teria direito às benesses reais concedidas a quem vinha colonizar o território, sendo assim, as terras teriam que ser compradas. Como já mencionado, o cirurgião optou pelo comércio de animais,<sup>632</sup> estando, portanto, consciente de que possuir terras era fundamental para o

---

<sup>630</sup> COMISSOLLI, 2011.

<sup>631</sup> KÜHN, 2014, p. 227.

<sup>632</sup> Nos documentos analisados, ou na bibliografia de referência, em nenhum momento foi encontrado qualquer alusão à atividade paralela de Gomes de Carvalho que pudesse ser identificada como fazendeiro ou comerciante. Sempre é referido como cirurgião, licenciado, ou, em poucos casos, como cunhado de Francisco Pinto Bandeira. Isto, em alguma medida, sempre o colocava à margem do poder e do status social. As menções que fazemos a ele como fazendeiro ou comerciante decorrem dos dados que obtivemos na documentação.

sucesso de seus negócios. Cabe ressaltar que neste período, o gado alçado já não era mais encontrado tão facilmente e as estâncias começavam a ganhar forma.

José da Silva Paes, muito provavelmente, após ter definido o terreno no qual seria instalada a igreja, deu início à distribuição das terras entre aqueles que pretendiam montar fazendas de criação de gado. Anos depois, também André Coutinho incentivou o aproveitamento da terra,<sup>633</sup> doando terras a quem as pedisse.<sup>634</sup> Diante do exposto, podemos nos perguntar: Como o cirurgião recebeu sua primeira data? Não deve ter sido dada por Silva Paes, pois este deixou Rio Grande no mesmo período em que Gomes de Carvalho desembarcou no Continente. Em nosso esforço de responder ao questionamento, formulamos três hipóteses. A primeira propõe que o cirurgião recebeu terras do próprio André Coutinho; e a segunda considera que ele a adquiriu com o dinheiro que havia trazido consigo, somado aos rendimentos das negociações com couro. Devemos lembrar que o primeiro registro dessa atividade na documentação data de 1738 e que, talvez, tenha comprado suas primeiras terras antes de 1745, uma que, em 1742, já possuía uma boa casa na praça da povoação. Sendo assim, pode-se supor que o cirurgião dedicou-se, primeiramente, ao comércio de couros, passando a atuar como fazendeiro somente posteriormente. Como competia à Câmara esta decisão, e Rio Grande ainda não possuía esta instituição, é possível que, devido às suas bem sucedidas atividades comerciais, as autoridades do presídio tenham concedido uma data ao cirurgião. A terceira hipótese tem relação com o dote que Gomes de Carvalho recebeu ao casar-se em 1745. Possivelmente, acompanhando o pensamento vigente à época, de que a posse da terra era sinal de distinção, Antônio de Souza Fernando tenha dado uma parte do dote em terras. Sabe-se, por exemplo, que o Capitão Bernardo José Pereira, genro de Francisco Pinto Bandeira, recebeu como dote uma

---

<sup>633</sup> Borges Fortes destaca que a primeira concessão de terras de André Coutinho, registrada no Livro Primeiro do Registro de Sesmarias e Terras Públicas do Arquivo do Rio Grande do Sul, foi para Francisco de Souza Faria, companheiro e imediato de Cristóvão Pereira. Embora não tivesse autoridade no norte do canal do Rio Grande, Coutinho concede terras a Antônio de Souza Fernando no Rincão do Carro, hoje, Sapucaia do Sul. (FORTES, 2001, p.83-84)

<sup>634</sup> FORTES, 2001, p. 82.

estância, o que possibilitou que se tornasse fazendeiro, apesar de já ser bem sucedido financeiramente com o comércio.<sup>635</sup> Sendo assim, é plausível supor que Gomes de Carvalho tenha se tornado fazendeiro da mesma forma que o Capitão Pereira, isto é, mediante o dote. As possibilidades de ascensão social de um cirurgião neste período podem ser constatadas nas informações que localizamos sobre André Machado Soares, cirurgião e colega de Câmara de Gomes de Carvalho, que também se tornou fazendeiro em Viamão. Ao analisar o inventário do cirurgião Machado Soares, Kühn identificou um patrimônio calculado em 3:013\$860.<sup>636</sup>

Mas, no caso das terras do cirurgião, elas precisariam ter o reconhecimento do Estado e o compromisso de que seriam devidamente ocupadas e exploradas. Rossato Santi, em sua dissertação, afirma que “a condição primordial para a obtenção da carta de sesmaria ou data de campo, era a apropriação prévia da terra com estabelecimento de lavoura ou de criação de gado, [...]”.<sup>637</sup> Na petição de sesmaria encaminhada por Gomes de Carvalho, ele informa que tinha “[...] povoado huns Campos Sitos no Rio dos Sinos districto de Viamão, cuja posse houvera hua Maria de Lara [...]”,<sup>638</sup> o que pode significar que estas terras já eram de sua propriedade, razão pela qual seria justo ter o título sobre elas. Vale destacar que nas terras de Gomes de Carvalho, situadas próximo a uma das sesmarias de Francisco Pinto Bandeira, já havia casa, curral, gado vacuum e cavalari. Segundo Borges Fortes, o cunhado de Gomes de Carvalho possuía duas sesmarias e, uma delas, ficava numa região “chamada Guaixim-Sapucaia, dividindo-se da parte de Leste com José da Costa, ao norte o rio dos Sinos e ao Sul com o Gravataí e seu sertão [...]”,<sup>639</sup> vizinha às terras de seu sogro, Antônio de Souza Fernando. É muito provável que Gomes Freire<sup>640</sup>

---

<sup>635</sup> KÜHN, 2014, p. 202.

<sup>636</sup> Idem, p. 117, 203.

<sup>637</sup> SANTI, 2004, p. 22.

<sup>638</sup> Registro de hua Carta de Sesmaria a Sebastião Gomes de Carvalho morador no districto de Viamão. (RAPM, 1928, p. 462-463).

<sup>639</sup> FORTES, 2001, p. 60.

<sup>640</sup> Somente o Governador poderia doar terras de sesmaria. Murilo Marx destaca que os governadores eram delegados com amplos poderes. Respondendo em nome do soberano. Dentre esses poderes estava “o de conceder terras e o de criar vilas. Dispunham tais

(conforme Carta de Sesmaria), ao se deslocar para Viamão, para dar cumprimento ao Tratado de Madrid (1750), tenha concedido a sesmaria a partir de uma sugestão da elite local, devido à função de vereador que o cirurgião exercia em decorrência de sua articulação com uma das famílias detentoras do poder local.

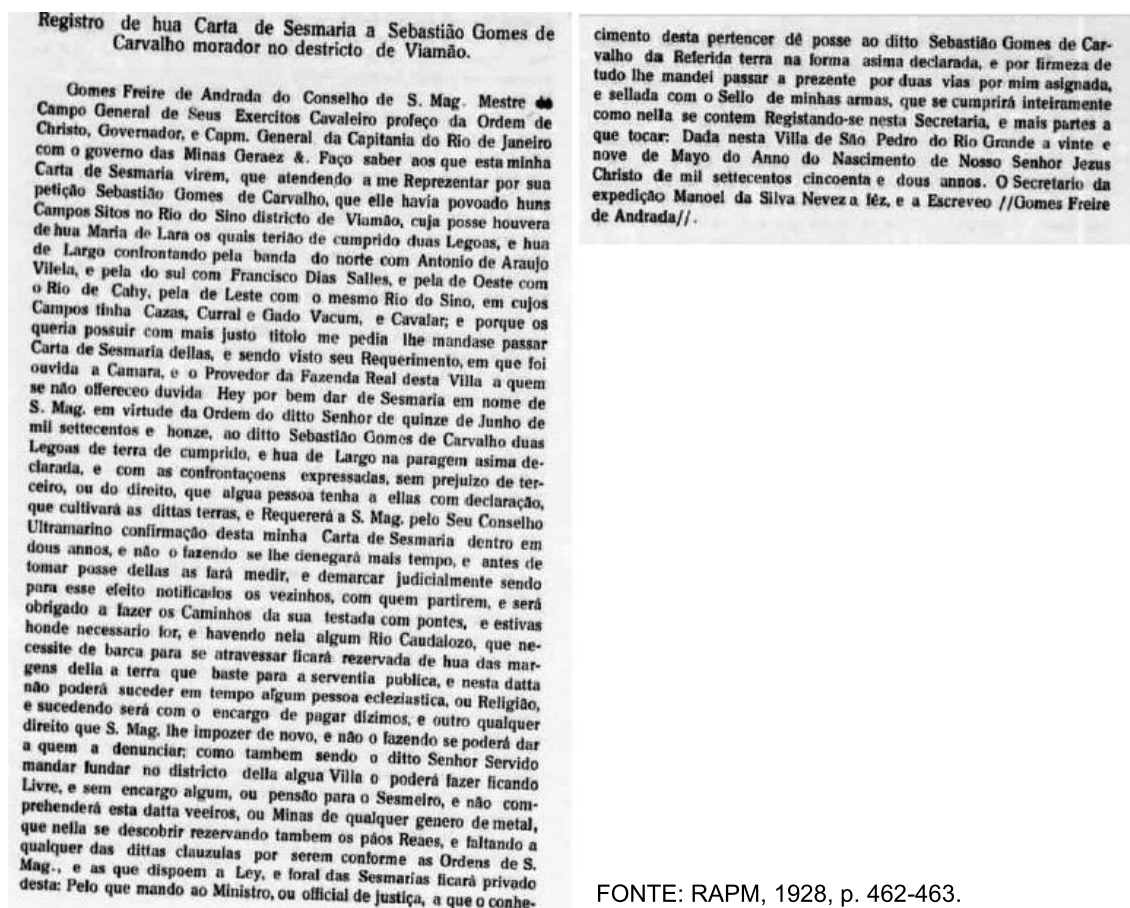
Como se procurou demonstrar neste último capítulo da dissertação, Gomes de Carvalho não obteve a ascensão social pretendida exercendo exclusivamente o ofício de cirurgião. Sua trajetória, contudo, não se distanciou da de outros cirurgiões que vieram do Reino para a América portuguesa em busca de ascensão social e patrimonial. Concomitantemente à função para a qual havia sido nomeado, dedicou-se ao comércio de gado e de couros e, posteriormente, através de seu casamento com uma das filhas de Antônio de Souza Fernando, conseguiu, finalmente, inserir-se na elite social do continente. Esta nova condição possibilitou que viesse a atuar como vereador, o que assegurou o atendimento dos interesses de sua família e, principalmente, de seu afilhado. Em relação à estratégia do apadrinhamento, largamente utilizada em uma sociedade de Antigo Regime, observou-se que ela talvez não tenha trazido os benefícios esperados por Gomes de Carvalho, uma vez que foi menos vezes requerido a levar afilhados à pia batismal do que sua esposa Eufrásia. Independentemente desta desigualdade em termos de apadrinhamento entre o cirurgião e sua esposa, os afilhados que se inseriram na família da qual Gomes de Carvalho passou a fazer parte, com certeza, possibilitaram a ampliação de seus negócios e relações. Finalmente, parece-nos que a sesmaria concedida ao cirurgião deva ser interpretada muito mais como uma recompensa pelos serviços por ele prestados, na condição de vereador, à família Souza Fernando e Pinto

---

concessionários de prerrogativas consideráveis nos âmbitos administrativo, econômico e até mesmo judiciário, [...]”. (MARX, 1991, p. 32).

Bandeira, do que propriamente pela posição social que ele ocupava e pelo patrimônio que possuía.

**Fig. 15: Carta de Sesmaria à Sebastião Gomes de Carvalho**



FONTE: RAPM, 1928, p. 462-463.

*Registro de hua Carta de Sesmaria a Sebastião Gomes de Carvalho morador do districto de Viamão.*

*Gomes Freire de Andrada do Conselho de S. Mag. Mestre de Campo General de Seus Exercitos Cavaleiro profeço da Ordem de Christo, Governador, e Capm. General da Capitania do Rio de Janeiro com o governo das Minas Geraez &. Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem, que atendendo a me Representar **por sua petição Sebastião Gomes de Carvalho**, que elle havia povoado huns Campos Sitos no Rio do Sino districto de Viamão, cuja posse houvera de hua Maria de Lara os quais terião de cumprido duas Legoas, e hua de Largo confrontando pela banda do norte com Antonio de Araujo Vilela, e pela do sul com Francisco Dias Salles, e pela de Oeste com o Rio de Cahy, pela de Leste com o mesmo Rio do Sinos, **em cujos Campos tinha Casas, Curreal e Gado Vacum, e Cavalari; e porque os queria possuir com mais justo titulo me pedia lhe mandasse passar Carta de Sesmaria dellas**, e sendo visto seu Requerimento, em que foi ouvida a Camara, e o Provedor da Fazenda Real desta Villa a quem não se offereceo duvida Hey por bem dar de Sesmaria em nome de S.*

*Mag. em virtude da Ordem do dito Senhor de quinze de Junho de mil setecentos e horze, ao ditto Sebastião Gomes de Carvalho duas Legoas de terra de cumprido, e hua de Largo na paragem asima declarada, e com as confrontações expressadas, sem prejuizo de terceiro, ou do direito, que alguma pessoa tenha a elas com declaração, que cultivará as dittas terras, e Requerera a S. Mag. pelo Seu Conselho Ultramarino confirmação desta minha Carta de Sesmaria dentro em dous anos, e não o fazendo se lhe denegará mais tempo, e antes de tomar posse dellas as fara medir, e demarcar judicialmente sendo para esse efeito notificados os vizinhos, com quem partirem, e será obrigado a fazer os Caminhos da sua testada com pontes, e estivas honde necessario for, e havendo nela algum Rio Caudalozo, que necessite de barca para se atravessar ficará rezervada de hua das margens della a terra que baste para a serventia publica, e nesta data não podera susceder em tempo algum pessoa ecclesiastica, ou Religião, e sucedendo será com o encargo de pagar dízimos, e outro qualquer direito de S. Mag. lhe imposer de novo, e não o fazendo se poderá dar a quem denunciar, como tambem sendo o ditto Senhor Servido mandar fundar no districto della alguma Villa o poderá fazer ficando Livre, e sem encargo algum, ou pensão para o Sesmeiro, e não comprehenderá esta datta veeiros, ou Minas de qualquer genero de metal, que nella se descobrir rezervando tambem os páos Reaes, e faltando qualquer das dittas clauzulas por serem conforme as Ordens de S. Mag., e as que dispoem a Ley, e foral das Sesmarias ficara privado desta: Pelo que mando ao Ministro, ou official de justiça, a que o conhecimento desta pertencer dê posse ao ditto Sebastião Gomes de Carvalho da Referida terra na forma asima declarada, e por firmeza de tudo lhe mandei passar a presente por duas vias por mim assignada, e sellada com o Sello de minhas armas, que se cumprirá inteiramente como nella se contem Registando-se nesta Secretaria, e mais partes a que tocar: Dada nesta Villa de São Pedro do Rio Grande a vinte e nove de Mayo do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil settecentos cincoenta e dous annos. O Secretario da expedição Manoel da Silva Nevez a fêz, e a Escreveo //Gomes Freire de Andrada//. (Grifos nossos).*

Após os registros das sessões da Câmara de Viamão do ano de 1767, não são encontrados outros indícios da vida pública de Sebastião Gomes de Carvalho. Seu atestado de óbito informa que sua morte se deu em 19 de junho de 1783 (Figura 15).

Aos dezenove dias do mês de junho de mil setecentos e oitenta e três anos, nesta Freguesia de Nossa Senhora Madre de Deos de Porto Alegre, se enterrou em cova da Fabrica depois de encomendado Sebastião Gomes de Carvalho que faleceo no Rio dos Sinos da Freguesia Nova, natural da Vila de Santarém marido de Eufrazia Maria de Oliveira natural da Nova Colonia do Sacramento. Do que para constar fiz este assento, que assignei. O Vigr<sup>o</sup> João Teixeira de Lacerda.<sup>641</sup>

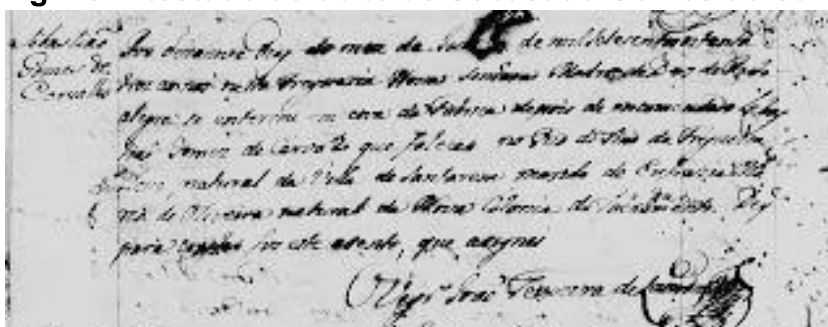
---

<sup>641</sup> MOUSQUER, Zélce. PUFAL, Diego de Leão. Famílias Portuguesas nas Missões: os Gomes de Carvalho. In: blog *Antigualhas, histórias e genealogia*, disponível em <http://pufal.blogspot.com.br/>



**Fig. 16: Atestado de óbito de Sebastião Gomes de Carvalho**

642

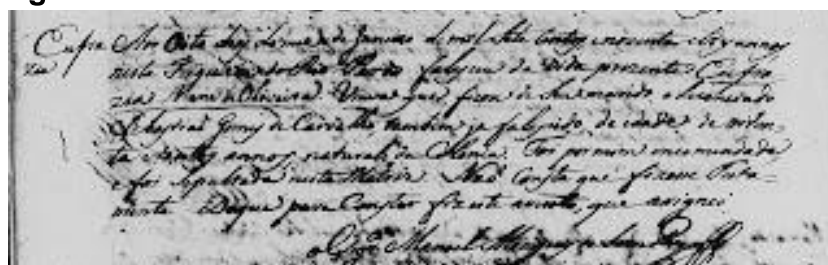


FONTE: <http://pufal.blogspot.com.br>

Já sua esposa, Eufrásia Maria de Oliveira, faleceu quase dez anos depois., como se pode constatar na Figura 16.

**Fig. 17: Atestado de Óbito de Eufrásia Maria de Oliveira**

643



FONTE: <http://pufal.blogspot.com.br>

Aos oito dias do mês de janeiro de mil setecentos e noventa e três anos nesta Freguesia de Rio Pardo faleceu da vida presente Eufrazia Maria de Oliveira viúva que ficou de seu marido o licenciado Sebastião Gomes de Carvalho, também já falecido, de idade de oitenta e tantos anos, natural da Colônia. Foi por mim encomendada e foi sepultada nesta Matriz. Não consta que fizesse testamento. Do que para constar fiz este assento que assignei. O Vigr<sup>o</sup> Manuel Menezes de Sam Payo.”<sup>644</sup>

O licenciado Sebastião Gomes de Carvalho faleceu em sua fazenda, no Vale do Rio dos Sinos, deixando oito filhos.<sup>645</sup> Observando-se a relação dos filhos do cirurgião no quadro abaixo, podemos verificar que eles seguiram a

<sup>642</sup> MOUSQUER, Zélce. PUFAL, Diego de Leão. Famílias Portuguesas nas Missões: os Gomes de Carvalho. In: blog Antigualhas, histórias e genealogia, disponível em <http://pufal.blogspot.com.br/>

<sup>643</sup> Ibidem, ibidem.

<sup>644</sup> Ibidem.

<sup>645</sup> Ibidem.

carreira militar, e que apenas um deles, o capitão Vicente Venceslau, dedicou-se também ao ofício do pai, a cirurgia. Dentre suas filhas, apenas Ana Joaquina de Oliveira não casou-se com militar, sendo que Felícia Joaquina casou-se com o Alferes João Machado da Silveira Bittencourt, e Rosaura Maria de Oliveira com o Tte. Carlos Antônio Vieira Rodrigues.

#### **Quadro 6: Relação dos Filhos De Gomes de Carvalho**

##### **Filhos do Cirurgião Sebastião Gomes de Carvalho**

- Luís Severino de Carvalho (Severino José) foi batizado em 5.9.1740.
- Felícia Joaquina de Oliveira, batizada em 23.12.1743.
- Capitão Francisco Gomes de Carvalho foi batizado em 13.5.1746
- Ana Joaquina de Oliveira batizada em 6.11.1748,
- Alferes José Gomes de Carvalho foi batizado em 5.3.1751.
- Cap. Vicente Venceslau Gomes de Carvalho (cirurgião) nasceu em 16.9.1753
- Rosaura Maria de Oliveira nasceu em 4.8.1756.
- João Gomes de Carvalho nasceu em 4.10.1759

FONTE: <http://pufal.blogspot.com.br/>

De acordo com Blau Souza, em sua obra *Uma no Cravo outra na Ferradura – Crônicas do Campo* (2004), o cirurgião Vicente Venceslau Gomes de Carvalho, criou as *Tabelletas de Caldo*, uma espécie de concentrado de carne. Segundo o autor, o cirurgião e capitão Gomes de Carvalho foi muito “ativo como cirurgião e homem de iniciativa”, tendo enviado o produto por ele criado ao ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, mas, infelizmente, devido à umidade, chegou à Corte já deteriorado. Sabe-se que a primeira fábrica voltada para sua produção foi instalada somente em 1863.<sup>646</sup>

---

<sup>646</sup> SOUZA, Blau. 2004, p. 33-34.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas de que, em um ambiente totalmente adverso ao colonizador ibérico, conhecimentos foram acionados para que fosse possível seu estabelecimento e sobrevivência nesse ambiente. A região onde foi construído o forte no qual foram instalados os soldados era constantemente acossada por ventos que deslocavam a areia, impedindo que as instalações, instaladas neste terreno movediço, fossem duradouras e seguras. O clima logo se mostrou o maior desafio a ser enfrentado por soldados e colonos. O Rio Grande de São Pedro, por se localizar em uma zona de encontro de massas polares e tropicais, estava sujeito a muita instabilidade climática e temperaturas que variavam constantemente durante as épocas do ano. Para indivíduos que provinham de áreas de clima tropical, esta particularidade da região do extremo sul da América portuguesa acabava por afetar sua saúde física tanto quanto a mental. Se, no inverno, desprovidos de roupas adequadas, sofriam com as baixas temperaturas e a umidade reinante no território, devido às frentes frias, no verão, a umidade transformava-se em abafamento e um desconforto muito grande tomava conta dos moradores da região.

Ao clima adverso para os recém-chegados, somava-se a precariedade da alimentação que, muitas vezes, era composta de farinha e carne, sendo que esta última era racionada, e também dos fardamentos que, em decorrência do descaso da metrópole, mais preocupada em resolver os problemas no Oriente, se tornavam farrapos devido ao atraso no envio de novas roupas. É preciso considerar, ainda, que os soldos costumavam atrasar e que a estrutura do hospital era precária, faltando produtos para compor a botica e uma dieta adequada para os doentes. Toda esta situação degradante levou à Revolta dos Dragões em 1742, na qual também os colonos manifestaram seu descontentamento com a falta de atenção por parte das autoridades.

As condições adversas enfrentadas nos primeiros meses da ocupação, que coincidiram com o inverno, foram as que mais expuseram os soldados e os colonos a doenças, dentre as quais estavam as que afetavam o sistema respiratório. A sensação de desolação aumentava ainda mais quando os novos

moradores avistavam a grande faixa de areia e ficavam sujeitos aos ventos constantes e cortantes como os do vento minuano, que desfazia rapidamente a promessa de uma terra cheia de boa-venturança.

O discurso difundido pelas autoridades, que afirmavam que o Continente de São Pedro possuía condições ambientais muito próximas das do continente europeu, objetivava seduzir o colono, especialmente o açoriano – já atormentado pela fome e pouca terra –, para que ocupasse e colonizasse este espaço. Nesse caso, visavam à ocupação para proteção da região do avanço espanhol e para viabilizar os negócios que os comerciantes cariocas do Rio de Janeiro desenvolviam a partir da Colônia do Sacramento.

A promoção da vinda dos colonos se deu através do Edital de 1747. Muitos deles chegaram ao Continente de São Pedro debilitados, devido às péssimas condições em que faziam a longa travessia e às enfermidades que contraíam devido aos ambientes fétidos, úmidos e promíscuos, propícios às parasitoses, ao escorbuto, à sífilis e a outras doenças decorrentes da falta de higiene e má alimentação.

Enfraquecidos e desamparados, e expostos ao clima e à falta de um ambiente seguro e adequado para se instalarem, muitos destes colonos e soldados contraíram doenças cardiorrespiratórias. Entre os militares, uma das causas de muitas enfermidades decorriam de acidentes resultantes dos treinamentos ou, então, da própria rotina do aquartelamento. Pode-se dizer que os ferimentos, as luxações, as fraturas e os deslocamentos decorriam, em grande medida, da falta de habilidade, de familiaridade com o terreno arenoso e, também, dos castigos físicos aplicados, principalmente aos desertores, dentre os quais estavam os *tratos de polé* e os grilhões nos pés. Os soldos pagos em atraso, que decorriam da falta de recursos financeiros destinados ao presídio, acabavam comprometendo o acesso a bens e alimentos, podendo ser também visto como uma espécie de castigo, levando muitos a optarem pelas fugas e deserções.

Destinados a defender a região dos ataques dos espanhóis, os soldados ficavam concentrados em um local, o presídio, que não apresentava as mínimas condições sanitárias e higiênicas. Vivendo nesta condição, o *morbo gálico* (a sífilis) tornava-se um dos mais fiéis companheiros destes homens, sendo, inclusive, motivação para a entrada de petições e solicitações de saída da região com o intuito de tratarem-se em outras regiões. Com o propósito de assegurar o êxito do projeto de ocupação, o Brigadeiro Silva Paes chegou a trazer mulheres “galicadas” para desposarem os soldados e se fixarem na região. Essas mulheres, ao se relacionarem com os militares, por certo, foram vetores da transmissão dessa doença no aquartelamento.

Face às constantes reclamações e solicitações de dispensas que encontramos na documentação, pudemos deduzir quais as doenças que acometeram a população residente no presídio. Dentre elas, estão aquelas decorrentes da rotina de treinamentos e da exposição ao combate. E, neste caso, as petições para afastamento referem, e muito, a falta de condições adequadas, tanto do hospital quanto da botica, para que o tratamento mais adequado pudesse ser realizado. Com relação às doenças decorrentes do clima, a tuberculose (tísica) também se manifestava consideravelmente na região, sendo que, junto com a sífilis, possivelmente, eram as doenças que causaram o maior número dos óbitos ocorridos em 1739 – vide gráfico inserido no capítulo 2 (p. 138) – após dois anos da fundação do presídio. Também com grande presença nos registros, a erisipela tinha suas causas atribuídas ao clima.

A partir da reconstituição do processo de recrutamento dos soldados, procuramos discutir a afirmação de que “doenças mata[va]m mais que o inimigo”, usual nos registros feitos pelos comandantes. Como pudemos constatar, as doenças resultavam das condições em que os soldados passaram a viver no Continente de Rio Grande e as licenças para afastamento podem ser percebidas como uma forma de se afastarem da precariedade do presídio. Vale lembrar que as petições eram uma prática corrente no Reino, e que, nesse sentido, a solicitação de tratamento em outra região da América portuguesa por parte dos

soldados (para eles próprios ou para seus familiares) era vista como algo normal e perfeitamente passível de receber as mercês reais.

Mas não apenas os soldados se depararam com situações adversas e bastante distantes daquelas com as quais estavam familiarizados, tanto na América portuguesa, quanto nas ilhas atlânticas e no Reino. É preciso lembrar que muitos dos soldados e colonos que passaram a viver no Continente de São Pedro estavam acostumados a lidar com enfermidades e com as necessidades próprias da sobrevivência a partir do acionamento de saberes nativos, usando plantas e animais para seu consumo e remédio. No Rio Grande não foi diferente, já que a população que foi instalada no entorno do presídio passou a interagir com os indígenas pampianos, tomando contato com suas práticas de caça e coleta e procedimentos curativos.

Enquanto que, na Europa, temos, ao longo do século XVIII, evidências de uma medicina que mesclava teorias – Hipocrático-galênica e iatroquímica – com procedimentos curativos fundamentados em uma medicina doméstica, na América portuguesa, temos registros que apontam também para a conciliação de práticas e teorias, influenciadas pelos conhecimentos dos nativos e dos africanos. No caso do extremo sul das possessões americanas, é plausível supor que muitos soldados e colonos buscaram ervas ou chás preparados por “*una vieja*” que dominava as artes de curar nativas. Vale lembrar que os nativos da região não apenas mantinham contato com os espanhóis, durante dois séculos (até a expulsão da Companhia dos domínios ibéricos em 1767), como também alguns grupos integravam as reduções mantidas pelos jesuítas, com os quais estabeleceram um significativo intercâmbio em termos de saberes e práticas curativas. Nesta região, assim como nas demais regiões da América portuguesa, observa-se esta mescla de conhecimentos relativos às artes de curar, que foram apropriados, adaptados e ressignificados, construindo-se, desta forma, o que podemos denominar de uma medicina híbrida.

Em 1736, para o atendimento dos soldados instalados no Presídio de Rio Grande e também dos colonos recém-chegados, foi nomeado o cirurgião Sebastião Gomes de Carvalho, que acabaria desembarcando somente um ano

depois. Este retardamento, possivelmente, se deu pelas péssimas condições de acesso à Barra do Rio Grande, considerando que durante todo o inverno nenhum barco conseguiu atracar. O primeiro cirurgião designado para a região era licenciado em cirurgia e havia cursado anatomia no Hospital Real de Todos-os-Santos. Assim como outros cirurgiões que se deslocaram para a América portuguesa durante o período colonial, Gomes de Carvalho deve ter trazido consigo a expectativa de alcançar algum prestígio e ascensão social e financeira. Como procuramos demonstrar, as condições precárias da povoação e o soldo que receberia acabaram frustrando muitas de suas aspirações, levando-o a aproximar-se de comerciantes e a fazer investidas no comércio de couro, atividade que exerceu concomitantemente a de cirurgião.

Esta particularidade da trajetória do cirurgião nos levou a compará-la com a de outros cirurgiões da América portuguesa, sendo que podemos constatar que alguns também diversificaram suas atividades, dedicando-se ao comércio e à política, enquanto que outros procuraram alcançar prestígio através da escrita de tratados e receituários. Com o propósito de entender como, em uma sociedade regida pelos padrões do Antigo Regime, na qual a mobilidade social era determinada pelo estamento ao qual o indivíduo pertencia, o cirurgião Gomes de Carvalho conseguiu inserir-se, procuramos identificar e discutir quais foram as estratégias que ele adotou para sua gradual ascensão social. Em seus primeiros contatos com os comerciantes locais, Gomes de Carvalho deve ter percebido que na sociedade rio-grandina estava em curso a formação de uma elite que, por ser burguesa e não estar ligada à nobreza reinol, valorizava muito mais o empreendimento econômico do que propriamente uma profissão, como a de cirurgião, que pouco era reconhecida, até mesmo pelo próprio Estado que dela necessitava. Como procuramos demonstrar, o patrimônio do cirurgião ampliou-se significativamente através do comércio de couro e, presumivelmente, do contrabando, bem como das estrategicamente bem definidas parcerias que estabeleceu e que possibilitaram seu crescente prestígio na sociedade rio-grandina.

Era prática comum entre os membros desta elite o arranjo de casamentos entre seus filhos e filhas com indivíduos que já possuíssem um sucesso financeiro. Sebastião Gomes de Carvalho já desfrutava desta condição quando se casa com Eufrásia Maria de Oliveira, filha de Antonio de Souza Fernando, membro influente dessa elite da qual começaria a fazer parte. Na continuidade, Gomes de Carvalho se tornaria vereador, usando o cargo para a defesa dos interesses da família que o acolhera, bem como os de seu cunhado Francisco Pinto Bandeira. Outra estratégia usual e à qual os membros desta elite recorriam para ampliar sua influência era o apadrinhamento, na medida em que, ao apresentar-se diante da pia batismal, o padrinho demonstrava ter prestígio e ser reconhecido por todos. Isto pode ser observado na condição prestigiosa desfrutada pela esposa de Gomes de Carvalho, que foi madrinha de Rafael Pinto Bandeira, na companhia do Coronel Diogo Osório Cardoso, comandante do presídio. Nesse sentido, observamos que a ascensão social de um sujeito segregado por sua profissão, como o cirurgião Gomes de Carvalho, para além de seu empenho pessoal – o que pode ser observado nas atividades comerciais às quais se dedicou –, se deu porque a elite rio-grandina em ascensão tornou isto possível, sujeitando-a, no entanto, aos seus interesses.

Pode-se, por outro lado, dizer que não teríamos conseguido acessar tantas informações sobre o primeiro cirurgião do Continente de São Pedro se Gomes de Carvalho tivesse se limitado a atender os soldados e os colonos do presídio e da região do seu entorno. Uma outra possibilidade de obtenção de prestígio e/ou reconhecimento decorrente do ofício que Gomes de Carvalho exercia poderia ter se dado através da escrita, o que, no entanto, não se deu, o que impossibilitou que tivéssemos acesso às descrições dos procedimentos e medicamentos que ele indicou e, até mesmo, a discussão de indícios de sua adesão à uma medicina híbrida. Foram, justamente, as atividades que ele exerceu como comerciante de couro e, posteriormente, como vereador, concomitantemente ao ofício de cirurgião, que possibilitaram que apresentássemos e discutíssemos alguns aspectos de sua trajetória. Sendo assim, acreditamos que o estudo das trajetórias de cirurgiões, como as de Sebastião Gomes de Carvalho e André Machado Soares, que angariou uma



fortuna ainda maior que a de seu antecessor, permitem compreender a participação desses indivíduos na construção da elite fundiária e mercantil riograndense do período colonial. Eis uma investigação que ainda precisa ser realizada, a fim de preencher uma considerável lacuna historiográfica.

Já a pandemia, que manteve os arquivos fechados, não permitiu que pudéssemos ter acesso a outras fontes, além da documentação oficial que localizamos nos Anais do AHRGS. Em parte, procuramos sanar a ausência de fontes de cotejo ou complementação com a bibliografia já produzida sobre outras regiões da América portuguesa no período colonial, apontando para semelhanças e distinções possíveis de ser identificadas. É preciso, contudo, ter presente que as fontes de que dispomos sobre este período da História do Rio Grande de Sul, no que se refere, especificamente, às doenças e às práticas de cura, além de limitada, está bastante dispersa, o que demandaria um grande investimento de busca e, com certeza, de transcrição destes documentos. Elas, com certeza, poderiam ter ajudado a responder alguns dos questionamentos que fizemos ao longo da investigação, tais como: Quais teriam sido as causas do número elevado de mortes em determinados anos, sendo que nos registros a que tivemos acesso não há menção a epidemias ou combates mais acirrados? Os casos de sífilis (Morbo Gálico) no Continente na primeira metade do século XVIII foram ainda mais numerosos do que aqueles que pudemos observar na documentação que analisamos? Qual o impacto que teve a tuberculose (tísica) sobre o contingente populacional do extremo sul da América portuguesa na etapa inicial de implantação da colonização? Levando-se em conta que nos registros paroquiais de óbito podemos, eventualmente, encontrar informada a causa da morte, acreditamos que uma análise destas fontes poderá nos ajudar a responder a estes e a outros questionamentos, e, desta forma, contribuir para uma história das doenças do sul da América portuguesa do período colonial. Eis outra investigação que merece ser levada adiante e que gostaríamos de realizar.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

*Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, v. 1. 1977.

*Anais do Arquivo Histórico de Porto Alegre* Moysés Velhinho. Organizadora: Berenice Ana Toson (et al). Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

BERGER, Paulo. (Org.). *Ilha de Santa Catarina – Relatos de Viajantes Estrangeiros nos Séculos XVIII e XIX*. – Florianópolis: Assembleia Legislativa, Assessoria Cultural, 1979.

BLUTEAU, Dr. Rafael. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. – Tomo I. – Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

CARTAS do Brigadeiro Silva Paes para Martino Mendonça de P. Pina. In: *Separata do nº100 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. – Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1945.

*CIRURGIA REFORMADA...* Feliciano de Almeida. Lisboa: Officina de Antonio Pedro Galram, 1738.

*COLEÇÃO de documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes existentes nos arquivos portugueses fielmente copiados por ordem da Biblioteca Riograndense por Dr. Artur da Motta Alves em 1937*. Rio Grande: Biblioteca Riograndense, 1937. p. 118).

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias accessarios para uso das famílias*. – Pariz: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6947> Acesso em 06 Jun de 2019.

LE CLERE, Monsieur. *Cirurgia Anatomica por perguntas e respostas...* Trad. João Vigier. Lisboa: Na officina Real Deslandesiana, 1715.

MOUSQUER, Zélce. PUFAL, Diego de Leão. Famílias Portuguesas nas Missões: os Gomes de Carvalho. In: *Antigualhas, histórias e genealogia*. Disponível em <http://pufal.blogspot.com.br> Acesso em 03 set de 2019.

*RESGATE DE FONTES PAROQUIAIS - PORTO ALEGRE E VIAMÃO (SÉCULO XVIII)*. Ana Paula D. Schantz, Adriano Comissoli, Cristiane P. Bahy, Eduardo Neumann, Fábio Kühn (Departamento de História Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UFRGS). Disponível em <http://www.viamaoantigo.com.br/familias.htm> Acesso em 29 de julho de 2019.

*REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO*. Registro de Cartas, portarias, instruções, provisões, nombramentos e sesmarias relativos a Colônia – Rio Grande do Sul. – Cópias feitas e conferidas por Lygia Feu de Carvalho. Belo Horizonte, 1928.

## BIBLIOGRAFIA

ABRIL, Victor Hugo. Governança no Ultramar: conflitos e descaminhos no Rio de Janeiro (1725-1743). *Dissertação Mestrado em História* – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ABREU, J.L.N. *O corpo, a doença e a saúde: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII. (Tese Doutorado em História)*. – 302 f. – Belo Horizonte: UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

ABREU, Laurinda. *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Gradiva, 2014, p. 18 – 63.

\_\_\_\_\_. Limites e fronteiras das políticas assistenciais entre os séculos XVI e XVIII: continuidades e alteridades. *Varia História*. Belo Horizonte, MG. – v. 26, n. 44, p.p. 347-371. – jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. A institucionalização do saber médico e suas implicações sobre a rede de curadores oficiais na América portuguesa. *Revista Tempo*. – Niterói, RJ. – v.24, n.3, p. 494-524. – set./dez. 2018.

\_\_\_\_\_. *A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados*. Portugal: Biblioteca Nacional de Portugal, 2010. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/1971> Acesso em: 30 de janeiro de 2021.

ABREU, Rui Manoel Rodrigues de. *Revista Militar*, 2006 disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/111> Acesso em 04 jan. de 2018.

AGUIAR RIBEIRO, Fernando Victor Os direitos de propriedade da terra urbana na América portuguesa. o caso do município de São Paulo colonial. *História – UNESP* – v. 36 – São Paulo. – 2017, pp. 1-25. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221049548009>. Acesso em 07 ago. de 2021.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de Almeida. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Org.). *Conquistadores e negociantes - Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 121-193.

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina Mestiça: Saberes e práticas curativas nas Minas setecentistas. (Dissertação de Mestrado)*. – 218 fl. – Belo Horizonte: UFMG, 2008.

ALVES, Débora Cristina. Matrimônio e Dote: alicerces sociais de uma elite de Antigo Regime. *História Unicap*. – v.3, n. 5, jan./jun. de 2016. p. 153-168.

ALVES, Francisco das Neves. Uma revolta militar e social no alvorecer do Rio Grande do Sul. In: POSSAMAI, PAULO CESAR (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. – Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. p. 33-52.

ALVES, Francisco das Neves. TORRES, Luiz Henrique. *Textos do século XVIII para o estudo da ocupação lusitana no Brasil Meridional*. Lisboa: CLEPUL; Rio Grande, RS: Biblioteca Rio-Grandense, 2016.

ARAUJO, Ana Cristina. Livros de uma vida: critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII. – *Revista História das Ideias*. v. 20 (1999). p. 149 – 185. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/41820> Acesso em: 06 Jun. de 2019.

ARAUJO, Jorge de Souza. Perfil do Leitor Colonial. (*Tese de doutorado*). – Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Org.) *Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia*. – Porto Alegre: EST, 2002.

BECKER, Ítala Irene Basile. El indio y la colonización. *Antropologia: Pesquisas, Instituto Anchieta de Pesquisas São Leopoldo*. – v. 37. – São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1984.

\_\_\_\_\_. O Que Sobrou dos Índios Pré-históricos do Rio Grande do Sul. In: *Arqueologia do Rio Grande do Sul*, Documentos 5, 125-148 São Leopoldo: IAP, 2006.

BELLINI, Ligia. Medicina e saber erudito em Portugal no Renascimento. *Estudos Íbero-Americanos*. PUCRS, v. XXVII. – n.1, p. 43-74. – junho 2001.

BERTONI, Moisés. *De la medicina guaraní: etnografia sobre plantas medicinales*.- Córdoba: Buena Vista Editores, 2008.

BICALHO, M. F. O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. URBANA: *Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*. – v. 1, n. 1, p. 1–20, (2013). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635108> Acesso em: 27 jan. 2021.

BORGES, Augusto Moutinho. *Reais hospitais militares em Portugal (1640-1834)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009. p. 32-33

BOSCHI, Caio César. O assistencialismo na Capitania do Ouro. *Revista de História*. n.116, p. 25-41. Jul. – São Paulo: USP, 1984.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRENA, Doádi Antônio. *Relatório Final do Inventário Florestal Contínuo do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/ifcrs/vegetacao.htm> Acesso em 02 de mar. de 2021.

BRITTO, Fabiane Pereira. Distribuição Espaço-temporal da precipitação pluvial no Estado do Rio Grande do Sul. *Dissertação de Mestrado*. Florianópolis: UFSC, 2004.

BULKELEY, John. CUMMINS, John. *Un viaje a los mares del sur en los años 1740-41*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Eudeba, 2014.

CABRAL, Oswaldo R. Subsídios para a história eclesiástica de Santa Catarina: A diocese de Florianópolis, sua criação, seus prelados. – *Revista de História*. - v. 35, n. 72 (1967). Disponível em: <http://www.revistas.usp.br> Acesso em 27 de jan. 2021.

CALDEIRA, Jorge. *História da Riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CAMPOS, Adalgisa Arantes; FRANCO, Renato. Notas sobre os significados religiosos do Batismo. *Varia História*, v. 20, n. 31, 2004, p. 21 - 40.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad. Maria Leticia Ferreira. – São Paulo: Contexto, 2019.

CARDOSO, Raul Rois Schefer. Antônio José de Moraes: Notas sobre a trajetória de um cirurgião português no Brasil meridional no século XIX. In: *Oficina do Historiador*, Suplemento especial. – I EPHIS/PUCRS - 27 a 29 de maio de 2014. –Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p.1334-1349.

CARNEIRO, Henrique. *Filtros Mezinhas e Triacas - as drogas no mundo moderno*. - São Paulo: Xamã VM, 1994.

CARVALHO, Rogério. A saúde e a doença no Brasil Meridional do século XVIII a partir da análise da correspondência e de uma obra da biblioteca do Brigadeiro Silva Paes. In: SALATINO, Alba Cristina C. dos Santos; SERRES, Helenize Soares; SILVA, Jonathan Fachini da. (Orgs.). *Historiografia: temas, desafios e perspectivas – Reunião de textos*. São Leopoldo: PPGH-UNISINOS, 2017

\_\_\_\_\_. Orientação metropolitana ou assistencialismo? A ocupação do Continente de São Pedro e as ações da Coroa portuguesa (1735-1747). In: SOUZA, José Edimar de. ZANOTTO, Gisele. ESPERANZA, Clarice G. et al. (Orgs.). *Anais [do] Encontro Estadual de História da ANPUH-RS: História & resistências*, Passo Fundo 21 a 24 de julho de 2020. – Porto Alegre: ANPUH-RS, 2020. Acesso: <https://www.eeh2020.anpuh-rs.org.br/anais/trabalhos/trabalhosaprovados>.

\_\_\_\_\_. Regulamentação, caridade ou estratégia política? As preocupações de um Brigadeiro com a saúde dos colonos e de seus comandados (Séc. XVIII). – *Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação*. 122 p. – São Leopoldo: UNISINOS, 2019.

CARVALHO, Teresa Nobre de. A apropriação do Colóquios dos Simples por dois médicos ibéricos de Quinhentos. In: COSTA, Palmira Fontes da. CARDOSO, Adelino. (Orgs.). *Percursos na história do livro médico*. Lisboa: Edições Colibri, 2011. p. 59-72.

CERTEAU, Michel. *A Escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. – ed.3 – Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 45-111.

\_\_\_\_\_. *A Invenção do Cotidiano*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 37-53.

CERUTTI, Simona. Microstoria: relações sociais *versus* modelos culturais? Algumas reflexões sobre estereótipos e práticas históricas. In: CARNEIRO, Deivy Ferreira. VENDRAME, Maíra Ines. *Espaços, escalas e práticas sociais na micro-história italiana*. - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: estudo de fontes primárias da história rio-grandense acompanhado de vários textos*. – ed. 2. – Porto Alegre: EDURGS, 1981.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. – vol.5, n.11. – São Paulo. – Jan./Apr. 1991 – Disponível em: [www.scielo.com](http://www.scielo.com) Acesso em 19 de abr. 2019.

COELHO, Ricardo Ribeiro. O universo social das artes de curar: Um estudo sobre as medicinas e a saúde na cidade de Mariana (Século XVIII). *Dissertação de Mestrado*. – 160 p. – Rio de Janeiro: COC-FIOCRUZ, 2012.

COELHO, Ronaldo Simões. Alguns relatos sobre medicina e astronomia. *Revista Médica Minas Gerais*. – v.16, n.1. – p. 57-66. – Jan/Mar 2006. Disponível em: <http://rmmg.org/artigo/detalhes/254> Acesso em 19 mar. de 2021.

\_\_\_\_\_. O Erário Mineral divertido e curioso. In: FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*. Org.: Júnia Ferreira Furtado. – Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. p. 151-172.

COMISSOLI, Adriano. Do arquipélago ao continente: estratégias de sobrevivência e ascensão social na inserção açoriana nos Campos de Viamão (séc. XVIII). *Revista Aedos*. – v.2, n. 3, jan.–jun. 2009. – Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 74-96.

\_\_\_\_\_. A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.). *Tese de Doutorado*. – Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. “Tem servido na governança, e tem todas as qualidades-perfil social de oficiais da Câmara de Porto Alegre (1767-1828). *Topoi*. – v. 13, n. 25, jul./dez. 2012, p. 77-93. [www.revistatopoi.org](http://www.revistatopoi.org).

CONCEIÇÃO, Gisele Cristina. Ciência, poder e circulação de conhecimento no século XVIII: Ribeiro Sanches e o Brasil colonial. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 818-841, set/dez. 2019. [www.revistatopoi.org](http://www.revistatopoi.org).

CORDÁS, Táki Athanássios. EMILIO, Matheus Schumaker. *História da melancolia*. – Porto Alegre: Artmed, 2017.

CORDEIRO, Carlos. MADEIRA, Artur Boavida. A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820) – uma leitura em torno de interesses e vontades. – *Revista Arquipélago – História*. – série 2, VII. – Açores, 2003.

CORTEZE, Dilse Piccin. O RS: História, Historiografia e Mito. In: LEAL, Elisabete C. POSSAMAI, Zita R. *Vestígios do Passado: a história e suas fontes*. – *Anais*

do IX Encontro Estadual de História, 14 a 28 de julho de 2008, Porto Alegre. – Porto Alegre: ANPUH/RS, 2008.

COSTA e SILVA, Riograndino da. *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul*. – Porto Alegre: Editora Globo, 1968.

CUETO, Marcos. STEVEN Palmer. *Medicina e Saúde Pública na América Latina: uma história*. Trad. Sérgio Lamarão. – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016. p. 9-67.

CUNHA, Mafalda Soares. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640. In: In: FRAGOSO, João. GOUVEA, Maria de Fátima. (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DAMACENA NETO, Leandro Carvalho. As 'artes de curar' nos Guayazes: o Real Hospital Militar de Vila Boa (c. 1770 - c.1827). *Tese de Doutorado*. 330 fl. – Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019.

DILLMANN, Mauro. ALVES, Francisco das Neves. TORRES, Luís Henrique. Dos modos de ser soldado e capelão na militarizada povoação do Rio Grande do século XVIII. – *Revista Território & Fronteiras*, Cuiabá. Vol. 9, n. 2, jul. – dez., 2016.

DOMINGUES, A. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 823-838, 2001.

DOMINGUES, Moacyr. Ao leitor. In: *AHRGS*, 1977.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Os casais de número e as formalidades da real mercê. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel. *Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia*. – Porto Alegre: EST, 2002. p. 178 – 188.

FACCHINI BADINELLI, Isaac. Medicina e comércio na dinâmica colonial: A trajetória social de João Cardoso de Miranda (Século XVIII). *Dissertação de Mestrado*. 150p. – Florianópolis: UFSC, 2018.

FARINATTI, Luís Augusto. Cabedais Militares: Os recursos sociais dos potentados da Fronteira Meridional (1801-1845). In: POSSAMAI, Paulo Cesar. *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. – Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. p. 81-97.

FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul 1503 – 1957*. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. - 2ª ed. - Brasília, DF: CAPES; Belo Horizonte, Argvmentvm, 2008.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. *Entre a caridade e a ciência: a prática missionária e científica da Companhia de Jesus (América platina, séculos XVII e XVIII)*. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014. p. 484-522.

FORTES, João Borges. *O Brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande*. – ed. 2. – Porto Alegre, ERUS, 1980

\_\_\_\_\_. Rio Grande de São Pedro: *Povoamento e conquista*. – ed. 2. – Porto Alegre: Martins Livreiro, 2001.

\_\_\_\_\_. *Tronco Seculares: o povoamento do Rio Grande do Sul*. – ed.2. – Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

FOUCAULT, Michel. O nascimento do hospital. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. – ed. 28. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. p. 171-189.

FRADA, J.J.C. — História, Medicina e Descobrimientos Portugueses. *Revista ICALP*, vol. 18, Dezembro de 1989, p. 63-73.

FRAGOSO, João. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de Almeida. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Org.). *Conquistadores e negociantes - Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. América lusa, Séculos XVI a XVIII. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João. GOUVEA, Maria de Fátima. Desempenhando perspectivas e ampliando abordagens – De O Antigo Regime nos trópicos a Na trama das redes. In: FRAGOSO, João. GOUVEA, Maria de Fátima. (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FRANCO, Renato. Campos, Adalgisa Arantes. Notas sobre os significados religiosos do Batismo. *Varia História*, n. 31, Janeiro, 2004. p.21-40.

FRANCO, Renato. Por uma morfologia da caridade. In: KORNDÖFER, Ana Paula, et al. *História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores*. – São Leopoldo: Oikos, 2017.

\_\_\_\_\_. O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. – v. 27, n. 53, jun de 2014. p. 5-25.

FRANCO, Sérgio da Costa. Os primórdios da Medicina no Rio Grande do Sul.- *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RGS*. Ano 84, n. 138. – Porto Alegre, 2003. p. 153-162.

FREITAS, Denize Terezinha leal. SILVA, Jonathan Fachini da. Reflexões sobre a pobreza num espaço fronteiriço do extremo sul da América portuguesa (Porto Alegre, XIII e XIX). In: RÜCKERT, Fabiano Quadros. SILVA, Jonathan Fachini. CARDOZO, José Carlos da Silva. CESAR, Tiago da Silva. (Orgs.). *História da pobreza no Brasil*. – Rio Grande: Editora da FURG, 2019.

FURTADO, Júnia Ferreira. Arte e segredo: o licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens. In: FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*. Org.: Júnia Ferreira Furtado. – Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002.

\_\_\_\_\_. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. XLI, p. 88-105, 2005.



GARCIA, Anderson Marques. Charrua e Minuano: dois grupos, duas culturas pampianas. In: MICHELON, Francisca Ferreira. FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. *Anais*. Seminário Internacional em Memória e Patrimônio: Memória & esquecimento, 05 a 07 de outubro de 2011 – Pelotas: Ed. da UFPel, 2011

GIL, Tiago Luís. Infiéis transgressores: os contrabandistas da *fronteira* (1760-1810). *Dissertação de Mestrado*. – 220 p. – Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOLIN, Tau. *A Fronteira: 1763-1778 – História da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional*. Passo Fundo: Méritos, 2015.

\_\_\_\_\_. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. “Gente das Ilhas” dos Açores no Rio Grande de São Pedro (século XVIII): mobilidade, cotidiano e trabalho. In: SCOTT, Ana Silva Volpi. BERUTE, Gabriel Santos. MATOS, Paulo Teodoro. (Orgs.). *Gente das Ilhas*. Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790. – São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 164 – 191.

GUIMARÃES, R. R. Tabanidae (Insecta: Diptera): Caracterização, Ecologia e Interação com a População Quilombola da Ilha da Marambaia, Rio de Janeiro, Brasil. 2015. *Tese Doutorado*. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, 2015.

GURGEL, Cristina. *Doenças e cura: o Brasil nos primeiros séculos*. – São Paulo: Contexto, 2010.

GUTFREIND, Ieda. João Borges Fortes e a construção da historiografia sul-riograndense luso-açoriana. *Colóquio internacional Território e Povoamento - A presença portuguesa na região platina*. – Colônia del Sacramento, Uruguai, 23 a 26 de Março de 2004. – Organização Instituto Camões. Disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/> Acesso em 18 abril de 2020.

\_\_\_\_\_. *Historiografia Rio-Grandense*. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.

HAMEISTER, Martha Daisson. Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). (*Tese de Doutorado*). – 474 p. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

\_\_\_\_\_. O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-1763). *Dissertação de Mestrado*. – Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.

HAMEISTER, Martha Daisson. GIL, Tiago Luís. Fazer-se elite no extremos-Sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de Almeida. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Org.). *Conquistadores e negociantes - Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. América lusa, Séculos XVI a XVIII. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 281-283.

\_\_\_\_\_. Nem tudo é destruição: as guerras, as famílias e formação das hierarquias sociais no extremo-sul do Estado do Brasil (séc. XVIII). In: POSSAMAI, Paulo. (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. – São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 345-358.

HARTOG, François. *Memória de Ulisses: narrativa sobre a fronteira na Grécia antiga*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 13-37.

HESPANHA, António Manuel. Prefácio. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Org.). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos, América lusa, séculos XVI a XVIII*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 13-17.

HESPANHA, António Manuel. A mobilidade Social na sociedade de Antigo Regime. *Revista Tempo*. – v. 24, n. 21. – Jun./2006. p. 121-143. Disponível em: <https://www.scielo.br> Acesso em 10 de julho de 2020.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1956.

IZECKSOHN, Vitor. Prefácio. In: POSSAMAI, Paulo Cesar. *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do sul*. – Pelotas: Ed. da UFPel, 2010.

KARSBURG, A. VENDRAME, M. I. Investigação e formalização na perspectiva da Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Inês. KARSBURG, Alexandre. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (Orgs.). *Ensaio de micro-história: trajetória e imigração*. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

KÜHN, Fábio. COMISSOLI, Adriano. Administração na América Portuguesa: A Expansão das Fronteiras Meridionais do Império (1680-1808) *Revista de História*, São Paulo. - n. 169, (2013), pp. 53-81.

KÜHN, Fábio. A Gibraltar do Prata: o Contrabando de escravos na Colônia do Sacramento (1740-1777). In: NOVALES, Ana Frega. PADOIN, Maria Medianeira. KÜHN, Fábio. [et al]. (Org.). *História, regiões e fronteiras*. – Santa Maria: FACOS-UFSM, 2012. p.107-121.

\_\_\_\_\_. *Gente da fronteira: família e poder no continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800)*. – São Leopoldo, OIKOS, 2014.

\_\_\_\_\_. “Um corpo, ainda que particular”: irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. *História Unisinos*. – v.14, n. 2. – mai./ago. de 2010.

\_\_\_\_\_. *Breve história do Rio Grande do Sul*. – ed. 2. – Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Os nativos Charrua/Minuano, Guarani e Kaingang: o protagonismo indígena e as relações interculturais em territórios de planície, serra e planalto do Rio Grande do Sul. In: CARELI, Sandra da Silva. KNIERIM, Luiz Claudio. (Orgs.) *Releituras da História do Rio Grande do Sul*.

Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. – Porto Alegre: CORAG, 2011. pp. 15-42.

LEMOS JUNIOR, Maximiano. *A Medicina em Portugal: Até aos fins do século XVIII*. – Dissertação Inaugural. – Porto: Imprensa Commercial, 1881.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Inês. KARSBURG, Alexandre. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (Orgs.). *Ensaio de micro-história: trajetória e imigração*. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

\_\_\_\_\_. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad.: Magda Lopes. – São Paulo: Editora Unesp, 2011.

\_\_\_\_\_. *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Trad.: Cynthia Marques de Oliveira. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). *Usos e abusos da história oral*. – ed. 8. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.

LIMA, Manoel Gomes de. *O Practicante do hospital convencido dialogo chirurgico sobre a inflamação*. Porto: Na officina Episcopal do Capitão Manoel Pedroso Coimbra, 1756.

\_\_\_\_\_. *Reflexões críticas sobre os escritores chirurgicos de Portugal*. En la Oficina de Eugenio Garcia Honorato, y Miguel, impresor de la Universidad. Salamanca, 1752.

LOPES, Maria Antónia. *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*. – v.1. – Coimbra, PT: Palimage, 2001. Introdução, Cap. 1 e 2.

MACEDO, Francisco Riopardense de. Açorianos para o sul do Brasil. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel. (Org.). *Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia*. Porto Alegre: EST, 2002. p. 189-210

MARCONDES, Renato Leite. SUPRINYAK, Carlos Eduardo. Movimentação de Tropas no Centro-Sul da Colônia: aspectos estruturais do mercado de animais na segunda metade do século XVIII. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. – n. 40, julho-dezembro de 2007. p. 47-69.

MARQUES, Rachel dos Santos. Para além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c.1776 – c. 1800). – (*Tese de doutorado*). – Curitiba: UFP, 2016.

\_\_\_\_\_. Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (c.1750-1820). – *Dissertação (Mestrado em História)*. – 174 f. – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. – Curitiba, 2011.

MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de Almeida. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Org.). *Conquistadores e negociantes - Histórias de elites no Antigo Regime nos*

trópicos. América lusa, Séculos XVI a XVIII. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 403-434.

MARTINS, Maria Teresa Payan. O Índice Inquisitorial de 1624 à luz de novos documentos. *Cultura*. – v.28. – 2011. – p.p. 67-87. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cultura/170?lang=en>. Acesso em 16 mai de 2021.

MARTINS SILVA, João Alcindo. Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911 – 1ª parte – In: *Revista da Faculdade de Medicina de Lisboa*. – série III, vol. 7, nº 5 (2002). p. 237-249.

MASTROMAURO, Giovana Carla. Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica: instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo*, julho 2011. – São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* – São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista de História*, n. 154, (2006), pp. 267-295.

MENZ, Maximiliano M. Reflexões sobre duas crises econômicas no império português (1688 e 1771). *Varia História*. – v. 29, n. 49 – Jan./abr. 2013. p. 35-45. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br) Acesso em 24 de novembro de 2020.

MENESES, Avelino de Freitas de. Os Açorianos na estruturação do Brasil do Sul: as levas de meados do século XVIII. SCOTT, Ana Silva Volpi. BERUTE, Gabriel Santos. MATOS, Paulo Teodoro. (Orgs.). *Gente das Ilhas*. Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790. – São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 60 – 81.

MICHEAU, Françoise. A idade de ouro da medicina árabe. In: LE GOFF, Jacques. *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985. p. 57-77.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços de cura*. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017.

MIRANDA, Marcia Eckert. *Continente de São Pedro: a administração pública no período colonial*. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS; Ministério Público do Estado do RS; CORAG, 2000.

MOTTA, Márcia. SERRÃO, José Vicente. MACHADO, Marina. (Orgs.). *Em terras lusas - conflitos e fronteiras no Império Português*. – Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

MOUSQUER, Zélce. PUFAL, Diego de Leão. Famílias Portuguesas nas Missões: os Gomes de Carvalho. In: *Antigualhas, histórias e genealogia*. Disponível em <http://pufal.blogspot.com.br>. Acesso em 14 maio de 2020.

NASCIMENTO, Dilene Raymundo. O indivíduo, a sociedade e a doença-contexto, representação social e alguns debates na história das doenças. *Khronos, Revista de História da Ciência*. – nº 6, dezembro 2018.

OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Apresentação. In: OLIVEIRA, Monica Ribeiro de. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Exercícios de micro-história*. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ORLANDO, J. M. *Vencendo a morte*. São Paulo: Matrix, 2016.

OSÓRIO, Helen. Apropriação da terra na fronteira meridional da América portuguesa: direitos e formas de acesso. *XIV Congresso Internacional de História Agrária - BADAJOZ*, 7-9 de Novembro de 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/90/browse?type=subject&value=Estrutura+agr%C3%A1ria>. Acesso em 14 de outubro de 2020.

PALMA, Monique. Formação dos cirurgiões praticantes no Brasil – uma extensão do Reino. *Revista de Guimarães*. – v. 128. – 2018. p. 159-190.

\_\_\_\_\_. A presença de cirurgiões portugueses na América portuguesa no século XVIII. *V EJIHM 2017 Coimbra. – V Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna*, Coimbra, 2017. p. 1-22.

PEDROZA, Manoela da Silva. Capitães de bibocas - casamentos e compadrios construindo redes sociais originais nos sertões cariocas (Capela de Sapopemba, freguesia de Irajá, Rio de Janeiro, Brasil, século XVIII). *Topoi*, v. 9, n.17, jul.-dez. 2008, p. 67-92.

PETRARCA, Fernanda Rios. LIMA, Arthur Ives Nunes da Mota. BOMFIM, Fagner dos Santos. Parentela e política na medicina no século XIX em Sergipe. In: *Anais. V Congresso Sergipano de História e V Encontro Estadual de História da ANPUH/SE*. – 24 a 27 de Outubro de 2016. – Aracaju/SE.

PIAZZA, Walter F. O Primeiro Cirurgião de Santa Catarina. – *Revista de Ciências Humanas*. v. 1. n. 2. – Florianópolis: UFSC, 1982. p. 68 – 76. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23609> Acesso em 06 Jun de 2019.

\_\_\_\_\_. *A epopeia Açórico-Madeirense 1747-1756*. – Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. Lunardelli, 1992.

PIRES, Maria Cristina Chaves. Cartografia histórica da cidade do Rio Grande/RS: Expansão urbana e mudanças ambientais (1737-2017). *Dissertação de Mestrado*. – 141fl. – Rio Grande/RS: Universidade Federal do Rio Grande, 2019.

POSSAMAI, Paulo César. *A vida quotidiana na colônia do Sacramento*. Um bastião português em terras do futuro Uruguai. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. O recrutamento militar na América Portuguesa: o esforço conjunto para a defesa da Colônia do Sacramento (1735-1737). *Revista de História*, n. 151, (2004), pp. 151-180.

\_\_\_\_\_. Soldados do norte nas guerras do sul: o recrutamento militar na Bahia e em Pernambuco para a Colônia do Sacramento. *Clio Revista de pesquisa histórica*. – v. 29, n. 1 (2011). Disponível em

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24299> Acesso em 05 dez. de 2020.

PRADO, Fabrício Pereira. *A Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. – Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. Paróquia de São Pedro do Rio Grande: Estudo de História Demográfica (1737-1850). (*Tese de doutorado*). – Curitiba: UFP, 1992.

\_\_\_\_\_. A Fundação do Presídio e Colônia do Rio Grande de São Pedro. – *BIBLOS*, [S.l.], v. 2, p. 55-90, jul. 2007. – Disponível em: <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/58>. Acesso em 06 de Jun de 2019.

\_\_\_\_\_. A Vila do Rio Grande de São Pedro 1737-1822. *Dissertação de Mestrado*. – Florianópolis: UFSC, 1985.

RAMAZZINI, Bernardino. *As doenças dos trabalhadores*. Trad. Raimundo Estrela. – ed.4. – São Paulo: Fundacentro, 2016.

REIS, Carlos Vieira. Brevíssima História do Serviço de Saúde do Exército. – *Revista Militar*. – Out. 2006. Disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/112> Acesso em 15 de Ago. de 2020.

REIS, Ivoni Freitas. Um mapa da Medicina antiga: entre a cura através dos contrários e a cura através dos semelhantes. *Revista de historia de la Medicina y epistemologia medica*, Buenos Aires, Departamento de Humanidades Médicas, v. 1, 2009, pp. 01-14.

REZENDE, Joffre Marcondes de. *À sombra do plátano: crônicas de história da Medicina*. São Paulo: Editora Unifesp, 2009.

RIBEIRO, Márcia Moisés. Nem nobre, nem mecânico: A trajetória social de um cirurgião na América portuguesa do século XVIII. *Almanak Braziliense*. – n. 2, nov/2005. p. 64-75. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11619> Acesso em: 18 de outubro de 2020.

\_\_\_\_\_. *A Ciência dos Trópicos: A arte médica no Brasil do Século XVIII*. – São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

RODRIGUES, José Honório. *O Continente do Rio Grande*. – Rio de Janeiro: Edições São José, 1954.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. Batismos, casamentos e formação de redes - Os homens de negócio cariocas nas fontes paroquiais setecentista. In: SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. FRAGOSO, João. GUEDES, Roberto. *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa*. – Rio de Janeiro: Mauad, 2014. p. 187-208.

SANCHES, Mauricio. Afinal, o que é Sensação térmica? - *Núcleo de Climatologia Aplicada ao Meio Ambiente – USP*. – 2019. Disponível em: <https://sites.usp.br/climatologia/afinal-o-que-e-sensacao-termica/> Acesso em 15 de março de 2021.

SANGLARD, Gisele. Pobreza e assistência na escrita da história. In: KORNDÖFER, Ana Paula, et al. *História da assistência à saúde e à pobreza: olhares sobre suas instituições e seus atores*. – São Leopoldo: Oikos, 2017.

SANTI, Juliana Rossato. Estabelecimento de estâncias- Estratégia imposta pela coroa luso-brasileira na fixação dos limites da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. – *Dissertação de Mestrado*. - Santa Maria, RS: UFSM, 2004.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *História da medicina no Brasil*. Do século XVI ao século XIX. VOL. III. – São Paulo: Editora Braziliense, 1947.

SANTOS, Julio R. Quevedo. SANTOS, José C. Tamanquevis. *Rio Grande do Sul: Aspectos da História*. – ed. 2. – Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 1990.

SARTORI, Maria da Graça Barros. A dinâmica do clima do Rio Grande do Sul: indução empírica e conhecimento científico. *Revista Tempo Livre*. – Ano 19. – vol. I. – n. 20. – Jan/jul. 2003. – São Paulo. p. 27-49.

SEVALHO, Gil. Uma abordagem histórica das representações sociais de saúde e doença. *Cad. Saúde Públ.* – Rio de Janeiro, 9 (3): 349-363, jul/set, 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/22.pdf>. Acesso em 06 Jun 2019.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias...Historiadores e jornalistas: Aproximações e afastamento. – *Estudos Históricos*. – v.10. – n. 19 (1997). Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2040> Acesso em 27 setembro de 2020.

SILVA, Priscila Aquino. O Hospital Real de Todos-os-Santos e seus agentes da cura. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.4, out.-dez. 2015, p.1335-1352.

SILVA, Jonathan Fachini. A assistência e a exposição de crianças na formação de um território (Rio Grande de São Pedro, Séculos XVIII e XIX). (*Tese de doutorado*). – 263 f. – São Leopoldo: UNISINOS, 2019.

SOARES, Márcio de Souza. Médicos e mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, vol. 3, n. 2, p. 407- 438, jul.-ago. 2001. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 10 abr. de 2021.

TEIXEIRA, Claudia Mudado. As Minas e o Templo: o caso de muitos casos. *Revista Mosaico*. – v.2, n.1, p.9-16, jan./jun., 2009.

TILL, Rodrigues. *Medicina no Brasil e no Prata*. – Porto Alegre: Flama, 1994.

TORRES, Luiz Henrique. Paradigmas da história colonial do Rio Grande do Sul. In: ALVES, Francisco das Neves. TORRES, Luiz Henrique. *Temas de história do Rio Grande do Sul*. – Rio Grande: Editora da Fundação Universidade do Rio Grande, 1994. p. 33-42.

\_\_\_\_\_. A Colonização açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63). *BIBLOS*, [S. I.], v. 16, p. 177–189, 2007. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/421> Acesso em: 02 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Forte Jesus-Maria-Jose: Fontes Historiográficas. *BIBLOS*, [S.I.], – v. 16, p. 191–200, 2004.

TORRES, Luiz Henrique. ALVES, Francisco das Neves. *Textos do Século XVIII para o estudo da ocupação lusitana no Brasil Meridional*. Lisboa: CLEPUL / Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2016.

VARGAS, Jonas Moreira. "Um negócio entre famílias" A elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). In: HEINZ, Flavio M. (Org.). *História Social das Elites*. – São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 28-55

VELHINHO, Moysés. *Fronteira*. – Porto Alegre: Globo; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1975.

VENDRAME, Maíra Inês. KARSBURG, Alexandre. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. (Orgs.). *Ensaio de micro-história: trajetória e imigração*. – São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016. p. 86-113.

VIGARELLO, Georges. *O sentimento de si: história e percepção do corpo, séculos XVI-XX*. Trad.: Francisco Morás. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. Entre homens de saber, de letras e de ciência - médicos e outros agentes da cura no Brasil Colonial. – *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*. – v. 32, n. 1 (2014). Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24465>. Acesso em 28 de julho de 2021.

ZARTH, Paulo Afonso; GERHARDT, Marcos. Uma história ambiental do pampa do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA FILHO, Althen (Org.). *Lavouras de destruição: a (im)posição do consenso*. Pelotas: UFPEL, 2009. p. 249-295.

WEHLING, Arno. O município no Brasil-Colônia, expressões e limites do poder local. *Revista Interdisciplinar de Direito*. – v. 16, n. 2, pp.61-73, jul./dez. 2018.

WELTER, Samuel Cristiano. Caracterização fitogeográfica da região de assentamento das reduções jesuítico-guaranis estabelecidas no atual território do Rio Grande do Sul, Brasil (Século XVIII). *Revista Brasileira de História & Serviço Social*. – v. 4, n. 8. – Dez. 2012. – Rio Grande: FURG, 2012.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Instituto Cultural Português, 1979.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cirurgiões e mercadores nas dinâmicas do comércio Atlântico de Escravos (Séculos XVIII e XIX). In: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda. *O Governo dos Povos*. – São Paulo: Alameda, 2009. p. 281-300.

\_\_\_\_\_. Cirurgiões do Atlântico Sul conhecimento médico e terapêutica nos circuitos do tráfico e da escravidão (séculos XVII- XIX). *Anais. XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004.

WITTER, Nikelen Acosta. Apontamentos para uma história da doença no Rio Grande do Sul – Séculos XVIII – XIX. *História em Revista*, v.11. UFPel, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/issue/view/653> Acesso em: 06 Jun de 2019.